



Relatório Anual de Informações

2017

Aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 214^a reunião,
realizada nos dias 27 e 28 de março de 2018

APRESENTAÇÃO

De maneira ampla, este relatório apresenta como foi o ano de 2017 para a Fundação Ceres por meio de informações abrangentes.

Seu principal objetivo é apresentar os resultados, a situação de cada plano de benefícios, as despesas administrativas da Ceres na gestão dos planos e, por fim, números gerais.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2017	1
MENSAGEM DA DIRETORIA.....	2
MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO	3
MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL	4
DESTAQUES DO ANO.....	5
CONTEXTO ORGANIZACIONAL	9
PLANOS DE BENEFÍCIOS E RESULTADOS.....	13
INVESTIMENTOS	66
COTA PATRIMONIAL DOS PLANOS FLEXCERES.....	74
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	75
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS.....	78
RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	84
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	132
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	319
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	321
PARECERES ATUARIAIS	322

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2017

Patrocinadores



Conselho Deliberativo

Alexandre de Oliveira Barcellos (Presidente)

Emídio Casagrande

Gerson Soares Alves Barreto

José Mauro Gonçalves Dias

Sérgio Brunale

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Conselho Fiscal

Cleuber Oliveira (Presidente)

Eurípedes Rosa do Nascimento

Sebastião Cardoso Barbosa

Arádia Luiza dos Santos Costa

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

Dante Daniel Giacomelli Scolari (Diretor de Investimentos)

José João Reis (Diretor de Segurança)

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2017 foi marcado pela recuperação da economia brasileira, que cresceu 1% após um período de recessão, estimulada pela queda da inflação e das taxas de juros e pelo aumento do consumo e do investimento.

O desempenho dos investimentos apresentou muito bom resultado. Todos os planos obtiveram rentabilidade superior à meta atuarial e/ou índice de referência e a maior parte deles terminou 2017 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Nesse contexto, a Ceres atuou de maneira consistente, com tomada de decisões prudentes, pautada pelo modelo de governança responsável, ético e transparente, além de políticas de investimentos e de seguridade criteriosas que visam proporcionar solvência e liquidez aos planos de benefícios.

A prestação de contas continuou sendo uma prioridade da Ceres com os seus participantes e assistidos.

Ao longo do ano, foram realizadas 22 (vinte e duas) visitas/reuniões às patrocinadoras, oportunidade em que a Diretoria Executiva apresentou os resultados dos planos e as suas principais ações institucionais.

Em meio à reforma da Previdência e ao baixo fomento da previdência complementar fechada, a Ceres iniciou uma série de estudos e discussões a fim de buscar a sustentabilidade e o crescimento institucional.

A principal medida foi a criação de um Plano Instituído destinado aos dependentes e familiares dos atuais participantes e assistidos da Ceres, com vinculação de parentesco até o 3º grau, denominado Família Ceres. O regulamento do plano encontra-se em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e a expectativa é de o plano entrar em fase de implantação no início do 2º semestre de 2018.

Assim, continuaremos contando com a atuação integrada de nossos colegiados, da diretoria e da equipe técnica, e com a confiança de todos para seguirmos adotando as medidas necessárias para assegurar o nosso compromisso junto a cada um dos participantes, assistidos e patrocinadores.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

Como órgão máximo da gestão, o Conselho Deliberativo tem conduzido sua atuação no sentido de fortalecer e ampliar a eficiência e eficácia de nossa Fundação. As ações desenvolvidas estão orientadas a assegurar aos beneficiários e participantes proteção previdenciária presente e futura.

Durante o ano de 2017, o Colegiado realizou seis reuniões. Nesses encontros, foram avaliados e aprovados documentos importantes para a gestão como o Plano de Custeio para 2017, a Avaliação Atuarial dos Planos, a Política de Investimentos, dentre outros.

Destaca-se como matéria relevante a aprovação do plano instituído “Família Ceres” que será destinado aos familiares dos empregados das patrocinadoras e participantes e assistidos da Fundação.

Estamos certos de que a Fundação Ceres, com seus planos de benefícios e o seu patrimônio, é garantia de uma aposentadoria tranquila. Para que possamos melhorar, é fundamental que todos participem cada vez mais da vida da Fundação, vigilantes e interessados na sua evolução.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2017, o Conselho Fiscal cumpriu o seu papel de acompanhar a situação econômico financeira e do controle efetivo da gestão da Ceres.

Em reuniões mensais, entre outras atividades, este Conselho trabalhou na elaboração de relatórios sobre demonstrativos contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Preocupados em emitir informações concisas e claras, o Colegiado analisou e acompanhou a Política de Investimentos, o Plano de Trabalho da Ceres, a folha de pagamento de benefícios e as premissas atuariais.

Mais uma vez, o Conselho Fiscal não poupou esforços em ajudar a garantir aos patrocinadores, participantes e assistidos um futuro seguro com qualidade de vida. Assim, ao findar o ano, temos plena consciência do dever cumprido.

DESTAQUES DO ANO

Plano Família Ceres

A Ceres está criando um plano de previdência complementar para os familiares dos empregados e assistidos dos atuais planos de previdência administrados pela Fundação.

O plano, que se chamará Família Ceres, já teve o Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo e foi encaminhado para aprovação da Previc, órgão de fiscalização e regulamentação do sistema fechado de previdência complementar.

O Família Ceres é um plano instituído e será estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD).

As Instituidoras do plano serão a Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Ceres (ANAPEC) e a Associação Mineira dos Aposentados da Extensão Rural (AMAER). A Associação Mútua de Auxílios dos Associados da Casacaresc (AMACA), ligada à Epagri, está em tratativas para também se tornar instituidora do plano.

A ANAPEC foi fundada em 1991 para representar os assistidos junto à Ceres e outros órgãos públicos e entidades e incentivar os seus associados na realização de atividades sociais, laborais, recreativas, desportivas, culturais e cívicas que possam proporcionar a eles qualidade de vida.

A AMAER, entidade de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, fundada em 1989, representa os aposentados, pensionistas e empregados da Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) e Epamig (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais). Além da representatividade, a Amaer oferece convênios nas áreas de lazer, saúde, financeira, jurídica, seguros, entre outros, com descontos na sua utilização. Também promove a integração, a mobilização, o congraçamento e o lazer, criando oportunidades para o desenvolvimento de seus associados.

Nova Estrutura de Gestão dos Investimentos

Com o objetivo de obter a segregação real dos ativos dos planos de benefícios, melhorar a governança da gestão dos investimentos e o controle dos ativos face às peculiaridades de cada plano, a Ceres implantou, em dezembro de 2017, uma nova estrutura de gestão dos investimentos.

A nova estrutura está mais aderente ao que determina a legislação e foi estabelecida considerando os seguintes critérios:

A modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações determinam as diretrizes de meta de resultado, a alocação dos recursos, os indexadores e prazos de vencimento dos investimentos, a escolha dos ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

A segregação real proposta tem como restrição o custo fixo dos fundos de investimento; para planos de benefícios com patrimônio abaixo de R\$40 milhões, a gestão foi consolidada com outros planos de benefícios, seguindo o critério da modalidade do plano, a duração dos compromissos e a meta atuarial, nesta ordem.

Os critérios considerados na segregação real dos ativos foram selecionados por trazer maior transparência na gestão dos recursos e por estarem de acordo com as melhores práticas de governança praticadas no mercado, evitando a transferência de recursos entre participantes e entre planos.

A segregação dos ativos foi proporcional ao valor percentual que cada plano detém no montante em cada fundo – não há escolha de títulos. A estrutura consistiu na constituição de mais 6 (seis) fundos de investimentos exclusivos para cada plano ou conjunto de planos, originados da cisão dos fundos Eros e Tranquilidade.

Novas Regras de Empréstimos

Desde o dia 1º de setembro de 2017 a concessão de empréstimos pela Ceres passou a ter novas regras. Uma nova Instrução Normativa foi aprovada pela Diretoria Executiva da Fundação e trouxe as seguintes alterações:

1 - Para os planos Ceres Básico, Ceres FlexCeres, Epagri FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epamig FlexCeres e Cidasc FlexCeres, foi contratado no mercado um seguro de cobertura do montante da dívida contratada em substituição à cobrança da Quota de Quitação por Morte – QQM. Para novos contratos, o seguro será cobrado mensalmente, junto com a prestação, calculado com base no saldo devedor do mês, em função do contrato em vigor com a empresa de seguro.

2 - Para os planos Embrapa Básico e FlexCeres, Epagri Básico e Saldado, Emater (MG) Básico e Saldado, Epamig Básico e Saldado continua valendo a cobrança da Quota de Quitação por Morte - QQM, um seguro sob gestão da própria Fundação que garante a quitação do saldo devedor da operação de empréstimo de cada plano caso ocorra o óbito do mutuário. A taxa da QQM é específica para cada patrocinador, cobrada no ato da concessão, sobre o montante de cada operação contratada.

3 - A taxa de administração continuou sendo de 1% sobre o montante da operação; os juros continuaram mensais e específicos para cada plano de benefícios; o IOF continuou sendo cobrado para cada operação com base na legislação.

4 - Havendo interesse, o mutuário passou a poder submeter uma nova operação de investimentos - empréstimo à consideração da Ceres, visando a liquidação da dívida existente, desde que tenha pago pelo menos 12 (doze) parcelas da operação vigente.

Gestão Interna

No âmbito da gestão interna, merecem ser destacadas as seguintes ações:

- Implantação do sistema corporativo de informações integrado – ERP;
- Implantação da avaliação de desempenho dos empregados;
- Implementação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
- Alteração do regulamento do plano Epagri FlexCeres;
- Continuidade dos encontros com os participantes e assistidos, com o objetivo de ampliar a transparência sobre as ações institucionais e apresentar os resultados dos planos;
- Realização de estudos e discussões sobre a gestão entre ativo e passivo;
- Intensificação do processo de negociação e cobrança de valores devidos de empréstimos e financiamento imobiliário;
- Criação do WhatsApp como canal de relacionamento com os participantes e assistidos, bem como os representantes da Ceres nas patrocinadoras;
- Implantação de um novo sistema de telefonia corporativa, o PABX-IP; e
- Aperfeiçoamento do processo de atualização sistemática de beneficiários dos participantes e aposentados.

Alteração do Regulamento do Plano Epagri-FlexCeres

Em 2017, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a alteração no regulamento do Plano de Benefícios Epagri-FlexCeres, por meio da Portaria Previc nº 604, de 02.06.2017, publicada no DOU de 06.06.2017.

A principal mudança ocorreu na forma de cálculo da concessão dos benefícios de risco compatibilizando-a com a da aposentadoria programada. Os participantes e assistidos foram comunicados por intermédio de resenhas e do portal sobre as alterações dos regulamentos dos planos.

A seguir, estão sintetizadas as principais alterações regulamentares do plano Epagri FlexCeres.

Alteração	Regulamento Anterior	Regulamento Atual	Resultado da Alteração
Cálculo dos Benefícios de Risco ⁽¹⁾	Com base na diferença entre o Salário de Participação e o Valor de Referência ⁽²⁾	Com base numa meta similar à da aposentadoria programada ⁽³⁾	Redução do custo dos benefícios de risco, e transferência de parte da contribuição que financia os benefícios de risco, proporcional à redução do custo, para a aposentadoria programada.
Seguro	Possibilidade de contratação seguro apenas para benefícios de risco	Ampliação para acrescentar longevidade e desvio de hipóteses biométricas e avaliação atuarial	Ampliar possibilidade de contratação de seguro.
Elegibilidade à Pensão por Morte	Não há carência	Carência de dois anos de casamento ou união estável para cônjuges e companheiro(a)s terem direito à pensão por morte por doença ⁽⁴⁾	Maior segurança econômico-financeira para o plano, minimizando ocorrência de aumentos de custos futuros.
Escalonamento da pensão	Pensão vitalícia	Prazos limitados para o recebimento da pensão a depender da expectativa de vida do beneficiário. Pensão vitalícia apenas para beneficiário com expectativa de vida menor ou igual a 40 anos	Maior segurança econômico-financeira para o plano, minimizando ocorrência de aumentos de custos futuros.
Exclusão de Benefícios	Auxílio-reclusão	Sem a previsão do auxílio-reclusão	Diminuição dos custos do benefício de risco.
Data de Início dos Benefícios	A partir do fator gerador ⁽⁵⁾	A partir do fato gerador, com prazo de 90 dias para requerer. Findo o prazo, a partir do requerimento.	Maior segurança financeira para o plano, minimizando ocorrência de compromissos retroativos.

1) Aposentadoria por invalidez e pensão por morte;

(2) É um valor hipotético (do teto do INSS) utilizado no cálculo dos benefícios de risco e da meta de aposentadoria proposta pelo regulamento;

(3) O novo cálculo tem como base uma meta específica para os benefícios de risco, em que a projeção dessa meta considera somente a contribuição normal, excluindo as de caráter individual, como contribuições facultativas e aportes em geral;

(4) Caso a causa da morte do participante ou aposentado seja por acidente, não há carência;

(5) Rescisão contratual, no caso de aposentadoria, ou data do sinistro, no caso dos benefícios de risco.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdenciais, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

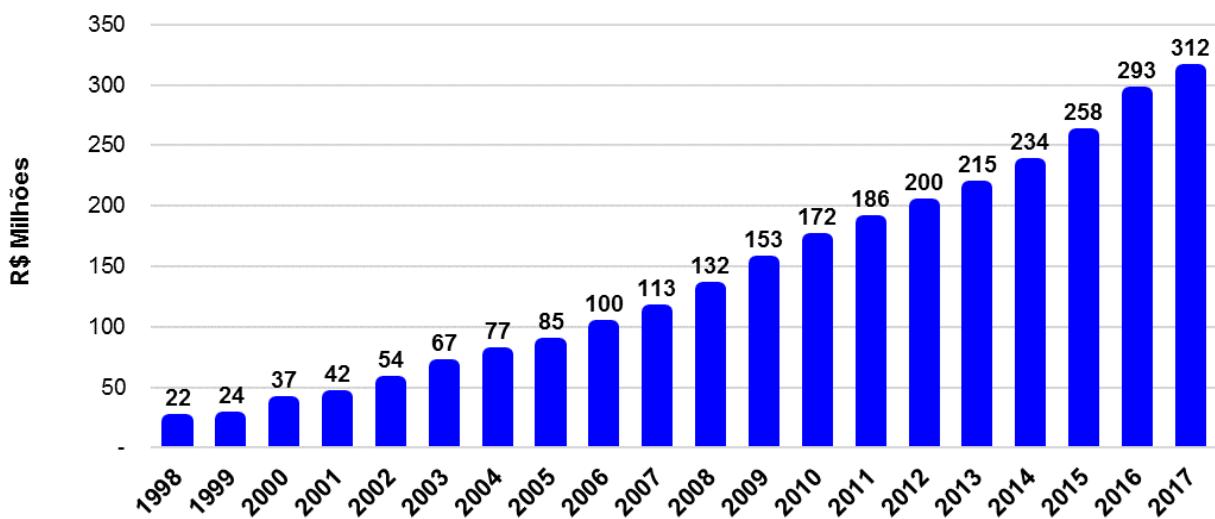
É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando quase 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios bem definidos de governança corporativa, com regras prudenciais, práticas de gestão, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparéncia. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparéncia, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2017, quando completou 38 anos, os planos administrados pela Ceres contavam com 18.702 associados, sendo 12.406 (66%) participantes e 6.296 assistidos (34%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares no valor de R\$ 312 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 2,8 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (1998 - 2017)



Atualmente, são administrados pela entidade 17 (dezessete) planos de benefícios:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2017.

Plano	CNPB	Data de início	Modalidade
Embrapa Básico	1979.0004-92	ago/1979	Benefício Definido
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92	mai/2007	Contribuição Variável
Embrater Básico*	1979.0005-65	ago/1979	Benefício Definido
Ceres Básico	2007.0010-47	out/1979	Benefício Definido
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	dez/2005	Contribuição Variável
Epagri Básico	1981.0001-19	jan/1981	Benefício Definido
Epagri-FlexCeres	2005.0023-56	jul/2005	Contribuição Variável
Epagri Saldado	2005.0022-83	jul/2005	Benefício Definido
Emater MG Básico	1982.0001-47	fev/1982	Benefício Definido
Emater MG-FlexCeres	2007.0026-47	nov/2007	Contribuição Variável
Emater MG Saldado	2007.0025-74	nov/2007	Benefício Definido
Epamig Básico	1982.0008-56	mar/1982	Benefício Definido
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	jan/2008	Contribuição Variável
Epamig Saldado	2007.0031-47	jan/2008	Benefício Definido
Cidasc-FlexCeres	2009.0011-92	jan/2010	Contribuição Variável
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11	ago/2013	Contribuição Definida
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	set/2014	Contribuição Variável

*A patrocinadora do plano Embrater Básico foi extinta pela Lei nº 8.029 de 12/04/1990 e a Ceres mantém a gestão do plano por decisão judicial.

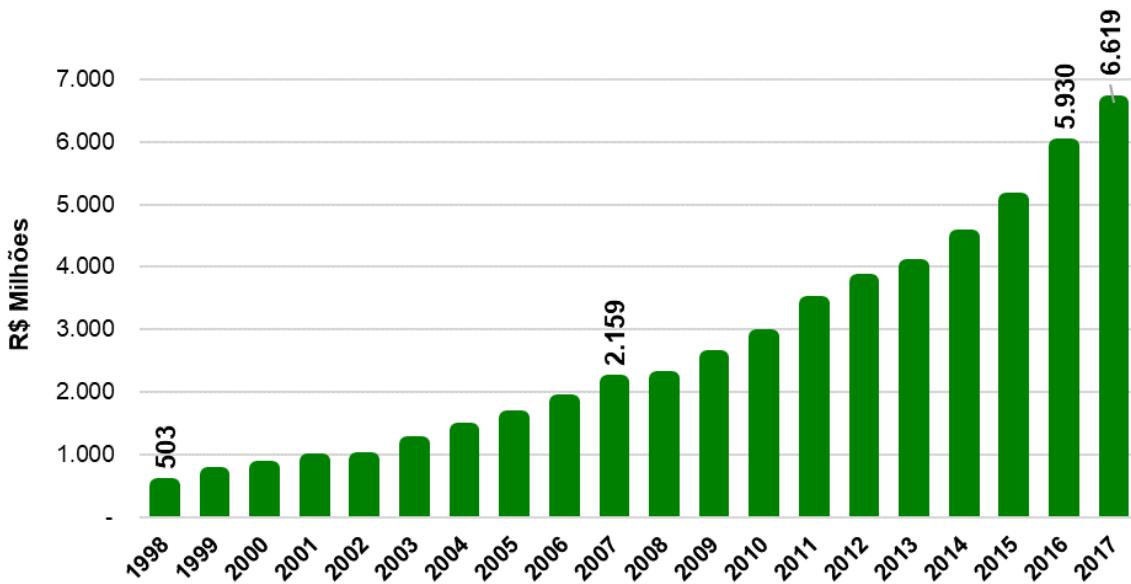
PATRIMÔNIO TOTAL

De 1998 até dezembro de 2017, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 1.215%, passando de R\$ 503 milhões para R\$ 6,619 bilhões (Gráfico 2). Em 2017, a Fundação ocupava a 20ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Nesse período (1998 a 2017), a rentabilidade obtida foi de 1.478% contra uma meta atuarial/índice de referência médios de 1.167%.

¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (1998 - 2017)



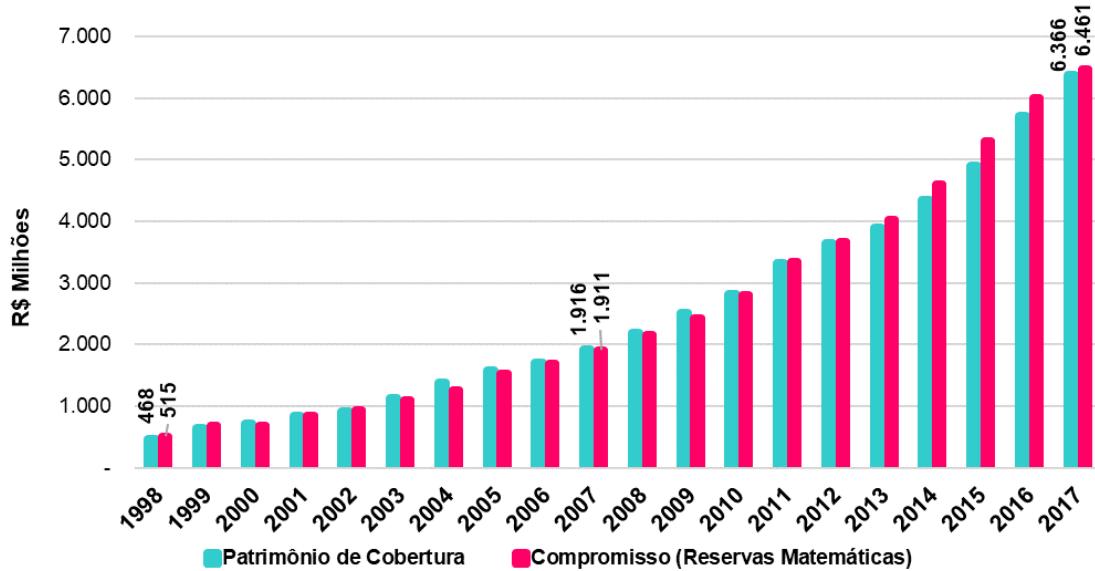
PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

O gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1998 a 2017.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (1998 - 2017)



A diferença entre o patrimônio de cobertura e os compromissos pode resultar em déficit ou superávit.

Quando o patrimônio de cobertura é superior aos compromissos tem-se um resultado superavitário.

Quando os compromissos são superiores ao patrimônio de cobertura tem-se um resultado deficitário.

Como pode-se observar no gráfico anterior, no agregado, ao longo dos anos, os planos apresentaram resultado superavitário.

Em 2017, o resultado consolidado foi deficitário em R\$ 95 milhões, impactado especialmente pelo resultado do plano Embrater Básico, que apresentou déficit acumulado de R\$ 110 milhões.

Entretanto, a partir do exercício de 2015, com base na Instrução Previc Nº 19/2015, para apuração do resultado final os planos deverão considerar o resultado técnico ajustado.

O resultado ajustado do plano considera o ajuste de precificação que representa, a valor presente, o montante das aplicações em títulos públicos marcados até o vencimento (renda fixa), ou seja, as aplicações dos recursos do plano até o final do seu ciclo de vida.

Assim, considerando essa nova orientação, o resultado consolidado (ajustado) em 2017 foi superavitário em R\$ 101 milhões.

PLANOS DE BENEFÍCIOS E RESULTADOS

Neste capítulo, os temas relacionados são: planos de benefícios, transparência e prestação de contas.

A Ceres administra 17 (dezessete) planos de benefícios previdenciários, sendo:

- 9 (nove) na modalidade de Benefício Definido (BD), dos quais seis são Básicos e três Saldados;
- 7 (sete) na modalidade de Contribuição Variável (CV); e
- 1 (um) na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Os planos Básicos e Saldados estão fechados para novas adesões.

Os planos FlexCeres (CV e CD) estão abertos para novas adesões e em processo de crescimento no número de participantes e acumulação de reservas.

Em janeiro de 2017, os benefícios dos planos Epamig-FlexCeres e Ceres-FlexCeres foram reajustados e em fevereiro, os demais assistidos dos planos tiveram os seus benefícios corrigidos, em conformidade com os seus respectivos regulamentos.

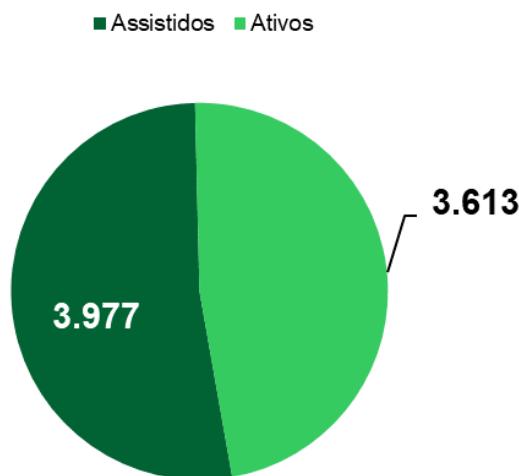
A seguir, apresentamos comentários e os principais números dos resultados de cada plano de benefícios.

PLANO EMBRAPA BÁSICO

Número de participantes

O Plano Embrapa Básico, fechado para novas adesões, detinha, em 2017, um total de 7.590 associados, sendo 3.613 participantes (47,60%) e 3.977 aposentados e pensionistas (52,40%).

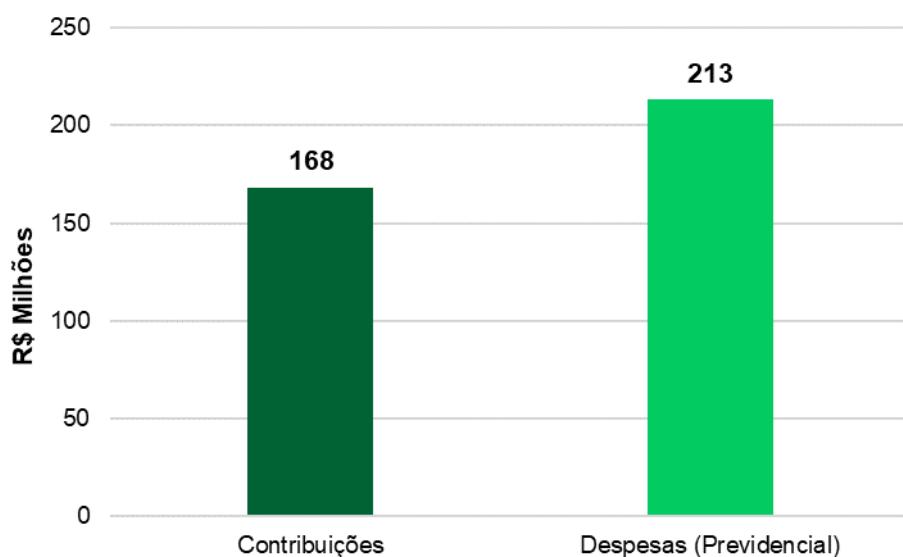
Gráfico 4: Quadro social do plano Embrapa Básico - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 168 milhões e foram pagos R\$ 213 milhões aos aposentados e pensionistas (Gráfico 5). O valor do benefício médio mensal do plano em 2017 foi de R\$ 3,9 mil.

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias do plano Embrapa Básico - 2017



PLANO EMBRAPA BÁSICO

Balanço Contábil

O ativo do plano Embrapa Básico cresceu 9,65%, passando de R\$ 3,73 bilhões, em 2016, para R\$ 4,09 bilhões, em 2017 (Quadro 2).

Do total de R\$ 4,02 bilhões (98,15% do ativo total), o montante de R\$ 3,82 bilhões (93,44% do ativo total) estava investido basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Tranquilidade, Eros e Cerrados) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), ambos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 2: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Embrapa Básico (2016/2017).

ATIVO			PASSIVO	R\$ Mil	
	2017	2016		2017	2016
DISPONÍVEL	120	134	EXIGÍVEL OPERACIONAL	20.506	18.148
REALIZÁVEL	4.091.996	3.731.693	Gestão Previdencial	19.949	17.552
Gestão Previdencial	61.175	57.721	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	14.436	11.527	Investimentos	557	596
Investimentos	4.016.385	3.662.444	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.393	3.237
Títulos Públicos	305	302	Gestão Previdencial	655	647
Ações	0	0	Investimentos	1.738	2.590
Fundos de Investimentos	3.823.490	3.464.826	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.069.217	3.710.442
Investimentos Imobiliários	147.828	153.410	Patrimônio de Cobertura do Plano	4.044.084	3.689.253
Empréstimos e Financiamentos I	44.259	43.099	Provisões Matemáticas	4.115.918	3.933.477
Depósitos Judiciais / Recursais	502	807	Benefícios Concedidos	1.741.933	1.758.895
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	2.646.666	2.471.822
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	272.680	297.240
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(71.834)	(244.223)
			Resultados Realizados	(71.834)	(244.223)
			FUNDOS	25.133	21.189
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	14.436	11.527
			Fundos dos Investimentos	10.698	9.661
TOTAL DO ATIVO	4.092.116	3.731.827	TOTAL DO PASSIVO	4.092.116	3.731.827

Os montantes investidos nos segmentos imobiliários e operações com participantes (empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos), representam uma parcela pequena do ativo total (4,69%).

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 1,74 bilhão e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 2,65 bilhões.

Enfatiza-se que o resultado negativo de 2016, de R\$ 244,2 milhões, diminuiu para R\$ 71,8 milhões em 2017, uma redução de 70,6%.

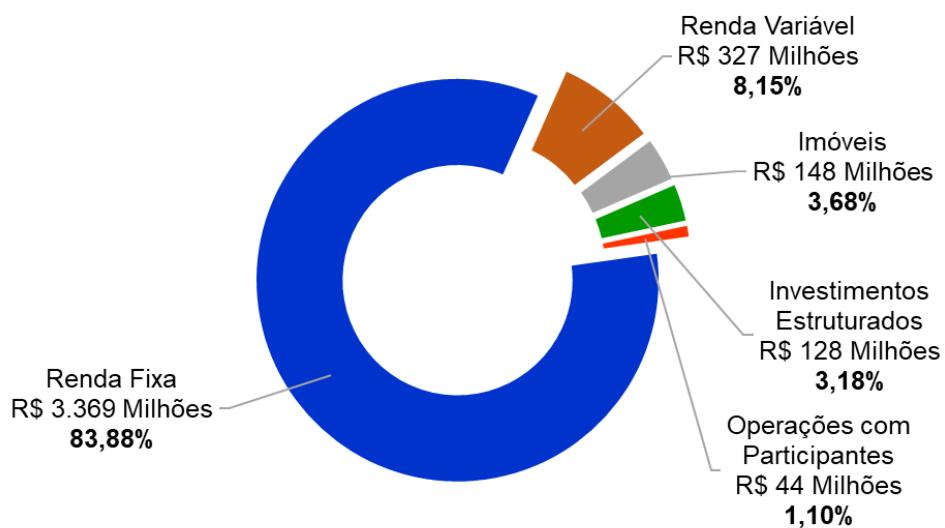
Em 2017, os fundos administrativos somaram R\$ 14,4 milhões e os fundos de investimentos R\$ 10,7 milhões.

PLANO EMBRAPA BÁSICO

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores do plano Embrapa Básico foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 83,88% do total dos investimentos, seguido das alocações em renda variável, com 8,15% do montante investido. Em imóveis foram alocados 3,68% das aplicações, investimentos estruturados 3,18% e as operações com participantes representam apenas 1,10% do total investido.

Gráfico 6: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Embrapa Básico



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 3. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 182,4 milhões nos compromissos previdenciários, valor largamente superado pelos resultados positivos de R\$ 405,6 milhões na gestão dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Embrapa Básico foi de 11,43% em 2017, tendo a meta atuarial (INPC + 5,70% a.a.) fechado em 7,88%.

Quadro 3: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	-244.223.453
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-182.441.578
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	405.639.149
Contribuições Previdenciárias	168.379.169
Despesas Previdenciárias	-213.092.472
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-6.094.842
Resultado Contábil em 2017	-71.834.027
Ajuste de Precificação	186.291.912
Resultado Técnico Ajustado em 2017	114.457.885

PLANO EMBRAPA BÁSICO

Desse modo, o resultado dos investimentos foi suficiente para acompanhar a evolução dos compromissos e ainda reduzir o déficit contábil acumulado em 2016, no valor de R\$ 244 milhões, para R\$ 71 milhões em dezembro de 2017.

Quando esse plano é analisado em termos de equilíbrio técnico ajustado, que representa a situação dos recursos garantidores no valor presente, o montante das aplicações em títulos públicos marcados até o vencimento, ou seja, até o final do seu ciclo de vida, representa um acréscimo de R\$ 186 milhões ao resultado contábil negativo de R\$ 71 milhões.

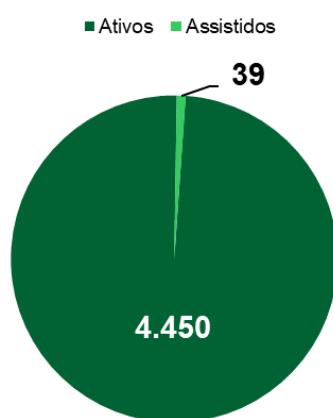
Assim, em 2017, o resultado técnico ajustado do plano Embrapa Básico foi positivo em R\$ 114,5 milhões.

PLANO EMBRAPA FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Embrapa-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, contava com 4.489 associados em 2017, sendo 4.450 (99,13%) participantes e 39 (0,87%) assistidos - aposentados e pensionistas.

Gráfico 7: Quadro social do plano Embrapa-FlexCeres - 2017



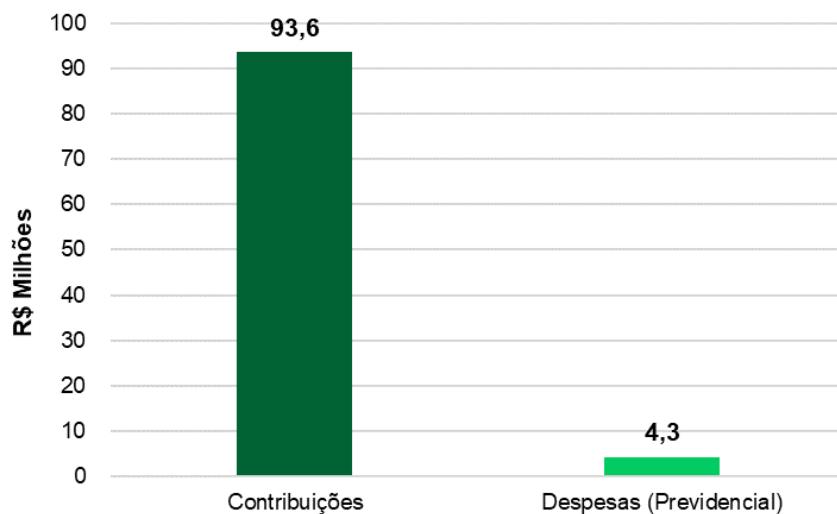
Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 93,6 milhões (Gráfico 8) para o plano.

Entre benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio doença, resgate de reserva de poupança e portabilidade foram pagos R\$ 4,3 milhões aos aposentados, pensionistas e participantes. O valor do benefício médio mensal pago pelo plano foi de R\$ 4,4 mil.

PLANO EMBRAPA FLEXCERES

Gráfico 8: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano Embrapa-FlexCeres cresceu 26,01%, passando de R\$ 691,7 milhões em 2016, para R\$ 871,6 milhões em 2017 (Quadro 4). Do total de R\$ 861 milhões (98,78% do ativo total) em 2017, R\$ 853,7 milhões (97,94% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimentos Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 4: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Embrapa FlexCeres (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	106	52	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.467	1.176
REALIZÁVEL	871.530	691.679	Gestão Previdencial	1.431	1.161
Gestão Previdencial	6.888	6.610	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	3.630	2.723	Investimentos	36	15
Investimentos	861.011	682.346	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	853.686	675.213	PATRIMÔNIO SOCIAL	870.169	690.555
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	796.995	630.305
Empréstimos	7.326	7.133	Provisões Matemáticas	796.995	629.886
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	13.765	12.242
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	783.230	617.644
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	0	418
			Resultados Realizados	0	418
			FUNDOS	73.175	60.250
			Fundos Previdenciais	68.310	56.518
			Fundos Administrativos	3.630	2.723
			Fundos dos Investimentos	1.234	1.009
TOTAL DO ATIVO	871.636	691.731	TOTAL DO PASSIVO	871.636	691.731

PLANO EMBRAPA-FLEXCERES

O montante investido no segmento de operações com participantes (empréstimos), representa uma parcela pequena (0,85%) do ativo total.

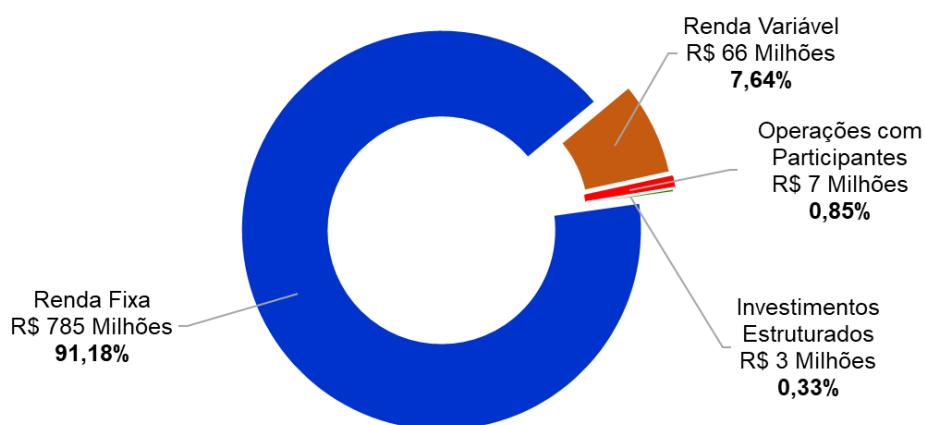
Do lado do passivo, observa-se que o total de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 13,7 milhões e o montante de benefícios a conceder foi de R\$ 783,2 milhões.

Os fundos previdenciais totalizaram R\$ 68,3 milhões, os fundos administrativos somaram R\$ 3,6 milhões e os fundos de investimentos R\$ 1,2 milhão no ano.

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores do plano Embrapa-FlexCeres foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 91,18% do total dos investimentos, seguido das alocações em renda variável, com 7,64% do montante investido. Em operações com participantes foram alocados 0,85% dos recursos e os investimentos estruturados representam apenas 0,33% do total investido (Gráfico 9).

Gráfico 9: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Embrapa-FlexCeres



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 5. Observa-se que houve um crescimento de R\$ 167,1 milhões nos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos, de R\$ 92,9 milhões, alcançado na gestão dos investimentos e R\$ 93,6 milhões do montante de contribuições.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Embrapa-FlexCeres no ano de 2017 foi de 13,23%, tendo o índice de referência (INPC + 5,85% a.a.) fechado em 8,04%.

PLANO EMBRAPA-FLEXCERES

Quadro 5: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	418.469
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-167.108.575
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	92.956.425
Contribuições Previdenciárias	93.584.063
Despesas Previdenciárias	-4.267.857
Constituição/reversão para fundo previdencial	-11.791.175
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-3.791.350
Resultado Contábil em 2017	0
Ajuste de Precificação	3.656.926
Resultado Técnico Ajustado em 2017	0

O Plano Embrapa FlexCeres encerrou 2017 em equilíbrio financeiro e atuarial.

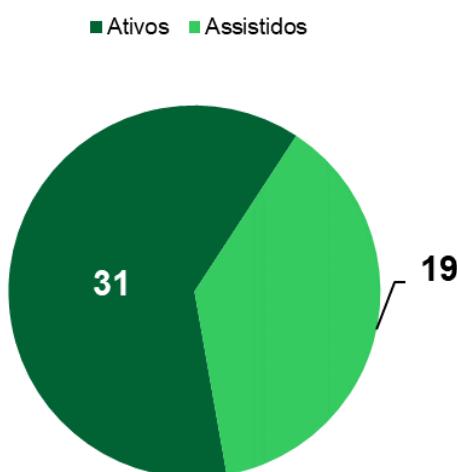
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO CERES BÁSICO

Número de participantes

O Plano Ceres Básico, fechado para novas adesões, encerrou o ano de 2017 com um total de 50 associados, sendo 31 (62%) participantes e 19 (38%) assistidos - aposentados e pensionistas

Gráfico 10: Quadro social - 2017

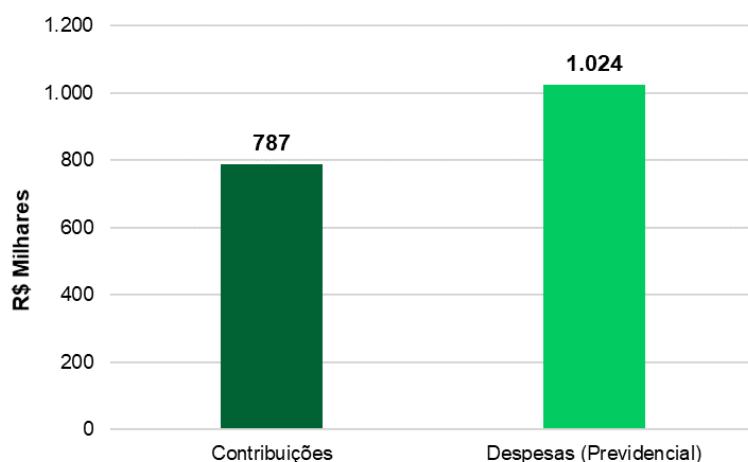


PLANO CERES BÁSICO

Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 787 mil. No ano, foram pagos R\$ 1,02 milhão aos aposentados e pensionistas, cujo benefício médio mensal foi de R\$ 4,1 mil (Gráfico 11).

Gráfico 11: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 9,89%, passando de R\$ 20,5 milhões em 2016, para R\$ 22,5 milhões, em 2017 (Quadro 6). Do total de R\$ 22,4 milhões (99,28%), R\$ 20,2 milhões (90%) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimentos Multimercado - FIM Tranquilidade, Eros e Serra da Canastra) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 6: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Ceres Básico (2016/2017).

					R\$ Mil
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	5	3	EXIGÍVEL OPERACIONAL	64	61
REALIZÁVEL	22.546	20.520	Gestão Previdencial	61	58
Gestão Previdencial	77	73	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	81	63	Investimentos	3	3
Investimentos	22.388	20.383	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7	1
Ações	0	0	Investimentos	7	1
Fundos de Investimentos	20.222	18.181	PATRIMÔNIO SOCIAL	22.480	20.460
Investimentos Imobiliários	769	797	Patrimônio de Cobertura do Plano	22.157	20.185
Empréstimos e Financiamentos I.	1.396	1.405	Provisões Matemáticas	22.244	20.297
Depósitos Judiciais / Recursais	2	0	Benefícios Concedidos	10.754	10.798
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	12.327	11.785
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	836	2.285
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(88)	(112)
			Resultados Realizados	(88)	(112)
			FUNDOS	324	275
			Fundos Administrativos	81	63
			Fundos dos Investimentos	243	212
TOTAL DO ATIVO	22.551	20.522	TOTAL DO PASSIVO	22.551	20.522

PLANO CERES BÁSICO

Os montantes investidos nos segmentos imobiliários e operações com participantes (empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos), representam uma parcela pequena (9,60%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 10,8 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 12,3 milhões.

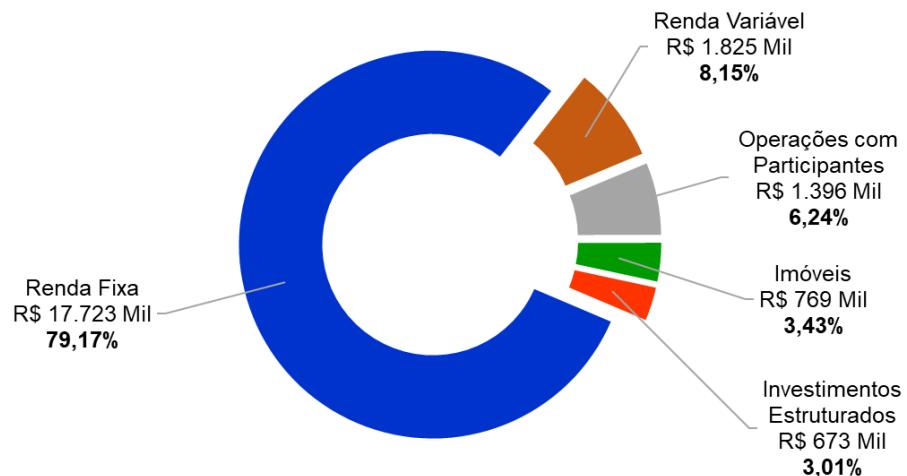
Enfatiza-se que o resultado negativo de 2016, no valor de R\$ 112 mil, diminuiu para R\$ 88 mil em 2017, uma redução de 21,6%.

Em 2017, os fundos administrativos somaram R\$ 81 mil e os fundos de investimentos R\$ 243 mil.

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 79,17% do total, seguido das alocações renda variável, com 8,15% do montante investido. Em operações com participantes foram alocados 6,24% do total investido, em imóveis 3,43%, e em investimentos estruturados 3,01% (Gráfico 12).

Gráfico 12: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Ceres Básico



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 7. Observa-se que houve um crescimento de R\$ 1,9 milhão dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 2,2 milhões da gestão dos investimentos. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Ceres Básico foi de 12,11% em 2017, tendo a meta atuarial (INPC + 5,63% a.a.) fechado em 7,81% no período.

PLANO CERES BÁSICO

Quadro 7: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	-111.967
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-1.947.259
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	2.248.660
Contribuições Previdenciárias	786.984
Despesas Previdenciárias	-1.024.331
Custeio administrativo (previsional) e outros encargos	-39.890
Resultado Contábil em 2017	-87.802
Ajuste de Precificação	928.811
Resultado Técnico Ajustado em 2017	841.008

Desse modo, o resultado dos investimentos foi suficiente para acompanhar a evolução dos compromissos e ainda reduzir o déficit contábil acumulado de R\$ 112 mil em 2016 para R\$ 87 mil em dezembro de 2017.

Quando esse plano é analisado em termos de equilíbrio técnico ajustado, que representa a situação dos recursos garantidores no valor presente, o montante das aplicações em títulos públicos marcados até o vencimento, ou seja, até o final do seu ciclo de vida, representa um acréscimo de R\$ 929 mil ao resultado contábil negativo de R\$ 87 mil.

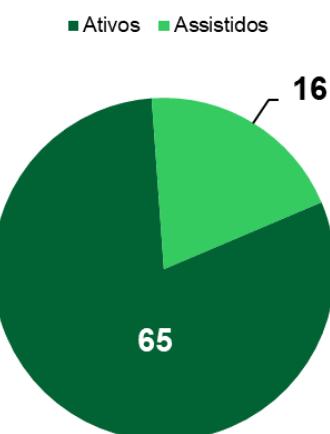
O resultado técnico ajustado do plano Ceres Básico foi positivo em R\$ 841 mil em 2017.

PLANO CERES-FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Ceres-FlexCeres, plano aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, encerrou 2017 com um total de 81 associados, sendo 65 (80%) participantes e 16 (20%) assistidos - aposentados e pensionistas.

Gráfico 13: Quadro social - 2017

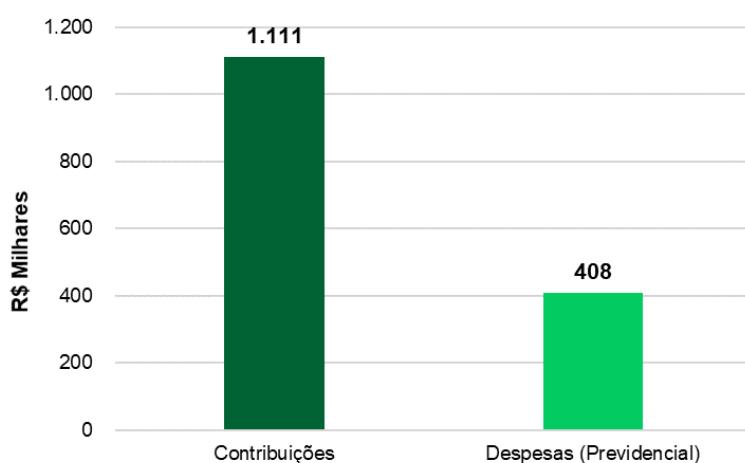


PLANO CERES-FLEXCERES

Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 1,111 milhão. As despesas previdenciárias totalizaram R\$ 408 mil, dos quais R\$ 285 mil foram destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios doença e R\$ 123 mil ao seguro para cobertura de benefícios de risco (Gráfico 14). O valor do benefício médio mensal pago pelo plano foi de R\$ 1,4 mil.

Gráfico 14: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 21,22%, passando de R\$ 8,5 milhões em 2016, para R\$ 10,4 milhões, em 2017 (Quadro 8).

Do total de R\$ 10,3 milhões (99,41%), R\$ 9,7 milhões (93,4%) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimentos Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Os montantes investidos no segmento de operações com participantes (empréstimos) representam uma parcela pequena (6%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 3 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 7,3 milhões.

Enfatiza-se que o resultado negativo de R\$ 138 mil em 2016 foi revertido e o plano encerrou 2017 com um superávit contábil de R\$ 55 mil.

Em 2017, os fundos previdenciais totalizaram R\$ 92 mil, os fundos administrativos somaram R\$ 39 mil e os fundos de investimentos R\$ 36 mil.

PLANO CERES-FLEXCERES

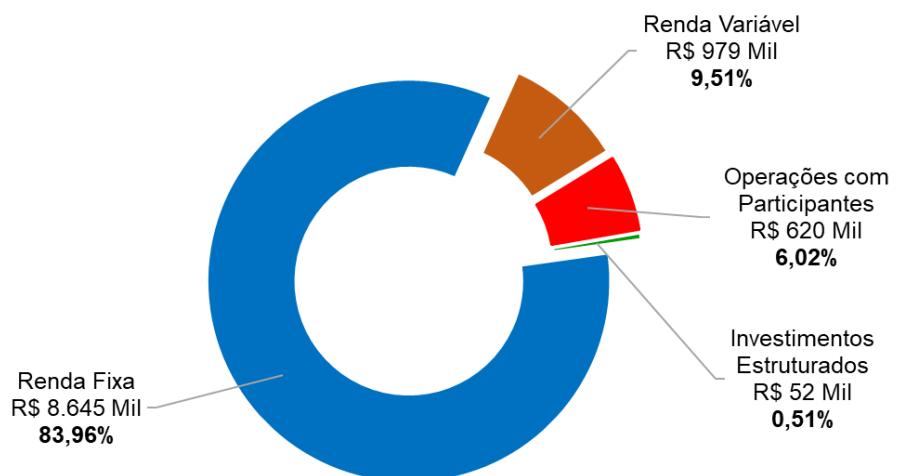
Quadro 8: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Ceres FlexCeres (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	21	20	EXIGÍVEL OPERACIONAL	5	2
REALIZÁVEL	10.335	8.524	Gestão Previdencial	4	2
Gestão Previdencial	0	2	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	39	30	Investimentos	0	0
Investimentos	10.296	8.492	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	9.676	8.075	PATRIMÔNIO SOCIAL	10.352	8.542
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	10.185	8.398
Empréstimos	620	417	Provisões Matemáticas	10.129	8.535
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	2.908	2.462
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	7.291	6.134
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	69	61
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	55	(138)
			Resultados Realizados	55	(138)
			FUNDOS	167	144
			Fundos Previdenciais	92	89
			Fundos Administrativos	39	30
			Fundos dos Investimentos	36	26
TOTAL DO ATIVO	10.357	8.544	TOTAL DO PASSIVO	10.357	8.544

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 83,96% do total, seguido das alocações renda variável, com 9,51% do montante investido. Em operações com participantes foram alocados 6,02% do total investido e em investimentos estruturados 0,51% (Gráfico 15).

Gráfico 15: Alocação dos investimentos por segmentos de aplicação – Plano Ceres-FlexCeres



PLANO CERES-FLEXCERES

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 9. Observa-se que houve um crescimento de R\$ 1,6 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 1,12 milhão na gestão dos investimentos e de R\$ 1,11 milhão do montante recebido de contribuições.

No ano de 2017, a rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Ceres-FlexCeres foi de 13,21%, tendo o índice de referência (INPC + 5,78% a.a.) fechado em 7,97%.

Quadro 9: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	-137.575
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-1.594.206
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	1.123.011
Contribuições Previdenciárias	1.111.386
Despesas Previdenciárias	-408.324
Constituição/reversão para fundo previdencial	-3.294
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-35.612
Resultado Contábil em 2017	55.386
Ajuste de Precificação	42.586
Resultado Técnico Ajustado em 2017	55.386

O resultado técnico ajustado do plano Ceres-FlexCeres em 2017 foi positivo, no valor de R\$ 55 mil.

Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO EMBRATER BÁSICO

O Plano Embrater Básico, que se encontra em extinção, detinha, em 2017, um total de 64 assistidos - aposentados e pensionistas e encerrou o exercício com resultado negativo de R\$ 110 milhões.

O plano foi originalmente patrocinado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater, extinta por meio da Lei nº 8.029/90.

Apesar deste plano não possuir recursos garantidores para fazer frente aos compromissos previdenciários com os assistidos, os benefícios de aposentadoria e pensão continuam sendo pagos por força de decisão judicial.

A Fundação Ceres tem tomado inúmeras medidas administrativas e judiciais na busca do equilíbrio financeiro do plano de benefícios, no entanto, até o presente momento sem êxito.

No exercício findo em 31/12/2017, a entidade promoveu as seguintes ações com vistas a restaurar o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios:

Em face do processo judicial movido pela Ceres contra a União Federal visando o recebimento dos recursos garantidores ter transitado em julgado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com decisão desfavorável para a Ceres, a Diretoria vislumbrou a possibilidade de rediscutir o assunto administrativamente.

Assim, em julho de 2017, a Ceres contratou a empresa de Consultoria Rodarte Nogueira e Ferreira para assessoramento técnico.

Considerando o desfecho favorável em situação análoga envolvendo outra Entidade, o Instituto GEIPREV, em que foi celebrado acordo com a União Federal para recebimento da dívida desta como sucessora legal das obrigações junto ao plano de benefícios então patrocinado pela extinta Empresa Brasileira de Trens Urbanos - EBTU, a Ceres solicitou, em dezembro de 2017, orientação junto à Presidência da Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc – CMCA visando mediação e conciliação no formato e objeto encaminhado pelo GEIPREV.

Destaca-se que a EBTU foi extinta pela mesma Lei que extinguiu a Embrater.

A partir dessa nova estratégia de ação, a Diretoria da Ceres espera superar o caso em tela por meio da intermediação da CMCA.

Balanço Contábil do plano

O plano não possui investimentos. Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 32,5 milhões, isto é, 11,34% menor com relação a 2016 (Quadro 10).

Enfatiza-se que o resultado negativo do plano Embrater Básico aumentou de R\$ 104 milhões para R\$ 110 milhões.

PLANO EMBRATER BÁSICO

Quadro 10: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Embrater Básico (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	0	0	EXIGÍVEL OPERACIONAL	77.688	67.910
REALIZÁVEL	5	4	Gestão Previdencial	77.688	67.910
Gestão Previdencial	5	4	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	0	0	Investimentos	0	0
Investimentos	0	0	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	0	0	PATRIMÔNIO SOCIAL	(77.683)	(67.906)
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	(77.683)	(67.906)
Empréstimos e Financiamentos I	0	0	Provisões Matemáticas	32.515	36.672
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	32.515	36.672
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	0	0
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(110.197)	(104.579)
			Resultados Realizados	(110.197)	(104.579)
			FUNDOS	0	0
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	0	0
			Fundos dos Investimentos	0	0
TOTAL DO ATIVO	5	4	TOTAL DO PASSIVO	5	4

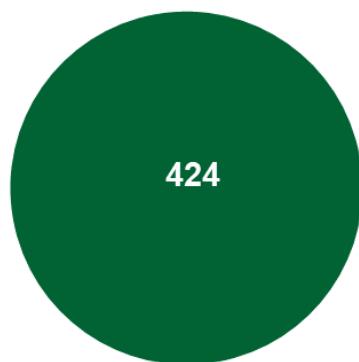
PLANO EPAGRI BÁSICO

Número de participantes

O Plano Epagri Básico, fechado para novas adesões, encerrou 2017 com um total de 424 associados, sendo todos eles assistidos - aposentados e pensionistas (Gráfico 16).

Gráfico 16: Quadro social - 2017

■ Assistidos

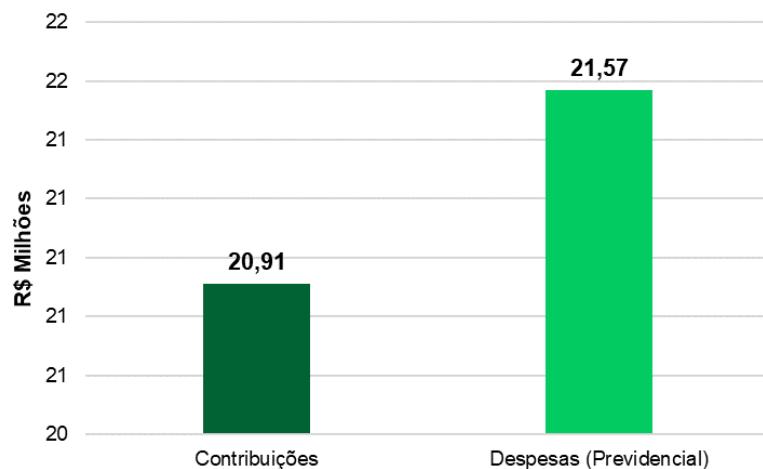


PLANO EPAGRI BÁSICO

Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, e sobretudo a patrocinadora, contribuíram com R\$ 20,1 milhões. No ano, foram pagos R\$ 21,6 milhões aos aposentados e pensionistas, cujo benefício médio mensal foi de R\$ 3,9 mil.

Gráfico 17: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 8,71%, passando de R\$ 99 milhões em 2016, para R\$ 108 milhões em 2017 (Quadro 11).

Quadro 11: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri Básico (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	9	5	EXIGÍVEL OPERACIONAL	638	610
REALIZÁVEL	107.724	99.095	Gestão Previdencial	619	596
Gestão Previdencial	3.727	3.341	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	552	436	Investimentos	19	13
Investimentos	103.446	95.318	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	662	1.351
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	662	1.351
Fundos de Investimentos	97.405	89.510	PATRIMÔNIO SOCIAL	106.433	97.140
Investimentos Imobiliários	4.029	4.181	Patrimônio de Cobertura do Plano	105.198	96.097
Empréstimos e Financiamentos I.	1.788	1.626	Provisões Matemáticas	109.840	101.506
Depósitos Judiciais / Recursais	224	0	Benefícios Concedidos	194.090	197.622
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	0	0
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	84.250	96.115
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(4.642)	(5.409)
			Resultados Realizados	(4.642)	(5.409)
			FUNDOS	1.236	1.042
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	552	436
			Fundos dos Investimentos	684	606
TOTAL DO ATIVO	107.733	99.100	TOTAL DO PASSIVO	107.733	99.100

PLANO EPAGRI BÁSICO

Em 2017, do total de R\$ 103,4 milhões (96,02% do ativo total), R\$ 97,4 milhões (90,41%) estavam investidos basicamente em dois fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimentos Multimercado - FIM Tranquilidade e Mata Atlântica) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Os montantes investidos nos segmentos imobiliário, empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos, representam uma parcela pequena (5,40%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 194 milhões, dos quais R\$ 84,3 milhões se referem a recursos de responsabilidade da patrocinadora que ainda não estão integralizados no plano.

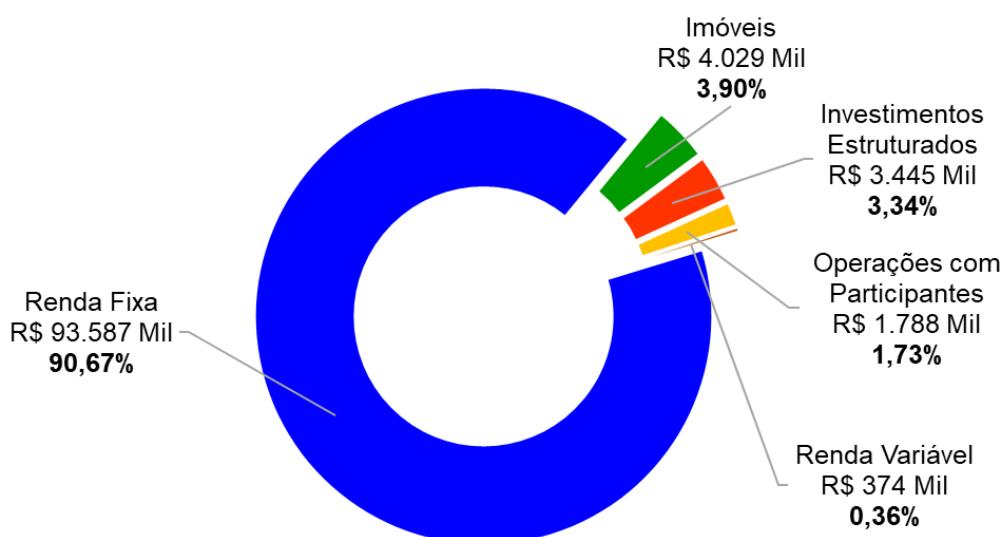
Enfatiza-se que o resultado negativo de 2016, no valor de R\$ 5,4 milhões, diminuiu para R\$ 4,6 milhões, uma redução de 14,18%.

Em 2017, os fundos administrativos somaram R\$ 552 mil e os fundos de investimentos R\$ 684 mil.

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores do plano Epagri Básico foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 90,67% do total, seguido das alocações em imóveis, com 3,90% do montante investido. Em investimentos estruturados foram alocados 3,34% do total dos recursos, em operações com participantes 1,73% e em renda variável apenas 0,36% (Gráfico 18).

Gráfico 18: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



PLANO EPAGRI BÁSICO

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 12. Observa-se que houve um crescimento de R\$ 8,3 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 10 milhões na gestão dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri Básico no ano de 2017 foi de 10,31%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,77% a.a.) fechado em 7,96% no mesmo período.

Quadro 12: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	-5.409.125
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-8.333.444
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	10.099.983
Contribuições Previdenciárias	20.911.236
Despesas Previdenciárias	-21.567.101
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-343.849
Resultado Contábil em 2017	-4.642.300
Ajuste de Precificação	4.311.591
Resultado Técnico Ajustado em 2017	-330.709

Desse modo, o resultado dos investimentos foi suficiente para acompanhar a evolução dos compromissos e ainda reduzir o déficit contábil de R\$ 5,4 milhões acumulado em 2016 para R\$ 4,6 milhões em dezembro de 2017.

Quando esse plano é analisado em termos de equilíbrio técnico ajustado, que representa a situação dos recursos garantidores no valor presente, o montante das aplicações em títulos públicos marcados até o vencimento, ou seja, até o final do seu ciclo de vida, isso representa um acréscimo de R\$ 4,3 milhões ao resultado contábil negativo de R\$ 4,6 milhões.

O resultado técnico ajustado do plano Epagri Básico, em 2017, foi negativo em R\$ 330 mil.

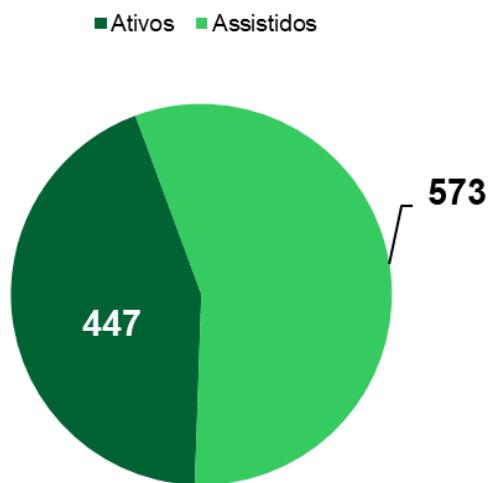
Considerando-se o resultado apresentado e, com base na legislação vigente, não é necessário a elaboração de plano de equacionamento.

PLANO EPAGRI SALDADO

Número de participantes

O Plano Epagri Saldado, fechado para novas adesões, detinha, em 2017, um total de 1.020 associados (Gráfico 19), sendo 447 (44%) participantes e 573 (56%) assistidos - aposentados e pensionistas.

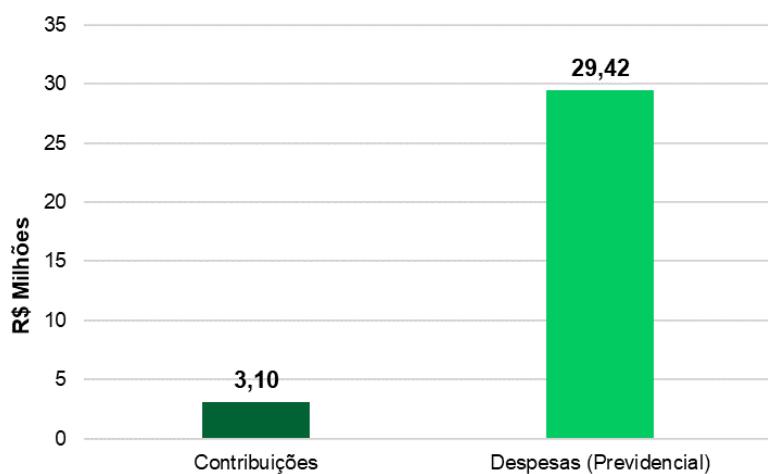
Gráfico 19: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 3,1 milhões. No ano, foram pagos R\$ 29,4 milhões aos aposentados e pensionistas, cujo benefício médio mensal foi de R\$ 3,9 mil.

Gráfico 20: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



PLANO EPAGRI SALDADO

Balanço Contábil do plano

O ativo do plano Epagri Saldado cresceu 5,04%, passando de R\$ 453,9 milhões em 2016 para R\$ 476,7 milhões, em 2017 (Quadro 13).

Em 2017, do total de R\$ 474,8 milhões (99,60% do ativo total), R\$ 452 milhões (95% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado Tranquilidade, Eros e Mata Atlântica) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação. Os montantes investidos nos segmentos imobiliário e operações com participantes (empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos), representam uma parcela pequena (4,74%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 331 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou de R\$ 118 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo aumentou de R\$ 9,6 milhões em 2016 para R\$ 23,6 milhões em 2017, refletindo um crescimento de 144,7%.

Em 2017, os fundos administrativos somaram R\$ 1,8 milhão e os fundos de investimentos R\$ 1,83 milhão.

Quadro 13: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri Saldado (2016/2017).

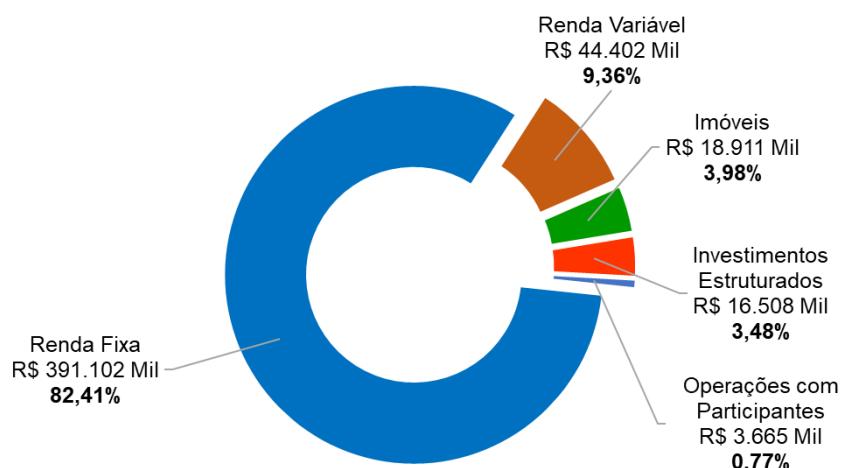
					R\$ Mil	
ATIVO	2017	2016	PASSIVO		2017	2016
DISPONÍVEL	42	19	EXIGÍVEL OPERACIONAL		481	437
REALIZÁVEL	476.683	453.841	Gestão Previdencial		408	370
Gestão Previdencial	77	87	Gestão Administrativa		0	0
Gestão Administrativa	1.807	1.490	Investimentos		73	67
Investimentos	474.798	452.264	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		169	216
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial		0	0
Ações	0	0	Investimentos		169	216
Fundos de Investimentos	452.012	429.026	PATRIMÔNIO SOCIAL		476.075	453.207
Investimentos Imobiliários	18.911	19.624	Patrimônio de Cobertura do Plano		472.441	450.123
Empréstimos e Financiamentos I.	3.665	3.615	Provisões Matemáticas		448.860	440.486
Depósitos Judiciais / Recursais	210	0	Benefícios Concedidos		331.062	305.173
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder		117.797	135.313
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico		23.581	9.637
			Resultados Realizados		23.581	9.637
			FUNDOS		3.634	3.084
			Fundos Previdenciais		0	0
			Fundos Administrativos		1.807	1.490
			Fundos dos Investimentos		1.827	1.594
TOTAL DO ATIVO	476.724	453.860	TOTAL DO PASSIVO		476.724	453.860

PLANO EPAGRI SALDADO

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores do plano Epagri Saldado foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 82,41% do total das aplicações, seguido das alocações renda variável, que equivalem a 9,36% do montante investido. Em imóveis foram alocados 3,98% do total investido, em investimentos estruturados 3,48% e em operações com participantes 0,77% (Gráfico 21).

Gráfico 21: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Epagri Saldado



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 14. Observa-se que houve um crescimento de R\$ 8,3 milhões dos compromissos previdenciários, valor largamente superado pelos resultados positivos de R\$ 49,5 milhões na gestão dos investimentos. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri Saldado foi de 11,58% no ano de 2017, tendo a meta atuarial (INPC + 5,70% a.a.) fechado em 7,88% no mesmo.

Quadro 14: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	9.636.569
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-8.373.878
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	49.572.948
Contribuições Previdenciárias	3.104.016
Despesas Previdenciárias	-29.422.151
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-936.664
Resultado Contábil em 2017	23.580.839
Ajuste de Precificação	20.142.110
Resultado Técnico Ajustado em 2017	23.580.839

O resultado técnico ajustado do plano Epagri Saldado em 2017 foi positivo em R\$ 23,6 milhões.

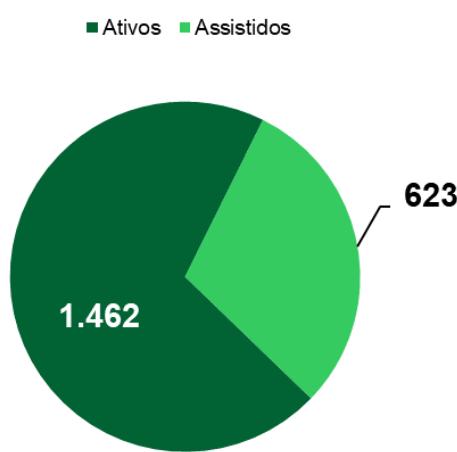
PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

Número de participantes

O Plano Epagri-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2017, um total de 2.085 associados, sendo 1.462 (70%) participantes e 623 (30%) assistidos - aposentados e pensionistas (30%), conforme apresentado no Gráfico 22, a seguir.

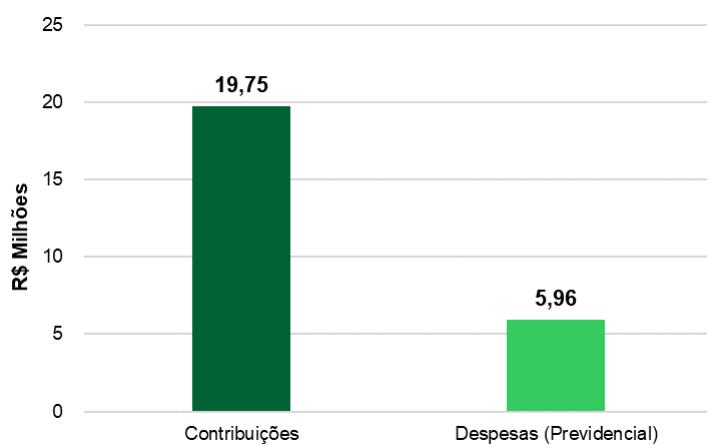
Gráfico 22: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 19,75 milhões. Das despesas previdenciárias, R\$ 5,4 milhões foram destinadas ao pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios doença e R\$ 548 mil ao resgate da reserva de poupança e portabilidade, totalizando R\$ 5,96 milhões. O benefício médio mensal foi de R\$ 664.

Gráfico 23: Contribuições e despesas previdenciárias – 2017



PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Balanço Contábil do plano

O ativo do plano Epagri-FlexCeres cresceu 19,6%, passando de R\$ 210 milhões em 2016 para R\$ 252 milhões em 2017 (Quadro 15).

Em 2017, do total de R\$ 250 milhões (99,39% do ativo total), R\$ 249 milhões (98,9% do ativo total) foram investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundo de Investimentos Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação. Os montantes investidos em operações com participantes (empréstimos) representam uma parcela pequena (0,49%) do ativo total.

Quadro 15: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epagri FlexCeres (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	R\$ Mil	
				2017	2016
DISPONÍVEL	14	20	EXIGÍVEL OPERACIONAL	617	431
REALIZÁVEL	252.108	210.783	Gestão Previdencial	614	429
Gestão Previdencial	483	1.920	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	1.032	782	Investimentos	3	2
Investimentos	250.593	208.081	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	249.367	206.742	PATRIMÔNIO SOCIAL	251.505	210.372
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	238.193	200.059
Empréstimos	1.226	1.339	Provisões Matemáticas	226.817	190.800
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	69.217	54.343
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	157.600	136.457
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	11.376	9.259
			Resultados Realizados	11.376	9.259
			FUNDOS	13.312	10.314
			Fundos Previdenciais	12.142	9.419
			Fundos Administrativos	1.032	782
			Fundos dos Investimentos	138	112
TOTAL DO ATIVO	252.122	210.804	TOTAL DO PASSIVO	252.122	210.804

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 69 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 157 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 9,3 milhões em 2016 aumentou para R\$ 11,4 milhões, em 2017, o que representa um crescimento de 22,86%.

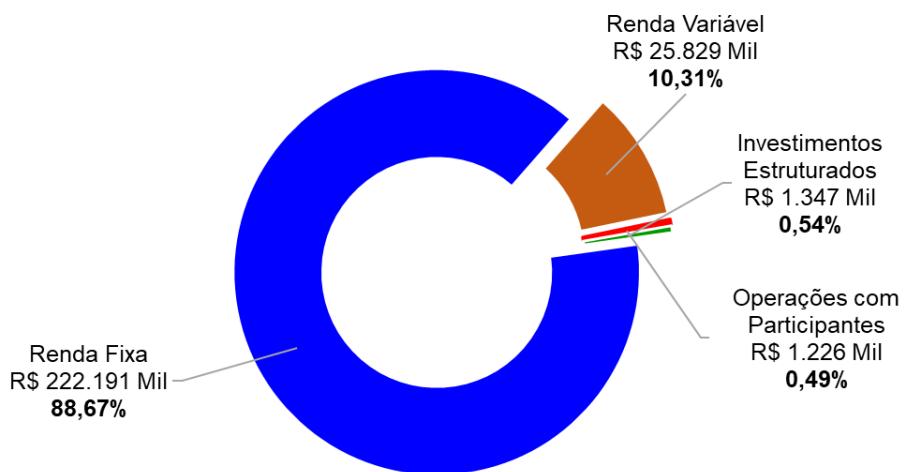
Em 2017, os fundos previdenciais totalizaram R\$ 12 milhões, os fundos administrativos somaram R\$ 1,03 milhão e os fundos de investimentos R\$ 138 mil.

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 88,67% do total dos investimentos, seguido das alocações renda variável, com 10,31% do montante investido. Em investimentos estruturados foram alocados 0,54% do total investido e em operações com participantes 0,49% (Gráfico 24).

PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Gráfico 24: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Epagri-FlexCeres



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 16. Observa-se que houve um crescimento de R\$ 36 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 28 milhões na gestão dos investimentos e de R\$ 19,7 milhões do montante recebido de contribuições. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epagri-FlexCeres, no ano de 2017, foi de 13,38%, tendo o índice de referência (INPC + 5,76% a.a.) fechado em 7,95%.

Quadro 16: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	9.258.803
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-36.017.631
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	28.059.990
Contribuições Previdenciárias	19.751.783
Despesas Previdenciárias	-5.955.379
Constituição/reversão para fundo previdencial	-2.722.674
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-999.265
Resultado Contábil em 2017	11.375.625
Ajuste de Precificação	1.241.380
Resultado Técnico Ajustado em 2017	11.375.625

Em 2017, o resultado técnico ajustado do plano Epagri-FlexCeres foi positivo em R\$ 11,4 milhões.

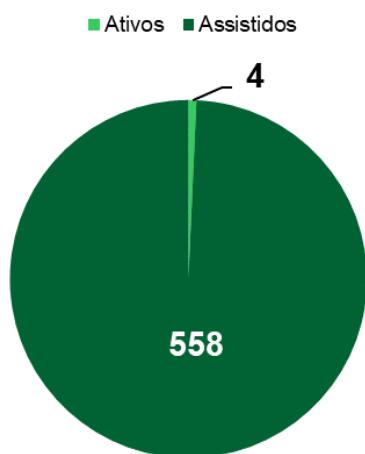
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO EMATER (MG) BÁSICO

Número de participantes

O Plano Emater (MG) Básico, fechado para novas adesões, detinha, em 2017, um total de 562 associados, sendo 4 (0,7%) participantes e 558 (99,3%) assistidos - aposentados e pensionistas.

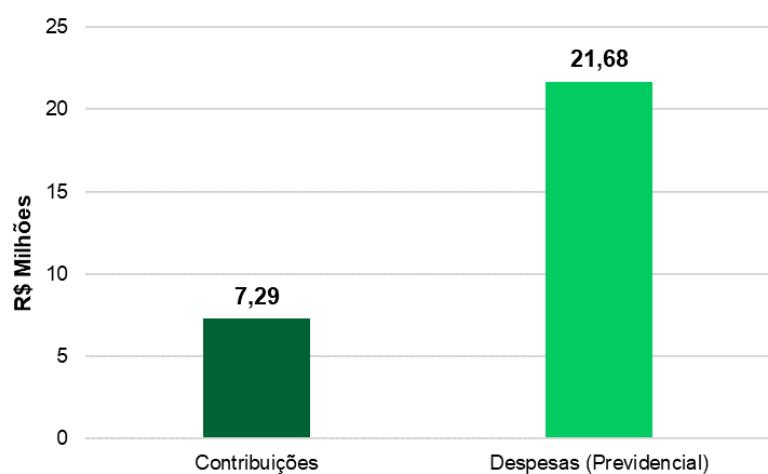
Gráfico 25: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos e, sobretudo a patrocinadora, contribuíram com R\$ 7,3 milhões. Foram pagos R\$ 21,7 milhões aos aposentados e pensionistas, cujo benefício médio mensal foi de R\$ 2,9 mil.

Gráfico 26: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



PLANO EMATER (MG) BÁSICO

Balanço Contábil do plano

O ativo do plano decresceu 1,2%, passando de R\$ 143,9 milhões em 2016 para R\$ 142,2 milhões, em 2017 (Quadro 17). Essa redução patrimonial é esperada, tendo em vista o nível de maturidade do plano² que conta, na sua maioria (99,3%), com assistidos.

Em 2017, do total de R\$ 136,8 milhões (96,22% do ativo total), R\$ 125 milhões (88% do ativo total) estavam investidos basicamente em dois fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Tranquilidade e Serra da Canastra) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação. Os montantes investidos nos segmentos imobiliários e empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos, representam uma parcela pequena do ativo total (8,11%).

Quadro 17: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Emater (MG) Básico (2016/2017).

ATIVO			PASSIVO	R\$ Mil	
	2017	2016		2017	2016
DISPONÍVEL	12	11	EXIGÍVEL OPERACIONAL	689	665
REALIZÁVEL	142.235	143.965	Gestão Previdencial	677	660
Gestão Previdencial	4.501	4.320	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	865	700	Investimentos	12	5
Investimentos	136.870	138.945	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	93	149
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	134
Ações	0	0	Investimentos	93	15
Fundos de Investimentos	125.308	127.140	PATRIMÔNIO SOCIAL	141.464	143.162
Investimentos Imobiliários	9.578	9.951	Patrimônio de Cobertura do Plano	139.267	141.250
Empréstimos e Financiamentos I.	1.955	1.855	Provisões Matemáticas	144.229	146.204
Depósitos Judiciais / Recursais	28	0	Benefícios Concedidos	181.169	185.254
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	329	300
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	37.268	39.350
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(4.962)	(4.954)
			Resultados Realizados	(4.962)	(4.954)
			FUNDOS	2.197	1.912
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	865	700
			Fundos dos Investimentos	1.332	1.212
TOTAL DO ATIVO	142.247	143.976	TOTAL DO PASSIVO	142.247	143.976

² A maturidade do plano de benefícios se expressa pela proporção de participantes em atividade e, consequentemente, em fase de contribuição, versus assistidos, já em gozo de benefícios. Quanto maior for a proporção de assistidos, mais maduro é considerado o plano. E por conseguinte maiores as previsões de desembolso financeiro frente aos seus compromissos.

PLANO EMATER (MG) BÁSICO

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 181 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 329 mil.

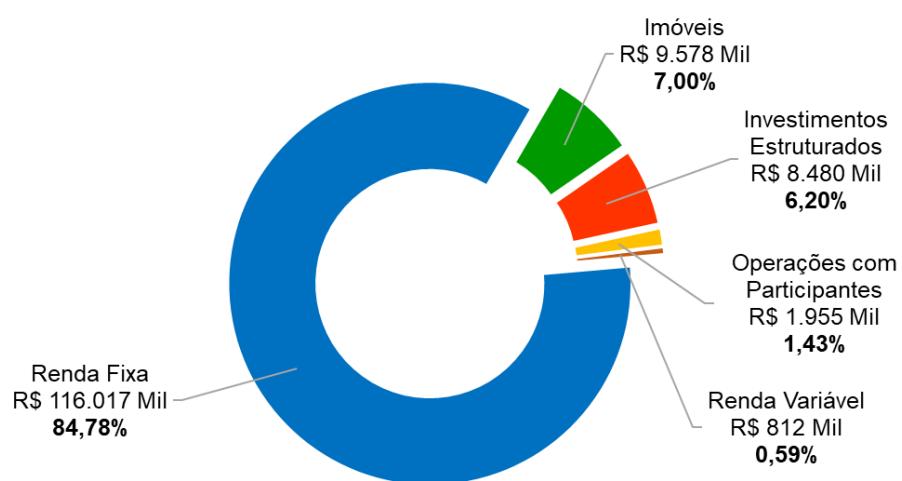
É importante destacar que R\$ 37,3 milhões se referem a recursos de responsabilidade da patrocinadora que ainda não estão integralizados no plano.

Em 2017, os fundos administrativos somaram R\$ 865 mil e os fundos de investimentos R\$ 1,33 milhão.

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores do plano Emater (MG) Básico foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 84,78% do total dos investimentos, seguido das alocações em imóveis, com 7% do montante investido. Em investimentos estruturados foram alocados 6,2% do total investido, em operações com participantes 1,43%, e em renda variável 0,59%.

Gráfico 27: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Emater (MG) Básico



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 18.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Emater (MG) Básico no ano de 2017 foi de 10,09%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,59% a.a.) fechado em 7,77% no mesmo período.

Observa-se que, no exercício de 2017, as despesas previdenciárias no valor de R\$ 21,7 milhões e as despesas administrativas com o custeio previdencial no montante de R\$ 317 mil foram superadas pelos resultados positivos de R\$ 12 milhões na gestão dos investimentos, pela redução de R\$ 1,9 milhão dos compromissos previdenciários e pelo montante recebido de contribuições no valor de R\$ 7,3 milhões.

PLANO EMATER (MG) BÁSICO

Quadro 18: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	-4.953.633
Redução dos Compromissos Previdenciários em 2017	1.974.939
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	12.728.300
Contribuições Previdenciárias	7.290.265
Despesas Previdenciárias	-21.683.827
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-317.808
Resultado Contábil em 2017	-4.961.765
Ajuste de Precificação	4.869.397
Resultado Técnico Ajustado em 2017	-92.367

Quando esse plano é analisado em termos de equilíbrio técnico ajustado, que representa a situação dos recursos garantidores no valor presente, o montante das aplicações em títulos públicos marcados até o vencimento, ou seja, até o final do seu ciclo de vida, há um acréscimo de R\$ 4,87 milhões ao resultado contábil negativo de R\$ 4,96 milhões.

O resultado técnico ajustado do plano Emater (MG) Básico, em 2017, foi negativo em R\$ 92 mil.

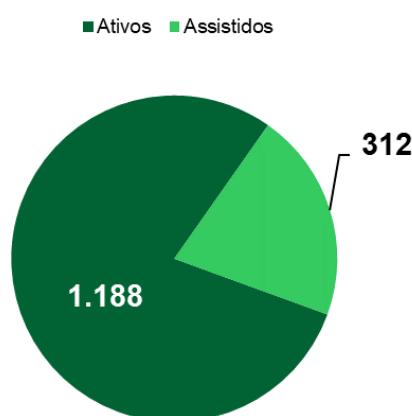
Considerando-se o resultado apresentado e, com base na legislação vigente, não é necessário a elaboração de plano de equacionamento.

PLANO EMATER (MG) SALDADO

Número de participantes

O Plano Emater (MG) Saldado, fechado para novas adesões, detinha, em 2017, um total de 1.500 associados, sendo 1.188 (79,2%) participantes e 312 (20,8%) assistidos - aposentados e pensionistas.

Gráfico 28: Quadro social - 2017

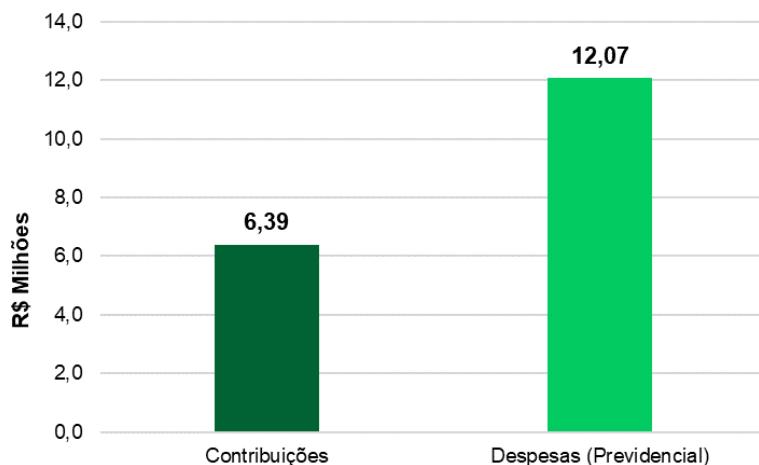


PLANO EMATER (MG) SALDADO

Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 6,4 milhões. Foram pagos R\$ 12 milhões aos aposentados e pensionistas, cujo benefício médio mensal foi de R\$ 2,9 mil.

Gráfico 29: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 6%, passando de R\$ 265 milhões em 2016, para R\$ 281 milhões em 2017 (Quadro 19).

Em 2017, do total de R\$ 221 milhões (78,6% do ativo total), R\$ 209,8 milhões (74,57% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Eros, Tranquilidade e Serra da Canastra) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Ressalta-se que existe um valor contratado de R\$ 58,9 milhões (20,9% do ativo total) a receber da patrocinadora, proveniente do saldamento do plano.

Os montantes investidos nos segmentos imobiliário, empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos representam uma parcela pequena (4,01%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 125,7 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 121,6 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 20,2 milhões em 2016 aumentou para R\$ 31,5 milhões em 2017, o que representa um crescimento de 55,5%.

Em 2017, os fundos administrativos somaram R\$ 1,3 milhão e os fundos de investimentos R\$ 992 mil.

PLANO EMATER (MG) SALDADO

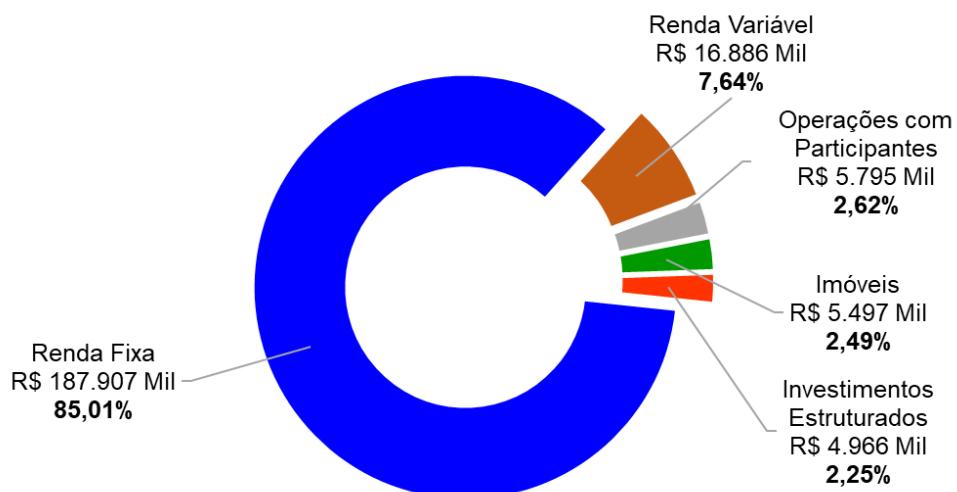
Quadro 19: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Emater (MG) Saldado (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	10	13	EXIGÍVEL OPERACIONAL	102	84
REALIZÁVEL	281.294	265.393	Gestão Previdencial	72	61
Gestão Previdencial	58.912	66.009	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	1.314	1.033	Investimentos	31	23
Investimentos	221.068	198.352	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	50	8
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	50	8
Fundos de Investimentos	209.758	186.813	PATRIMÔNIO SOCIAL	281.152	265.314
Investimentos Imobiliários	5.497	5.703	Patrimônio de Cobertura do Plano	278.847	263.457
Empréstimos e Financiamentos I.	5.795	5.835	Provisões Matemáticas	247.328	243.189
Depósitos Judiciais / Recursais	17	0	Benefícios Concedidos	125.746	124.143
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	121.582	119.046
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	31.519	20.268
			Resultados Realizados	31.519	20.268
			FUNDOS	2.305	1.856
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	1.314	1.033
			Fundos dos Investimentos	992	824
TOTAL DO ATIVO	281.304	265.406	TOTAL DO PASSIVO	281.304	265.406

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores do plano Emater (MG) Saldado foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 85,01% do total dos investimentos, seguido das alocações renda variável, com 7,64% do montante investido. Em operações com participantes foram alocados 2,62% do total investido, em imóveis 2,49% e em investimentos estruturados 2,25% (Gráfico 30).

Gráfico 30: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação - Plano Emater (MG) Saldado



PLANO EMATER (MG) SALDADO

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 20. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 4,1 milhões dos compromissos previdenciários, valor largamente superado pelos resultados positivos de R\$ 22,3 milhões na gestão dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Emater (MG) Saldado no ano de 2017 foi de 11,49%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,70% a.a.) fechado em 7,88% no mesmo período.

Quadro 20: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	20.267.882
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-4.138.526
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	22.269.007
Contribuições Previdenciárias	6.392.033
Despesas Previdenciárias	-12.074.273
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-1.197.506
Resultado Contábil em 2017	31.518.617
Ajuste de Precificação	10.270.866
Resultado Técnico Ajustado em 2017	31.518.617

O resultado técnico ajustado do plano Emater (MG) Saldado em 2017 foi positivo em R\$ 31,5 milhões.

Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

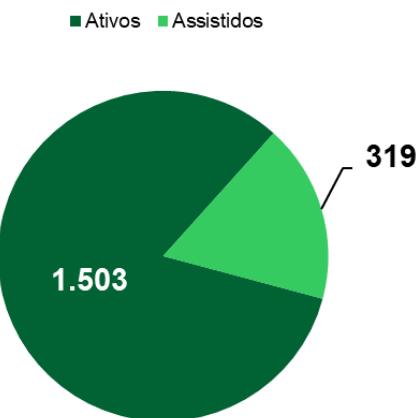
PLANO EMATER (MG) FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Emater (MG) FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2017, um total de 1.822 associados, sendo 1.503 (82,5%) participantes e 319 (17,5%) de assistidos - aposentados e pensionistas, conforme apresentado no Gráfico 31, a seguir.

PLANO EMATER (MG) FLEXCERES

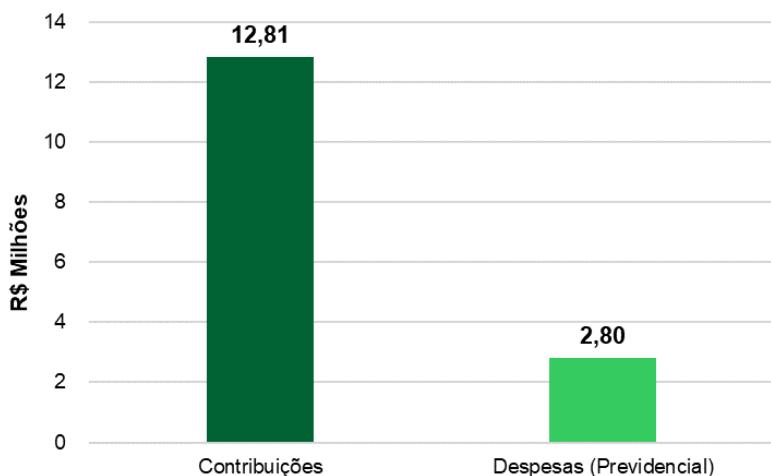
Gráfico 31: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 12,8 milhões. Foram pagos R\$ 2,8 milhões aos aposentados e pensionistas e o benefício médio mensal foi de R\$ 644.

Gráfico 32: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 20,34%, passando de R\$ 138,9 milhões em 2016 para R\$ 167,1 milhões, em 2017 (Quadro 21).

Em 2017, do total de R\$ 165,6 milhões (99,08% do ativo total), R\$ 164,7 milhões (98,55% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundo de Investimentos Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimentos em Ações - FIA Agrociência), ambos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

PLANO EMATER (MG) FLEXCERES

Quadro 21: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Emater (MG) FlexCeres (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	9	2	EXIGÍVEL OPERACIONAL	257	224
REALIZÁVEL	167.139	138.900	Gestão Previdencial	255	223
Gestão Previdencial	966	900	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	566	454	Investimentos	2	1
Investimentos	165.608	137.546	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	164.718	136.816	PATRIMÔNIO SOCIAL	166.892	138.678
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	157.808	132.479
Empréstimos	889	731	Provisões Matemáticas	150.465	126.518
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	27.909	27.112
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	122.556	99.406
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	7.342	5.961
			Resultados Realizados	7.342	5.961
			FUNDOS	9.084	6.199
			Fundos Previdenciais	8.422	5.668
			Fundos Administrativos	566	454
			Fundos dos Investimentos	97	78
TOTAL DO ATIVO	167.149	138.902	TOTAL DO PASSIVO	167.149	138.902

Os montantes investidos no segmento de operações com participantes (empréstimos), representam uma parcela pequena (0,53%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 27,9 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 122,6 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 5,9 milhões em 2016 aumentou para R\$ 7,3 milhões em 2017, o que representa um crescimento de 23,17%.

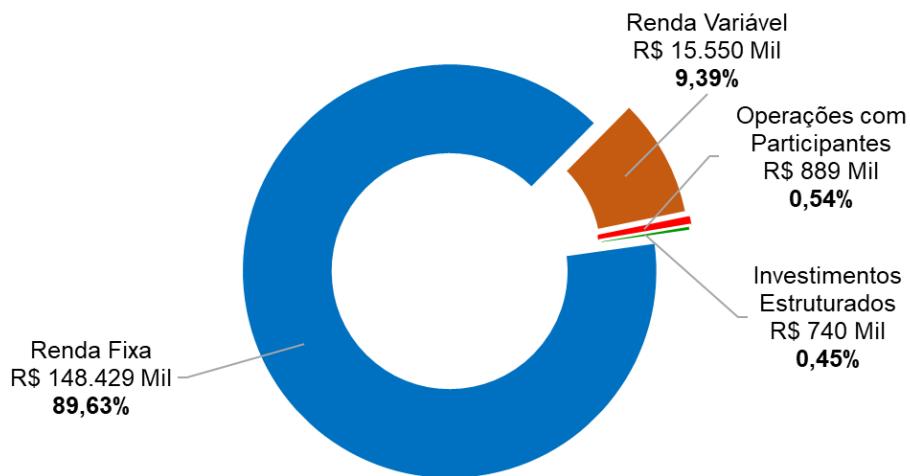
Em 2017, os fundos previdenciais totalizaram R\$ 8,4 milhões, os fundos administrativos somaram R\$ 566 mil e os fundos de investimentos R\$ 97 mil.

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores do plano Emater (MG) FlexCeres foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 89,63% do total dos investimentos, seguido das alocações renda variável, com 9,39% do montante investido. Em operações com participantes foram alocados 0,54% do total investido e em investimentos estruturados apenas 0,45% (Gráfico 33).

PLANO EMATER (MG) FLEXCERES

Gráfico 33: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Emater (MG) FlexCeres



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 22. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 23,9 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 18,3 milhões na gestão dos investimentos e de R\$ 12,8 milhões do montante de contribuições.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Emater (MG) FlexCeres no ano de 2017 foi de 13,27%, tendo o índice de referência (INPC + 5,78% a.a.) fechado em 7,97% no mesmo período.

Quadro 22: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	5.961.094
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-23.947.361
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	18.391.328
Contribuições Previdenciárias	12.812.638
Despesas Previdenciárias	-2.796.833
Constituição/reversão para fundo previdencial	-2.754.167
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-324.519
Resultado Contábil em 2017	7.342.181
Ajuste de Precificação	828.449
Resultado Técnico Ajustado em 2017	7.342.181

O resultado técnico ajustado do plano Emater (MG) FlexCeres em 2017 foi positivo em R\$ 7,3 milhões.

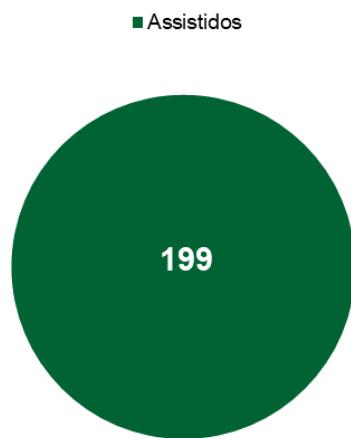
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO EPAMIG BÁSICO

Número de participantes

O Plano Epamig Básico, fechado para novas adesões, detinha, em 2017, um total de 199 associados, sendo todos eles aposentados e pensionistas (Gráfico 34).

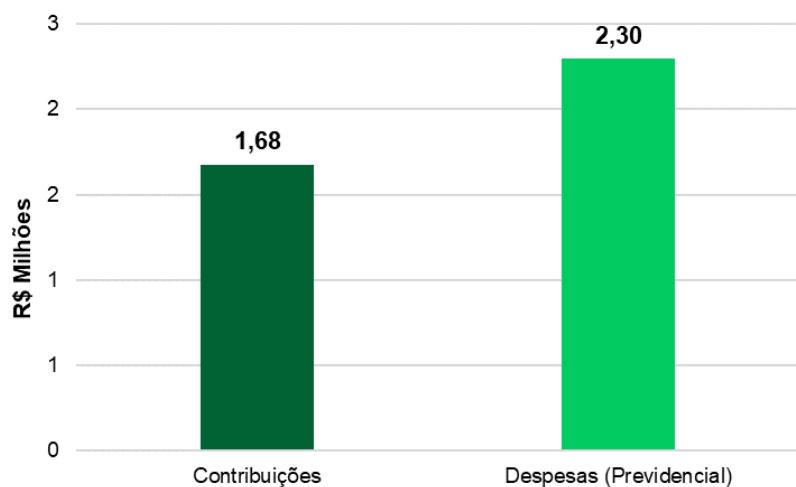
Gráfico 34: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, esses assistidos e sobretudo a patrocinadora contribuíram com R\$ 1,7 milhão. Foram pagos R\$ 2,3 milhões aos aposentados e pensionistas, cujo benefício médio mensal foi de R\$ 874.

Gráfico 35: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



PLANO EPAMIG BÁSICO

Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 3,62%, passando de R\$ 13,4 milhões em 2016 para R\$ 13,9 milhões, em 2017 (Quadro 23).

Em 2017, do total de R\$ 13,2 milhões (95,37% do ativo total), R\$ 12,2 milhões (88% do ativo total) estavam investidos basicamente em dois fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Tranquilidade e Zona da Mata) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimentos em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 23: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epamig Básico (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	R\$ Mil 2016
DISPONÍVEL	3	3	EXIGÍVEL OPERACIONAL	165	164
REALIZÁVEL	13.900	13.415	Gestão Previdencial	165	163
Gestão Previdencial	460	439	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	181	143	Investimentos	0	0
Investimentos	13.259	12.833	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	1
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	1	0
Ações	0	0	Investimentos	8	1
Fundos de Investimentos	12.240	11.775	PATRIMÔNIO SOCIAL	13.728	13.252
Investimentos Imobiliários	865	899	Patrimônio de Cobertura do Plano	13.435	13.011
Empréstimos e Financiamentos I.	152	159	Provisões Matemáticas	11.580	11.198
Depósitos Judiciais / Recursais	2	0	Benefícios Concedidos	19.831	20.150
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	0	0
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	8.251	8.952
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	1.855	1.813
			Resultados Realizados	1.855	1.813
			FUNDOS	292	241
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	181	143
			Fundos dos Investimentos	111	98
TOTAL DO ATIVO	13.902	13.417	TOTAL DO PASSIVO	13.902	13.417

Os montantes investidos nos segmentos imobiliário, empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos, representam uma parcela pequena (7,31%) do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 11,6 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 19,8 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 1,813 milhão em 2016 aumentou para R\$ 1,855 milhão em 2017, o que representa um crescimento de 2,35%.

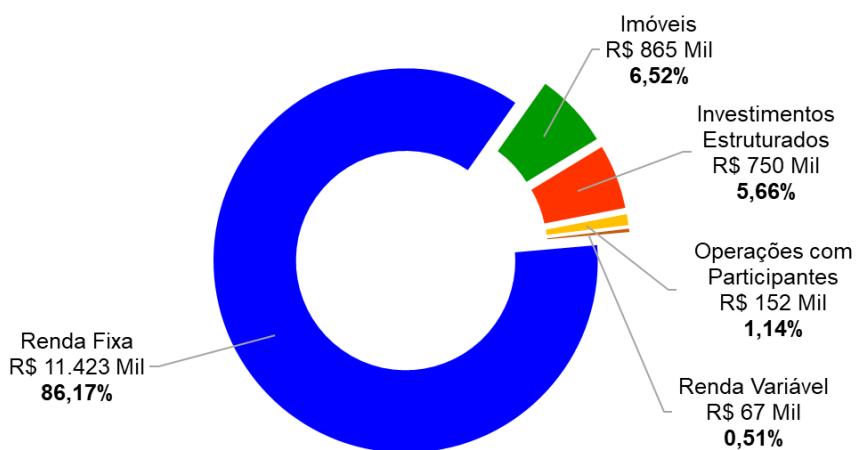
Em 2017, os fundos administrativos somaram R\$ 181 mil e os fundos de investimentos R\$ 111 mil.

PLANO EPAMIG BÁSICO

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores do plano Epamig Básico foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 86,17% do total dos investimentos, seguido das alocações imóveis, com 6,52% do montante investido. Em investimentos estruturados foram alocados 5,66% do total investido, em operações com participantes 1,14% e em renda variável 0,51%.

Gráfico 36: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Epamig Básico



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 24. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 381 mil dos compromissos previdenciários, valor largamente superado pelos resultados positivos de R\$ 1,2 milhão na gestão dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do plano Epamig Básico no ano de 2017 foi de 10,05%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,69% a.a.) fechado em 7,87% no mesmo período.

Quadro 24: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	1.812.648
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-381.820
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	1.208.645
Contribuições Previdenciárias	1.675.684
Despesas Previdenciárias	-2.295.349
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-164.531
Resultado Contábil em 2017	1.855.277
Ajuste de Precificação	481.659
Resultado Técnico Ajustado em 2017	1.855.277

O resultado técnico ajustado do plano Epamig Básico em 2017 foi positivo em R\$ 1,85 milhão.

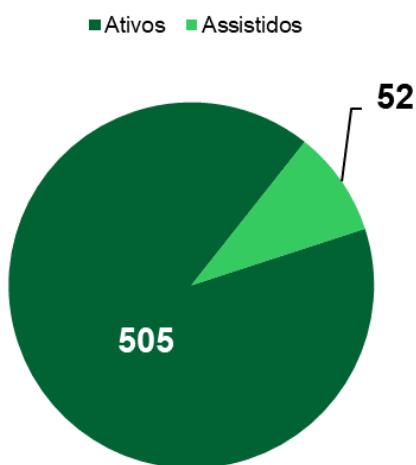
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO EPAMIG SALDADO

Número de participantes

O Plano Epamig Saldado, fechado para novas adesões, detinha, em 2017, um total de 557 associados, sendo 505 (91%) participantes e 52 (9%) assistidos - aposentados e pensionistas.

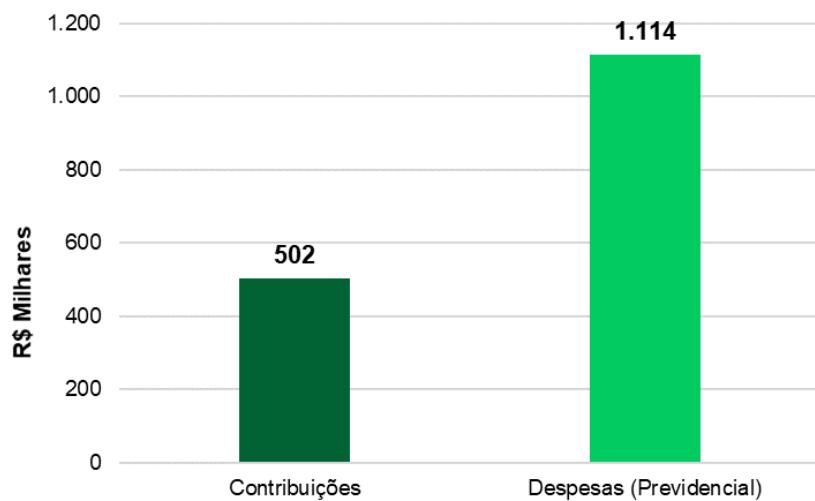
Gráfico 37: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 502 mil. Foram pagos R\$ 1,114 milhão aos aposentados e pensionistas, cujo benefício médio mensal foi de R\$ 1.582.

Gráfico 38: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



PLANO EPAMIG SALDADO

Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 9,73%, passando de R\$ 70,1 milhões em 2016 para R\$ 76,9 milhões em 2017 (Quadro 25).

Em 2017, do total de R\$ 76,5 milhões (99,33% do ativo total), R\$ 72,1 milhões (93,69% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Eros, Tranquilidade e Zona da Mata) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 25: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epamig Saldado (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	5	4	EXIGÍVEL OPERACIONAL	20	19
REALIZÁVEL	76.987	70.161	Gestão Previdencial	8	9
Gestão Previdencial	11	10	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	497	383	Investimentos	12	9
Investimentos	76.480	69.768	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	23	4
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	23	4
Fundos de Investimentos	72.136	65.351	PATRIMÔNIO SOCIAL	76.949	70.142
Investimentos Imobiliários	2.600	2.698	Patrimônio de Cobertura do Plano	76.103	69.469
Empréstimos e Financiamentos I.	1.739	1.719	Provisões Matemáticas	54.982	54.443
Depósitos Judiciais / Recursais	5	0	Benefícios Concedidos	11.184	11.198
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	43.797	43.245
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	21.121	15.026
			Resultados Realizados	21.121	15.026
			FUNDOS	846	673
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos	497	383
			Fundos dos Investimentos	349	290
TOTAL DO ATIVO	76.993	70.165	TOTAL DO PASSIVO	76.993	70.165

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 11,2 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 43,8 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 15 milhões em 2016 aumentou para R\$ 21 milhões em 2017, o que representa um crescimento de 40,56%.

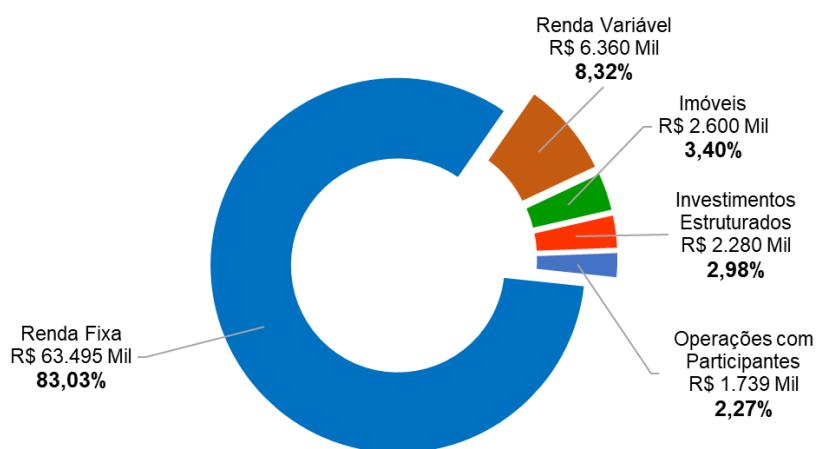
Em 2017, os fundos administrativos somaram R\$ 497 mil e os fundos de investimentos R\$ 349 mil.

PLANO EPAMIG SALDADO

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 83,03% do total dos investimentos, seguido das alocações renda variável, com 8,32% do montante investido. Em imóveis foram alocados 3,40% do total investido, em investimentos estruturados 2,98% e em operações com participantes 2,27%.

Gráfico 39: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação - Plano Epamig Saldado



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 26. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 538 mil dos compromissos previdenciários, valor largamente superado pelos resultados positivos de R\$ 7,7 milhões na gestão dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do plano Epamig Saldado no ano de 2017 foi de 11,43%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,70% a.a.) fechado em 7,88% no mesmo período.

Quadro 26: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	15.026.287
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-538.673
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	7.694.742
Contribuições Previdenciárias	501.673
Despesas Previdenciárias	-1.113.644
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-449.165
Resultado Contábil em 2017	21.121.220
Ajuste de Precificação	3.351.070
Resultado Técnico Ajustado em 2017	21.121.220

O resultado técnico ajustado do plano Epamig Saldado em 2017 foi positivo em R\$ 21 milhões.

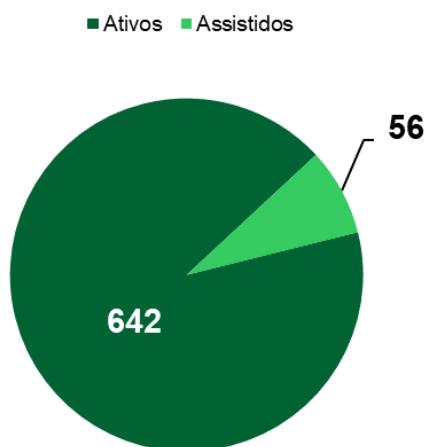
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Epamig-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2017, um total de 698 associados, sendo 642 (92%) participantes e 56 (8%) assistidos - aposentados e pensionistas (8%).

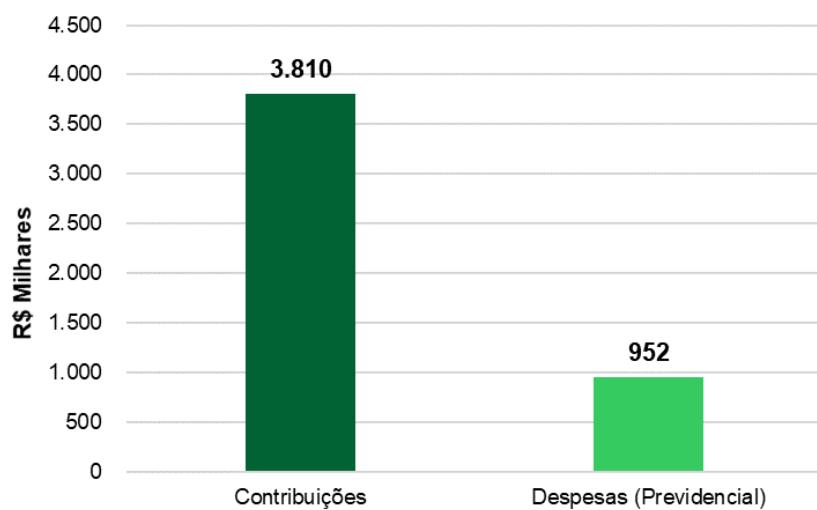
Gráfico 40: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 3,8 milhões. Com relação às despesas previdenciárias, R\$ 528 mil foram destinadas ao pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios doença, e R\$ 423 mil ao pagamento de pecúlios, resgates de reserva de poupança e portabilidades, totalizando R\$ 951 mil. O benefício médio mensal foi de R\$ 725.

Gráfico 41: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 21,49%, passando de R\$ 33,5 milhões em 2016 para R\$ 40,7 milhões em 2017 (Quadro 27).

Em 2017, do total de R\$ 39,9 milhões (98,13% do ativo total), R\$ 39,5 milhões (97,07% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 27: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epamig-FlexCeres (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	6	8	EXIGÍVEL OPERACIONAL	184	166
REALIZÁVEL	40.694	33.494	Gestão Previdencial	183	165
Gestão Previdencial	561	551	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	196	154	Investimentos	0	0
Investimentos	39.938	32.789	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	39.507	32.417	PATRIMÔNIO SOCIAL	40.517	33.336
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	38.500	31.630
Empréstimos	430	372	Provisões Matemáticas	38.500	31.494
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	5.363	4.476
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	33.137	27.018
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	0	136
			Resultados Realizados	0	136
			FUNDOS	2.016	1.706
			Fundos Previdenciais	1.766	1.508
			Fundos Administrativos	196	154
			Fundos dos Investimentos	54	44
TOTAL DO ATIVO	40.700	33.502	TOTAL DO PASSIVO	40.700	33.502

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 5,4 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 33,1 milhões.

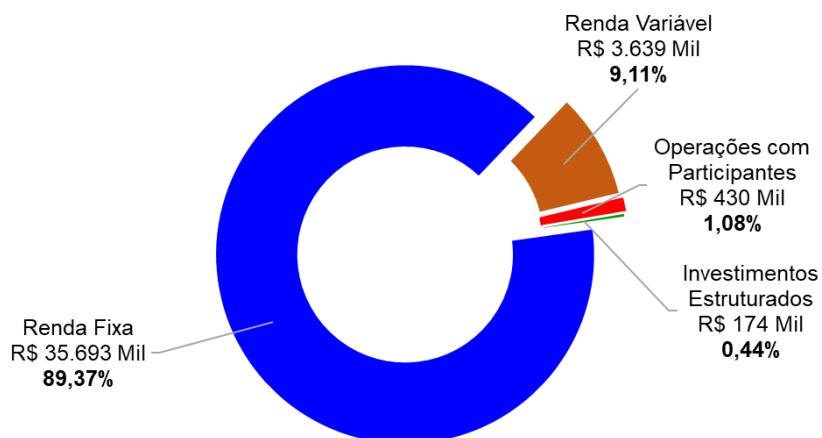
Em 2017, os fundos previdenciais totalizaram R\$ 1,8 milhão, os fundos administrativos somaram R\$ 196 mil e os fundos de investimentos R\$ 54 mil.

PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 89,37% do total, seguido das alocações renda variável, com 9,11% do montante investido. Em operações com participantes foram alocados 1,08% do total investido e em investimentos estruturados apenas 0,44% (Gráfico 42).

Gráfico 42: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Epamig-FlexCeres



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 28. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 7,0 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 4,4 milhões na gestão dos investimentos e de R\$ 3,8 milhões do montante de contribuições. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epamig-FlexCeres no ano de 2017 foi de 13,24%, tendo o índice de referência (INPC + 5,80% a.a.) fechado em 7,99% no mesmo período. O plano encerrou 2017 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Quadro 28: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	136.392
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-7.006.667
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	4.440.401
Contribuições Previdenciárias	3.809.897
Despesas Previdenciárias	-951.862
Constituição/reversão para fundo previdencial	-258.533
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-169.628
Resultado Contábil em 2017	0
Ajuste de Precificação	175.991
Resultado Técnico Ajustado em 2017	0

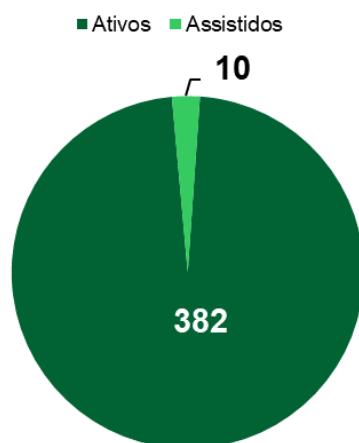
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO CIDASC-FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Cidasc-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2017, um total de 392 associados, sendo 382 (97%) participantes e 10 (3%) assistidos - aposentados e pensionistas.

Gráfico 43: Quadro social - 2017

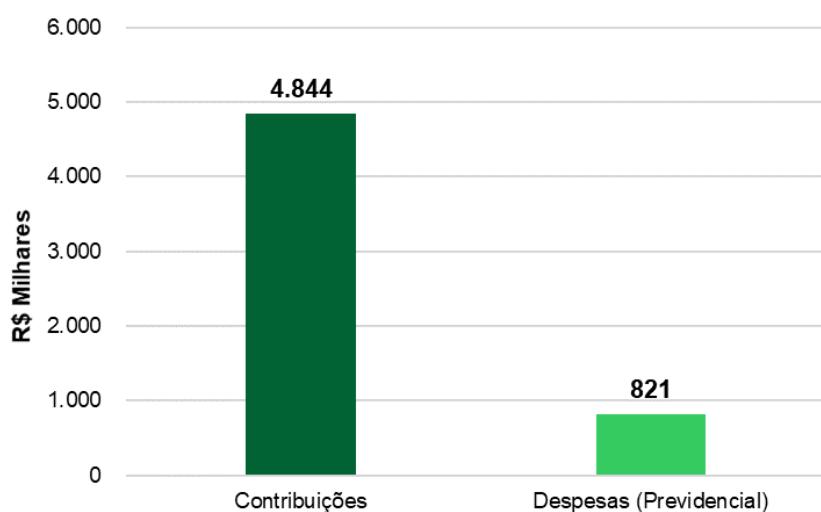


Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 4,8 milhões. Com relação às despesas previdenciárias, R\$ 84 mil foram destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios doença, R\$ 263 mil ao pagamento de pecúlios, resgates de reserva de poupança e portabilidades e R\$ 473 mil ao pagamento de seguro relativo à cobertura de benefícios de risco, totalizando R\$ 821 mil.

O benefício médio mensal foi de R\$ 650.

Gráfico 44: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



PLANO CIDASC-FLEXCERES

Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 36,26%, passando de R\$ 16,5 milhões em 2016 para R\$ 22,5 milhões em 2017 (Quadro 29).

Em 2017, do total de R\$ 22,3 milhões (99,11% do ativo total), R\$ 22,1 milhões (98,37% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 29: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Cidasc-FlexCeres (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	3	4	EXIGÍVEL OPERACIONAL	108	139
REALIZÁVEL	22.501	16.512	Gestão Previdencial	108	139
Gestão Previdencial	0	255	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	198	133	Investimentos	0	0
Investimentos	22.303	16.123	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	22.137	16.026	PATRIMÔNIO SOCIAL	22.396	16.376
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	21.651	14.229
Empréstimos	166	96	Provisões Matemáticas	21.551	14.200
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	1.003	616
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	20.548	13.584
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	100	30
			Resultados Realizados	100	30
			FUNDOS	745	2.146
			Fundos Previdenciais	543	2.010
			Fundos Administrativos	198	133
			Fundos dos Investimentos	4	3
TOTAL DO ATIVO	22.503	16.515	TOTAL DO PASSIVO	22.503	16.515

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 1 milhão e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 20,5 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 30 mil em 2016 aumentou para R\$ 100 mil em 2017, representando um crescimento de 235,83%.

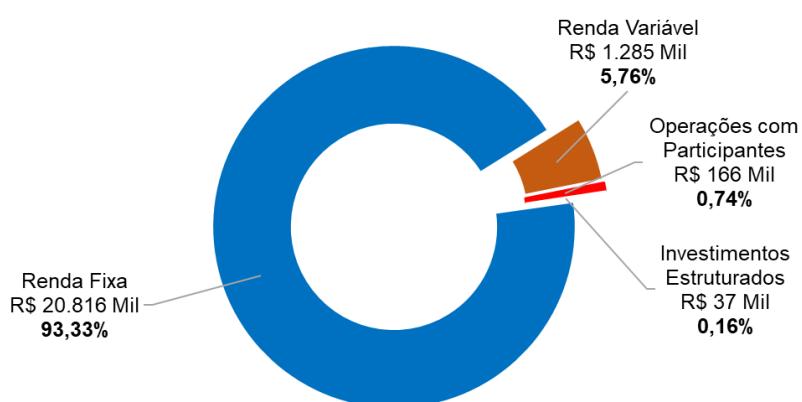
Em 2017, os fundos previdenciais totalizaram R\$ 543 mil, os fundos administrativos somaram R\$ 198 mil e os fundos de investimentos R\$ 4 mil.

PLANO CIDASC-FLEXCERES

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 93,33% do total investido, seguido das alocações renda variável, com 5,76% do montante investido. Em operações com participantes foram alocados 0,74% do total investido e em investimentos estruturados apenas 0,16% (Gráfico 45).

Gráfico 45: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Cidasc-FlexCeres



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 30. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 7,3 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 2,2 milhões na gestão dos investimentos e de R\$ 4,8 milhões do montante de contribuições. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do plano Cidasc-FlexCeres no ano de 2017 foi de 12,95%, tendo o índice de referência (INPC + 5,65% a.a.) fechado em 7,83% no mesmo período. O resultado técnico ajustado do plano em 2017 foi positivo em R\$ 100 mil.

Quadro 30: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	29.850
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-7.351.197
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	2.221.800
Contribuições Previdenciárias	4.868.730
Despesas Previdenciárias	-821.476
Constituição/reversão para fundo previdencial	1.467.083
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-314.544
Resultado Contábil em 2017	100.245
Ajuste de Precificação	124.253
Resultado Técnico Ajustado em 2017	100.245

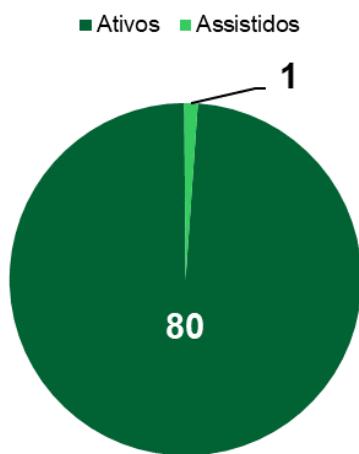
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO ABDI-FLEXCERES

Número de participantes

O Plano ABDI-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2017, um total de 81 associados, sendo 80 (99%) participantes e 1 (1%) pensionista.

Gráfico 46: Quadro social - 2017



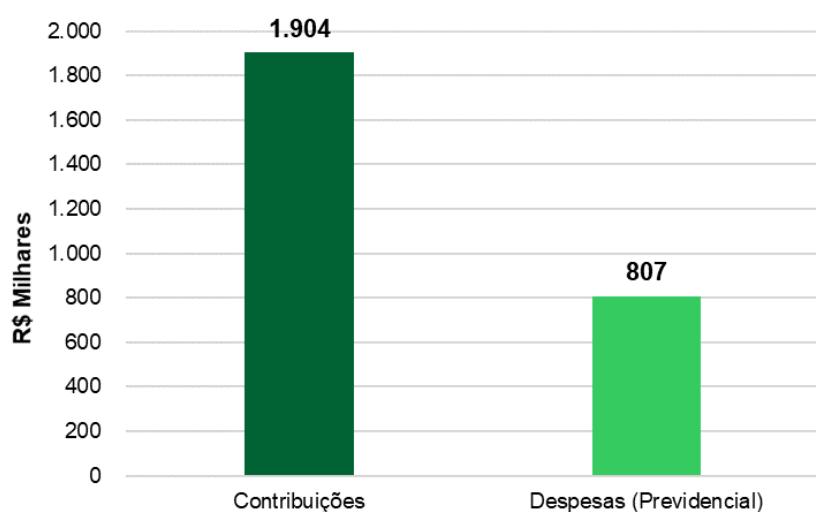
Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 1,9 milhão.

É importante registrar que, em 2017, houve um volume considerável de resgastes (R\$ 451 mil) e portabilidades (R\$ 136 mil) que, somados aos pagamentos de benefícios (R\$ 46 mil) e do seguro para cobertura dos benefícios de risco (R\$ 174 mil) totalizaram R\$ 807 mil em despesas previdenciárias no ano.

O benefício médio mensal foi de R\$ 3,5 mil.

Gráfico 47: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



PLANO ABDI-FLEXCERES

Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 24,72%, passando de R\$ 9 milhões em 2016 para R\$ 11,2 milhões em 2017 (Quadro 31).

Em 2017, R\$ 10,9 milhões (97,51% do ativo total), estavam investidos basicamente em dois fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 31: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano ABDI-FlexCeres (2016/2017).

ATIVO			PASSIVO	R\$ Mil	
	2017	2016		2017	2016
DISPONÍVEL	2	2	EXIGÍVEL OPERACIONAL	21	20
REALIZÁVEL	11.251	9.021	Gestão Previdencial	21	20
Gestão Previdencial	233	225	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	45	29	Investimentos	0	0
Investimentos	10.972	8.767	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	10.972	8.767	PATRIMÔNIO SOCIAL	11.232	9.002
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	10.711	8.616
Empréstimos	0	0	Provisões Matemáticas	10.711	8.616
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	806	757
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	9.906	7.860
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	0	0
			Resultados Realizados	0	0
			FUNDOS	521	386
			Fundos Previdenciais	475	357
			Fundos Administrativos	45	29
			Fundos dos Investimentos	0	0
TOTAL DO ATIVO	11.253	9.023	TOTAL DO PASSIVO	11.253	9.023

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 806 mil e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 9,9 milhões.

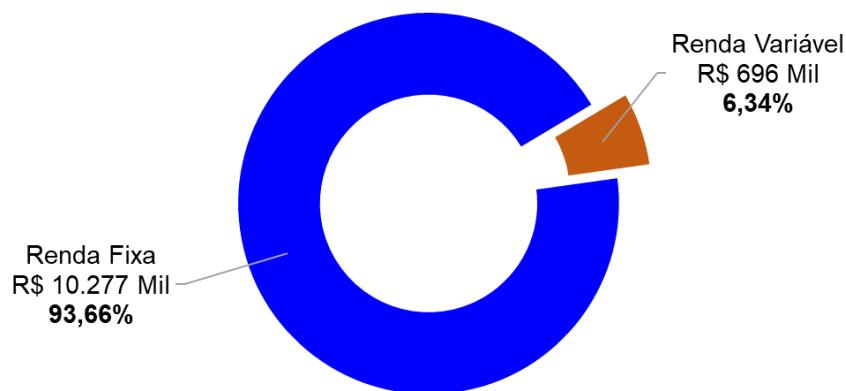
Em 2017, os fundos previdenciais totalizaram R\$ 475 mil e os fundos administrativos somaram R\$ 45 mil.

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 93,66% do total dos investimentos, seguido das alocações renda variável, com 6,34% do montante investido (Gráfico 48).

PLANO ABDI-FLEXCERES

Gráfico 48: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano ABDI-FlexCeres



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 32. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 7,3 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 1,2 milhão na gestão dos investimentos e de R\$ 1,9 milhão do montante de contribuições. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do plano ABDI-FlexCeres no ano de 2017 foi de 12,96%, tendo o índice de referência (INPC + 5,65% a.a.) fechado em 7,83% no mesmo período. O Plano ABDI FlexCeres encerrou 2017 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Quadro 32: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	0
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-2.094.731
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	1.182.919
Contribuições Previdenciárias	1.903.576
Despesas Previdenciárias	-806.650
Constituição/reversão para fundo previdencial	-117.923
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-67.191
Resultado Contábil em 2017	0
Ajuste de Precificação	62.632
Resultado Técnico Ajustado em 2017	0

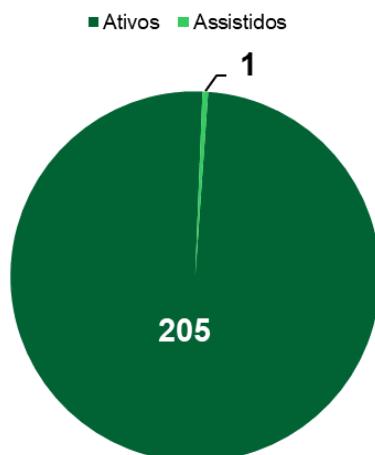
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

PLANO EMATER DF FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Emater DF FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2017, um total de 206 associados, sendo 205 (99%) participantes e 1 (1%) pensionista.

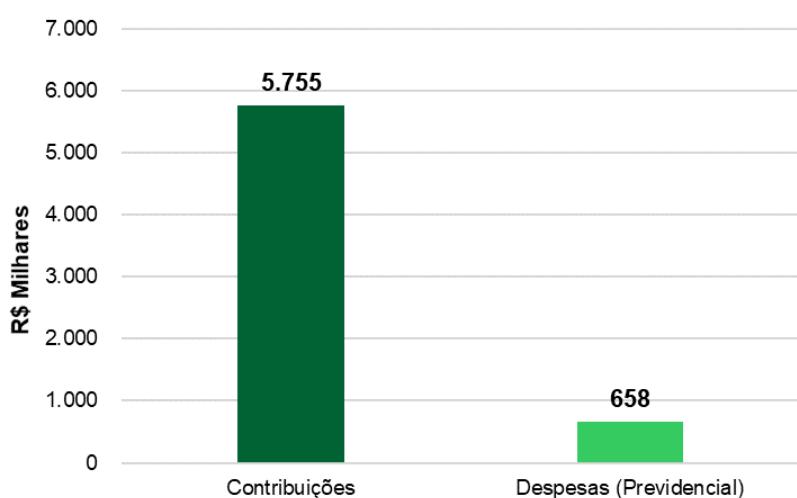
Gráfico 49: Quadro social - 2017



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2017, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 5,8 milhões. É importante registrar que, das despesas previdenciárias, R\$ 29,3 mil foram destinados ao pagamento de pensão, R\$ 18,7 mil a resgates e R\$ 610 mil ao seguro para cobertura de benefícios de risco, totalizando R\$ 658 mil. O benefício médio mensal foi de R\$ 2,2 mil.

Gráfico 50: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017



PLANO EMATER DF FLEXCERES

Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 52,42%, passando de R\$ 12,8 milhões em 2016 para R\$ 19,6 milhões em 2017 (Quadro 33).

Em 2017, R\$ 19 milhões (97,51% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 33: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Emater DF FlexCeres (2016/2017).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	443	2	EXIGÍVEL OPERACIONAL	129	102
REALIZÁVEL	19.159	12.859	Gestão Previdencial	129	102
Gestão Previdencial	0	0	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	79	48	Investimentos	0	0
Investimentos	19.080	12.811	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	19.080	12.811	PATRIMÔNIO SOCIAL	19.474	12.758
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	18.864	12.375
Empréstimos	0	0	Provisões Matemáticas	18.773	12.316
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	384	399
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	18.388	11.917
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	92	59
			Resultados Realizados	92	59
			FUNDOS	609	384
			Fundos Previdenciais	530	336
			Fundos Administrativos	79	48
			Fundos dos Investimentos	0	0
TOTAL DO ATIVO	19.603	12.861	TOTAL DO PASSIVO	19.603	12.861

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 384 mil e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 18,4 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 59 mil em 2016 aumentou para R\$ 92 mil em 2017, representando um crescimento de 55,7%.

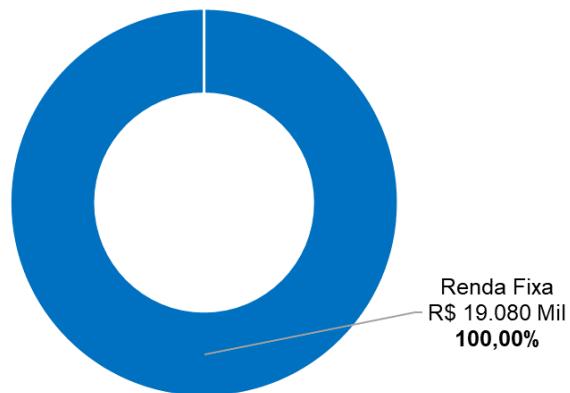
Em 2017, os fundos previdenciais totalizaram R\$ 530 mil e os fundos administrativos somaram R\$ 79 mil.

Alocação dos Investimentos por Segmento

Os recursos garantidores do plano Emater DF FlexCeres foram alocados em renda fixa (Gráfico 51).

PLANO EMATER DF FLEXCERES

Gráfico 51: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação – Plano Emater DF FlexCeres



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 34. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 6,4 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 1,7 milhão na gestão dos investimentos e de R\$ 5,7 milhão do montante de contribuições. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Emater DF FlexCeres no ano de 2017 foi de 12,33%, tendo o índice de referência (INPC + 5,88% a.a.) fechado em 8,07% no mesmo período. O resultado técnico ajustado do plano Emater DF FlexCeres em 2017 foi positivo em R\$ 91,7 mil.

Quadro 34: Resultados do plano em 2017

Resultado Contábil acumulado em 2016	58.877
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-6.456.668
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	1.749.857
Contribuições Previdenciárias	5.754.865
Despesas Previdenciárias	-658.473
Constituição/reversão para fundo previdencial	-194.149
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-162.640
Resultado Contábil em 2017	91.670
Ajuste de Precificação	81.566
Resultado Técnico Ajustado em 2017	91.670

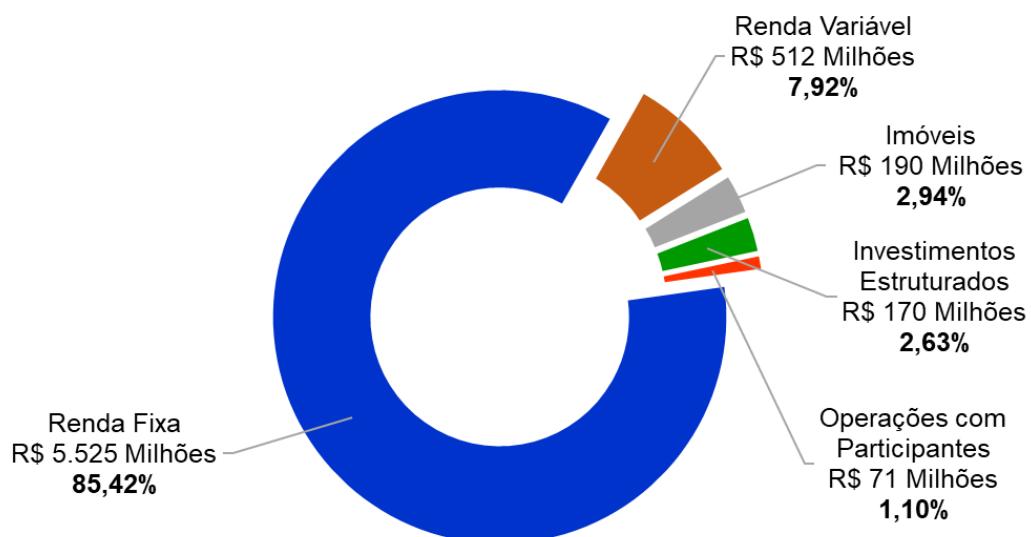
Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

INVESTIMENTOS

A gestão dos investimentos é realizada com base em uma sólida estrutura de governança corporativa, para assegurar que o processo seja prudente, seguro, transparente, participativo e independente de decisões individualizadas. As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são discutidas e tomadas, prioritariamente, por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos (GAPI), pelo Comitê de Investimentos (CI) e pela Diretoria Executiva. Os Comitês Consultivos de Planos de cada patrocinadora atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Ao final de 2017, os investimentos consolidados dos planos somavam R\$ 6,5 bilhões, valor cerca de 12% superior ao montante registrado em dezembro de 2016, e estavam distribuídos em cinco segmentos de aplicação: Renda Fixa (85,42%), Renda Variável (7,92%), Imóveis (2,94%), Investimentos Estruturados (2,63%) e Operações com Participantes (1,10%), como pode ser visto no Gráfico 52.

Gráfico 52: Composição dos investimentos consolidados por segmento de aplicação (2017).



Em 2017, foi mantida uma estratégia prudente e conservadora focada em aplicações mais tradicionais, conforme as necessidades atuariais de cada plano administrado. Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de obter taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima da meta atuarial e do índice de referência dos planos. No segmento de operações com participantes, a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos. Com relação aos demais segmentos (renda variável, imóveis e investimentos estruturados) foram mantidas as aplicações.

RESULTADOS EM 2017

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2017 foi caracterizado por uma queda marcante da inflação, causada basicamente pela perda de poder aquisitivo dos consumidores, redução acentuada da massa salarial e oferta abundante de bens e serviços que, como consequência, levaram à redução das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

A taxa Selic encerrou 2017 em 7,00% (com uma média de 9,84% no ano), o IPCA foi de 2,94%, o INPC de 2,06% e o IGP-M foi negativo de 0,53%. O mercado acionário reagiu positivamente durante o ano, com destaque para o resultado da Bolsa de Valores, medido pelo Índice Bovespa, que foi de 26,86%.

As rentabilidades projetadas na Política de Investimentos de 2017 para os segmentos de aplicação diferiram dos resultados obtidos (Quadro 35).

Quadro 35: Rentabilidades projetadas e obtidas por segmento de aplicação (2017)

Segmento	Projeção - Ano	Resultado - Ano
Renda Fixa	12,09%	10,73%
Renda Variável	13,93%	23,90%
Investimentos Estruturados	3,11%	5,01%
Imóveis	5,96%	5,78%
Operações com Participantes	15,37%	18,93%

É importante destacar que a distribuição dos investimentos difere para cada plano de benefícios, podendo alguns planos deterem investimentos em determinados segmentos (renda fixa e/ou renda variável e/ou investimentos estruturados e/ou imóveis e/ou operações com participantes) e outros não.

RENDA FIXA

Os retornos dos investimentos em renda fixa foram de 10,73%. O resultado, menor que o esperado, deve-se, basicamente, a uma redução mais acentuada da Taxa Selic e à forte queda dos índices de inflação, notadamente o IPCA, principal indexador dos títulos públicos integrantes das carteiras dos fundos exclusivos.

Em 2017, a gestão dos recursos no segmento da renda fixa manteve-se alinhada à estratégia estabelecida na Política de Investimentos. As aplicações foram direcionadas para a aquisição de títulos públicos federais, concentrando em NTN-Bs.

Em 21 de dezembro de 2017, os recursos alocados nos fundos exclusivos Eros e Tranquilidade foram segregados em seis novos fundos, conforme o processo de reestruturação da gestão dos ativos.

A mudança teve o objetivo de melhorar a segregação dos ativos de cada plano ou conjunto de planos e estabelecer uma composição de carteiras em harmonia com a duração do passivo de cada um deles.

RENDA FIXA

Os novos Fundos de Investimentos, criados e operacionalizados a partir de 22 de dezembro de 2017, e os respectivos planos aos quais estão vinculados são:

- Fundo 1 – BD1 Cerrados: Embrapa Básico;
- Fundo 2 – BD2 Zona da Mata: Epamig Básico e Epamig Saldado;
- Fundo 3 – BD3 Serra da Canastra: Emater (MG) Básico, Emater (MG) Saldado e Ceres Básico;
- Fundo 4 – BD4 Mata Atlântica: Epagri Básico e Epagri Saldado;
- Fundo 5 – BD5Flex – Planalto: Embrapa-FlexCeres, Ceres-FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epagri-FlexCeres, Epamig-FlexCeres, Cidasc-FlexCeres e Emater DF FlexCeres;
- Fundo 6 – CDFlex – Planalto Central: Embrapa-FlexCeres, Ceres-FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epagri-FlexCeres, Epamig-FlexCeres, Cidasc-FlexCeres, Emater DF FlexCeres, ABDI-FlexCeres e Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Ao final de 2017, o saldo aplicado em renda fixa totalizou R\$ 5,52 bilhões, o que equivale a 85,42% do total dos investimentos dos planos. Do total investido, 87,91% estão alocados em títulos públicos e 12,09% em títulos privados (Quadro 36).

Quadro 36: Composição dos ativos de renda fixa em 2017.

Investimentos/Ativos	Valor (R\$ Mil)	% sobre o Total Geral
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional série B	3.859.815	69,86%
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional série C	504.482	9,13%
NTN-O - Nota do Tesouro Nacional Over	492.746	8,92%
Total - Títulos Públicos	4.857.044	87,91%
CDB - Certificado de Depósito Bancário	65.951	1,19%
CCI - Cédula de Crédito Imobiliário	12.972	0,23%
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	88.908	1,61%
Debêntures	296.317	5,36%
Letra Financeira	177.385	3,21%
FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	26.489	0,48%
Total - Títulos Privados e Fundos	668.022	12,09%
Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos)	(118)	0,00%
Total Geral - (Títulos Públicos e Privados)	5.524.949	

RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2017, as aplicações em renda variável totalizaram R\$ 512 milhões, que equivalem a 7,92% do total dos recursos dos planos de benefícios. O desempenho no segmento superou as expectativas e proporcionou uma rentabilidade de 23,90% no ano.

Em renda variável, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações – FIA Agrociência, de gestão própria da Fundação Ceres e que concentra 96% dos recursos alocados no segmento. Além do Fundo Agrociência, a Ceres possui investimentos em dois fundos com gestão terceirizada que concentram apenas 4% dos recursos aplicados em renda variável. Esses fundos investem em diferentes setores da economia como alimentação, mineração, petróleo, siderurgia, finanças, entre outros.

O FIA Agrociência obteve uma rentabilidade de 22,91%, superando a meta atuarial dos planos que detêm suas cotas. Esse desempenho ficou abaixo do IBrX 100, cuja variação foi de 27,54% no ano.

Em 2017, os recursos investidos no Fundo Agrociência estavam assim distribuídos:

Quadro 37: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria).

Ação/Papel	Valor (R\$ Mil)	% sobre o Total
BRADESCO/PN	37.035	7,53%
BRF FOODS/ ON	45.245	9,20%
B3 SA/ON	14.586	2,97%
CCR RODOVIAS/ON	28.660	5,83%
HYPERMARCAS/ON	49.597	10,09%
ITAÚ UNIBANCO/PN	54.320	11,05%
LOJAS RENNER/ON	65.039	13,23%
PETROBRAS/PN	33.050	6,72%
VALE/PN	49.304	10,03%
VALID/ON	28.620	5,82%
NTN - Nota do Tesouro Nacional	83.768	17,04%
Contas a Pagar/a Receber	2.329	0,47%
Total	491.553	100,00%

A identificação dos fundos de gestão terceirizada, seus respectivos gestores e os montantes aplicados estão apresentados no Quadro 38, a seguir:

Quadro 38: Composição, gestores e fundos de renda variável (gestão terceirizada).

Fundo	Gestor Externo	Valor (R\$ Mil)	% sobre o Total Geral
FIA Fator Sinergia V	Fator Administração de Recursos	11.231	54,96%
FIA Sul America Expertise II	Sul América DTVM S.A.	9.202	45,04%
Total		20.433	100,00%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Em 2017, a alocação no segmento de investimentos estruturados totalizou R\$ 170 milhões, correspondendo a 2,63% do total de recursos dos planos.

De acordo com a estratégia para o segmento, não foram adquiridas cotas de novos fundos, sendo apenas realizados aportes nos atuais fundos de investimentos cujo capital comprometido pela Ceres havia sido definido no momento da sua aquisição.

Os recursos estão alocados em 17 (dezessete) fundos de investimentos, sendo 4 (quatro) Fundos de Investimentos Imobiliários – FII, 9 (nove) Fundos de Investimentos em Participações - FIP e 4 (quatro) Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes – FMIEE. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros. No ano, a rentabilidade obtida foi de 5,01%.

Ao final de 2017, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 39):

Quadro 39: Composição, gestores e montante fundos terceirizados.

Fundo	Gestor Externo	Valor (R\$ Mil)	% sobre o Total Geral
FII RB Capital	RB Capital Investimentos Ltda	5.985	3,52%
FII Claritas Logística	Claritas Adm. de Recursos	16.871	9,93%
FII Hermes	Rio Bravo DTVM Ltda	16.785	9,88%
FII Projeto Água Branca	Coinvalores CCVM Ltda	51.375	30,24%
Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários)		91.016	53,57%
FIP Caixa Ambiental	Mantiq Investimentos S/A	1.651	0,97%
FIP Inseed FIMA	Inseed Investimentos Ltda	3.136	1,85%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Patners Ltda	3.554	2,09%
FIP Brasil Mezanino	Darby Stratus Adm de Inv. Ltda	2.230	1,31%
FIP DGF FICPAC 2	Santander DTVM S.A	7.915	4,66%
FIP Brasil Agronegócio	BRZ Investimentos Ltda	8.606	5,07%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	7.449	4,38%
FIP Caixa Incorporação Imobiliária	Caixa Econ. Federal	10.637	6,26%
FIP Angra Infra	Angra Patners Ltda	12.482	7,35%
Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações)		57.660	33,94%
FMIEE Fipac Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	1.090	0,64%
FMIEE Mercatto Alimentos	Mercatto Gestão de Recursos	6.476	3,81%
FMIEE Nordeste II	Rio Bravo DTVM Ltda	462	0,27%
FMIEE Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos	13.193	7,77%
Total - FMIEE (Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes)		21.221	12,49%
Total Geral (FII, FIP e FMIEE)		169.897	

IMÓVEIS

Os ativos alocados nesse segmento têm o objetivo de gerar fluxo de caixa a partir da renda de aluguéis dos imóveis.

Durante o ano de 2017, a alocação de R\$ 190 milhões em imóveis permaneceu inalterada e correspondia a 2,94% dos recursos dos planos. A carteira é formada por 2 (duas) participações em shoppings centers, 4 (quatro) prédios comerciais e por 2 (duas) salas comerciais (Quadro 40).

Quadro 40: Composição e valor dos ativos – segmento imóveis - 2017.

Ativo/Local	Valor (R\$ Mil)	% sobre o Total
Shopping Center	131.084	68,96%
Shopping Conjunto Nacional - DF	69.393	36,51%
Shopping Center Recife - PE	61.691	32,46%
Prédios Comerciais	45.384	23,88%
Edifício José Guerra - SP	19.512	10,27%
Edifício Cenesp Bloco "C" - SP	15.025	7,90%
Edifício Cenesp Bloco "J" - SP	1.067	0,56%
Edifício Ceres - DF	9.780	5,15%
Salas Comerciais	13.609	7,16%
Edifício Corporate Sala 303 - DF	6.612	3,48%
Edifício Corporate Sala 304 - DF	6.997	3,68%
TOTAL	190.077	

No ano, a rentabilidade obtida foi de 5,78%, próxima ao resultado esperado de 5,96%.

Todos os imóveis são de gestão própria da Ceres.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Os empréstimos disponibilizados pela Ceres obedecem às modalidades e às regras de investimentos permitidas para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Esses investimentos são destinados aos participantes e assistidos e, ao final de 2017, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 71,4 milhões, correspondente a 1,10% do total de recursos dos planos.

No ano, a rentabilidade obtida foi de 18,93%, acima do resultado esperado de 15,37%.

As quantidades e valores concedidos³ da carteira de empréstimos nos últimos dois anos e os montantes da carteira de financiamento imobiliário estão apresentados nos quadros 41 e 42.

³ Os valores apresentados de “concessões de empréstimos no período” representam o total contratado pelo participante ou assistido, não representando necessariamente o montante de recursos liberado.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Quadro 41: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples.

Descrição	2016	2017	Variação (%)
Valor Total da Carteira - R\$ Mil	68.715	70.719	2,92%
Quantidade de Contratos	4.632	4.316	-6,82%
Concessões de Empréstimos no período - R\$ Mil	37.444	37.166	-0,74%
Quantidade de Concessões no período	1.645	1.452	-11,73%

Quadro 42: Montante e nº de contratos no segmento de financiamento imobiliário.

Descrição	2016	2017	Variação (%)
Valor Total da Carteira - R\$ Mil	686	687	0,15%
Quantidade de Contratos	33	26	-21,21%

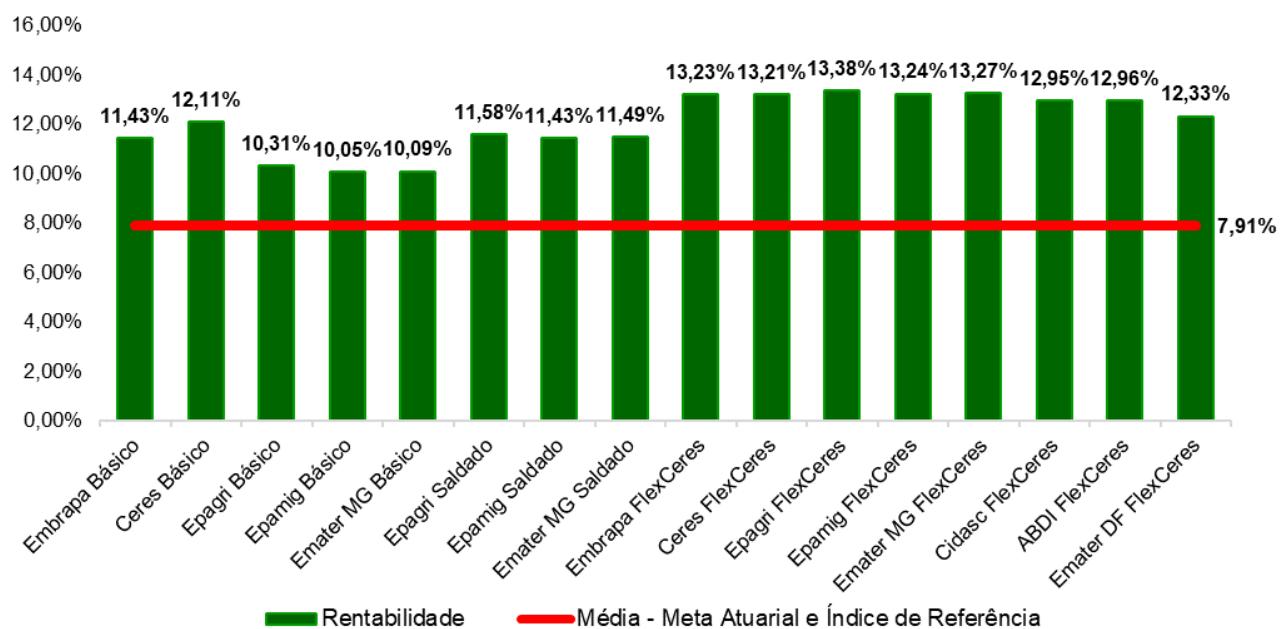
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

A Política de Investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de benefícios. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possui características específicas.

Em 2017, as rentabilidades dos planos administrados pela Ceres superaram as respectivas metas atuariais e índices de referências.

Os resultados estão demonstrados no gráfico, a seguir.

Gráfico 53: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No item “Demonstrativo de Investimentos”, descrito nas páginas 78 a 83 deste Relatório, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos de cada plano de benefícios.

O resumo da Política de Investimentos por plano de benefícios adotada para 2017 pode ser verificado a partir da página 84.

Nota: Por não possuir investimentos, o plano Embrater Básico não se encontra listado no gráfico acima.

COTA PATRIMONIAL DOS PLANOS FLEXCERES

Nos planos de contribuição variável (CV) e de contribuição definida (CD), os já conhecidos FlexCeres, os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil) é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial e é utilizada para atualizar mensalmente o saldo de contas dos participantes dos FlexCeres.

Isso permite que seja apurado o valor da participação individual de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores destinados à constituição dos fundos previdenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. O cálculo é feito com os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano, sejam eles BD, CV ou CD, é apurada por meio do conhecido método da Taxa Interna de Retorno (TIR)⁴.

Ao longo de 2017, o crescimento no valor nominal das cotas foi significativo e muito acima da inflação do período, que foi de 2,07% pelo INPC e de 2,95% pelo IPCA (Quadro 43). Significa que as cotas de todos os planos FlexCeres apresentaram uma valorização real muito acima da inflação.

Quadro 43: Variação da cota patrimonial dos planos FlexCeres - 2017.

Plano	Valor da Cota R\$ Janeiro/2017	Valor da Cota R\$ Dezembro/2017	Variação da Cota Patrimonial em 2017
Embrapa FlexCeres	2,98627977	3,37376998	12,98%
CeresFlexCeres	2,99958831	3,37941383	12,66%
Epagri FlexCeres	3,57071097	4,06122840	13,74%
Emater MG FlexCeres	2,45530759	2,78955517	13,61%
Epamig FlexCeres	2,37497505	2,68482258	13,05%
Cidasc FlexCeres	2,17332773	2,45019566	12,74%
ABDI FlexCeres	1,47917008	1,66780235	12,75%
Emater DF FlexCeres	1,39494541	1,56615130	12,27%

⁴ A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na gestão dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

Essas despesas são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em 2017, as despesas administrativas totalizaram R\$ 26,7 milhões, representando uma variação de 11% em relação a 2016, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 44: Despesas administrativas consolidada – 2016/2017 – (R\$).

Rubricas	Gestão 2017		2017	2016	Variação %	Média Ponderada
	Previdencial	Investimentos				
Pessoal e Encargos	9.186.977,61	9.120.140,89	18.307.119	16.512.081	10,87%	7,45%
Treinamentos/Congressos e Seminários	117.597,66	118.919,90	236.518	174.477	35,56%	0,31%
Viagens e Estadias	93.597,15	93.691,96	187.289	213.402	-12,24%	-0,09%
Serviços de Terceiros	1.530.387,78	894.576,78	2.424.965	1.951.808	24,24%	2,20%
Auditoria Contábil	41.302,50	41.302,50	82.605	57.600	43,41%	0,13%
Consultoria de Investimentos	-	152.758,04	152.758	168.817	-9,51%	-0,05%
Consultoria Jurídica	856.959,84	202.100,81	1.059.061	577.594	83,36%	3,30%
Consultoria Gestão/Planejamento	61.156,69	61.156,69	122.313	46.796	161,38%	0,74%
Consultoria Recursos Humanos	7.715,40	7.715,40	15.431	3.612	327,21%	0,19%
Consultoria Informática	345.747,39	428.614,15	774.362	888.572	-12,85%	-0,37%
Consultoria Atuarial	213.587,04	-	213.587	199.636	6,99%	0,06%
Pessoa Física	3.918,92	929,19	4.848	9.181	-47,20%	-0,01%
Despesas Gerais	1.709.680,92	1.646.636,88	3.356.318	3.197.276	4,97%	0,62%
Depreciações e Amortizações	117.630,78	117.630,43	235.261	258.404	-8,96%	-0,08%
Tributos	988.237,72	988.237,87	1.976.476	1.765.007	11,98%	0,89%
Total das Despesas Administrativas	13.744.109,62	12.979.834,71	26.723.944	24.072.456	11,01%	

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de, no mínimo, o correspondente a 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2017 foi de R\$ 6,5 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 65 milhões. Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 41% do que seria o custo estimado da administração terceirizada.

A Taxa de Administração, cujo limite legal é de 1,0%, é a relação entre a despesa administrativa e os recursos garantidores. Para 2017 foi estabelecido um valor de 0,44% e o valor obtido ao final do exercício foi de 0,41%. De modo geral, os resultados gerais alcançados em 2017 no Plano de Gestão Administrativa podem ser considerados adequados, satisfatórios e competitivos.

No quadro seguinte (Quadro 45), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 45: Despesas administrativas por plano – 2017 – (R\$).

Plano	Pessoal e Encargos	Treinamentos/ Congressos e Seminários	Viagens e Estadias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciações e Amortizações	Tributos	Total
Embrapa Básico	9.403.042	121.482	96.197	1.245.529	1.723.898	120.837	1.015.172	13.726.156
Embrapa FlexCeres	3.226.673	41.687	33.010	427.406	591.559	41.465	348.359	4.710.159
Embrater Básico	31.768	410	325	4.208	5.824	408	3.430	46.374
Ceres Básico	55.852	722	571	7.398	10.240	718	6.030	81.530
Ceres FlexCeres	33.687	435	345	4.462	6.176	433	3.637	49.175
Epagri Básico	364.561	4.710	3.730	48.290	66.836	4.685	39.359	532.170
Epagri Saldado	1.302.860	16.832	13.329	172.577	238.859	16.743	140.660	1.901.859
Epagri-FlexCeres	905.841	11.703	9.267	119.988	166.071	11.641	97.797	1.322.308
Emater MG Básico	518.536	6.699	5.305	68.685	95.065	6.664	55.982	756.937
Emater MG Saldado	1.040.805	13.447	10.648	137.865	190.815	13.375	112.367	1.519.322
Emater MG FlexCeres	386.451	4.993	3.954	51.189	70.850	4.966	41.722	564.124
Epamig Básico	122.778	1.586	1.256	16.263	22.509	1.578	13.255	179.227
Epamig Saldado	386.192	4.989	3.951	51.155	70.802	4.963	41.694	563.747
Epamig FlexCeres	148.818	1.923	1.522	19.712	27.283	1.912	16.067	217.238
Cidasc FlexCeres	214.796	2.775	2.197	28.452	39.379	2.760	23.190	313.550
ABDI FlexCeres	52.606	680	538	6.968	9.644	676	5.679	76.792
EmaterDF FlexCeres	111.852	1.445	1.144	14.816	20.506	1.437	12.076	163.277
Total	18.307.119	236.518	187.289	2.424.965	3.356.318	235.261	1.976.476	26.723.944

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras. Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 46, a seguir, estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2017 e de 2016.

Quadro 46: Despesas específicas de investimentos consolidada plano – 2016/2017 – (R\$).

Rubricas	2017	2016	Variação %
Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	231.196	202.611	14,11%
Taxa Cetip/Selic	470.680	446.597	5,39%
Custódia	474.458	402.594	17,85%
Controladoria	477.292	421.013	13,37%
Taxa CVM	175.446	182.842	-4,05%
Taxa Bovespa	9.774	4.912	98,99%
Taxa Anbima	18.144	13.398	35,43%
Corretagem	47.879	221.277	-78,36%
Outras (Auditoria Fundos e Emolumentos)	31.497	16.760	87,93%
Total das Despesas	1.936.365	2.060.525	-6,03%

A variação de 6,03%, em relação ao ano de 2016, corresponde principalmente à redução do custo de corretagem proveniente da movimentação da carteira do FIA Agrociência.

No quadro 47 abaixo, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 47: Despesas específicas de investimentos por plano – 2017 – (R\$).

Plano	Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	Taxa Cetip/Selic	Custódia	Controladoria	Taxa CVM	Taxa Bovespa	Taxa Anbima	Corretagem	Outras	Total
Embrapa Básico	128.181	284.017	293.707	296.736	96.579	5.420	10.085	30.515	23.141	1.168.379
Embrapa FlexCeres	42.841	68.628	63.817	62.391	33.031	1.140	3.353	6.298	1.663	283.160
Embrater Básico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceres Básico	688	1.498	1.569	1.560	518	131	54	170	124	6.313
Ceres FlexCeres	500	784	725	723	385	115	40	93	25	3.390
Epagri Básico	2.243	7.075	7.540	7.638	1.661	106	161	-	484	26.907
Epagri Saldado	16.622	34.364	34.597	35.960	12.589	847	1.318	4.138	2.595	143.030
Epagri-FlexCeres	12.933	20.147	18.566	18.606	9.969	506	1.025	2.464	651	84.867
Emater MG Básico	2.780	9.218	9.709	10.337	2.059	119	200	-	600	35.021
Emater MG Saldado	7.393	15.763	16.072	16.183	5.590	361	579	1.582	1.161	64.684
Emater MG FlexCeres	8.472	13.361	12.320	12.286	6.531	347	668	1.486	392	55.863
Epamig Básico	274	890	1.044	905	203	104	20	-	59	3.499
Epamig Saldado	2.531	5.399	5.548	5.594	1.913	200	199	593	419	22.397
Epamig FlexCeres	2.026	3.212	2.960	2.964	1.562	161	160	348	92	13.483
Cidasc FlexCeres	1.068	1.727	1.638	1.531	824	119	83	124	33	7.145
ABDI FlexCeres	543	893	820	816	418	97	42	68	18	3.714
EmaterDF FlexCeres	852	1.487	1.429	1.282	658	1	64	-	-	5.773
PGA	1.250	2.217	2.397	1.780	959	1	93	-	42	8.740
Total	231.196	470.680	474.458	477.292	175.446	9.774	18.144	47.879	31.497	1.936.365

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Consolidado

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	4.929.276,540	85,40%	5.524.948,455	85,44%	100,00%	100,00%
Renda Variável	413.513,806	7,16%	511.986,404	7,92%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	166.306,069	2,88%	169.896,998	2,63%	20,00%	10,00%
Imóveis	197.263,783	3,42%	190.077,446	2,94%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	69.401,184	1,20%	71.406,116	1,10%	15,00%	5,00%
Empréstimos	68.715,315	1,19%	70.719,248	1,09%		
Financiamentos Imobiliários	685.869	0,01%	686.868	0,01%		
Total dos Recursos Investidos	5.775.761,381	100,07%	6.468.315,420	100,03%		
Disponível	311.195	0,01%	820.969	0,01%		
Outros Realizáveis	807.226	0,01%	990.178	0,02%		
Outras Exigibilidades	-4.929.318	-0,09%	-3.501.608	-0,05%		
Total dos Recursos Garantidores	5.771.950,484	100,00%	6.466.624,959	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Embrapa Básico

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	3.075.728,586	84,05%	3.368.707,265	83,92%	100,00%	100,00%
Renda Variável	264.317,337	7,22%	327.489,117	8,16%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	125.082,197	3,42%	127.598,773	3,18%	20,00%	10,00%
Imóveis	153.410,113	4,19%	147.828,059	3,68%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	43.099,038	1,18%	44.259,103	1,10%	15,00%	5,00%
Empréstimos	42.938,639	1,17%	44.135,781	1,10%		
Financiamentos Imobiliários	160.398	0,00%	123.322	0,00%		
Total dos Recursos Investidos	3.661.637,271	100,06%	4.015.882,317	100,04%		
Disponível	133.888	0,00%	120.316	0,00%		
Outros Realizáveis	807.226	0,02%	502.425	0,01%		
Outras Exigibilidades	-3.186.154	-0,09%	-2.294.817	-0,06%		
Total dos Recursos Garantidores	3.659.392,231	100,00%	4.014.210,241	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Embrapa-FlexCeres

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	619.183,870	90,74%	785.045,947	91,17%	100,00%	100,00%
Renda Variável	53.374,654	7,82%	65.793,117	7,64%	70,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	2.654.214	0,39%	2.846.823	0,33%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	7.133.431	1,05%	7.325.601	0,85%	15,00%	5,00%
Empréstimos	7.133.431	1,05%	7.325.601	0,85%		
Total dos Recursos Investidos	682.346.169	99,99%	861.011.489	99,99%		
Disponível	51.707	0,01%	106.122	0,01%		
Outras Exigibilidades	-15.260	0,00%	-36.433	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	682.382.616	100,00%	861.081.178	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Ceres Básico

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	16.048.226	78,74%	17.723.414	79,18%	100,00%	100,00%
Renda Variável	1.473.407	7,23%	1.825.427	8,16%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	659.285	3,23%	672.985	3,01%	20,00%	10,00%
Imóveis	797.460	3,91%	768.504	3,43%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	1.404.987	6,89%	1.395.805	6,24%	15,00%	10,00%
Empréstimos	957.301	4,70%	881.707	3,94%		
Financiamentos Imobiliários	447.687	2,20%	514.098	2,30%		
Total dos Recursos Investidos	20.383.365	100,01%	22.386.135	100,01%		
Disponível	2.628	0,01%	4.878	0,02%		
Outros Realizáveis	-	0,00%	1.924	0,01%		
Outras Exigibilidades	-3.849	-0,02%	-9.983	-0,04%		
Total dos Recursos Garantidores	20.382.144	100,00%	22.382.955	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Ceres-FlexCeres

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	7.232.607	84,97%	8.644.528	83,79%	100,00%	100,00%
Renda Variável	793.572	9,32%	978.941	9,49%	70,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	49.043	0,58%	52.162	0,51%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	416.586	4,89%	620.268	6,01%	15,00%	10,00%
Empréstimos	416.586	4,89%	620.268	6,01%		
Total dos Recursos Investidos	8.491.808	99,76%	10.295.899	99,80%		
Disponível	20.169	0,24%	21.233	0,21%		
Outras Exigibilidades	-95	0,00%	-405	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	8.511.882	100,00%	10.316.728	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri Básico

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	85.884.543	91,41%	93.586.589	91,06%	100,00%	100,00%
Renda Variável	248.323	0,26%	373.783	0,36%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	3.376.803	3,59%	3.444.502	3,35%	20,00%	10,00%
Imóveis	4.181.473	4,45%	4.029.177	3,92%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	1.626.439	1,73%	1.787.549	1,74%	15,00%	5,00%
Empréstimos	1.580.713	1,68%	1.756.342	1,71%		
Financiamentos Imobiliários	45.726	0,05%	31.208	0,03%		
Total dos Recursos Investidos	95.317.582	101,45%	103.221.600	100,44%		
Disponível	5.112	0,01%	8.620	0,01%		
Outros Realizáveis	-	0,00%	223.904	0,22%		
Outras Exigibilidades	-1.364.307	-1,45%	-681.070	-0,66%		
Total dos Recursos Garantidores	93.958.387	100,00%	102.773.054	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri Saldado

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	377.017.472	83,41%	391.101.603	82,41%	100,00%	100,00%
Renda Variável	35.838.244	7,93%	44.402.430	9,36%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	16.169.989	3,58%	16.508.160	3,48%	20,00%	10,00%
Imóveis	19.623.886	4,34%	18.911.167	3,98%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	3.614.633	0,80%	3.664.954	0,77%	15,00%	5,00%
Empréstimos	3.612.446	0,80%	3.662.370	0,77%		
Financiamentos Imobiliários	2.187	0,00%	2.584	0,00%		
Total dos Recursos Investidos	452.264.224	100,06%	474.588.313	100,00%		
Disponível	18.789	0,00%	41.918	0,01%		
Outros Realizáveis	-	0,00%	209.795	0,04%		
Outras Exigibilidades	-283.269	-0,06%	-241.685	-0,05%		
Total dos Recursos Garantidores	451.999.744	100,00%	474.598.342	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epagri-FlexCeres

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	184.536.290	88,68%	222.190.688	88,66%	100,00%	100,00%
Renda Variável	20.938.688	10,06%	25.828.762	10,31%	70,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	1.266.854	0,61%	1.347.377	0,54%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	1.338.844	0,64%	1.226.284	0,49%	15,00%	5,00%
Empréstimos	1.338.844	0,64%	1.226.284	0,49%		
Total dos Recursos Investidos	208.080.676	99,99%	250.593.111	100,00%		
Disponível	20.283	0,01%	14.197	0,01%		
Outras Exigibilidades	-2.276	0,00%	-2.791	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	208.098.684	100,00%	250.604.516	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Emater (MG) Básico

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	118.267.602	85,12%	116.016.553	84,82%	100,00%	100,00%
Renda Variável	536.231	0,39%	811.956	0,59%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	8.336.011	6,00%	8.479.931	6,20%	20,00%	10,00%
Imóveis	9.950.685	7,16%	9.577.856	7,00%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	1.854.529	1,33%	1.955.235	1,43%	15,00%	5,00%
Empréstimos	1.846.556	1,33%	1.949.675	1,43%		
Financiamentos Imobiliários	7.973	0,01%	5.560	0,00%		
Total dos Recursos Investidos	138.945.059	100,01%	136.841.531	100,05%		
Disponível	10.615	0,01%	11.502	0,01%		
Outros Realizáveis	-	0,00%	28.328	0,02%		
Outras Exigibilidades	-20.134	-0,01%	-105.032	-0,08%		
Total dos Recursos Garantidores	138.935.540	100,00%	136.776.330	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Emater (MG) Saldado

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	168.317.128	84,87%	187.906.817	85,03%	100,00%	100,00%
Renda Variável	13.643.410	6,88%	16.885.766	7,64%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	4.852.559	2,45%	4.965.726	2,25%	20,00%	10,00%
Imóveis	5.703.163	2,88%	5.497.309	2,49%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	5.835.350	2,94%	5.795.193	2,62%	15,00%	5,00%
Empréstimos	5.813.982	2,93%	5.785.626	2,62%		
Financiamentos Imobiliários	21.368	0,01%	9.567	0,00%		
Total dos Recursos Investidos	198.351.610	100,01%	221.050.810	100,02%		
Disponível	12.654	0,01%	9.697	0,00%		
Outros Realizáveis	-	0,00%	17.363	0,01%		
Outras Exigibilidades	-31.010	-0,02%	-80.229	-0,04%		
Total dos Recursos Garantidores	198.333.254	100,00%	220.997.641	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Emater (MG) FlexCeres

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	123.514.085	89,80%	148.429.137	89,62%	100,00%	100,00%
Renda Variável	12.610.042	9,17%	15.549.674	9,39%	70,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	691.400	0,50%	739.637	0,45%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	730.901	0,53%	889.324	0,54%	15,00%	5,00%
Empréstimos	730.901	0,53%	889.324	0,54%		
Total dos Recursos Investidos	137.546.428	100,00%	165.607.773	100,00%		
Disponível	1.965	0,00%	9.331	0,01%		
Outras Exigibilidades	-1.498	0,00%	-1.905	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	137.546.896	100,00%	165.615.198	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epamig Básico

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	10.993.052	85,66%	11.423.463	86,20%	100,00%	100,00%
Renda Variável	44.203	0,34%	66.952	0,51%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	737.897	5,75%	750.031	5,66%	20,00%	10,00%
Imóveis	898.664	7,00%	864.993	6,53%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	159.090	1,24%	151.630	1,14%	15,00%	5,00%
Empréstimos	158.606	1,24%	151.147	1,14%		
Financiamentos Imobiliários	484	0,00%	484	0,00%		
Total dos Recursos Investidos	12.832.905	99,99%	13.257.069	100,03%		
Disponível	2.777	0,02%	2.553	0,02%		
Outros Realizáveis	-	0,00%	1.573	0,01%		
Outras Exigibilidades	-1.816	-0,01%	-8.626	-0,07%		
Total dos Recursos Garantidores	12.833.866	100,00%	13.252.570	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epamig Saldado

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	57.982.830	83,12%	63.495.494	83,06%	100,00%	100,00%
Renda Variável	5.134.861	7,36%	6.360.357	8,32%	70,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	2.233.152	3,20%	2.279.976	2,98%	20,00%	10,00%
Imóveis	2.698.340	3,87%	2.600.381	3,40%	8,00%	8,00%
Operações com Participantes	1.719.127	2,46%	1.738.928	2,27%	15,00%	5,00%
Empréstimos	1.719.082	2,46%	1.738.882	2,27%		
Financiamentos Imobiliários	46	0,00%	46	0,00%		
Total dos Recursos Investidos	69.768.310	100,01%	76.475.137	100,03%		
Disponível	3.515	0,01%	5.148	0,01%		
Outros Realizáveis	-	0,00%	4.866	0,01%		
Outras Exigibilidades	-13.094	-0,02%	-35.841	-0,05%		
Total dos Recursos Garantidores	69.758.730	100,00%	76.449.309	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epamig-FlexCeres

Item	2015		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	21.644.607	87,65%	35.693.413	89,36%	100,00%	100,00%
Renda Variável	2.500.250	10,12%	3.639.404	9,11%	70,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	214.403	0,87%	174.336	0,44%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	330.789	1,34%	430.393	1,08%	15,00%	5,00%
Empréstimos	330.789	1,34%	430.393	1,08%		
Total dos Recursos Investidos	24.690.049	99,98%	39.937.547	99,99%		
Disponível	4.081	0,02%	6.393	0,02%		
Outras Exigibilidades	-245	0,00%	-425	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	24.693.884	100,00%	39.943.515	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Cidasc-FlexCeres

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	14.949.143	92,70%	20.815.789	93,32%	100,00%	100,00%
Renda Variável	1.043.668	6,47%	1.285.101	5,76%	70,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	33.665	0,21%	36.581	0,16%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	96.079	0,60%	165.847	0,74%	15,00%	5,00%
Empréstimos	96.079	0,60%	165.847	0,74%		
Total dos Recursos Investidos	16.122.555	99,98%	22.303.318	99,99%		
Disponível	3.513	0,02%	2.553	0,01%		
Outras Exigibilidades	-179	0,00%	-229	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	16.125.888	100,00%	22.305.642	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano ABDI-FlexCeres

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	8.200.802	93,52%	10.276.827	93,65%	100,00%	100,00%
Renda Variável	565.923	6,45%	695.615	6,34%	70,00%	30,00%
Total dos Recursos Investidos	8.766.725	99,98%	10.972.442	99,98%		
Disponível	2.109	0,02%	1.858	0,02%		
Outras Exigibilidades	-102	0,00%	-120	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	8.768.733	100,00%	10.974.181	100,00%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Emater (DF) FlexCeres

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	12.811.079	99,99%	19.080.081	97,73%	100,00%	100,00%
Total dos Recursos Investidos	12.811.079	99,99%	19.080.081	97,73%		
Disponível	1.913	0,01%	443.215	2,27%		
Outras Exigibilidades	-131	0,00%	-191	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	12.812.861	100,00%	19.523.106	100,00%		

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Resumo da Política de Investimentos – Plano Embrapa Básico



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 08:56:23

Informações da Entidade

Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 1979000492 - PLANO BÁSICO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - EMBRAPA		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,70

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	83,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	8,00
IMÓVEIS	0,00	8,00	4,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	2,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	3,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			X
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			X
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	13,68	9,22	11,79	
RENDA FIXA	16,76	9,57		
RENDA VARIÁVEL	-15,31	18,91		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3,19	-6,22		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				X
IMÓVEIS	54,49	2,56		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18,85	8,59		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Embrapa-FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 11:38:01

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2007000792 - PLANO EMBRAPA-FLEXCERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,85

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	88,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	9,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	2,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor			
Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC			X
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	9,96	12,17	11,90	
RENDA FIXA	13,57	11,60		
RENDA VARIÁVEL	-14,90	19,80		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	21,06	-4,53		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	21,06	7,87		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Ceres Básico



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 11:55:38

Informações da Entidade

Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2007001047 - PLANO BÁSICO CERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,63

Documentação/Responsáveis**Documentação**

Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Não
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017				
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %	
RENDA FIXA	60,00	100,00	77,00	
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	8,00	
IMÓVEIS	0,00	8,00	4,00	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	10,00	7,00	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	4,00	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim				
Utiliza derivativos? Sim				
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim				
Existência de sistemas de controles internos? Sim				

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FIFIFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	16,85	10,82	12,03	
RENDA FIXA	16,76	9,58		
RENDA VARIÁVEL	-15,43	18,97		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3,53	-6,24		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS	46,40	2,78		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	90,88	27,29		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Ceres-FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 11:50:10

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2007000865 - CERES-FLEXCERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
---	--	--

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,78

Documentação/Responsáveis	
---------------------------	--

Documentação	
--------------	--

Nº da Ata: 207	Data: 14/12/2016
----------------	------------------

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
--	--	--	--	--

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco		
-------------------	--	--

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
------------------	-------------------	----------------------

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos	
-----------------------	--

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	83,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	11,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	10,00	5,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	9,98	12,23	12,05	
RENDA FIXA	13,61	11,61		
RENDA VARIÁVEL	-14,73	19,79		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,65	-3,72		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,32	10,30		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epagri Básico



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 09:04:34

Informações da Entidade

Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 1981000119 - PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS BD DA EPAGRI		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,77

Documentação/Responsáveis**Documentação**

Nº da Ata: 207	Data: 14/12/2016
----------------	------------------

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	90,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	0,50
IMÓVEIS	0,00	8,00	4,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	2,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	3,50
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			X
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			X
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	14,38	9,24	11,71	
RENDA FIXA	17,36	9,21		
RENDA VARIÁVEL	-15,38	39,43		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2,96	-6,27		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				X
IMÓVEIS	54,60	2,56		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,97	9,62		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epagri Saldado



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 11:26:37

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2005002283 - PLANO SALDADO EPAGRI		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,70

Documentação/Responsáveis

Documentação
Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	82,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	9,00
IMÓVEIS	0,00	8,00	4,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	1,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	4,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	13,23	9,47	11,71	
RENDA FIXA	16,44	9,80		
RENDA VARIÁVEL	-15,40	18,96		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3,48	-6,20		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS	54,29	2,57		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	17,98	10,51		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epagri-FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 11:30:32

Informações da Entidade

Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2005002356 - PLANO CV - EPAGRI-FLEXCERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,76

Documentação/Responsáveis**Documentação**

Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	86,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	12,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	1,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	9,46	12,33	11,91	
RENDA FIXA	13,67	11,59		
RENDA VARIÁVEL	-14,79	19,79		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,56	-3,67		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,60	11,00		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Emater (MG) Básico



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 11:14:48

Informações da Entidade

Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 1982000147 - PLANO BÁSICO-EMATER		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,59

Documentação/Responsáveis**Documentação**

Nº da Ata: 207	Data: 14/12/2016
----------------	------------------

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	85,50
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	0,50
IMÓVEIS	0,00	8,00	7,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	2,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	5,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental?	Sim		
Utiliza derivativos?	Sim		
Avaliação prévia dos riscos envolvidos?	Sim		
Existência de sistemas de controles internos?	Sim		

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			X
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			X
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	14,22	8,83	11,24	
RENDA FIXA	17,36	9,21		
RENDА VARIÁVEL	-15,33	37,92		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2,25	-6,29		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				X
IMÓVEIS	57,86	2,47		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	19,05	11,68		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Emater (MG) Saldado



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 13:39:31

Informações da Entidade

Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2007002574 - PLANO SALDADO-EMATER		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,70

Documentação/Responsáveis**Documentação**

Nº da Ata: 207	Data: 14/12/2016
----------------	------------------

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	83,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	8,00
IMÓVEIS	0,00	8,00	3,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	3,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	3,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			X
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			X
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	13,33	9,72	11,97	
RENDA FIXA	16,35	9,81		
RENDA VARIÁVEL	-15,44	19,16		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,30	-6,10		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				X
IMÓVEIS	53,61	2,58		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,73	10,01		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Emater (MG) FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 13:44:23

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2007002647 - PLANO EMATERMG-FLEXCERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,78

Documentação/Responsáveis

Documentação
Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim		Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não		Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	87,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	11,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	1,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			X
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	9,59	12,25	11,90	
RENDA FIXA	13,57	11,57		
RENDA VARIÁVEL	-14,86	19,80		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	21,02	-4,27		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,35	10,34		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epamig Básico



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 11:21:32

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 1982000856 - PLANO BÁSICO-EPAMIG		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,69

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	85,50
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	0,50
IMÓVEIS	0,00	8,00	7,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	2,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	5,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor			
Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			X
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			X
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	14,45	8,72	11,26	
RENDA FIXA	17,37	9,21		
RENDA VARIÁVEL	-15,27	37,46		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,87	-6,28		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				X
IMÓVEIS	57,86	2,47		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,69	10,23		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epamig Saldado



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 13:48:18

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2007003147 - PLANO SALDADO-EPAMIG		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,70

Documentação/Responsáveis

Documentação
Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	100,00	81,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	8,00
IMÓVEIS	0,00	8,00	4,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	3,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	4,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			X
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			X
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIARIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	13,44	9,46	11,85	
RENDA FIXA	16,55	9,72		
RENDA VARIÁVEL	-15,40	18,99		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3,55	-6,16		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				X
IMÓVEIS	54,24	2,57		
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,39	10,46		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Epamig-FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 13:52:26

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2007003392 - PLANO EPAMIG-FLEXCERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,80

Documentação/Responsáveis

Documentação
Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	87,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	11,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	1,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor			
Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Piano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	9,69	12,25	11,91	
RENDA FIXA	13,61	11,59		
RENDA VARIÁVEL	-14,84	19,79		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	21,01	-4,26		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,43	10,45		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Cidasc-FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 13:56:02

Informações da Entidade

Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2009001192 - PLANO DE BENEFÍCIOS CIDASC-FLEXCERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,65

Documentação/Responsáveis**Documentação**

Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	90,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	8,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	1,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			X
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			X
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	10,04	12,17	11,87	
RENDA FIXA	13,64	11,59		
RENDA VARIÁVEL	-15,29	19,83		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	21,72	-6,10		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				X
IMÓVEIS				X
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,65	10,88		

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano ABDI-FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 13:59:34

Informações da Entidade		
Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2013000911 - PLANO DE BENEFÍCIOS ABDI-FLEXCERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,65

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 207 Data: 14/12/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	92,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	8,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	0,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	10,04	12,18	11,88	
RENDA FIXA	13,58	11,58		
RENDA VARIÁVEL	-15,59	19,89		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS				x
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				x

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

Resumo da Política de Investimentos – Plano Emater (DF) FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 14:04:22

Informações da Entidade

Código: 237	Sigla: CERES	Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 2014000883 - PLANO DE BENEFÍCIOS EMATERDF-FLEXCERES		

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,88

Documentação/Responsáveis**Documentação**

Nº da Ata: 207	Data: 14/12/2016
----------------	------------------

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENDA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	0,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Minimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	13,55	11,57	11,71	
RENDA FIXA	13,55	11,57		
RENDA VARIÁVEL				x
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS				x
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				x

Observação:

Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano a serem apresentados, consoante com o Anexo B da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (Consolidada);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

Balanço Patrimonial

R\$ Mil

ATIVO	2017	2016	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
DISPONÍVEL	821	311	0,01%	163,81%
REALIZÁVEL	6.617.861	5.929.379	99,98%	11,61%
Gestão Previdencial	138.076	142.467	2,09%	-3,08%
Gestão Administrativa	10.479	10.344	0,16%	1,31%
Investimentos	6.469.306	5.776.569	97,73%	11,99%
Títulos Públicos	305	302	0,00%	0,95%
Créditos Privados e Depósitos	0	0	0,00%	0,00%
Ações	0	0	0,00%	0,00%
Fundos de Investimento	6.206.527	5.508.794	93,76%	12,67%
Investimentos Imobiliários	190.077	197.264	2,87%	-3,64%
Empréstimos	71.406	69.401	1,08%	2,89%
Depósitos Judiciais / Recursais	990	807	0,01%	22,66%
Outros Realizáveis	0	0	0,00%	0,00%
PERMANENTE	650	735	0,01%	-11,54%
Imobilizado	499	656	0,01%	-23,94%
Intangível	151	79	0,00%	91,41%
TOTAL DO ATIVO	6.619.332	5.930.426	100,00%	11,62%

R\$ Mil

PASSIVO	2017	2016	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	104.862	92.268	1,58%	13,65%
Gestão Previdencial	101.816	89.510	1,54%	13,75%
Gestão Administrativa	2.295	2.016	0,03%	13,84%
Investimentos	752	743	0,01%	1,17%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	12.336	13.324	0,19%	-7,42%
Gestão Previdencial	656	781	0,01%	-15,93%
Gestão Administrativa	8.930	8.357	0,13%	6,85%
Investimentos	2.750	4.186	0,04%	-34,31%
PATRIMÔNIO SOCIAL	6.502.134	5.824.833	98,23%	11,63%
Patrimônio de Cobertura do Plano	6.366.114	5.713.031	96,17%	11,43%
Provisões Matemáticas	6.461.089	6.009.838	97,61%	7,51%
Benefícios Concedidos	2.769.637	2.752.312	41,84%	0,63%
Benefícios a Conceder	4.095.155	3.701.529	61,87%	10,63%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	403.704	444.003	6,10%	-9,08%
Equilíbrio Técnico	(94.975)	(296.807)	-1,43%	-68,00%
Resultados Realizados	(94.975)	(296.807)	-1,43%	-68,00%
Superávit Técnico Acumulado	0	0	0,00%	0,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	94.975	296.807	1,43%	-68,00%
Resultados a Realizar	0	0	0,00%	0,00%
Fundos	136.020	111.803	2,05%	21,66%
Fundos Previdenciais	92.922	75.905	1,40%	22,42%
Fundos Administrativos	25.300	20.129	0,38%	25,69%
Fundos dos Investimentos	17.798	15.769	0,27%	12,87%
TOTAL DO PASSIVO	6.619.332	5.930.426	100,00%	11,62%

Demonstração de Mutação do Patrimônio Social - DMPS

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	5.824.833	4.402.326	32,31%
1. Adições	1.062.114	1.197.310	-11,29%
Contribuições Previdenciais	368.495	346.808	6,25%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	661.605	819.276	-19,25%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(124)	164	-175,70%
Receitas Administrativas	29.845	26.060	14,52%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.294	2.738	-16,21%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	0	(1)	100,00%
Constituição de Fundos de Investimentos	0	2.265	-100,00%
2. Destinações	355.798	335.560	6,03%
Benefícios	328.956	311.325	5,66%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(124)	164	-175,70%
Despesas Administrativas	26.945	24.072	11,93%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	22	0	0,00%
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	0	(1)	-100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	677.301	1.422.507	-52,39%
Provisões Matemáticas	451.250	1.415.976	-68,13%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	201.833	(40.469)	-598,73%
Fundos Previdenciais	17.017	34.774	-51,07%
Fundos Administrativos	5.172	8.109	-36,22%
Fundos Investimentos	2.029	4.118	-50,72%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	6.502.134	5.824.833	11,63%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	20.129	15.402	30,69%
1. Custeio da Gestão Administrativa	32.116	28.798	11,52%
1.1. Receitas	32.116	28.798	11,52%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	15.584	13.569	14,85%
Custeio Administrativo dos Investimentos	13.840	12.055	14,80%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	414	432	-4,09%
Resultado Positivo dos Investimentos	2.272	2.738	-17,03%
Outras Receitas	6	4	62,26%
2. Despesas Administrativas	(26.944)	(24.069)	11,94%
2.1. Administração Previdencial	13.854	12.094	14,55%
Pessoal e encargos	9.297	8.256	12,60%
Treinamentos/congressos e seminários	118	87	34,80%
Viagens e estadias	94	107	-12,28%
Serviços de terceiros	1.530	1.025	49,34%
Despesas gerais	1.710	1.609	6,28%
Depreciações e amortizações	118	129	-8,96%
Tributos	988	882	12,08%
2.2. Administração dos Investimentos	13.090	11.977	9,30%
Pessoal e encargos	9.230	8.256	11,80%
Treinamentos/congressos e seminários	119	87	36,32%
Viagens e estadias	94	107	-12,19%
Serviços de terceiros	895	927	-3,51%
Despesas gerais	1.647	1.589	3,65%
Depreciações e amortizações	118	129	-8,96%
Tributos	988	882	12,08%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	0	(1)	-100,00%
4. Reversão de Recursos para o Planos de Benefícios	0	0	0,00%
5. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	5.172	4.727	9,43%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	5.172	4.727	9,42%
8. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	25.300	20.129	25,69%

Demonstrações Contábeis – Plano Embrapa Básico

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Embrapa Básico			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	3.689.253	3.232.854	14,12%
1. Adições	574.018	664.556	-13,62%
(+) Contribuições Previdenciais	168.379	160.141	5,14%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	405.639	504.415	-19,58%
2. Destinações	219.187	208.157	5,30%
(-) Benefícios	213.092	202.679	5,14%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	8	156	100,00%
(-) Custeio Administrativo	6.086	5.322	14,35%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	354.831	456.399	-22,25%
(+/-) Provisões Matemáticas	182.442	365.005	-50,02%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	172.389	91.394	88,62%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	4.044.084	3.689.253	9,62%
C) Fundos Não Previdenciais	25.133	21.189	18,62%
(+/-) Fundos Administrativos	14.436	11.527	25,23%
(+/-) Fundos Investimentos	10.698	9.661	10,73%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Embrapa Básico			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	4.092.116	3.731.827	9,65%
Disponível	120	134	-10,14%
Recebível	75.611	69.248	9,19%
Investimentos	4.016.385	3.662.444	9,66%
Títulos Públicos	305	302	0,95%
Fundos de Investimentos	3.823.490	3.464.826	10,35%
Investimentos Imobiliários	147.828	153.410	-3,64%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	44.259	43.099	2,69%
Depósitos Judiciais / Recursais	502	807	-37,76%
2. Obrigações	22.899	21.385	7,08%
Operacional	20.506	18.148	12,99%
Contingencial	2.393	3.237	-26,06%
3. Fundos Não Previdenciais	25.133	21.189	18,62%
Fundos Administrativos	14.436	11.527	25,23%
Fundos dos Investimentos	10.698	9.661	10,73%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	4.044.084	3.689.253	9,62%
Provisões Matemáticas	4.115.918	3.933.477	4,64%
Superávit/Déficit Técnico	(71.834)	(244.223)	-70,59%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	114.458	(51.104)	-323,97%
a) Equilíbrio Técnico	(71.834)	(244.223)	-70,59%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	186.292	193.119	-3,54%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	114.458	(51.104)	-323,97%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT -Plano Embrapa Básico
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	4.077.681	3.720.299	9,61%
1. Provisões Matemáticas	4.115.918	3.933.477	4,64%
1.1. Benefícios concedidos	1.741.933	1.758.895	-0,96%
Benefício definido	1.741.933	1.758.895	-0,96%
1.2. Benefício a conceder	2.646.666	2.471.822	7,07%
Benefício definido	2.606.995	2.471.822	5,47%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	272.680	297.240	-8,26%
(-) Serviço passado	13.210	14.173	-6,80%
(-) Participantes	13.210	14.173	-6,80%
(-) Déficit equacionado	259.471	283.067	-8,34%
(-) Patrocinador(es)	190.072	208.650	-8,90%
(-) Participantes	64.097	69.064	-7,19%
(-) Assistidos	5.302	5.353	-0,96%
2. Equilíbrio Técnico	(71.834)	(244.223)	-70,59%
2.1. Resultados realizados	(71.834)	(244.223)	-70,59%
(-) Déficit técnico acumulado	71.834	244.223	-70,59%
3. Fundos	10.698	9.661	10,73%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	10.698	9.661	10,73%
4. Exigível Operacional	20.506	18.148	12,99%
4.1. Gestão previdencial	19.949	17.552	13,66%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	557	596	-6,59%
5. Exigível Contingencial	2.393	3.237	-26,06%
5.1 Gestão previdencial	655	647	1,30%
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	1.738	2.590	-32,90%

Demonstrações Contábeis – Plano Embrapa-FlexCeres

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Embrapa FlexCeres			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	686.823	499.372	37,54%
1. Adições	186.540	194.519	-4,10%
(+) Contribuições Previdenciais	93.584	87.035	7,52%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	92.956	107.484	-13,52%
2. Destinações	13.475	7.068	90,65%
(-) Benefícios	4.268	3.713	14,94%
(-) Custeio Administrativo	3.791	3.355	13,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	178.481	187.451	-4,78%
(+/-) Provisões Matemáticas	167.109	171.519	-2,57%
(+/-) Fundos Previdenciais	11.791	13.768	-14,36%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-418	2.163	-119,34%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	865.304	686.823	25,99%
C) Fundos Não Previdenciais	4.865	3.732	30,36%
(+/-) Fundos Administrativos	3.630	2.723	33,34%
(+/-) Fundos Investimentos	1.234	1.009	22,34%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Embrapa FlexCeres			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	871.636	691.731	26,01%
Disponível	106	52	105,24%
Recebível	10.519	9.333	12,71%
Investimentos	861.011	682.346	26,18%
Títulos Públicos	0	0	0,00%
Fundos de Investimentos	853.686	675.213	26,43%
Investimentos Imobiliários	0	0	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	7.326	7.133	2,69%
2. Obrigações	1.467	1.176	24,78%
Operacional	1.467	1.176	24,78%
3. Fundos Não Previdenciais	4.865	3.732	30,36%
Fundos Administrativos	3.630	2.723	33,34%
Fundos dos Investimentos	1.234	1.009	22,34%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	865.304	686.823	25,99%
Provisões Matemáticas	796.995	629.886	26,53%
Superávit/Déficit Técnico	0	418	-100,00%
Fundos Previdenciais	68.310	56.518	20,86%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	0	418	-100,00%
a) Equilíbrio Técnico	0	418	-100,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.657	3.667	-0,27%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	0	418	-100,00%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Embrapa FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	868.006	689.008	25,98%
1. Provisões Matemáticas	796.995	629.886	26,53%
1.1. Benefícios concedidos	13.765	12.242	12,44%
Benefício definido	13.765	12.242	12,44%
1.2. Benefício a conceder	783.230	617.644	26,81%
Contribuição definida	783.230	617.644	26,81%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	338.523	264.839	27,82%
Saldo de contas - parcela participantes	444.707	352.805	26,05%
2. Equilíbrio Técnico	0	418	-100,00%
2.1. Resultados realizados	0	418	-100,00%
(-) Déficit técnico acumulado	0	0	0,00%
3. Fundos	69.544	57.527	20,89%
3.1. Fundos previdenciais	68.310	56.518	20,86%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	1.234	1.009	22,34%
4. Exigível Operacional	1.467	1.176	24,78%
4.1. Gestão previdencial	1.431	1.161	23,28%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	36	15	138,75%

Demonstrações Contábeis– Plano Embrater Básico

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Embrater Básico			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2016	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	-67.906	-55.920	21,43%
1. Adições	290	252	15,03%
(+) Contribuições Previdenciais	273	270	1,00%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17	-18	-197,39%
2. Destinações	10.067	12.256	-17,86%
(-) Benefícios	10.016	12.194	-17,86%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos	0	18	-100,00%
(-) Custeio Administrativo	51	44	14,95%
3. Acrédito/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	-9.776	-11.986	-18,43%
(+/-) Provisões Matemáticas	-4.158	-462	799,21%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-5.619	-11.523	-51,24%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	-77.683	-67.906	14,40%
C) Fundos Não Previdenciais	0	0	0,00%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Embrater Básico			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	5	4	30,93%
Recebível	5	4	30,93%
2. Obrigações	77.688	67.910	14,40%
Operacional	77.688	67.910	14,40%
3. Fundos Não Previdenciais	0	0	0,00%
4. Resultados a Realizar	0	0	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	(77.683)	(67.906)	14,40%
Provisões Matemáticas	32.515	36.672	-11,34%
Superávit/Déficit Técnico	(110.197)	(104.579)	5,37%
Fundos Previdenciais	0	0	0,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(110.197)	(104.579)	5,37%
a) Equilíbrio Técnico	(110.197)	(104.579)	5,37%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(110.197)	(104.579)	5,37%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Embrater Básico

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	5	4	30,9%
1. Provisões Matemáticas	32.515	36.672	-11,3%
1.1. Benefícios concedidos	32.515	36.672	-11,3%
Benefício definido	32.515	36.672	-11,3%
2. Equilíbrio Técnico	(110.197)	(104.579)	5,4%
2.1. Resultados realizados	(110.197)	(104.579)	5,4%
(-) Déficit técnico acumulado	110.197	104.579	5,4%
4. Exigível Operacional	77.688	67.910	14,4%
4.1. Gestão previdencial	77.688	67.910	14,4%
5. Exigível Contingencial	0	0	0,0%
5.1 Gestão previdencial	0	0	0,0%

Demonstrações Contábeis – Plano Ceres Básico

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Ceres Básico

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	20.185	17.542	15,07%
1. Adições	3.036	3.652	-16,87%
(+) Contribuições Previdenciais	787	740	6,36%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.249	2.912	-22,78%
2. Destinações	1.064	1.009	5,46%
(-) Benefícios	1.024	974	5,19%
(-) Custeio Administrativo	40	35	12,83%
3. Acrédito/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	1.971	2.643	-25,40%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.947	2.782	-30,01%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	24	-139	-117,35%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	22.157	20.185	9,77%
C) Fundos Não Previdenciais	324	275	17,68%
(+/-) Fundos Administrativos	81	63	28,09%
(+/-) Fundos Investimentos	243	212	14,57%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Ceres Básico

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	22.551	20.522	9,89%
Disponível	5	3	85,64%
Recebível	158	136	16,13%
Investimentos	22.388	20.383	9,83%
Fundos de Investimentos	20.222	18.181	11,23%
Investimentos Imobiliários	769	797	-3,63%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.396	1.405	-0,65%
2. Obrigações	71	62	14,32%
Operacional	64	61	4,94%
Contingencial	7	1	528,04%
3. Fundos Não Previdenciais	324	275	17,68%
Fundos Administrativos	81	63	28,09%
Fundos dos Investimentos	243	212	14,57%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	22.157	20.185	9,77%
Provisões Matemáticas	22.244	20.297	9,59%
Superávit/Déficit Técnico	(88)	(112)	-21,58%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	841	824	2,10%
a) Equilíbrio Técnico	(88)	(112)	-21,58%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	929	936	-0,74%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	841	824	2,10%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Ceres Básico
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	22.463	20.458	9,80%
1. Provisões Matemáticas	22.244	20.297	9,59%
1.1. Benefícios concedidos	10.754	10.798	-0,41%
Benefício definido	10.754	10.798	-0,41%
1.2. Benefício a conceder	12.327	11.785	4,60%
Benefício definido	12.327	11.785	4,60%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	836	2.285	-63,41%
(-) Déficit equacionado	836	2.285	-63,41%
(-) Patrocinador(es)	836	2.285	-63,41%
2. Equilíbrio Técnico	(88)	(112)	-21,58%
2.1. Resultados realizados	(88)	(112)	-21,58%
Superávit técnico acumulado	0	0	0,00%
Reserva de contingência	0	0	0,00%
(-) Déficit técnico acumulado	88	112	100,00%
3. Fundos	243	212	14,57%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	243	212	14,57%
4. Exigível Operacional	64	61	4,94%
4.1. Gestão previdencial	61	58	4,77%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	3	3	8,73%

Demonstrações Contábeis – Plano Ceres-FlexCeres
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Ceres FlexCeres

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	8.487	6.561	29,37%
1. Adições	2.234	2.340	-4,51%
(+) Contribuições Previdenciais	1.111	954	16,45%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.123	1.385	-18,94%
2. Destinações	444	413	7,50%
(-) Benefícios	408	383	6,67%
(-) Custeio Administrativo	36	30	17,99%
3. Acrédito/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	1.790	1.927	-7,08%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.594	1.768	-9,84%
(+/-) Fundos Previdenciais	3	30	-89,11%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	193	128	50,30%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	10.278	8.487	21,10%
C) Fundos Não Previdenciais	75	56	34,63%
(+/-) Fundos Administrativos	39	30	31,92%
(+/-) Fundos Investimentos	36	26	37,77%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Ceres FlexCeres

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	10.357	8.544	21,22%
Disponível	21	20	5,28%
Recebível	39	32	24,26%
Investimentos	10.296	8.492	21,25%
Fundos de Investimentos	9.676	8.075	19,82%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	620	417	48,89%
2. Obrigações	5	2	175,62%
Operacional	5	2	175,62%
3. Fundos Não Previdenciais	75	56	34,63%
Fundos Administrativos	39	30	31,92%
Fundos dos Investimentos	36	26	37,77%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	10.277	8.486	21,10%
Provisões Matemáticas	10.129	8.535	18,68%
Superávit/Déficit Técnico	55	(138)	-140,26%
Fundos Previdenciais	92	89	3,72%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	55	(89)	-162,08%
a) Equilíbrio Técnico	55	(138)	-140,26%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	43	48	-11,93%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	55	(89)	-162,08%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Ceres FlexCeres			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	10.317	8.518	21,12%
1. Provisões Matemáticas	10.129	8.535	18,68%
1.1. Benefícios concedidos	2.908	2.462	18,10%
Benefício definido	2.908	2.462	18,10%
1.2. Benefício a conceder	7.291	6.134	18,86%
Contribuição definida	7.291	6.134	18,86%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	3.358	2.701	24,32%
Saldo de contas - parcela participantes	3.932	3.433	14,56%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	69	61	13,53%
(-) Déficit equacionado	69	61	13,53%
(-) Patrocinador(es)	31	27	13,50%
(-) Participantes	37	32	13,50%
(-) Assistidos	2	1	14,60%
2. Equilíbrio Técnico	55	(138)	-140,26%
2.1. Resultados realizados	55	(138)	-140,26%
(-) Déficit técnico acumulado	0	138	-100,00%
3. Fundos	127	114	11,41%
3.1. Fundos previdenciais	92	89	3,72%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	36	26	37,77%
4. Exigível Operacional	4	2	152,66%
4.1. Gestão previdencial	4	2	167,11%

Demonstrações Contábeis – Plano Epagri Básico
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri Básico

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	96.097	87.413	9,93%
1. Adições	31.011	29.724	4,33%
(+) Contribuições Previdenciais	20.911	17.842	17,20%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.100	11.882	-15,00%
2. Destinações	21.911	21.040	4,14%
(-) Benefícios	21.567	20.752	3,93%
(-) Custeio Administrativo	344	288	19,22%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	9.100	8.684	4,79%
(+/-) Provisões Matemáticas	8.333	9.739	-14,44%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	767	-1.055	-172,66%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	105.198	96.097	9,47%
C) Fundos Não Previdenciais	1.236	1.042	18,54%
(+/-) Fundos Administrativos	552	436	26,44%
(+/-) Fundos Investimentos	684	606	12,85%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri Básico

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	107.733	99.100	8,71%
Disponível	9	5	68,62%
Recebível	4.279	3.778	13,27%
Investimentos	103.446	95.318	8,53%
Fundos de Investimentos	97.405	89.510	8,82%
Investimentos Imobiliários	4.029	4.181	-3,64%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.788	1.626	9,91%
2. Obrigações	1.300	1.961	-33,70%
Operacional	638	610	4,65%
Contingencial	662	1.351	-51,01%
3. Fundos Não Previdenciais	1.236	1.042	18,54%
Fundos Administrativos	552	436	26,44%
Fundos dos Investimentos	684	606	12,85%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	105.198	96.097	9,47%
Provisões Matemáticas	109.840	101.506	8,21%
Superávit/Déficit Técnico	(4.642)	(5.409)	-14,18%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(331)	0	0,00%
a) Equilíbrio Técnico	(4.642)	(5.409)	-14,18%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	4.312	5.409	-20,29%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(331)	0	0,00%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri Básico			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	107.181	99.100	8,15%
1. Provisões Matemáticas	109.840	101.506	8,21%
1.1. Benefícios concedidos	194.090	197.622	-1,79%
Benefício definido	194.090	197.622	-1,79%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	84.250	96.115	-12,34%
(-) Déficit equacionado	84.250	96.115	-12,34%
(-) Patrocinador(es)	84.250	96.115	-12,34%
2. Equilíbrio Técnico	(4.642)	(5.409)	-14,18%
2.1. Resultados realizados	(4.642)	(5.409)	-14,18%
(-) Déficit técnico acumulado	4.642	5.409	-14,18%
3. Fundos	684	1.042	-34,39%
3.1. Fundos previdenciais	0	0	0,00%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	684	606	12,85%
4. Exigível Operacional	638	610	4,65%
4.1. Gestão previdencial	619	596	3,76%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	19	13	44,22%
5. Exigível Contingencial	662	1.351	(0)
5.1 Gestão previdencial	0	0	0,00%
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	662	1.351	-51,01%

Demonstrações Contábeis – Plano Epagri Saldado

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri Saldado

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	450.123	409.101	10,03%
1. Adições	52.677	67.954	-22,48%
(+) Contribuições Previdenciais	3.104	2.726	13,85%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	49.573	65.228	-24,00%
2. Destinações	30.359	26.932	12,72%
(-) Benefícios	29.422	26.131	12,59%
(-) Custeio Administrativo	937	801	16,93%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	22.318	41.022	-45,59%
(+/-) Provisões Matemáticas	8.374	35.754	-76,58%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	13.944	5.268	164,70%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	472.441	450.123	4,96%
C) Fundos Não Previdenciais	3.634	3.084	17,83%
(+/-) Fundos Administrativos	1.807	1.490	21,29%
(+/-) Fundos Investimentos	1.827	1.594	14,59%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri Saldado

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	474.917	452.370	4,98%
1. Provisões Matemáticas	448.860	440.486	1,90%
1.1. Benefícios concedidos	331.062	305.173	8,48%
Benefício definido	331.062	305.173	8,48%
1.2. Benefício a conceder	117.797	135.313	-12,94%
Benefício definido	117.797	133.541	-11,79%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	0	0	0,00%
(-) Déficit equacionado	0	0	0,00%
(-) Patrocinador(es)	0	0	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	23.581	9.637	144,70%
2.1. Resultados realizados	23.581	9.637	144,70%
Superávit técnico acumulado	23.581	9.637	144,70%
Reserva de contingência	23.581	9.637	144,70%
3. Fundos	1.827	1.594	14,59%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	1.827	1.594	14,59%
4. Exigível Operacional	481	437	10,04%
4.1. Gestão previdencial	408	370	10,39%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	73	67	8,12%
5. Exigível Contingencial	169	216	-21,78%
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	169	216	-21,78%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri Saldado
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	476.724	453.860	5,04%
Disponível	42	19	123,10%
Recebível	1.884	1.577	19,52%
Investimentos	474.798	452.264	4,98%
Fundos de Investimentos	452.012	429.026	5,36%
Investimentos Imobiliários	18.911	19.624	-3,63%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	3.665	3.615	1,39%
2. Obrigações	650	653	-0,49%
Operacional	481	437	10,04%
Contingencial	169	216	-21,78%
3. Fundos Não Previdenciais	3.634	3.084	17,83%
Fundos Administrativos	1.807	1.490	21,29%
Fundos dos Investimentos	1.827	1.594	14,59%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	472.441	450.123	4,96%
Provisões Matemáticas	448.860	440.486	1,90%
Superávit/Déficit Técnico	23.581	9.637	144,70%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	23.581	9.637	144,70%
a) Equilíbrio Técnico	23.581	9.637	144,70%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	20.142	21.110	-4,59%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	23.581	9.637	144,70%

Demonstrações Contábeis – Plano Epagri-FlexCeres

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epagri FlexCeres			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	209.478	162.519	28,89%
1. Adições	47.812	52.244	-8,48%
(+) Contribuições Previdenciais	19.752	17.660	11,85%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.060	34.584	-18,86%
2. Destinações	6.955	5.286	31,58%
(-) Benefícios	5.955	4.487	32,73%
(-) Custeio Administrativo	999	799	25,09%
3. Acrédito/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	40.857	46.958	-12,99%
(+/-) Provisões Matemáticas	36.018	39.355	-8,48%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.723	3.650	-25,42%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.117	3.953	-46,44%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	250.335	209.478	19,50%
C) Fundos Não Previdenciais	1.170	895	30,82%
(+/-) Fundos Administrativos	1.032	782	31,96%
(+/-) Fundos Investimentos	138	112	22,93%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epagri FlexCeres			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	252.122	210.804	19,60%
Disponível	14	20	-30,01%
Recebível	1.515	2.703	-43,94%
Investimentos	250.593	208.081	20,43%
Fundos de Investimentos	249.367	206.742	20,62%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.226	1.339	-8,41%
2. Obrigações	617	431	43,11%
Operacional	617	431	43,11%
3. Fundos Não Previdenciais	1.170	895	30,82%
Fundos Administrativos	1.032	782	31,96%
Fundos dos Investimentos	138	112	22,93%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	250.335	209.478	19,50%
Provisões Matemáticas	226.817	190.800	18,88%
Superávit/Déficit Técnico	11.376	9.259	22,86%
Fundos Previdenciais	12.142	9.419	28,91%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	11.376	9.259	22,86%
a) Equilíbrio Técnico	11.376	9.259	22,86%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.241	1.274	-2,59%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	11.376	9.259	22,86%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epagri FlexCeres

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	251.090	210.025	19,55%
1. Provisões Matemáticas	226.817	190.800	18,88%
1.1. Benefícios concedidos	69.217	54.343	27,37%
Benefício definido	69.217	54.343	27,37%
1.2. Benefício a conceder	157.600	136.457	15,49%
Contribuição definida	157.164	136.457	15,17%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	67.506	58.014	16,36%
Saldo de contas - parcela participantes	89.658	78.443	14,30%
Benefício definido	436	0	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	11.376	9.259	22,86%
2.1. Resultados realizados	11.376	9.259	22,86%
Superávit técnico acumulado	11.376	9.259	22,86%
Reserva de contingência	11.376	9.259	22,86%
3. Fundos	12.280	9.532	28,84%
3.1. Fundos previdenciais	12.142	9.419	28,91%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	138	112	22,93%
4. Exigível Operacional	617	431	43,11%
4.1. Gestão previdencial	614	429	43,21%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	3	2	22,64%

Demonstrações Contábeis – Plano Emater (MG) Básico

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Emater MG Básico

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	141.250	137.588	2,66%
1. Adições	20.019	25.202	-20,57%
(+) Contribuições Previdenciais	7.290	6.600	10,46%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.728	18.602	-31,57%
2. Destinações	22.002	21.539	2,15%
(-) Benefícios	21.684	21.129	2,62%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-134	8	-1697,55%
(-) Custeio Administrativo	452	401	12,59%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	-1.983	3.663	-154,14%
(+/-) Provisões Matemáticas	-1.975	5.429	-136,37%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-8	-1.767	-99,54%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	139.267	141.250	-1,40%
C) Fundos Não Previdenciais	2.197	1.912	14,92%
(+/-) Fundos Administrativos	865	700	23,48%
(+/-) Fundos Investimentos	1.332	1.212	9,98%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Emater MG Básico

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	142.247	143.976	-1,20%
Disponível	12	11	8,36%
Recebível	5.365	5.020	6,87%
Investimentos	136.870	138.945	-1,49%
Fundos de Investimentos	125.308	127.140	-1,44%
Investimentos Imobiliários	9.578	9.951	-3,75%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.955	1.855	5,43%
2. Obrigações	782	814	-3,88%
Operacional	689	665	3,71%
Contingencial	93	149	-37,77%
3. Fundos Não Previdenciais	2.197	1.912	14,92%
Fundos Administrativos	865	700	23,48%
Fundos dos Investimentos	1.332	1.212	9,98%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	139.267	141.250	-1,40%
Provisões Matemáticas	144.229	146.204	-1,35%
Superávit/Déficit Técnico	(4.962)	(4.954)	0,16%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(92)	1.969	-104,69%
a) Equilíbrio Técnico	(4.962)	(4.954)	0,16%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	4.869	6.922	-29,66%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(92)	1.969	-104,69%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Emater MG Básico
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	141.382	143.276	-1,32%
1. Provisões Matemáticas	144.229	146.204	-1,35%
1.1. Benefícios concedidos	181.169	185.254	-2,21%
Benefício definido	181.169	185.254	-2,21%
1.2. Benefício a conceder	329	300	9,45%
Benefício definido	329	300	9,45%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	37.268	39.350	-5,29%
(-) Déficit equacionado	37.268	39.350	-5,29%
(-) Patrocinador(es)	37.268	39.350	-5,29%
2. Equilíbrio Técnico	(4.962)	(4.954)	0,16%
2.1. Resultados realizados	(4.962)	(4.954)	0,16%
(-) Déficit técnico acumulado	4.962	4.954	0,16%
3. Fundos	1.332	1.212	9,98%
3.1. Fundos previdenciais	0	0	0,00%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	1.332	1.212	9,98%
4. Exigível Operacional	689	665	3,71%
4.1. Gestão previdencial	677	660	2,62%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	12	5	147,08%
5. Exigível Contingencial	93	149	-37,77%
5.1 Gestão previdencial	0	134	-100,00%

Demonstrações Contábeis– Plano Emater (MG) Saldado

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Emater MG Saldado			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	263.457	236.784	11,26%
1. Adições	28.661	38.222	-25,01%
(+) Contribuições Previdenciais	6.392	10.097	-36,69%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	22.269	28.125	-20,82%
2. Destinações	13.272	11.548	14,93%
(-) Benefícios	12.074	10.501	14,98%
(-) Custeio Administrativo	1.198	1.047	14,37%
3. Acrédito/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	15.389	26.674	-42,31%
(+/-) Provisões Matemáticas	4.139	19.845	-79,15%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	11.251	6.828	64,76%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	278.847	263.457	5,84%
C) Fundos Não Previdenciais	2.305	1.856	24,19%
(+/-) Fundos Administrativos	1.314	1.033	27,24%
(+/-) Fundos Investimentos	992	824	20,38%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Emater MG Saldado			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	281.304	265.406	5,99%
Disponível	10	13	-23,37%
Recebível	60.226	67.041	-10,17%
Investimentos	221.068	198.352	11,45%
Fundos de Investimentos	209.758	186.813	12,28%
Investimentos Imobiliários	5.497	5.703	-3,61%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	5.795	5.835	-0,69%
2. Obrigações	152	92	65,21%
Operacional	102	84	21,69%
Contingencial	50	8	531,25%
3. Fundos Não Previdenciais	2.305	1.856	24,19%
Fundos Administrativos	1.314	1.033	27,24%
Fundos dos Investimentos	992	824	20,38%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	278.847	263.457	5,84%
Provisões Matemáticas	247.328	243.189	1,70%
Superávit/Déficit Técnico	31.519	20.268	55,51%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.519	20.268	55,51%
a) Equilíbrio Técnico	31.519	20.268	55,51%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	10.271	9.468	8,48%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	31.519	20.268	55,51%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Emater MG Saldado
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	279.990	264.373	5,91%
1. Provisões Matemáticas	247.328	243.189	1,70%
1.1. Benefícios concedidos	125.746	124.143	1,29%
Benefício definido	125.746	124.143	1,29%
1.2. Benefício a conceder	121.582	119.046	2,13%
Benefício definido	121.582	119.046	2,13%
2. Equilíbrio Técnico	31.519	20.268	55,51%
2.1. Resultados realizados	31.519	20.268	55,51%
Superávit técnico acumulado	31.519	20.268	55,51%
Reserva de contingência	31.519	20.268	55,51%
3. Fundos	992	824	20,38%
3.1. Fundos previdenciais	0	0	0,00%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	992	824	20,38%
4. Exigível Operacional	102	84	21,69%
4.1. Gestão previdencial	72	61	17,65%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	31	23	32,31%
5. Exigível Contingencial	50	8	531,25%
5.1 Gestão previdencial	0	0	0,00%
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	50	8	531,25%

Demonstrações Contábeis– Plano Emater (MG) FlexCeres
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Emater MG FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	138.147	106.066	30,25%
1. Adições	31.204	35.014	-10,88%
(+) Contribuições Previdenciais	12.813	12.522	2,32%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	18.391	22.492	-18,23%
2. Destinações	3.121	2.933	6,44%
(-) Benefícios	2.797	2.662	5,08%
(-) Custeio Administrativo	325	271	19,80%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	28.083	32.081	-12,46%
(+/-) Provisões Matemáticas	23.947	24.292	-1,42%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.754	2.493	10,48%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.381	5.297	-73,93%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	166.229	138.147	20,33%
C) Fundos Não Previdenciais	662	531	24,65%
(+/-) Fundos Administrativos	566	454	24,67%
(+/-) Fundos Investimentos	97	78	24,52%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Emater MG FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	167.149	138.902	20,34%
Disponível	9	2	374,72%
Recebível	1.532	1.354	13,12%
Investimentos	165.608	137.546	20,40%
Fundos de Investimentos	164.718	136.816	20,39%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	889	731	21,68%
2. Obrigações	257	224	14,60%
Operacional	257	224	14,60%
3. Fundos Não Previdenciais	662	531	24,65%
Fundos Administrativos	566	454	24,67%
Fundos dos Investimentos	97	78	24,52%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	166.229	138.147	20,33%
Provisões Matemáticas	150.465	126.518	18,93%
Superávit/Déficit Técnico	7.342	5.961	23,17%
Fundos Previdenciais	8.422	5.668	48,59%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	7.342	5.961	23,17%
a) Equilíbrio Técnico	7.342	5.961	23,17%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	828	826	0,32%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	7.342	5.961	23,17%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Emater MG FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	166.583	138.453	20,32%
1. Provisões Matemáticas	150.465	126.518	18,93%
1.1. Benefícios concedidos	27.909	27.112	2,94%
Benefício definido	27.909	27.112	2,94%
1.2. Benefício a conceder	122.556	99.406	23,29%
Contribuição definida	122.556	99.398	23,30%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	55.407	44.612	24,20%
Saldo de contas - parcela participantes	67.149	54.786	22,57%
Benefício definido	0	7	-100,00%
2. Equilíbrio Técnico	7.342	5.961	23,17%
2.1. Resultados realizados	7.342	5.961	23,17%
Superávit técnico acumulado	7.342	5.961	23,17%
Reserva de contingência	6.140	5.961	3,00%
3. Fundos	8.519	5.745	48,27%
3.1. Fundos previdenciais	8.422	5.668	48,59%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	97	78	24,52%
4. Exigível Operacional	257	224	14,60%
4.1. Gestão previdencial	255	223	14,52%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	2	1	27,17%

Demonstrações Contábeis – Plano Epamig Básico

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epamig Básico			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	13.011	12.169	6,92%
1. Adições	2.885	3.209	-10,09%
(+) Contribuições Previdenciais	1.676	1.534	9,25%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.209	1.675	-27,86%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	1	0	0,00%
2. Destinações	2.460	2.367	3,94%
(-) Benefícios	2.295	2.220	3,38%
(-) Custeio Administrativo	164	146	11,76%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	424	842	-49,62%
(+/-) Provisões Matemáticas	382	758	-49,66%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	43	84	-49,26%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	13.435	13.011	3,26%
C) Fundos Não Previdenciais	292	241	21,18%
(+/-) Fundos Administrativos	181	143	26,83%
(+/-) Fundos Investimentos	111	98	12,98%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epamig Básico			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	13.902	13.417	3,62%
Disponível	3	3	-8,04%
Recebível	641	582	10,25%
Investimentos	13.259	12.833	3,32%
Fundos de Investimentos	12.240	11.775	3,95%
Investimentos Imobiliários	865	899	-3,75%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	152	159	-4,69%
2. Obrigações	175	165	5,82%
Operacional	165	164	1,01%
Contingencial	9	1	583,62%
3. Fundos Não Previdenciais	292	241	21,18%
Fundos Administrativos	181	143	26,83%
Fundos dos Investimentos	111	98	12,98%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	13.435	13.011	3,26%
Provisões Matemáticas	11.580	11.198	3,41%
Superávit/Déficit Técnico	1.855	1.813	2,35%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	1.855	1.813	2,35%
a) Equilíbrio Técnico	1.855	1.813	2,35%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	482	612	-21,24%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.855	1.813	2,35%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epamig Básico
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	13.721	13.274	3,37%
1. Provisões Matemáticas	11.580	11.198	3,41%
1.1. Benefícios concedidos	19.831	20.150	-1,59%
Benefício definido	19.831	20.150	-1,59%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	8.251	8.952	-7,84%
(-) Déficit equacionado	8.251	8.952	-7,84%
(-) Patrocinador(es)	8.251	8.952	-7,84%
2. Equilíbrio Técnico	1.855	1.813	2,35%
2.1. Resultados realizados	1.855	1.813	2,35%
Superávit técnico acumulado	1.855	1.813	2,35%
Reserva de contingência	1.855	1.813	2,35%
3. Fundos	111	98	12,98%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	111	98	12,98%
4. Exigível Operacional	165	164	1,01%
4.1. Gestão previdencial	165	163	1,12%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	0	0	-39,67%
5. Exigível Contingencial	9	1	583,62%
5.1 Gestão previdencial	1	0	0,00%

Demonstrações Contábeis – Plano Epamig Saldado

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epamig Saldado			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	69.469	60.681	14,48%
1. Adições	8.196	10.245	-19,99%
(+) Contribuições Previdenciais	502	444	13,08%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.695	9.801	-21,49%
2. Destinações	1.563	1.457	7,27%
(-) Benefícios	1.114	1.063	4,79%
(-) Custeio Administrativo	449	394	13,98%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	6.634	8.788	-24,51%
(+/-) Provisões Matemáticas	539	4.358	-87,64%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	6.095	4.430	37,59%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	76.103	69.469	9,55%
C) Fundos Não Previdenciais	846	673	25,71%
(+/-) Fundos Administrativos	497	383	29,76%
(+/-) Fundos Investimentos	349	290	20,38%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epamig Saldado			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	76.993	70.165	9,73%
Disponível	5	4	46,45%
Recebível	507	393	29,15%
Investimentos	76.480	69.768	9,62%
Fundos de Investimentos	72.136	65.351	10,38%
Investimentos Imobiliários	2.600	2.698	-3,63%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.739	1.719	1,15%
2. Obrigações	43	22	94,80%
Operacional	20	19	7,67%
Contingencial	23	4	522,42%
3. Fundos Não Previdenciais	846	673	25,71%
Fundos Administrativos	497	383	29,76%
Fundos dos Investimentos	349	290	20,38%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	76.103	69.469	9,55%
Provisões Matemáticas	54.982	54.443	0,99%
Superávit/Déficit Técnico	21.121	15.026	40,56%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	21.121	15.026	40,56%
a) Equilíbrio Técnico	21.121	15.026	40,56%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.351	3.392	-1,21%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	21.121	15.026	40,56%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epamig Saldado			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	76.496	69.782	9,62%
1. Provisões Matemáticas	54.982	54.443	0,99%
1.1. Benefícios concedidos	11.184	11.198	-0,12%
Benefício definido	11.184	11.198	-0,12%
1.2. Benefício a conceder	43.797	43.245	1,28%
Benefício definido	43.797	43.245	1,28%
2. Equilíbrio Técnico	21.121	15.026	40,56%
2.1. Resultados realizados	21.121	15.026	40,56%
Superávit técnico acumulado	21.121	15.026	40,56%
Reserva de contingência	11.359	11.384	-0,22%
3. Fundos	349	290	20,38%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	349	290	20,38%
4. Exigível Operacional	20	19	7,67%
4.1. Gestão previdencial	8	9	-17,41%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	12	9	32,44%
5. Exigível Contingencial	23	4	522,42%
5.1 Gestão previdencial	0	0	0,00%
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	23	4	522,42%

Demonstrações Contábeis– Plano Epamig-FlexCeres
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epamig FlexCeres

Descrição	R\$ Mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	33.139	25.153	31,75%
1. Adições	8.250	8.982	-8,14%
(+) Contribuições Previdenciais	3.810	3.619	5,28%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.440	5.363	-17,20%
2. Destinações	1.121	996	12,63%
(-) Benefícios	952	850	11,96%
(-) Custeio Administrativo	170	146	16,58%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	7.129	7.986	-10,73%
(+/-) Provisões Matemáticas	7.007	7.224	-3,01%
(+/-) Fundos Previdenciais	259	807	-67,95%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-136	-45	202,07%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	40.268	33.139	21,51%
C) Fundos Não Previdenciais	250	198	26,01%
(+/-) Fundos Administrativos	196	154	26,86%
(+/-) Fundos Investimentos	54	44	23,04%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epamig FlexCeres

Descrição	R\$ Mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	40.700	33.502	21,49%
Disponível	6	8	-20,48%
Recebível	756	705	7,26%
Investimentos	39.938	32.789	21,80%
Fundos de Investimentos	39.507	32.417	21,87%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	430	372	15,65%
2. Obrigações	184	166	10,83%
Operacional	184	166	10,83%
3. Fundos Não Previdenciais	250	198	26,01%
Fundos Administrativos	196	154	26,86%
Fundos dos Investimentos	54	44	23,04%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	40.267	33.138	21,51%
Provisões Matemáticas	38.500	31.494	22,25%
Superávit/Déficit Técnico	0	136	-100,00%
Fundos Previdenciais	1.766	1.508	17,14%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	0	136	-100,00%
a) Equilíbrio Técnico	0	136	-100,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	176	190	-7,13%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	0	136	-100,00%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epamig FlexCeres

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	40.505	33.348	21,5%
1. Provisões Matemáticas	38.500	31.494	22,2%
1.1. Benefícios concedidos	5.363	4.476	19,8%
Benefício definido	5.363	4.476	19,8%
1.2. Benefício a conceder	33.137	27.018	22,7%
Contribuição definida	33.137	27.018	22,7%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	14.655	11.869	23,5%
Saldo de contas - parcela participantes	18.482	15.149	22,0%
2. Equilíbrio Técnico	0	136	-100,0%
2.1. Resultados realizados	0	136	-100,0%
Superávit técnico acumulado	0	136	-100,0%
Reserva de contingência	0	136	-100,0%
3. Fundos	1.820	1.552	17,3%
3.1. Fundos previdenciais	1.766	1.508	17,1%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	54	44	23,0%
4. Exigível Operacional	184	166	10,8%
4.1. Gestão previdencial	183	165	10,8%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	0	0	16,8%

Demonstrações Contábeis – Plano Cidasc-FlexCeres

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Cidasc FlexCeres			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	16.240	10.809	50,24%
1. Adições	16.240	6.119	165,42%
(+) Contribuições Previdenciais	4.844	3.702	30,83%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.222	2.416	-8,04%
2. Destinações	1.136	688	65,11%
(-) Benefícios	821	415	98,06%
(-) Custeio Administrativo	315	273	15,10%
3. Acrédito/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	5.930	5.430	9,20%
(+/-) Provisões Matemáticas	7.281	4.817	51,16%
(+/-) Fundos Previdenciais	-1.422	584	-343,44%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	70	30	135,84%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	22.170	16.240	36,51%
C) Fundos Não Previdenciais	204	136	49,88%
(+/-) Fundos Administrativos	200	133	50,11%
(+/-) Fundos Investimentos	4	3	38,41%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Cidasc FlexCeres			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	22.506	16.515	36,28%
Disponível	3	4	-27,33%
Recebível	200	389	-48,49%
Investimentos	22.303	16.123	38,34%
Fundos de Investimentos	22.137	16.026	38,13%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	166	96	72,61%
2. Obrigações	133	139	-4,70%
Operacional	133	139	-4,70%
Contingencial	0	0	0,00%
3. Fundos Não Previdenciais	204	136	49,88%
Fundos Administrativos	200	133	50,11%
Fundos dos Investimentos	4	3	38,41%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	22.170	16.240	36,51%
Provisões Matemáticas	21.481	14.200	51,28%
Superávit/Déficit Técnico	100	30	235,84%
Fundos Previdenciais	589	2.010	-70,71%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	100	30	235,84%
a) Equilíbrio Técnico	100	30	235,84%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	124	122	2,26%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	100	30	235,84%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Cidasc FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	22.306	16.382	36,16%
1. Provisões Matemáticas	21.481	14.200	51,28%
1.1. Benefícios concedidos	1.003	616	62,81%
Benefício definido	1.003	616	62,81%
1.2. Benefício a conceder	20.478	13.584	50,75%
Contribuição definida	20.478	13.584	50,75%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	9.606	6.270	53,20%
Saldo de contas - parcela participantes	10.872	7.313	48,65%
2. Equilíbrio Técnico	100	30	235,84%
2.1. Resultados realizados	100	30	235,84%
Superávit técnico acumulado	100	30	235,84%
Reserva de contingência	100	30	235,84%
3. Fundos	592	2.013	-70,57%
3.1. Fundos previdenciais	589	2.010	-70,71%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	4	3	38,41%
4. Exigível Operacional	133	139	-4,70%
4.1. Gestão previdencial	132	139	-4,75%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	0	0	27,58%

Demonstrações Contábeis – Plano ABDI FlexCeres

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano ABDI FlexCeres			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	8.974	6.338	41,57%
1. Adições	3.086	3.182	-3,01%
(+) Contribuições Previdenciais	1.904	1.794	6,10%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.183	1.388	-14,79%
2. Destinações	944	583	61,95%
(-) Benefícios	807	485	66,32%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos	70	36	96,67%
(-) Custeio Administrativo	67	62	7,98%
3. Acrédito/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	2.213	2.635	-16,03%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.095	2.418	-13,38%
(+/-) Fundos Previdenciais	118	217	-45,64%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	11.186	8.974	24,66%
C) Fundos Não Previdenciais	45	29	57,31%
(+/-) Fundos Administrativos	45	29	57,31%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano ABDI FlexCeres			
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	11.253	9.023	0,00%
Disponível	2	2	0,00%
Recebível	279	254	0,00%
Investimentos	10.972	8.767	0,00%
Fundos de Investimentos	10.972	8.767	0,00%
2. Obrigações	21	20	0,00%
Operacional	21	20	0,00%
Contingencial	0	0	0,00%
3. Fundos Não Previdenciais	45	29	0,00%
Fundos Administrativos	45	29	0,00%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	11.186	8.974	0,00%
Provisões Matemáticas	10.711	8.616	0,00%
Superávit/Déficit Técnico	0	0	0,00%
Fundos Previdenciais	475	357	0,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	0	0	0,00%
a) Equilíbrio Técnico	0	0	0,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	63	67	0,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	0	0	0,00%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano ABDI FlexCeres			
	R\$ Mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	11.208	8.994	24,61%
1. Provisões Matemáticas	10.711	8.616	24,31%
1.1. Benefícios concedidos	806	757	6,48%
Contribuição definida	806	757	6,48%
1.2. Benefício a conceder	9.906	7.860	26,03%
Contribuição definida	9.906	7.860	26,03%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	4.745	3.764	26,07%
Saldo de contas - parcela participantes	5.161	4.096	25,99%
3. Fundos	475	357	33,02%
3.1. Fundos previdenciais	475	357	33,02%
4. Exigível Operacional	21	20	5,45%
4.1. Gestão previdencial	21	20	5,81%

Demonstrações Contábeis– Plano Emater (DF) FlexCeres
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Emater DF FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	12.711	6.449	97,11%
1. Adições	7.505	7.103	5,66%
(+) Contribuições Previdenciais	5.755	5.560	3,50%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.750	1.543	13,43%
2. Destinações	861	841	2,42%
(-) Benefícios	658	688	-4,27%
(-) Custeio Administrativo	163	153	6,44%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	6.684	6.262	6,73%
(+/-) Provisões Matemáticas	6.457	6.077	6,24%
(+/-) Fundos Previdenciais	194	146	33,42%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	33	39	-16,74%
4. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	19.394	12.711	52,58%
C) Fundos Não Previdenciais	79	48	66,51%
(+/-) Fundos Administrativos	79	48	66,51%

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Emater DF FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	19.603	12.861	52,42%
Disponível	443	2	23070,29%
Recebível	79	48	66,51%
Investimentos	19.080	12.811	48,93%
Fundos de Investimentos	19.080	12.811	48,93%
2. Obrigações	129	102	26,10%
Operacional	129	102	26,10%
3. Fundos Não Previdenciais	79	48	66,51%
Fundos Administrativos	79	48	66,51%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	19.394	12.711	52,58%
Provisões Matemáticas	18.773	12.316	52,43%
Superávit/Déficit Técnico	92	59	55,70%
Fundos Previdenciais	530	336	57,78%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	92	59	55,70%
a) Equilíbrio Técnico	92	59	55,70%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	82	72	13,71%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	92	59	55,70%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Emater DF FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	19.523	12.813	-34,37%
1. Provisões Matemáticas	18.773	12.316	-34,39%
1.1. Benefícios concedidos	384	399	3,93%
Benefício definido	384	399	3,93%
1.2. Benefício a conceder	18.388	11.917	-35,19%
Contribuição definida	18.388	11.917	-35,19%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	9.030	5.844	-35,28%
Saldo de contas - parcela participantes	9.358	6.073	-35,11%
2. Equilíbrio Técnico	92	59	-35,77%
2.1. Resultados realizados	92	59	-35,77%
Superávit técnico acumulado	92	59	-35,77%
Reserva de contingência	92	59	-35,77%
3. Fundos	530	336	-36,62%
3.1. Fundos previdenciais	530	336	-36,62%
4. Exigível Operacional	129	102	-20,59%
4.1. Gestão previdencial	129	102	-20,68%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017****(Valores expressos em milhares de reais)****1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Ceres Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de planos previdenciais, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal. É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário de empregados dos patrocinadores.

Posteriormente à criação da Ceres pela Embrapa e Embrater, a EMATER/MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), a EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A), a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e a EMATER-DF (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal) foram admitidas, por adesão, como patrocinadores da Fundação, além da própria Ceres.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tornou-se o único patrocinador fundador, em decorrência de extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), determinada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e da consequente retirada de patrocínio, homologada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social no Ofício nº 492/GAB/SPC/CGCOF, de 8 de agosto de 1995.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, que autorizaram o seu encaminhamento ao Conselho Deliberativo em 20 de março de 2018, para aprovação em 27 de março de 2017, na forma prevista no Estatuto da Fundação.

O total de participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pela Ceres somou, em 31 de dezembro de 2017, 18.702 pessoas (Quadro 1).

Quadro 1. Número de participantes e assistidos.

PATROCINADORA	ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL
Embrapa	8.063	4.016	12.079
Embrater	0	64	64
Ceres	65	25	90
Epagri	1.462	1.047	2.509
EMATER-MG	1.507	877	2.384
EPAMIG	642	255	897
CIDASC	382	10	392
ABDI	80	1	81
EMATER-DF	205	1	206
TOTAL GERAL	12.406	6.296	18.702

A patrocinadora Embrapa possui o maior número (8.063) de participantes, e o maior número (4.016) de assistidos, totalizando 12.079 pessoas, que representam 65% do contingente de vinculados aos planos administrado pela Ceres. Depois da Embrapa, estão as patrocinadoras Epagri e EMATER-MG, com um total de 2.509 e 2.384 participantes e assistidos, respectivamente.

A Fundação Ceres administra dezessete planos de benefícios, sendo nove na modalidade de Benefício Definido, em extinção, além de sete de Contribuição Variável e um de Contribuição Definida, (Quadro 2).

Quadro 2. Número de planos de benefícios administrados em 31.12.2017.

NOME DO PLANO	SIGLA	CNPB	SITUAÇÃO
PLANO EMBRAPA BÁSICO	Embrapa BD	1979000492	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO EMBRAPA FLEXCERES	Embrapa CV	2007000792	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO EMBRATER BÁSICO	Embrater BD	1979000565	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO CERES BÁSICO	Ceres BD	2007001047	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO CERES FLEXCERES	Ceres CV	2007000865	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO EPAGRI BÁSICO	Epagri BD	1981000119	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO EPAGRI SALDADO	Epagri SD	2005002283	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO EPAGRI FLEXCERES	Epagri CV	2005002356	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO EMATER BÁSICO	EMATER-MG BD	1982000147	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO EMATER SALDADO	EMATER-MG SD	2007002574	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO EMATER FLEXCERES	EMATER-MG CV	2007002647	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO EPAMIG BÁSCIO	EPAMIG BD	1982000856	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO EPAMIG SALDADO	EPAMIG SD	2007003147	ATIVO / EM EXTINÇÃO
PLANO EPAMIG FLEXCERES	EPAMIG CV	2007003392	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO CIDASC FLEXCERES	CIDASC CV	2009001192	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO ABDI FLEXCERES	ABDI CD	2013000911	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO
PLANO EMATER/DF FLEXCERES	EMATER-DF CV	2014000883	ATIVO / EM FUNCIONAMENTO

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas são elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em especial pela Resolução CNPC nº 08/2011, Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e Instrução MPS/PREVIC nº 05/2011.

Essas práticas acima seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do último exercício social. A moeda funcional e de apresentação dessas Demonstrações é o Real (R\$). A Entidade não possuía ativos ou passivos monetários em moeda estrangeira na data do fechamento deste balanço, em 31 de dezembro de 2017.

2.1.1 Contabilização por Gestão

Na estrutura contábil vigente, os segmentos necessários à administração das Entidades Fechadas de Previdência Complementar são denominados gestão previdencial, gestão assistencial, gestão administrativa e investimentos. A Fundação Ceres não opera a modalidade assistencial. As funções de cada segmento estão assim especificadas:

- **Gestão Previdencial** - congrega todas as atividades previdenciais, como recebimentos de contribuições, pagamento de benefícios e constituição das provisões atuariais;
- **Gestão Administrativa** - assemelha-se a uma prestadora de serviços administrativos, tendo como usuários os demais segmentos da estrutura da entidade, coordenando todo o funcionamento administrativo da Fundação;
- **Investimentos** – refere-se ao gerenciamento das aplicações financeiras dos recursos garantidores dos planos de benefícios existentes na entidade.

2.1.2 Resultado das operações

As adições e deduções previdenciais, as receitas e despesas administrativas e as rendas ou variações positivas e negativas dos investimentos são registradas pelo regime de competência.

2.2 Demonstrativos Contábeis

As demonstrações contábeis, aprovadas pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alteradas pela Resolução CNPC nº 12/2013, Resolução CNPC nº 16/2014 e Instrução Previc nº 25/2015, são: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado – DMPS; Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL; Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL; Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA.

- a) **Balanço Patrimonial** – as contas do balanço patrimonial estão expressas em moeda das respectivas datas.
- **Ativo Disponível** – registra as disponibilidades existentes em caixa e bancos;
 - **Ativo Realizável** – o grupo de contas congrega os realizáveis da gestão previdencial, gestão administrativa e de investimentos, onde são registrados os direitos normais de suas atividades e as alocações dos investimentos dos planos administrados pela Fundação;
 - **Ativo Permanente** – registra os bens pelo custo de aquisição, depreciados pelo método linear à taxa anual, de acordo com a sua vida útil;
 - **Passivo Exigível Operacional** - registra as obrigações decorrentes das operações da entidade. Está subdividido em gestão previdencial, gestão administrativa e investimentos;
 - **Passivo Exigível Contingencial** – registra as provisões passivas de ações judiciais classificadas como de provável perda, que merecerão decisões futuras e que poderão gerar desembolsos futuros;
 - **Patrimônio Social** - congrega as contas das provisões atuariais, do equilíbrio técnico (superávit/déficit) e dos fundos, com as seguintes funções específicas para cada subgrupo:

Provisões Atuariais – registro do valor presente dos benefícios futuros, líquidos das contribuições dos planos de benefícios;

Equilíbrio Técnico – registro do excedente ou necessidade patrimonial em relação aos compromissos totais dos planos de benefícios;

Fundos – são os fundos constituídos atuarialmente para atender à gestão previdencial dos planos de benefícios; os fundos de investimentos, destinados à cobertura de possíveis perdas por morte dos mutuários de empréstimos e de financiamentos, e o fundo administrativo, constituído com o resultado positivo entre os valores aportados de custeio administrativo em relação às despesas administrativas incorridas.

b) **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS**

Neste demonstrativo são apresentadas as adições e as reduções ocorridas no Patrimônio Social, com os valores consolidados dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa.

c) **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAI**

Neste demonstrativo são apresentadas as mutações do ativo líquido por plano de benefícios ocorridas no exercício.

d) **Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL**

Neste demonstrativo são apresentadas a composição dos direitos e as obrigações de cada plano de benefícios, a demonstração da situação líquida de cobertura dos compromissos, bem como o valor dos ajustes de precificação no Equilíbrio Técnico do plano de benefício, positivo ou negativo, relativos aos títulos públicos federais classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014.

e) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA - Consolidada

São detalhadas as operações realizadas no plano de gestão administrativa como: custeio, despesas, resultados dos investimentos e constituições/reversões do fundo administrativo.

f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT

Nesse demonstrativo, criado pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, são apresentadas as Provisões Técnicas, que correspondem à totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela entidade.

2.3 Investimentos

São todos os títulos previstos na legislação, em especial na Resolução CMN nº 3792/2009, observada a estrutura da planificação contábil em vigor.

2.3.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

O registro e a avaliação de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 04/2002 e a Instrução SPC nº 34/2009. São classificados de acordo com a intenção da administração em:

Títulos para Negociação – adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição e são precificados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para os títulos e valores mobiliários que não possuem divulgação diária de preços, o apreçamento é realizado pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Pode também ser utilizado o Manual de Precificação do Custodiante, que deverá estar em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Títulos Mantidos até o Vencimento – são mantidos nesta classificação os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, com a intenção de manutenção até o vencimento, desde que tenham prazo mínimo a decorrer de 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, independentemente se alocados na carteira própria ou nos fundos exclusivos. Estes ativos são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As rendas ou variações positivas e as deduções ou variações negativas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros são reconhecidas no exercício em que ocorrerem. O valor de mercado ou valor justo dos investimentos é obtido mediante a utilização de cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima, Bolsa Mercantil e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa, Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC e pelo Custodiante.

2.3.2 Ações

As ações de companhias negociadas em bolsa de valores estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes e precificadas ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidas a partir da data da publicação dos dividendos pela companhia.

2.3.3 Fundos de investimentos

Os fundos de investimentos são reconhecidos pelo valor de aquisição incluindo, quando for o caso, taxas e emolumentos. As aplicações em quotas de fundos de investimentos estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos, na data do balanço. Os ativos que compõem os fundos de investimentos estão submetidos às normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.3.4 Investimentos imobiliários

O valor justo dos investimentos imobiliários é obtido por meio de laudos de avaliação determinado por empresa ou profissional legalmente habilitada. Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência. Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. A depreciação incide sobre o valor reavaliado e é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação e/ou reavaliação. Os imóveis são reavaliados pelo menos a cada três anos de acordo com o item nº 19 letras "h" e "k" do Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

2.3.5 Operações com participantes

As Operações com Participantes correspondem aos empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e assistidos e estão demonstrados pelos seus valores originais, deduzidas as amortizações, acrescidos de atualização monetária e juros contratuais. Em caso de inadimplência são acrescidos multa e juros moratórios.

2.3.6 Provisões para perdas

a) Provisão para Perda

Em observância à Instrução SPC nº 34/2009, a provisão para perdas relativa aos direitos creditórios de liquidação duvidosa é constituída da seguinte forma (Quadro 3):

Quadro 3. Critério de aprovisionamento para perdas.

ATRASO (em dias)		FAIXA DE PROVISÃO	CRÉDITOS ALCANÇADOS
DE	ATÉ		
61	120	25%	
121	240	50%	
241	360	75%	
ACIMA DE 361		100%	VENCIDOS E VINCENDOS

Obs: Para contribuições previdenciárias em atraso provisionam-se somente as parcelas vencidas.

b) Provisões para Perdas com Investimentos por Segmento de Aplicação

Visando representar adequadamente os investimentos dos planos de benefícios e de acordo com as informações sobre a possibilidade de não recebimento da aplicação, são mantidas provisões para perdas conforme pode-se observado no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4. Provisão para perdas nos investimentos em 31.12.2017 (R\$ Mil).

SEGMENTO	DATA DO REGISTRO	INSTITUIÇÃO	PAPEL	SALDO 2017	SALDO 2016
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	31/12/1994	BCO HERCULES	R D B	1.056	1.056
	29/02/2000	BCO CREFISUL	DEB. Ñ CONV.	5.138	5.138
	31/12/2003	CELPAR	DEB. Ñ CONV.	5.626	5.626
	30/09/2002	WIEST	DEB. CONV.	2.192	2.192
	31/08/2000	LORENZ	DEB. CONV.	2.887	2.887
	31/12/2000	FENICIAPAR	DEB. CONV.	563	563
	TOTAL - CRÉD. PRIVADOS E DEPÓSITOS			17.462	17.462
AÇÕES	30/11/2005	FURNAS (1FCE4)	AÇÕES	3.059	3.059
	30/11/2005	FURNAS (1FCE3)	AÇÕES	3.059	3.059
	TOTAL - AÇÕES			6.118	6.118
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	31/05/2005	ALUGUÉIS A RECEBER			305
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	31/12/2003	FDO ÁGUA BRANCA			2.536
TOTAL GERAL				26.421	26.421

Nota: Conforme a Resolução CMN nº 3.792/2009, os Créditos Privados e Depósitos são aplicações em Renda Fixa, As Ações são títulos de Renda Variável, os Investimentos Imobiliários são Imóveis e os Fundos Imobiliários são Investimentos Estruturados.

A provisão para perdas das ações da empresa Furnas S/A decorre do fato das ações não serem cotadas em mercado organizado, apesar dos planos de benefícios receberem dividendos desse ativo. Este procedimento, além de atender aos princípios previstos na Resolução CGPC nº 13/2004, que visa preservar a liquidez e solvência dos planos de benefícios e da própria Ceres, atende também ao princípio da prudência, conforme Pronunciamento Contábil – CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

O aprovisionamento referente ao Fundo de Investimentos Imobiliário Projeto Água Branca tem origem no não pagamento da renda mensal mínima garantida aos cotistas, por meio do contrato celebrado em 13/07/1999, correspondente à somatória dos residuais mensais devidos no período de 01/12/2001 a 31/11/2003, pela RICCI e Associados – Engenharia e Comércio Ltda. O Fundo de Investimentos moveu ação judicial contra os devedores citados acima, sendo vencedor. Iniciada a fase de execução para obrigar os devedores a pagarem o débito, inicialmente, foi constatada a insuficiência de patrimônio dos devedores e de seus sócios para satisfazer o pagamento. O escritório de advocacia que acompanha o processo judicial considera remota a possibilidade de recuperação da totalidade do crédito devido pela RICCI e Associados ao Fundo. Assim, até que seja extinta a possibilidade de recebimento judicial da dívida, a Ceres manterá o provisionamento do prejuízo suportado.

A Diretoria Executiva está empenhada em analisar todas as provisões para perdas registradas, na tentativa de buscar soluções na medida do possível, tanto do ponto de vista jurídico como administrativo.

c) Provisão para Perdas nas Operações com Participantes

As provisões estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos e de financiamentos imobiliários concedidos pela Fundação.

Quadro 5. Provisões para perdas nas operações com participantes em 31.12.2017 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO	2017	2016
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	8.725	8.783
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	8.451	8.509
TOTAL	17.176	17.292

As provisões para perdas foram impactadas pela situação dos Planos da Embrapa. A partir da entrada em vigor do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento ao Decreto nº 6.386, de 29 de janeiro de 2008, muitos devedores destes planos acabaram não tendo os descontos em folhas processados para pagamento dos empréstimos obtidos junto à Fundação, por insuficiência de margem líquida consignável. Esta situação decorre da rigidez na definição da margem consignável e das prioridades definidas pelo SIAPE para os descontos em folha, na qual o pagamento dos empréstimos feitos por EFPCs possuem baixa prioridade para recebimento. As provisões para perdas acumuladas totalizaram R\$ 17.176 mil, sendo R\$ 8.725 mil relativos a Empréstimos e R\$ 8.451 mil referentes a Financiamentos Imobiliários (Quadro 6).

No entanto, deve-se ressaltar que, no momento da quitação do débito ou quando da entrada em aposentadoria, as provisões para perdas desses devedores serão revertidas.

Quadro 6. Saldo das provisões perdas - operações com participantes em 2017 (R\$ Mil).

PLANO	EMPRÉSTIMOS	FINANCIAMENTOS	TOTAL
Embrapa BD	7.467	4.948	12.415
Embrapa CV	1.050	0	1.050
Ceres BD	17	110	127
EPAGRI BD	60	1.616	1.676
EPAGRI SD	65	1.272	1.337
EPAGRI CV	1	0	1
EMATER BD	21	392	413
EMATER SD	23	20	43
EMATER CV	14	0	14
EPAMIG BD	0	93	93
EPAMIG SD	7	0	7
TOTAL	8.725	8.451	17.176

2.4 Gestão dos Riscos

A identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, legal, operacional e sistêmico é conduzida à luz da legislação em vigor, aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Tal gestão tem por objetivo minimizar os riscos aos quais a Fundação está exposta, protegendo assim os recursos garantidores dos planos de benefícios por ela administrados.

As funções de gestão, administração e custódia dos recursos garantidores dos planos de benefícios são segregadas. As metodologias, políticas, matrizes de riscos e de controles e a mensuração dos riscos têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº3.792/2009 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

Risco de Mercado: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da alteração para menor nos valores de mercado dos ativos mantidos em carteira. O acompanhamento e o gerenciamento do risco de mercado, bem como os retornos esperados, são feitos com o uso de um modelo estatístico que possibilita a mensuração da probabilidade de perda econômica máxima tolerada. De acordo com as características das carteiras de investimentos, são definidos os instrumentos e metodologias utilizadas para o respectivo controle de risco e resultado.

Risco de Crédito: É o risco de algum investimento não ser honrado no futuro por uma contraparte de maneira integral ou parcial. O risco de crédito é gerenciado e controlado com o objetivo de mitigar o risco da contraparte não cumprir com a obrigação contratada e é monitorado com base nas posições mantidas em créditos privados, com a avaliação dos níveis de concentração, maiores exposições e piores ratings. A análise de risco de crédito é realizada nas operações com pessoa jurídica financeira, não-financeira e participantes e assistidos, no que se refere a empréstimos simples. Os recursos garantidores dos planos são aplicados em operações e instituições classificadas como de baixo nível de risco de crédito pela Política de Investimentos da Ceres.

Risco de Liquidez: É o risco de perda resultante da falta de recursos necessários ao cumprimento de uma ou mais obrigações da entidade. Em função do descasamento de atribuições e aplicações fica minimizado pela manutenção de um consistente sistema de fluxo de caixa. São utilizadas duas metodologias para o gerenciamento de liquidez de curto prazo e de longo prazo.

- **Curto Prazo:** Aplica-se o fluxo de caixa de entrada e saída de recursos, monitorado e avaliado semanalmente no Grupo de Análise Preliminar de Investimentos (GAPI), para assegurar qualquer eventualidade ou medidas de contingências.

- **Longo Prazo:** É utilizada a metodologia do *Asset Liability Management* (ALM) como ferramenta de trabalho para gerenciar e monitorar liquidez de longo prazo (superior a 12 meses).

Risco Legal e Operacional: É a avaliação e acompanhamento dos riscos decorrentes da possibilidade de perdas devido à inobservância de disposições legais, estatutárias e regulamentares e de procedimentos necessários à formalização de operações desenvolvidas, bem como da insolvência da contraparte em negócios são realizados com base na legislação em vigor.

Risco sistêmico: Na gestão dos recursos dos planos os procedimentos inclui-se os critérios de avaliação e mensuração dos demais riscos e as análises periódicas do cenário econômico interno e externo.

Risco atuarial: O gerenciamento de risco atuarial tem como objetivo assegurar os padrões de segurança econômico-financeira, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios administrados pela Entidade. O gerenciamento desses riscos é realizado por meio dos documentos relacionados, DA e Parecer Atuarial, com a mitigação dos riscos atuariais, como o risco biométrico que é mitigado por meio do estudo de hipóteses atuariais, o risco de liquidez que é mitigado por meio do estudo de ALM, o risco de mercado que é mitigado por estudos realizados pela área de investimentos e suas consultorias, o risco operacional que é mitigado pela formalização de procedimentos e mapeamento de processos,

o risco cadastral que é mitigado por recadastramento e processo de atualização cadastral, e assim por diante.

2.5 Ativo Permanente

É composto pelos ativos, immobilizado e intangível e está registrado pelo custo, depreciado e amortizado, respectivamente, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação e amortização aprovadas em estudo realizado por Grupo de Trabalho da Ceres, constituído pela Portaria DISUP nº169/2010, para esse fim. O valor e a composição dos Bens Patrimoniais em 2017 estão detalhados no Quadro 7.

Quadro 7. Bens patrimoniais existentes em 31.12.2017 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO	CUSTO ATUALIZADO	TAXA a. a.	DEPRECIAÇÃO AMORTIZAÇÃO	VALOR CONTÁBIL 2017	VALOR CONTÁBIL 2016
IMOBILIZADO	2.656		2.157	499	656
Móveis e Utensílios	771	6,25%	601	170	216
Máq. e Equipamentos	96	10,00%	57	39	36
Equip. de Informática	1.534	20,00%	1.294	240	345
Refrigeradores de Ar	255	10,00%	205	50	59
INTANGÍVEL	751		600	151	79
Software	724	20,00%	600	124	79
Imp. Plano Fam. Ceres	27		0	27	
TOTAL	3.407		2.757	650	735

De acordo com o Pronunciamento Técnico do CPC nº 27, a vida útil de um ativo é definida em termos da sua utilidade esperada para a entidade. Com isso, foi realizada a avaliação do Ativo Permanente e definidas as taxas anuais de depreciação, as quais foram analisadas no exercício atual com base nesse estudo de avaliação feito pela administração. Do valor contábil de R\$ 650 mil, os bens immobilizados somam R\$ 499 mil, equivalente a 76,8%, e o Intangível (softwares) soma R\$ 151 mil, equivalente a 23,2% do total.

2.6 Fluxo dos Investimentos

Representa o resultado líquido alcançado no exercício com a aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios (Gestão Previdencial e do PGA - Gestão Administrativa) por ocasião da apuração mensal do resultado. Os valores relativos aos rendimentos auferidos, proporcionalmente aos recursos aplicados de cada Gestão, totalizaram R\$ 663.876 mil em 2017. (Quadro 8).

Quadro 8. Resultado líquido do fluxo dos investimentos em 31.12.2017 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO	2017	2016
GESTÃO PREVIDENCIAL	661.604	819.299
GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.272	2.738
TOTAL	663.876	822.037

2.7 Custeio Administrativo

O Custeio Administrativo vertido pelos planos de benefícios ao Plano de Gestão Administrativa – PGA foi apropriado e transferido com base no critério de rateio aprovado na 157ª Reunião do Conselho Deliberativo, dos dias 20 e 21 de outubro de 2008, e retificado conforme ATA da 177ª Reunião do CD, realizada nos dias 1º e 2 de dezembro de 2011. O Custeio Administrativo da Gestão Previdencial é apurado com base no número de participantes de cada plano de benefícios. O Custeio Administrativo dos Investimentos é apropriado e transferido com base na proporção do patrimônio de Investimentos de cada plano, aplicando-se o critério sobre o valor total das despesas administrativas orçadas para o exercício.

Nos planos Básicos e Saldados, o referido Custeio é vertido com base nas despesas administrativas previstas no orçamento e no Plano de Trabalho. Nos planos FlexCeres são considerados os valores repassados pelas patrocinadoras e participantes.

De acordo com a Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), as despesas de administração foram alocadas conforme Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa – DPGA em Gestão Administrativa Previdencial e Gestão Administrativa de Investimentos e estão registrados no Plano de Gestão Administrativa de forma consolidada, em conformidade com a previsão orçamentária.

Em 2017, na Gestão Previdencial e nos Investimentos, foi transferido ao Plano de Gestão Administrativa, a título de Custeio Administrativo, o montante de R\$ 29.424 mil (Quadro 9).

Quadro 9. Custeio Administrativo em 31.12.2017 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO	2017	2016
GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIAL	15.584	13.569
GESTÃO ADMINISTRATIVA INVESTIMENTOS	13.840	12.055
TOTAL	29.424	25.624

O valor do Custeio Administrativo total, aprovado pelo Conselho Deliberativo para os planos de benefícios em 2017 foi de R\$ 29.424 mil e as despesas administrativas totalizaram R\$ 26.724 mil. No exercício, o valor das despesas administrativas representou 4,02% do fluxo previdenciário (contribuições + benefícios).

Em observância à determinação da Fiscalização da Previc, a partir de agosto de 2012, o custeio administrativo previdencial do plano Epagri BD passou a ser apropriado de acordo com a paridade entre Patrocinadora e Assistidos. Os recursos para provimento deste custeio administrativo foram segregados e recolhidos pela patrocinadora a partir de abril de 2013.

O Fundo Administrativo é constituído e controlado de forma consolidada e corresponde ao saldo apurado entre as receitas administrativas e as despesas administrativas do período. O saldo do Fundo Administrativo cresceu 26,79% , passando de R\$ 20.129 mil em 2016 para R\$ 25.521 mil em 2017 (Quadro 10).

Quadro 10. Saldo do Fundo Administrativo em 31.12.2017 (R\$ Mil).

SALDO 2016	CUSTEIO ADMINISTRAT.	TAXA ADM. EMP. / FIN.	REMUNERAÇÃO INVESTIM.	OUTRAS RECEITAS	DESPESAS ADMINISTRAT.	SALDO 2017
20.129	29.424	414	2.272	6	(26.724)	25.521

A participação dos Planos de Benefícios no Fundo Administrativo, prevista na Instrução Normativa SPC nº 34/2009, é registrada com base no mesmo critério de rateio utilizado para o Custeio Administrativo.

2.8 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões para perdas em geral, as provisões necessárias para passivos contingenciais e as provisões matemáticas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os principais julgamentos e estimativas contábeis são:

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Fundação Ceres é parte em processos judiciais de natureza civil, trabalhista e tributária, categorizados na Gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos, como descrito na Nota Explicativa nº 07. Nesses casos as provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. A Administração considera que os critérios para constituição dessas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, quando necessárias, estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

3. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

No Realizável da Gestão Previdencial estão registrados os valores a receber dos patrocinadores e participantes, inclusive valores ajuizados e/ou contratados (débitos renegociados entre a Fundação e Patrocinadores), depósitos judiciais e outros valores a receber.

O saldo dessa conta totalizou R\$ 138.076 mil em 2017, com destaque para as rubricas: Contrato de parcelamento de dívida do plano EMATER-MG SD, no valor de R\$ 58.889 mil e Depósitos Judiciais/Recursais no valor de R\$ 55.895 mil (Quando 11).

Quadro 11. Saldo da conta Gestão Previdencial em 31.12.2017 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO		2017	2016
Contribuições a Receber	(a)	22.836	23.163
Déficit Téc. Contratado (plano Emater Saldado)	(b)	58.889	65.988
Decisão Judicial - Planos Embrater	(c)	77.665	67.881
Dec. Judicial Embrater – Provisão Perdas		(77.665)	(67.881)
Embrater - Dívida de Patrocinadora	(d)	110.180	104.555
Prov. Perdas - Dívida Patrocinadora		(110.180)	(104.555)
Depósito Judiciais	(e)	55.895	52.864
Benefícios a Receber – 1994	(f)	195	219
Outros Valores a Receber	(g)	261	233
Total		138.076	142.467

a) A rubrica “Contribuições a Receber” refere-se às contribuições normais de dezembro/2017, contribuições do saldamento de planos e contribuições sobre 13º salário de 2017, a serem recebidas em janeiro de 2018;

b) Na rubrica “Déficit Técnico Contratado” está contabilizado o saldo da dívida do saldamento do plano EMATER (MG) Saldado, oriundo da assinatura, em outubro de 2014, de contrato especial de parcelamento de compromisso com o patrocinador EMATER de Minas Gerais. Para efeito de composição do valor do contrato, foi utilizado o saldo existente em dezembro de 2013. O montante de R\$ 58.889, amortizado pelos valores recebidos e atualizado pelo INPC acrescido de Taxa de Juros contratual de 5,25% ao ano (Quadro 12), está sendo amortizado em 122 parcelas previstas no plano de custeio.

Quadro 12. Déficit Técnico Contratado em 31.12.2017 (R\$ mil).

PLANO	SALDO ANTERIOR	ATUALIZ. (INPC+5,25%)	AMORTIZ. MENSAL	SALDO ATUALIZADO	PARCELA A RECEBER	TOTAL DÍVIDA
EMATER SD	65.988	4.509	(12.556)	57.941	948	58.889

c) A rubrica “Decisão Judicial Plano Embrater” registra os dispêndios realizados pelos planos Básicos para pagamento dos benefícios do plano EMBRATER BD (patrocinador extinto) em atendimento à decisão judicial constante do Agravo de Instrumento nº 2006.01.00.015269-6/DF, do Tribunal Regional da 1ª Região, datado de 15 de maio de 2006. A partir de 2011, os valores foram aprovacionados para perdas nos planos credores (planos Básicos), obedecendo o critério de alocação proporcional entre os planos, de acordo com decisão do Conselho Deliberativo em sua 177ª reunião, realizada nos dias 1º e 2 dezembro 2011. Essa provisão para perdas impacta o

resultado contábil dos planos básicos das patrocinadoras: Embrapa, EMATER-MG, Epagri, EPAMIG e Ceres.

O saldo das provisões, de R\$ 77.665 mil, está atualizado pelo INPC mais a Taxa de Juros do plano. Apenas os valores relativos a 2017, registrados na rubrica “Outras Deduções” da Gestão Previdencial, impactaram no resultado do exercício de cada plano, (Quadro 13).

Quadro 13. Provisões perdas nos planos Básicos relativo aos pagamentos dos benefícios do Plano EMBRATER BD, atualizados em 31.12.2017 (R\$ Mil).

PLANOS:	Embrapa BD	Ceres BD	EPAGRI BD	EMATER-MG BD	EPAMIG BD	TOTAL
PROVISÕES NO EXERCÍCIO	3.941	22	103	145	14	4.225
PROVISÕES ACUMULADAS	70.521	299	2.149	4.256	440	77.665

d) Na rubrica “Dívida de Patrocinador Embrater”, foi informado pela Gerência Jurídica que ocorreu o julgamento do último recurso pelo Supremo Tribunal Federal, mantendo as decisões anterior contrárias à Ceres, ocorrendo o trânsito em julgado em junho de 2017. Diante do exposto, os valores reais contabilizados em nome do extinto patrocinador EMBRATER, sendo hoje débito do próprio plano Embrater Básico, passaram a ser o saldo atualizado dos valores que lhes foram emprestados pelos demais planos Básicos, acrescidos dos saldos das provisões matemáticas do plano Embrater, necessários para quitar os compromissos previdenciais.

e) Na rubrica “Depósitos Judiciais” estão registrados todos os depósitos judiciais/recursais da Gestão Previdencial, de acordo com o tipo de ação movida. Neste item estão registrados os depósitos judiciais relativos ao processo da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), onde a Fundação foi autuada pela Delegacia da Receita por não ter recolhido a CSLL apurada entre 1997 e 2001. O processo administrativo teve desfecho contrário à Fundação. Mesmo com o entendimento do órgão administrativo superior, favorável às Entidades Fechadas de Previdência Privada sobre a questão, o qual julgaria o recurso desta Fundação contra a decisão inicial, este não foi interposto por questão de forma quanto ao seu cabimento. A solução que melhor atendia aos interesses dessa Fundação foi o ajuizamento de ação judicial, visando o não recolhimento da CSLL, com depósito judicial no montante de R\$ 27.728 mil para resguardar o patrimônio da Ceres. Os valores foram atualizados de acordo com os índices aplicados pelo Judiciário com base nos extratos bancários das contas judiciais, em poder de Gerência Jurídica e montam, em 2017, R\$ 55.895 mil. Essa ação continua em tramitação.

f) A rubrica “Benefícios a Receber”, no montante de R\$ 195 mil, registra os benefícios pagos indevidamente no período de julho de 1994 a novembro de 1998 que estão sendo descontados em parcelas mensais na folha de pagamento de benefícios;

g) O valor de R\$ 261 mil, registrado em “Outros Valores a Receber”, é composto por adiantamentos de benefícios e outros valores a receber de participantes e assistidos que serão descontados na folha de benefícios ou por meio de cobranças e liquidações financeiras em 2018.

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

No Realizável da Gestão Administrativa de 2017, no valor de R\$ 10.478 mil, são somados os valores a receber de empregados, estoques de materiais de expediente e depósitos judiciais relativos ao PIS e Cofins (Quadro 14).

Quadro 14. Composição do realizável da Gestão Administrativa em 31.12.2017 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO	2017	2016
Custeio Administrativo a Receber	1.030	1.399
Responsabilidade de Empregados	389	437
Outros Recursos – Estoques	129	151
Depósitos Judiciais/Recursais – PIS e Cofins	8.930	8.357
Total	10.478	10.344

Observa-se que 85% deste total refere-se aos depósitos judiciais feitos pela Ceres relativos ao recolhimento do PIS e Cofins sobre as receitas administrativas. Com base na Lei nº 12.973/2014 e na IN RFB 1.544/2015, a partir da competência de janeiro de 2015 o recolhimento do PIS e da Cofins passou a ser feito por meio de documento de arrecadação (DARF) comum. Isso porque a Legislação especificou como base de cálculo desses tributos as receitas administrativas do PGA.

Os valores relativos aos depósitos judiciais de PIS e Cofins estão atualizados de acordo com o extrato da conta bancária judicial.

5. INVESTIMENTOS

A Gestão dos Fundos de Investimentos Multimercados - FIM operacionalizada até 21 de dezembro de 2017 para os dezessete planos de benefícios e para o plano de gestão administrativa, que compreendia os Fundos EROS e TRANQUILIDADE, foi reestruturada e implementada mediante criação de seis novos Fundos de Investimentos, mais adequados aos perfis dos planos administrados pela Ceres. A mudança teve o objetivo de promover uma melhor segregação dos ativos de cada plano ou conjunto de planos e estabelecer uma composição de carteiras em harmonia com a duração dos passivos.

Os novos Fundos de Investimentos, criados e operacionalizados a partir de 22 de dezembro de 2017 e os respectivos planos a qual estão vinculados são:

- Fundo 1 – BD1 Cerrados: Embrapa Básico;
- Fundo 2 – BD2 Zona da Mata: EPAMIG Básico e EPAMIG Saldado;
- Fundo 3 – BD3 Serra da Canastra: EMATER Básico, EMATER Saldado E Ceres Básico;
- Fundo 4 – BD4 Mata Atlântica: Epagri Básico e Epagri Saldado;
- Fundo 5 – BD5Flex – Planalto: Embrapa-FlexCeres, Ceres-FlexCeres, EMATER (MG) FlexCeres, Epagri-FlexCeres, EPAMIG-FlexCeres, CIDASC-FlexCeres e EMATER (DF) FlexCeres;
- Fundo 6 – CDFlex – Planalto Central: Embrapa-FlexCeres, Ceres-FlexCeres, EMATER (MG) FlexCeres, Epagri-FlexCeres, EPAMIG-FlexCeres, CIDASC-FlexCeres, ABDI-FlexCeres, EMATER (DF) FlexCeres e PGA.

Os valores relativos aos investimentos consolidados, de R\$ 6.469.305 mil em 31/12/2017, nos diferentes segmentos de aplicação estão apresentados no Quadro 15.

Quadro 15. Composição Consolidada dos Investimentos em 31/12/2017 (R\$ mil).

DESCRIÇÃO	2017	2016
TÍTULOS PÚBLICOS	305	303
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN	305	303
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	6.206.527	5.508.794
FUNDO DE AÇÕES	511.987	413.514
FUNDOS MULTIMERCADOS	5.524.643	4.928.974
FUNDOS EMPRESAS EMERGENTES	21.221	28.748
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES	57.660	53.970
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	91.016	83.588
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	190.077	197.264
USO PRÓPRIO	9.780	9.928
LOCADOS A TERCEIROS	49.213	52.448
RENDAS E PARTICIPAÇÕES	131.084	134.888
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	71.406	69.401
EMPRÉSTIMOS	70.719	68.715
FINANCIAMENTOS	687	686
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	990	807
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	6.469.305	5.776.569

5.1 – Títulos Públicos – Notas do Tesouro Nacional

Os Títulos Mantidos até o Vencimento na carteira própria no Plano Embrapa BD sob gestão da Ceres, no valor de R\$ 305 mil em 31/12/2017, estão detalhados por emissor, em termos quantitativos, de vencimento, de custos de aplicação e de valor na curva no Quadro 16 a seguir.

Quadro 16. Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional em 31/12/2017 (R\$ mil).

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DA APLICAÇÃO	VALOR NA CURVA
NTN-C	STN	89	01/04/2021	123	305

5.2 – Fundos de Investimentos

As alocações em Fundos de Investimentos estão distribuídas da seguinte forma:

- 5.2.1 – Fundos de Ações;
- 5.2.2 – Fundos Multimercados;
- 5.2.3 – Fundos de Empresas Emergentes;
- 5.2.4 – Fundos de Participações; e
- 5.2.5 – Fundos Imobiliários.

5.2.1 – Fundos de Ações

Na gestão dos recursos alocados no segmento de renda variável são utilizados como veículos de investimentos um fundo exclusivo de gestão própria, denominado Fundo de Investimentos em Ações Agrociência, administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF, e dois fundos abertos de renda variável, com gestão terceirizada. No Fundo Agrociência a estratégia em 2017 era superar a Meta Atuarial e os Índices de Referência, tendo como parâmetro de desempenho o índice IbrX, por meio da aquisição e venda de ações que integram este índice, inclusive com a possibilidade de operações de hedge para proteção da carteira.

Os recursos investidos em Fundos de Ações em 31/12/2017 somaram R\$ 511.986 mil, dos quais R\$ 491.553 mil estão alocados no Fundo Agrociência, representando 96,01% dos recursos, e R\$ 20.433 mil investidos nos fundos terceirizados (Quadro 17).

Quadro 17. Fundos de Ações em 31/12/2017 (R\$ mil).

FUNDO	GESTOR	CNPJ	SALDO	PART.
FI AGROCIÊNCIA AÇÕES	CERES	08.944.896/0001-79	491.553	96,01%
FATOR SINERGIA V	BANCO FATOR S/A	13.476.201/0001-01	11.231	2,19%
FIA SUL AM. EXP. II	SUL AMÉRICA DTVM S/A	16.892.122/0001-70	9.202	1,80%
TOTAL			511.986	100,00%

Os recursos investidos no Fundo Agrociência Ações, em 31/12/2017, estão detalhados no Quadro 18.

Quadro 18. Fundo Agrociência Ações em 31/12/2017 (R\$ mil).

AÇÃO	EMISSOR	QUANT.	VALOR LÍQUIDO	PART. %
BBDC4	BRADESCO - PN	1.094.093	37.035	7,53%
BRFS3	BR FOODS - ON	1.236.200	45.245	9,20%
BVMF3	BM&F BOVESPA - ON	640.300	14.586	2,97%
CCRO3	CIA RODOVIARIA - ON	1.774.600	28.660	5,83%
HYPE3	HYPERMARCAS - ON	1.377.700	49.597	10,09%
ITUB4	ITAUNIBANCO - PN	1.275.723	54.320	11,05%
LREN3	RENNER - ON	1.832.600	65.039	13,23%
PETR4	PETROBRAS - PN	2.052.800	33.050	6,72%
VALE3	VALE RIO DOCE - PNA	1.224.634	49.304	10,03%
VLID3	VALID SOLUÇOES - ON	1.543.709	28.620	5,82%
TOTAL AÇÕES		14.052.359	405.456	82,48%
LTN	STN	26.472	83.768	17,04%
TOTAL LTN		26.472	83.768	17,04%
CONTAS A PAGAR/RECEBER/TESOURARIA		-	2.329	0,47%
TOTAL CAIXA			2.329	0,47%
PATRIMÔNIO FUNDO AGROCIÊNCIA			491.553	100,00%

5.2.2 – Fundos Multimercados

Na gestão dos recursos alocados no segmento de renda fixa são utilizados como veículos de investimentos os seguintes Fundos de Investimentos Multimercados – FIM exclusivos de gestão própria:

- | | |
|---|---------------------------|
| - FIM Crédito Privado Eros | CNPJ: 04.733.518/0001-95; |
| - FIM Crédito Privado Tranquilidade | CNPJ: 04.522.438/0001-90; |
| - FIM BD1 – Cerrados Crédito Privado | CNPJ: 27.465.321/0001-18; |
| - FIM BD2 – Zona da Mata Crédito Privado | CNPJ: 27.465.326/0001-40; |
| - FIM BD3 – Serra da Canastra Crédito Privado | CNPJ: 27.465.334/0001-97; |
| - FIM BD4 – Mata Atlântica Crédito Privado | CNPJ: 27.465.342/0001-33; |
| - FIM BD5 Flex – Planalto Crédito Privado | CNPJ: 28.581.091/0001-15; |
| - FIM BD6 Flex – Planalto Central Créd. Privado | CNPJ: 28.581.405/0001-80. |

Em 31 de dezembro de 2017, esses fundos possuíam um patrimônio líquido de R\$ 5.524.642 mil, distribuídos entre Títulos Mantidos até o Vencimento e Títulos para Negociação, conforme o Quadro 19.

Quadro 19. Patrimônio Líquido dos Fundos Multimercados em 31.12.2017 (R\$ Mil).

FUNDO	TÍTULOS MANT. ATÉ O VENCIMENTO	TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	(-) CONTAS A PAGAR E A RECEBER	TOTAL
FI EROS MULTIM. CRÉDITO PRIVADO	3.407	40.944	(29)	44.322
FI TRANQUILIDADE MULTIMERCADO	13.359	93.916	(50)	107.225
FIM BD1 – CERRADOS	1.822.922	1.465.934	(7)	3.288.849
FIM BD2 – ZONA DA MATA	38.457	31.266	(4)	69.719
FIM BD3 – SERRA DA CANASTRA	171.750	133.076	(4)	304.822
FIM BD4 – MATA ATLÂNTICA	243.916	223.876	(4)	467.788
FIM BD5 FLEX – PLANALTO	14.784	108.001	(4)	122.781
FIM CD6 FLEX – PLANALTO CENTRAL	130.010	989.132	(5)	1.119.137
TOTAIS	2.438.605	3.086.145	(107)	5.524.643

5.2.2.1 – Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado - EROS

Neste Fundo, era adotada uma estratégia dinâmica, para identificar oportunidades de investimentos em títulos públicos federais e papéis privados com risco aceitável, com compra e venda de títulos de valores mobiliários em função de condições e expectativas de mercado. Os títulos alocados no Fundo Eros são classificados nas categorias “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em observância ao artigo 8º da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 04/2002.

Com a segregação dos ativos, a estratégia do Eros será replicada nos novos fundos exclusivos. No processo de segregação, os ativos do Eros foram resgatados de acordo com a participação de cada plano e integralizados nos novos fundos exclusivos. Esse procedimento gerou frações, que não puderam ser resgatadas, assim como ativos indivisíveis. O Eros permanecerá em atividade até que ocorra a venda e/ou vencimento desses ativos.

a) Aquisição de Títulos de Valores Mobiliários.

Os ativos adquiridos na carteira do Fundo Eros em 2017 somaram R\$ 217.129 mil e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 20.

Quadro 20. Títulos adquiridos no Fundo EROS em 2017 (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	DATA DA AQUISIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR EM 31/12/2017
NTN-B	STN	22/02/2017	5.000	15/08/2022	15.128	16.341
NTN-B	STN	08/03/2017	5.000	15/08/2022	15.331	16.341
NTN-B	STN	05/04/2017	5.000	15/08/2022	15.556	16.341
NTN-B	STN	11/01/2017	10.000	15/08/2022	30.364	32.681
NTN-B	STN	08/02/2017	10.000	15/08/2022	30.885	32.681
NTN-B	STN	26/07/2017	5.000	15/08/2026	16.163	16.475
NTN-B	STN	22/05/2017	5.000	15/08/2026	15.322	16.475
NTN-B	STN	24/05/2017	5.000	15/08/2026	15.490	16.475
NTN-B	STN	14/06/2017	5.000	15/08/2026	15.628	16.475
NTN-B	STN	31/05/2017	5.000	15/08/2026	15.589	16.475
NTN-B	STN	03/05/2017	10.000	15/08/2026	31.672	32.951
TOTAL NTN-B			70.000		217.129	229.712
TOTAL DOS ATIVOS					217.129	229.712

Observação: O valor em 31/12/2017 considera a quantidade adquirida, porém não reflete a quantidade existente no fundo Eros. Em 22 de dezembro de 2017, ocorreu a segregação dos ativos do Eros nos novos fundos exclusivos. Com isso, a quantidade dos ativos adquiridos na carteira do Eros durante o ano de 2017 foi distribuída proporcionalmente nos novos fundos, de acordo com a participação dos planos no Eros. Somente para efeito de comparação entre o valor em 31.12.2017 e o custo de aquisição, foi mantida a quantidade original adquirida naquela data. Excluem-se os títulos que representam lastros de operações compromissadas. Em 31/12/2017 havia 3.122 Notas do Tesouro Nacional, no valor total de R\$ 9.878 mil, relativas a esse tipo de operação.

b) Títulos de Valores Mobiliários classificados como “Títulos para Negociação”.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, somaram R\$ 40.944 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 21.

Quadro 21. Títulos para Negociação no Fundo EROS em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CDB	BRADESCO	10	10/08/2019	10	33
TOTAL CDB				10	33
CRI	PLURAL CAPITAL SEC.	7	15/09/2028	2.127	2.292
CRI	RB CAPITAL SEC.	11	13/03/2026	11	11
TOTAL CRI				2.138	2.303
DEBÊNTURE	RODOVIAS TIETE S/A	8	15/06/2028	8	6
DEBÊNTURE	CACH. PAULISTA S/A	10	11/11/2023	10	7
DEBÊNTURE	CEMIG GT S/A	10	15/02/2019	10	15
DEBÊNTURE	RAPOSO TAVARES	10	15/12/2024	10	12
DEBÊNTURE	MILLS SA	11	15/08/2020	111	143
DEBÊNTURE	ROD. COLINAS S/A	11	15/04/2023	111	145
DEBÊNTURE	SABESP	11	15/02/2019	110	168
DEBÊNTURE	SALUS II	7	16/10/2018	2.386	540
DEBÊNTURE	COPASA	5	15/02/2019	5.011	2.523
DEBÊNTURE	COELCE	11	15/10/2018	111	56
TOTAL DEBENT.				7.879	3.614
LF	SAFRA	5	04/02/2019	2.500	5.327
LF	BRADESCO	8	04/02/2019	3.200	6.820
LF	ITAU	5	04/02/2019	5.000	10.656
TOTAL LF				10.700	22.802
OP. COMPROM.	STN	3.122	02/01/2018	9.878	9.878
TOTAL OP. COMP.				9.878	9.878
NTN-B	STN	9	15/08/2022	20	29
NTN-B	STN	11	15/08/2030	25	36
NTN-B	STN	10	15/08/2040	23	34
NTN-B	STN	10	15/08/2040	22	34
NTN-B	STN	10	15/08/2030	22	33
NTN-B	STN	10	15/05/2035	23	33
NTN-B	STN	10	15/05/2023	25	32
NTN-B	STN	10	15/05/2035	25	33
NTN-B	STN	10	15/05/2035	26	33
NTN-B	STN	10	15/05/2035	27	33
NTN-B	STN	10	15/05/2023	26	32
NTN-B	STN	10	15/05/2019	26	32
NTN-B	STN	8	15/05/2019	21	26
NTN-B	STN	12	15/05/2019	31	38

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	8	15/05/2035	19	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	21	26
NTN-B	STN	10	15/08/2026	26	33
NTN-B	STN	8	15/08/2026	21	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	22	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	22	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	22	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	23	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	23	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	23	26
NTN-B	STN	10	15/05/2021	30	32
NTN-B	STN	10	15/05/2021	30	32
NTN-B	STN	8	15/05/2021	24	26
NTN-B	STN	10	15/05/2023	25	32
NTN-B	STN	8	15/05/2021	24	26
NTN-B	STN	10	15/08/2022	31	33
NTN-B	STN	10	15/08/2026	32	33
NTN-B	STN	8	15/08/2026	25	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	25	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	26	26
NTN-B	STN	8	15/05/2021	24	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	24	26
NTN-B	STN	10	15/05/2021	29	32
NTN-B	STN	8	15/08/2022	24	26
NTN-B	STN	10	15/08/2022	30	33
NTN-B	STN	8	15/08/2022	25	26
NTN-B	STN	8	15/08/2022	25	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	25	26
NTN-B	STN	8	15/08/2026	25	26
TOTAL NTN-B				1.068	1.268

FUNDO	CEDENTE/GESTOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
FIDC CASAN	CASAN	10	12/06/2024	10	9
FIDC RED FACTOR	RED FACTOR	10	04/04/2021	11	11
FIDC SUL INVEST	SUL INVEST	10	02/07/2018	1.739	1.025
FI BTG EM. PRIM. II	BTG PACTUAL	7	26/01/2019	0	0
TOTAL FUNDO		30		1.760	1.045

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
TOTAL - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO NO FUNDO EROS					40.944

c) Títulos de Valores Mobiliários classificados como “Títulos Mantidos até Vencimento”.

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” somaram R\$ 3.407 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 22.

Nesta categoria, a Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os seus respectivos vencimentos.

Quadro 22. Títulos Mantidos até o Vencimento no Fundo EROS em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO E AQUISIÇÃO	VALOR NA CURVA
CRI	RB CAPITAL SEC.	8	20/06/2027	2.702	3.090
TOTAL CRI		8			3.090
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	11	15/04/2022	11	13
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	11	15/07/2022	11	13
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	11	15/10/2022	11	13
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	11	15/01/2023	11	15
DEBÊNTURE	ROTA BANDEIRAS	9	15/01/2024	91	138
TOTAL DEBÊNTURE		53			191
NTN-B	STN	11	15/05/2045	19	32
NTN-B	STN	11	15/08/2020	22	34
NTN-B	STN	10	15/08/2030	20	30
NTN-B	STN	10	15/08/2030	23	30
TOTAL NTN-B		42		84	126
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO NO FUNDO EROS					3.407

d) Títulos Públicos Federais classificados como “Títulos Mantidos até o Vencimento” negociados em 2017.

Em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 15/2005, não ocorreu alienação de ativos mantidos até o vencimento neste exercício contábil.

e) Títulos Reclassificados em 2017.

Não houve reclassificação de categorias de títulos no exercício de 2017.

5.2.2.2 – Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado – FIM TRANQUILIDADE

No Fundo Tranquilidade é adotada uma estratégia orientada para a aquisição de títulos de valores mobiliários de prazos mais longos, preferencialmente atrelados à variação de índices de preços.

Com a segregação dos ativos, a estratégia do FIM Tranquilidade será replicada nos novos fundos exclusivos de acordo com o perfil do passivo dos planos. No processo de segregação, os ativos do Tranquilidade foram integralizados nos novos fundos exclusivos de acordo com a participação de cada plano. Esse procedimento gerou frações que não puderam ser transferidas, assim como ativos indivisíveis. Isto significa que esse Fundo de Investimentos Multimercado permanecerá em atividade até que ocorra a venda e/ou vencimento dos ativos em carteira.

Os títulos alocados nesse Fundo são classificados na categoria “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 04/2002.

a) Aquisição de Títulos de Valores Mobiliários.

Os ativos adquiridos somaram R\$ 217.201 mil e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição (Quadro 23).

Quadro 23. Títulos adquiridos no Fundo TRANQUILIDADE em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	DATA AQUISIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR EM 31/12/2017
NTN-B	STN	17/02/2016	5.000	15/08/2022	15.128	16.341
NTN-B	STN	13/04/2016	5.000	15/08/2022	15.331	16.341
NTN-B	STN	03/02/2016	10.000	15/08/2022	30.364	32.681
NTN-B	STN	16/03/2016	10.000	15/08/2022	30.885	32.681
NTN-B	STN	20/01/2016	5.000	15/08/2026	16.163	16.475
NTN-B	STN	08/06/2016	5.000	15/08/2026	15.322	16.475
NTN-B	STN	22/06/2016	5.000	15/08/2026	15.490	16.475
NTN-B	STN	17/08/2016	5.000	15/08/2026	15.589	16.475
NTN-B	STN	30/03/2016	10.000	15/08/2026	31.672	32.951
NTN-B	STN	06/07/2016	10.000	15/08/2026	31.257	32.951
TOTAL NTN-B			70.000		217.201	229.846
TOTAL DOS ATIVOS					217.201	229.846

Observação: O valor em 31/12/2017 considera a quantidade adquirida, porém não reflete a quantidade existente no fundo Tranquilidade. Em 22 de dezembro de 2017, ocorreu a segregação dos ativos do Tranquilidade nos novos fundos exclusivos. Com isso, a quantidade dos ativos adquiridos na carteira do Tranquilidade durante o ano de 2017 foi distribuída proporcionalmente nos novos fundos, de acordo com a participação dos planos no Tranquilidade. Somente para efeito de comparação do valor em 31.12.2017 e o custo de aquisição, foi mantida a quantidade original adquirida naquela data.

Excluem-se os títulos que representam lastros de operações compromissadas. Em 31/12/2017 haviam 25.080 Notas do Tesouro Nacional no valor total de R\$ 79.362 mil, relativas a esse tipo de operação.

b) Títulos de Valores Imobiliários classificados como “Títulos para Negociação”

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, somam R\$ 93.916 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição (Quadro 24).

Quadro 24. Títulos para Negociação Fundo TRANQUILIDADE em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CRI	WTORRES PIC SEC.	2	17/06/2024	2.319	5.221
CRI	BRAZILIAN SEC.	3	12/11/2027	908	825
TOTAL CRI				3.227	6.046
DEBÊNTURE	CEMIG GT	4	15/02/2022	4	6
DEBÊNTURE	ELEKTRO	4	12/09/2022	40	54
DEBÊNTURE	CEMIG	4	15/02/2025	4	5
TOTAL DEBÊNTURE				48	64
LF	BRADESCO	3	05/06/2023	3.000	4.999
LF	ITAU	3	01/08/2022	1.500	2.861
TOTAL LF		6		4.500	7.860
OP. COMPROM.	STN	25.080	02/01/2018	79.362	79.362
TOTAL OP. COMP.		25.080		79.362	79.362
NTN-B	STN	5	15/05/2021	15	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	15	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	16	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	16	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	15	16
NTN-B	STN	5	15/08/2022	15	16
NTN-B	STN	5	15/05/2023	13	16
NTN-B	STN	4	15/05/2023	10	13
NTN-B	STN	4	15/05/2023	10	13
NTN-B	STN	5	15/05/2019	13	16
NTN-B	STN	5	15/05/2019	13	16
NTN-B	STN	5	15/05/2023	13	16
NTN-B	STN	4	15/05/2023	10	13
NTN-B	STN	5	15/05/2023	13	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	15	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	16	16
NTN-B	STN	5	15/08/2022	15	16
NTN-B	STN	5	15/08/2022	15	16
NTN-B	STN	5	15/08/2022	15	16

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	5	15/08/2026	14	16
NTN-B	STN	5	15/05/2023	12	16
NTN-B	STN	5	15/05/2019	13	16
NTN-B	STN	5	15/05/2019	13	16
NTN-B	STN	5	15/08/2022	11	16
NTN-B	STN	5	15/05/2021	15	16
NTN-B	STN	5	15/05/2021	15	16
NTN-B	STN	5	15/05/2023	13	16
NTN-B	STN	5	15/05/2021	15	16
NTN-B	STN	5	15/05/2021	15	16
NTN-B	STN	5	15/05/2021	15	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	15	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	15	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	14	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	15	16
NTN-B	STN	5	15/08/2026	14	16
TOTAL NTN-B		177		504	575

FUNDO	INSTITUIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
FIDC CASAN	CASAN	5	12/06/2024	5	5
FIDC RED FACTOR	RED FACTOR	3	04/04/2021	4	4
TOTAL FUNDO		8		9	8

TOTAL - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO NO FUNDO TRANQUILIDADE	93.916
---	---------------

c) Títulos de Valores Mobiliários classificados como “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” somaram R\$ 13.359 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição (Quadro 25).

Nesta categoria, a Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os seus respectivos vencimentos.

Quadro 25. Títulos Mantidos até Vencimento Fundo TRANQUILIDADE em 2017 (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR NA CURVA
CCI	KAMATE 02	1	05/07/2019	11.241	7.698
CCI	KAMATE 04	1	10/03/2021	7.724	3.016
TOTAL CCI		2		18.965	10.714
CRI	RB CAPITAL SEC.	4	15/03/2021	1.342	1.703
	TOTAL CRI	4		1.342	1.703
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	3	15/07/2024	30	43
TOTAL DEBÊNTURE		3		30	43
NTN-B	STN	5	15/08/2030	10	15
NTN-B	STN	5	15/08/2030	13	16
NTN-B	STN	5	15/05/2035	13	15
NTN-B	STN	5	15/08/2050	12	15
NTN-B	STN	5	15/08/2030	12	15
NTN-B	STN	5	15/08/2050	13	16
NTN-B	STN	5	15/05/2035	13	15
NTN-B	STN	5	15/05/2035	12	15
NTN-B	STN	5	15/08/2050	11	14
NTN-B	STN	5	15/08/2050	12	15
NTN-B	STN	5	15/08/2050	11	14
NTN-B	STN	5	15/08/2050	11	14
NTN-B	STN	5	15/08/2050	12	15
NTN-B	STN	5	15/08/2050	12	16
NTN-B	STN	5	15/08/2050	12	15
NTN-B	STN	5	15/08/2030	11	15
NTN-B	STN	5	15/08/2040	11	14
NTN-B	STN	4	15/05/2035	6	11
NTN-B	STN	5	15/08/2050	14	18
NTN-B	STN	5	15/08/2050	13	17
NTN-B	STN	4	15/08/2040	10	13
NTN-B	STN	4	15/08/2040	10	13
NTN-B	STN	5	15/08/2050	11	15
NTN-B	STN	3	15/08/2040	7	9
NTN-B	STN	4	15/05/2035	7	11
NTN-B	STN	4	15/08/2024	7	12
NTN-B	STN	5	15/05/2045	8	13
NTN-B	STN	5	15/05/2045	8	13
NTN-B	STN	4	15/05/2045	7	11
NTN-B	STN	5	15/05/2045	9	14

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR NA CURVA
NTN-B	STN	5	15/08/2020	9	15
NTN-B	STN	5	15/05/2045	9	14
NTN-B	STN	5	15/08/2024	8	15
NTN-B	STN	5	15/08/2024	8	15
NTN-B	STN	5	15/05/2035	8	14
NTN-B	STN	5	15/08/2026	13	15
NTN-B	STN	5	15/08/2026	13	14
NTN-B	STN	5	15/08/2026	13	14
NTN-B	STN	5	15/05/2035	8	14
NTN-B	STN	3	15/08/2024	5	9
NTN-B	STN	5	15/05/2035	8	14
NTN-B	STN	4	15/05/2045	6	11
NTN-B	STN	5	15/05/2035	8	14
NTN-B	STN	5	15/05/2045	8	13
NTN-B	STN	5	15/05/2045	8	13
NTN-B	STN	5	15/05/2045	8	14
NTN-B	STN	5	15/05/2045	8	13
NTN-B	STN	5	15/05/2045	7	12
NTN-B	STN	4	15/08/2020	7	12
NTN-B	STN	5	15/05/2035	8	14
NTN-B	STN	4	15/08/2024	7	12
NTN-B	STN	5	15/08/2020	8	15
NTN-B	STN	5	15/05/2035	8	14
NTN-B	STN	6	15/05/2035	10	17
TOTAL NTN-B		258		519	751
NTN-C	STN	4	01/01/2031	10	19
NTN-C	STN	5	01/01/2031	12	23
NTN-C	STN	5	01/04/2021	10	17
NTN-C	STN	4	01/04/2021	8	14
NTN-C	STN	3	01/04/2021	6	10
NTN-C	STN	3	01/04/2021	6	10
NTN-C	STN	5	01/04/2021	7	17
NTN-C	STN	4	01/01/2031	10	19
NTN-C	STN	3	01/04/2021	4	10
NTN-C	STN	2	01/04/2021	3	7
TOTAL NTN-C		38		76	148
TOTAL - TÍT. MANTIDOS ATÉ O VENC. NO FUNDO TRANQUILIDADE					13.359

d) Títulos Públicos Federais classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” negociados em 2017.

Em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 15/2005, não ocorreu alienação de ativos mantidos até o vencimento neste exercício contábil.

e) Títulos Reclassificados em 2017.

Não houve reclassificação de categorias de títulos no exercício de 2017.

5.2.2.3 – Fundo de Investimentos Multimercado BD1 CERRADOS Crédito Privado

O FIM BD1 Cerrados Crédito Privado foi constituído mediante o aporte de ativos oriundos dos fundos Eros e Tranquilidade, de acordo com a proporcionalidade da quantidade de cotas detida pelo plano Embrapa Básico nesses fundos. A segregação dos ativos integrantes das carteiras dos fundos Eros e Tranquilidade foi implementada no ano de 2017, visando proporcionar uma melhor visualização dos ativos pertencentes às carteiras dos planos e permitir um aprimoramento da gestão dos investimentos aos diversos perfis de passivos, com uma maior eficiência na macroalocação dos ativos. Os títulos alocados nesse Fundo são classificados na categoria “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 04/2002.

a) Aquisição de Títulos de Valores Mobiliários.

O FIM BD1 Cerrados Crédito Privado teve, em 22 de dezembro de 2017, o aporte de títulos e valores mobiliários oriundos dos fundos Eros e Tranquilidade. No período remanescente até o encerramento do exercício não foram adquiridos novos títulos e valores mobiliários no fundo. Excluem-se os títulos que representam lastros de operações compromissadas diárias. Em 31/12/2017 havia 60.508 Notas do Tesouro Nacional, no valor total de R\$ 191.472 mil, relativas a esse tipo de operação.

b) Títulos de Valores Imobiliários classificados como “Títulos para Negociação”

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, alocados no Fundo BD1 Cerrados Crédito Privado somaram R\$ 1.465.934 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 26.

Quadro 26. Títulos p/ Negociação Fundo BD1 Cerrados Crédito Privado (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CDB	BRADESCO	4.789	10/08/2019	15.941	15.987
TOTAL CDB		4.789		15.941	15.987
CRI	WTORRES PIC SEC.	7	17/06/2024	18.238	18.275
CRI	RB CAPITAL SEC.	2.077	13/03/2026	2.010	2.020
CRI	BRAZILIAN SEC.	22	12/11/2027	6.010	6.047
CRI	PLURAL CAPITAL SEC.	8	15/09/2028	2.607	2.619
TOTAL CRI		2.114		28.866	28.961

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
DEBÊNTURE	COELCE	476	15/10/2018	2.399	2.405
DEBÊNTURE	SALUS II	14	16/10/2018	1.077	1.079
DEBÊNTURE	SABESP	478	15/02/2019	7.284	7.297
DEBÊNTURE	CEMIG GT	4.789	15/02/2019	7.092	7.105
DEBÊNTURE	COPASA	4	15/02/2019	2.016	2.018
DEBÊNTURE	MILLS	478	15/08/2020	6.229	6.199
DEBÊNTURE	CEMIG GT	16.031	15/02/2022	22.192	22.273
DEBÊNTURE	ELEKTRO	267	12/09/2022	3.587	3.609
DEBÊNTURE	ROD. DAS COLINAS	718	15/04/2023	9.396	9.439
DEBÊNTURE	CACHOEIRA PAULISTA	4.789	11/11/2023	3.515	3.531
DEBÊNTURE	RAPOSO TAVARES	4.789	15/12/2024	5.800	5.853
DEBÊNTURE	CEMIG	16.031	15/02/2025	18.318	18.468
DEBÊNTURE	RODOVIAS DO TIETE	3.591	15/06/2028	2.739	2.766
TOTAL DEBÊNTURE		52.455		91.643	92.041
LF	SAFRA	4	04/02/2019	4.253	4.262
LF	BRADESCO	11	04/02/2019	9.357	9.377
LF	ITAU	4	04/02/2019	8.506	8.524
LF	ITAU	24	01/08/2022	22.717	22.887
LF	BRADESCO	20	05/06/2023	33.040	33.327
TOTAL LF		63		77.872	78.377
OP. COMPROM.	STN	60.508	02/01/2018	191.472	191.472
TOTAL OP. COMP.		60.508		191.472	191.472
NTN-B	STN	12.023	15/05/2019	38.299	38.391
NTN-B	STN	2.394	15/05/2019	7.626	7.644
NTN-B	STN	4.007	15/05/2019	12.764	12.795
NTN-B	STN	1.197	15/05/2019	3.813	3.822
NTN-B	STN	12.023	15/05/2019	38.299	38.391
NTN-B	STN	1.676	15/05/2019	5.339	5.352
NTN-B	STN	6.412	15/05/2019	20.425	20.474
NTN-B	STN	8.015	15/05/2021	25.678	25.818
NTN-B	STN	2.394	15/05/2021	7.670	7.712
NTN-B	STN	8.015	15/05/2021	25.678	25.818
NTN-B	STN	2.394	15/05/2021	7.670	7.712
NTN-B	STN	4.007	15/05/2021	12.837	12.908
NTN-B	STN	1.197	15/05/2021	3.835	3.856
NTN-B	STN	8.015	15/05/2021	25.678	25.818
NTN-B	STN	2.394	15/05/2021	7.670	7.712
NTN-B	STN	4.007	15/05/2021	12.837	12.908
NTN-B	STN	1.197	15/05/2021	3.835	3.856
NTN-B	STN	4.007	15/05/2021	12.837	12.908
NTN-B	STN	1.197	15/05/2021	3.835	3.856
NTN-B	STN	1.197	15/05/2021	3.835	3.856

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	8.015	15/08/2022	26.020	26.194
NTN-B	STN	2.322	15/08/2022	7.538	7.589
NTN-B	STN	8.015	15/08/2022	26.020	26.194
NTN-B	STN	2.394	15/08/2022	7.772	7.824
NTN-B	STN	1.197	15/08/2022	3.886	3.912
NTN-B	STN	1.197	15/08/2022	3.886	3.912
NTN-B	STN	4.007	15/08/2022	13.008	13.095
NTN-B	STN	1.197	15/08/2022	3.886	3.912
NTN-B	STN	8.015	15/08/2022	26.020	26.194
NTN-B	STN	2.394	15/08/2022	7.772	7.824
NTN-B	STN	4.007	15/08/2022	13.008	13.095
NTN-B	STN	8.015	15/05/2023	25.596	25.793
NTN-B	STN	16.031	15/05/2023	51.196	51.588
NTN-B	STN	2.394	15/05/2023	7.645	7.704
NTN-B	STN	8.015	15/05/2023	25.596	25.793
NTN-B	STN	16.031	15/05/2023	51.196	51.588
NTN-B	STN	8.015	15/05/2023	25.596	25.793
NTN-B	STN	2.394	15/05/2023	7.645	7.704
NTN-B	STN	16.031	15/05/2023	51.196	51.588
NTN-B	STN	4.007	15/05/2023	12.797	12.895
NTN-B	STN	8.015	15/05/2023	25.596	25.793
NTN-B	STN	2.394	15/05/2023	7.645	7.704
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	13.104	13.203
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	13.104	13.203
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	2.394	15/08/2026	7.829	7.888
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	13.104	13.203
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	13.104	13.203
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	13.104	13.203
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	8.015	15/08/2026	26.212	26.410
NTN-B	STN	2.394	15/08/2026	7.829	7.888
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	13.104	13.203
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	13.104	13.203
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	13.104	13.203
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	8.015	15/08/2026	26.212	26.410
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	13.104	13.203
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	13.104	13.203
NTN-B	STN	1.197	15/08/2026	3.915	3.944
NTN-B	STN	2.394	15/08/2030	7.876	7.917
NTN-B	STN	2.297	15/08/2030	7.557	7.596
NTN-B	STN	2.394	15/05/2035	7.803	7.851
NTN-B	STN	2.394	15/05/2035	7.803	7.851
NTN-B	STN	2.394	15/05/2035	7.803	7.851
NTN-B	STN	1.197	15/05/2035	3.901	3.925
NTN-B	STN	2.394	15/08/2040	7.960	8.023
NTN-B	STN	2.275	15/08/2040	7.564	7.624
TOTAL NTN-B		322.459		1.040.248	1.046.975
FUNDO	INSTITUIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
FIDC SUL INVEST	SUL INVEST	11	02/07/2018	1.942	1.144
FI BTG EM. PRIM. II	BTG PACTUAL	1.665.290	26/01/2019	1.809	177
FIDC RED FACTOR	RED FACTOR	983	04/04/2021	1.040	1.069
FIDC CASAN	CASAN	10.409	12/06/2024	10.409	9.731
TOTAL FUNDO		1.676.693		15.199	12.121
TOTAL - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO NO FUNDO BD1 CERRADOS					1.465.934

c) Títulos de Valores Mobiliários classificados como “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” somaram R\$ 1.822.922 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 27. Nesta categoria, a Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os seus respectivos vencimentos.

Quadro 27. Títulos Mantidos até Vencimento Fundo BD1 Cerrados (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CRI	RB CAPITAL SEC.	28	15/03/2021	11.903	11.923
CRI	RB CAPITAL SEC.	13	20/06/2027	5.013	5.021
TOTAL CRI		41		16.916	16.943
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	642	15/04/2022	772	773
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	642	15/07/2022	757	758
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	642	15/10/2022	742	743
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	642	15/01/2023	869	871
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	239	15/01/2024	3.646	3.653
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	801	15/07/2024	11.419	11.442
TOTAL DEBÊNTURE		3.608		18.205	18.241
NTN-B	STN	2.512	15/08/2020	7.705	7.717
NTN-B	STN	8.015	15/08/2020	24.469	24.508
NTN-B	STN	8.571	15/08/2020	25.722	25.766
NTN-B	STN	8.015	15/08/2020	24.169	24.209
NTN-B	STN	8.015	15/08/2024	23.685	23.723
NTN-B	STN	8.015	15/08/2024	23.608	23.646
NTN-B	STN	16.382	15/08/2024	48.038	48.117
NTN-B	STN	10.500	15/08/2024	30.618	30.669
NTN-B	STN	1.696	15/08/2024	4.980	4.988
NTN-B	STN	4.007	15/08/2026	11.616	11.635
NTN-B	STN	8.015	15/08/2026	23.048	23.086
NTN-B	STN	8.015	15/08/2026	22.912	22.950
NTN-B	STN	8.015	15/08/2030	24.986	25.023
NTN-B	STN	8.015	15/08/2030	24.681	24.717
NTN-B	STN	2.394	15/08/2030	7.219	7.230
NTN-B	STN	8.015	15/08/2030	24.263	24.299
NTN-B	STN	2.512	15/08/2030	7.523	7.535
NTN-B	STN	8.015	15/08/2030	23.671	23.708
NTN-B	STN	8.015	15/05/2035	24.455	24.492
NTN-B	STN	8.015	15/05/2035	23.687	23.723
NTN-B	STN	8.015	15/05/2035	23.765	23.801
NTN-B	STN	8.015	15/05/2035	22.476	22.512
NTN-B	STN	8.015	15/05/2035	22.250	22.286
NTN-B	STN	8.015	15/05/2035	22.121	22.157
NTN-B	STN	344	15/05/2035	947	948
NTN-B	STN	1.561	15/05/2035	4.196	4.203
NTN-B	STN	8.746	15/05/2035	24.109	24.148
NTN-B	STN	17.792	15/05/2035	48.806	48.886
NTN-B	STN	8.015	15/05/2035	22.170	22.206
NTN-B	STN	17.804	15/05/2035	49.243	49.323

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	8.015	15/08/2040	22.563	22.599
NTN-B	STN	7.821	15/08/2040	25.808	25.844
NTN-B	STN	8.003	15/08/2040	26.734	26.770
NTN-B	STN	11.396	15/08/2040	33.429	33.481
NTN-B	STN	6.119	15/05/2045	17.710	17.737
NTN-B	STN	16.031	15/05/2045	44.158	44.229
NTN-B	STN	8.015	15/05/2045	21.552	21.587
NTN-B	STN	8.015	15/05/2045	21.518	21.553
NTN-B	STN	8.015	15/05/2045	18.970	19.004
NTN-B	STN	11.246	15/05/2045	32.062	32.112
NTN-B	STN	8.015	15/05/2045	21.390	21.425
NTN-B	STN	12.023	15/05/2045	32.091	32.144
NTN-B	STN	16.278	15/05/2045	43.445	43.516
NTN-B	STN	3.206	15/05/2045	9.187	9.201
NTN-B	STN	8.015	15/05/2045	22.627	22.662
NTN-B	STN	8.961	15/05/2045	24.212	24.252
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	24.899	24.936
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	24.425	24.461
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	22.752	22.788
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	24.499	24.535
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	24.407	24.443
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	21.613	21.649
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	21.930	21.966
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	24.367	24.404
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	24.897	24.934
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	28.724	28.762
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	26.855	26.892
NTN-B	STN	8.015	15/08/2050	23.511	23.547
TOTAL NTN-B		476.430		1.381.470	1.383.640
NTN-C	STN	40	01/04/2021	137	137
NTN-C	STN	43	01/04/2021	147	147
NTN-C	STN	19.222	01/04/2021	65.713	65.919
NTN-C	STN	1.330	01/04/2021	4.650	4.664
NTN-C	STN	2.605	01/04/2021	9.083	9.110
NTN-C	STN	20.127	01/04/2021	68.807	69.023
NTN-C	STN	21.852	01/04/2021	74.537	74.772
NTN-C	STN	7.214	01/01/2031	34.922	35.032
NTN-C	STN	4.007	01/01/2031	18.647	18.707
NTN-C	STN	26.193	01/01/2031	126.188	126.586
TOTAL NTN-C		102.633		402.832	404.099
TOTAL – TÍT. MANTIDOS ATÉ O VENC. NO FUNDO BD1 CERRADOS					1.822.922

d) Títulos Públicos Federais classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” negociados em 2017.

Em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 15/2005, não ocorreu alienação de ativos mantidos até o vencimento neste exercício contábil.

e) Títulos Reclassificados em 2017.

Não houve reclassificação de categorias de títulos no exercício de 2017.

5.2.2.4 – Fundo de Investimentos Multimercado BD2 ZONA DA MATA Crédito Privado

O FIM BD2 Zona da Mata Crédito Privado foi constituído mediante o aporte de ativos oriundos dos fundos Eros e Tranquilidade, de acordo com a proporcionalidade da quantidade de cotas detida pelos planos Epamig Básico e Epamig Saldado nesses fundos. A segregação dos ativos integrantes das carteiras dos fundos Eros e Tranquilidade foi implementada em 21 de dezembro de 2017, visando proporcionar uma melhor visualização dos ativos pertencentes às carteiras dos planos e permitir um aprimoramento da gestão dos investimentos aos diversos perfis de passivos, com uma maior eficiência na macroalocação dos ativos. Os títulos alocados nesse Fundo são classificados na categoria “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 04/2002.

a) Aquisição de Títulos de Valores Mobiliários.

O FIM BD2 Zona da Mata Crédito Privado teve início em 22 de dezembro de 2017, com o aporte de títulos e valores mobiliários oriundos dos fundos Eros e Tranquilidade. No período remanescente até o encerramento do exercício, não foram adquiridos novos títulos e valores mobiliários no fundo. Excluem-se os títulos que representam lastros de operações compromissadas diárias. Em 31/12/2017 havia 1.406 Notas do Tesouro Nacional no valor total de R\$ 4.447 mil, relativas a esse tipo de operação.

b) Títulos de Valores Imobiliários classificados como “Títulos para Negociação”

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, somaram R\$ 31.266 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 28.

Quadro 28. Títulos p/ Negociação Fundo BD2 Zona da Mata Créd. Privado (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CDB	BRADESCO	137	10/08/2019	456	457
TOTAL CDB				456	457
CRI	RB CAPITAL SEC.	59	13/03/2026	57	57
TOTAL CRI		59		57	57
DEBÊNTURE	COELCE	13	15/10/2018	66	66
DEBÊNTURE	CEMIG GT	137	15/02/2019	203	203
DEBÊNTURE	SABESP	13	15/02/2019	198	198
DEBÊNTURE	MILLS	13	15/08/2020	169	169
DEBÊNTURE	CEMIG GT	340	15/02/2022	471	472

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
DEBÊNTURE	ELEKTRO	5	12/09/2022	67	68
DEBÊNTURE	ROD. DAS COLINAS	20	15/04/2023	262	263
DEBÊNTURE	CACHOEIRA PAULISTA	137	11/11/2023	101	101
DEBÊNTURE	RAPOSO TAVARES	137	15/12/2024	166	167
DEBÊNTURE	CEMIG	340	15/02/2025	388	392
DEBÊNTURE	RODOVIAS DO TIETE	102	15/06/2028	78	79
TOTAL DEBÊNTURE		1.257		2.168	2.178
OP. COMPROM.	STN	1.406	02/01/2018	4.447	4.447
TOTAL OP. COMP.		1.406		4.447	4.447
NTN-B	STN	254	15/05/2019	809	811
NTN-B	STN	84	15/05/2019	268	268
NTN-B	STN	34	15/05/2019	108	109
NTN-B	STN	254	15/05/2019	809	811
NTN-B	STN	68	15/05/2019	217	217
NTN-B	STN	47	15/05/2019	150	150
NTN-B	STN	135	15/05/2019	430	431
NTN-B	STN	169	15/05/2021	541	544
NTN-B	STN	169	15/05/2021	541	544
NTN-B	STN	84	15/05/2021	269	271
NTN-B	STN	34	15/05/2021	109	110
NTN-B	STN	34	15/05/2021	109	110
NTN-B	STN	68	15/05/2021	218	219
NTN-B	STN	169	15/05/2021	541	544
NTN-B	STN	84	15/05/2021	269	271
NTN-B	STN	84	15/05/2021	269	271
NTN-B	STN	68	15/05/2021	218	219
NTN-B	STN	34	15/05/2021	109	110
NTN-B	STN	68	15/05/2021	218	219
NTN-B	STN	66	15/08/2022	214	216
NTN-B	STN	169	15/08/2022	549	552
NTN-B	STN	169	15/08/2022	549	552
NTN-B	STN	84	15/08/2022	273	275
NTN-B	STN	34	15/08/2022	110	111
NTN-B	STN	68	15/08/2022	221	222
NTN-B	STN	169	15/08/2022	549	552
NTN-B	STN	84	15/08/2022	273	275
NTN-B	STN	34	15/08/2022	110	111
NTN-B	STN	34	15/08/2022	110	111
NTN-B	STN	68	15/08/2022	221	222
NTN-B	STN	169	15/05/2023	540	544
NTN-B	STN	340	15/05/2023	1.086	1.094

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	340	15/05/2023	1.086	1.094
NTN-B	STN	68	15/05/2023	217	219
NTN-B	STN	169	15/05/2023	540	544
NTN-B	STN	169	15/05/2023	540	544
NTN-B	STN	340	15/05/2023	1.086	1.094
NTN-B	STN	68	15/05/2023	217	219
NTN-B	STN	68	15/05/2023	217	219
NTN-B	STN	169	15/05/2023	540	544
NTN-B	STN	84	15/05/2023	268	270
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	68	15/08/2026	222	224
NTN-B	STN	169	15/08/2026	553	557
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	169	15/08/2026	553	557
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	68	15/08/2026	222	224
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	68	15/08/2026	222	224
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	84	15/08/2026	275	277
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	34	15/08/2026	111	112
NTN-B	STN	65	15/08/2030	214	215
NTN-B	STN	68	15/08/2030	224	225
NTN-B	STN	68	15/05/2035	222	223
NTN-B	STN	68	15/05/2035	222	223

ATIVO	EMISSOR	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	68	15/05/2035	222	223
NTN-B	STN	68	15/05/2035	222	223
NTN-B	STN	34	15/05/2035	111	111
NTN-B	STN	65	15/08/2040	216	218
NTN-B	STN	68	15/08/2040	226	228
TOTAL NTN-B		7.350		23.722	23.876

FUNDO	INSTITUIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
FI BTG EM. PRIM. II	BTG PACTUAL	47.674	26/01/2019	52	5
FIDC RED FACTOR	RED FACTOR	22	04/04/2021	23	24
FIDC CASAN	CASAN	237	12/06/2024	237	222
TOTAL FUNDO		47.933		300	251

TOTAL – TÍTLOS PARA NEGOCIAÇÃO NO FUNDO BD2 ZONA DA MATA	31.266
---	---------------

c) Títulos de Valores Mobiliários classificados como “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” alocados no Fundo BD2 Zona da Mata somaram R\$ 38.457 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 29.

Nesta categoria, a Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os seus respectivos vencimentos.

Quadro 29. Títulos Man. até Vencimento Fundo BD2 Zona da Mata (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	18	15/04/2022	22	22
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	18	15/07/2022	21	21
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	18	15/10/2022	21	21
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	18	15/01/2023	24	24
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	6	15/01/2024	92	92
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	16	15/07/2024	228	229
TOTAL DEBÊNTURE		94		408	408
NTN-B	STN	169	15/08/2020	516	517
NTN-B	STN	71	15/08/2020	218	218
NTN-B	STN	181	15/08/2020	543	544
NTN-B	STN	169	15/08/2020	510	510
NTN-B	STN	222	15/08/2024	647	648
NTN-B	STN	169	15/08/2024	499	500

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	169	15/08/2024	498	499
NTN-B	STN	347	15/08/2024	1.018	1.019
NTN-B	STN	35	15/08/2024	103	103
NTN-B	STN	169	15/08/2026	486	487
NTN-B	STN	169	15/08/2026	483	484
NTN-B	STN	84	15/08/2026	244	244
NTN-B	STN	169	15/08/2030	512	512
NTN-B	STN	71	15/08/2030	213	213
NTN-B	STN	169	15/08/2030	499	500
NTN-B	STN	169	15/08/2030	520	521
NTN-B	STN	169	15/08/2030	527	528
NTN-B	STN	68	15/08/2030	205	205
NTN-B	STN	169	15/05/2035	516	516
NTN-B	STN	169	15/05/2035	499	500
NTN-B	STN	169	15/05/2035	501	502
NTN-B	STN	185	15/05/2035	510	511
NTN-B	STN	169	15/05/2035	474	475
NTN-B	STN	169	15/05/2035	469	470
NTN-B	STN	169	15/05/2035	466	467
NTN-B	STN	6	15/05/2035	17	17
NTN-B	STN	32	15/05/2035	86	86
NTN-B	STN	377	15/05/2035	1.034	1.036
NTN-B	STN	169	15/05/2035	467	468
NTN-B	STN	377	15/05/2035	1.043	1.044
NTN-B	STN	166	15/08/2040	548	549
NTN-B	STN	169	15/08/2040	565	565
NTN-B	STN	242	15/08/2040	710	711
NTN-B	STN	169	15/08/2040	476	477
NTN-B	STN	169	15/05/2045	477	478
NTN-B	STN	238	15/05/2045	679	680
NTN-B	STN	169	15/05/2045	451	452
NTN-B	STN	189	15/05/2045	511	512
NTN-B	STN	254	15/05/2045	678	679
NTN-B	STN	345	15/05/2045	921	922
NTN-B	STN	67	15/05/2045	192	192
NTN-B	STN	175	15/05/2045	506	507
NTN-B	STN	340	15/05/2045	937	938
NTN-B	STN	169	15/05/2045	454	455
NTN-B	STN	169	15/05/2045	454	454
NTN-B	STN	169	15/05/2045	400	401
NTN-B	STN	169	15/08/2050	606	606
NTN-B	STN	169	15/08/2050	566	567

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	169	15/08/2050	496	496
NTN-B		169	15/08/2050	525	526
NTN-B		169	15/08/2050	515	516
NTN-B		169	15/08/2050	480	480
NTN-B		169	15/08/2050	517	517
NTN-B		169	15/08/2050	515	515
NTN-B		169	15/08/2050	456	456
NTN-B		169	15/08/2050	462	463
NTN-B		169	15/08/2050	514	515
NTN-B		169	15/08/2050	525	526
TOTAL NTN-B		10.156		29.455	29.501
NTN-C	STN	463	01/04/2021	1.579	1.584
NTN-C		408	01/04/2021	1.395	1.399
NTN-C		426	01/04/2021	1.456	1.461
NTN-C		55	01/04/2021	192	192
NTN-C		28	01/04/2021	98	98
NTN-C		555	01/01/2031	2.674	2.682
NTN-C		152	01/01/2031	736	738
NTN-C		84	01/01/2031	391	392
TOTAL NTN-C		2.171		8.521	8.547
TOTAL - TÍT. MANTIDOS ATÉ O VENCIM. NO FDO. BD2 ZONA DA MATA					38.457

d) Títulos Públicos Federais classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” negociados em 2017.

Em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 15/2005, não ocorreu alienação de ativos mantidos até o vencimento neste exercício contábil.

e) Títulos Reclassificados em 2017.

Não houve reclassificação de categorias de títulos no exercício de 2017.

5.2.2.5 – Fundo de Investimentos Multimercado BD3 Serra da Canastra Crédito Privado

O FIM BD3 Serra da Canastra Crédito Privado foi constituído mediante o aporte de ativos oriundos dos fundos Eros e Tranquilidade, de acordo com a proporcionalidade da quantidade de cotas detida pelos planos Ceres Básico, Emater (MG) Básico e Emater (MG) Saldado nesses fundos. A segregação dos ativos integrantes das carteiras dos fundos Eros e Tranquilidade foi implementada em dezembro de 2017, visando proporcionar uma melhor visualização dos ativos pertencentes às carteiras dos planos e permitir um aprimoramento da gestão dos investimentos aos diversos perfis de passivos, com uma maior eficiência na macroalocação dos ativos.

Os títulos alocados nesse Fundo são classificados na categoria “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 04/2002.

a) Aquisição de Títulos de Valores Mobiliários.

O FIM BD3 Serra da Canastra Crédito Privado teve início em 22 de dezembro de 2017, com o aporte de títulos e valores mobiliários oriundos dos fundos Eros e Tranquilidade. No período remanescente até o encerramento do exercício, não foram adquiridos novos títulos e valores mobiliários no fundo. Excluem-se os títulos que representam lastros de operações compromissadas diárias. Em 31/12/2017 havia 5.853 Notas do Tesouro Nacional no valor total de R\$ 18.521 mil, relativas a esse tipo de operação.

b) Títulos de Valores Imobiliários classificados como “Títulos para Negociação”

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, alocados no Fundo BD3 Serra da Canastra Crédito Privado somaram R\$ 133.076 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 30.

Quadro 30. Títulos p/ Negociação Fundo BD3 Serra da Canastra Créd. Privado (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CDB	BRADESCO	494	10/08/2019	1.644	1.649
TOTAL CDB		494		1.644	1.649
CRI	RB CAPITAL SEC.	214	13/03/2026	207	208
CRI	BRAZILIAN SEC.	1	12/11/2027	273	275
TOTAL CRI		215		480	483
DEBÊNTURE	COELCE	48	15/10/2018	242	242
DEBÊNTURE	SALUS II	1	16/10/2018	77	77
DEBÊNTURE	CEMIG GT	494	15/02/2019	732	733
DEBÊNTURE	SABESP	48	15/02/2019	731	733
DEBÊNTURE	MILLS	48	15/08/2020	625	623
DEBÊNTURE	CEMIG GT	1.511	15/02/2022	2.092	2.099
DEBÊNTURE	ELEKTRO	24	12/09/2022	322	324
DEBÊNTURE	ROD. DAS COLINAS	73	15/04/2023	955	960
DEBÊNTURE	CACHOEIRA PAULISTA	494	11/11/2023	363	364
DEBÊNTURE	RAPOSO TAVARES	494	15/12/2024	598	604
DEBÊNTURE	CEMIG	1.511	15/02/2025	1.727	1.741
DEBÊNTURE	RODOVIAS DO TIETE	371	15/06/2028	283	286
TOTAL DEBÊNTURE		5.117		8.747	8.786
LF	BRADESCO	1	04/02/2019	851	852
LF	ITAU	1	01/08/2022	947	954
TOTAL LF		2		1.797	1.806
OP. COMPROM.	STN	5.853	02/01/2018	18.521	18.521
TOTAL OP. COMP.		5.853		18.521	18.521
NTN-B	STN	603	15/05/2019	1.921	1.925
NTN-B	STN	173	15/05/2019	551	552

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	1.133	15/05/2019	3.609	3.618
NTN-B	STN	123	15/05/2019	392	393
NTN-B	STN	376	15/05/2019	1.198	1.201
NTN-B	STN	1.133	15/05/2019	3.609	3.618
NTN-B	STN	246	15/05/2019	784	786
NTN-B	STN	755	15/05/2021	2.419	2.432
NTN-B	STN	246	15/05/2021	788	792
NTN-B	STN	376	15/05/2021	1.205	1.211
NTN-B	STN	123	15/05/2021	394	396
NTN-B	STN	123	15/05/2021	394	396
NTN-B	STN	376	15/05/2021	1.205	1.211
NTN-B	STN	123	15/05/2021	394	396
NTN-B	STN	376	15/05/2021	1.205	1.211
NTN-B	STN	755	15/05/2021	2.419	2.432
NTN-B	STN	246	15/05/2021	788	792
NTN-B	STN	755	15/05/2021	2.419	2.432
NTN-B	STN	246	15/05/2021	788	792
NTN-B	STN	755	15/08/2022	2.451	2.467
NTN-B	STN	239	15/08/2022	776	781
NTN-B	STN	246	15/08/2022	799	804
NTN-B	STN	123	15/08/2022	399	402
NTN-B	STN	123	15/08/2022	399	402
NTN-B	STN	376	15/08/2022	1.221	1.229
NTN-B	STN	755	15/08/2022	2.451	2.467
NTN-B	STN	246	15/08/2022	799	804
NTN-B	STN	123	15/08/2022	399	402
NTN-B	STN	376	15/08/2022	1.221	1.229
NTN-B	STN	755	15/08/2022	2.451	2.467
NTN-B	STN	246	15/05/2023	786	792
NTN-B	STN	376	15/05/2023	1.201	1.210
NTN-B	STN	1.511	15/05/2023	4.825	4.862
NTN-B	STN	1.511	15/05/2023	4.825	4.862
NTN-B	STN	755	15/05/2023	2.411	2.430
NTN-B	STN	246	15/05/2023	786	792
NTN-B	STN	1.511	15/05/2023	4.825	4.862
NTN-B	STN	755	15/05/2023	2.411	2.430
NTN-B	STN	755	15/05/2023	2.411	2.430
NTN-B	STN	246	15/05/2023	786	792
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	246	15/08/2026	805	811
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239
NTN-B	STN	755	15/08/2026	2.469	2.488
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239
NTN-B	STN	755	15/08/2026	2.469	2.488
NTN-B	STN	246	15/08/2026	805	811
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239
NTN-B	STN	123	15/08/2026	402	405
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.230	1.239
NTN-B	STN	246	15/08/2030	809	814
NTN-B	STN	237	15/08/2030	780	784
NTN-B	STN	246	15/05/2035	802	807
NTN-B	STN	246	15/05/2035	802	807
NTN-B	STN	123	15/05/2035	401	403
NTN-B	STN	246	15/05/2035	802	807
NTN-B	STN	246	15/05/2035	802	807
NTN-B	STN	235	15/08/2040	781	788
NTN-B	STN	246	15/08/2040	818	824
TOTAL NTN-B		31.002		100.025	100.672

FUNDO	INSTITUIÇÃO	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
FIDC SUL INVEST	SUL INVEST	1	02/07/2018	177	104
FI BTG EM. PRIM. II	BTG PACTUAL	172.203	26/01/2019	187	18
FIDC RED FACTOR	RED FACTOR	93	04/04/2021	98	101
FIDC CASAN	CASAN	1.001	12/06/2024	177	936
TOTAL FUNDO		173.298		589	1.159
TOTAL – TÍT. PARA NEGOCIAÇÃO NO FUNDO BD3 SERRA DA CANASTRA					133.076

c) Títulos de Valores Mobiliários classificados como “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” somaram R\$ 171.750 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 31. Nesta categoria, a Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os seus respectivos vencimentos.

Quadro 31. Títulos Mantidos até Vencimento Fundo BD3 Serra da Canastra (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CRI	RB CAPITAL SEC.	2	15/03/2021	850	852
CRI	RB CAPITAL SEC.	1	20/06/2027	386	386
TOTAL CRI		3		1.236	1.238
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	65	15/04/2022	78	78
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	65	15/07/2022	77	77
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	65	15/10/2022	75	75
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	65	15/01/2023	88	88
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	24	15/01/2024	366	367
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	75	15/07/2024	1.069	1.071
TOTAL DEBÊNTURE		359		1.753	1.757
NTN-B	STN	259	15/08/2020	794	796
NTN-B	STN	755	15/08/2020	2.305	2.309
NTN-B	STN	755	15/08/2020	2.277	2.280
NTN-B	STN	807	15/08/2020	2.422	2.426
NTN-B	STN	755	15/08/2024	2.224	2.227
NTN-B	STN	755	15/08/2024	2.231	2.235
NTN-B	STN	1.545	15/08/2024	4.531	4.538
NTN-B	STN	989	15/08/2024	2.884	2.889
NTN-B	STN	158	15/08/2024	464	465
NTN-B	STN	376	15/08/2026	1.090	1.092
NTN-B	STN	755	15/08/2026	2.158	2.162
NTN-B	STN	755	15/08/2026	2.171	2.175

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	755	15/08/2030	2.325	2.328
NTN-B	STN	755	15/08/2030	2.285	2.289
NTN-B	STN	755	15/08/2030	2.230	2.233
NTN-B	STN	259	15/08/2030	776	777
NTN-B	STN	246	15/08/2030	742	743
NTN-B	STN	755	15/08/2030	2.354	2.357
NTN-B	STN	755	15/05/2035	2.231	2.235
NTN-B	STN	755	15/05/2035	2.304	2.307
NTN-B	STN	30	15/05/2035	83	83
NTN-B	STN	755	15/05/2035	2.084	2.087
NTN-B	STN	755	15/05/2035	2.096	2.099
NTN-B	STN	755	15/05/2035	2.117	2.121
NTN-B	STN	824	15/05/2035	2.271	2.275
NTN-B	STN	1.678	15/05/2035	4.641	4.649
NTN-B	STN	755	15/05/2035	2.088	2.092
NTN-B	STN	1.677	15/05/2035	4.600	4.608
NTN-B	STN	146	15/05/2035	392	393
NTN-B	STN	755	15/05/2035	2.239	2.242
NTN-B	STN	753	15/08/2040	2.515	2.519
NTN-B	STN	736	15/08/2040	2.429	2.432
NTN-B	STN	755	15/08/2040	2.125	2.129
NTN-B	STN	1.074	15/08/2040	3.150	3.155
NTN-B	STN	632	15/05/2045	1.829	1.832
NTN-B	STN	755	15/05/2045	2.030	2.033
NTN-B	STN	1.511	15/05/2045	4.162	4.169
NTN-B	STN	1.133	15/05/2045	3.024	3.029
NTN-B	STN	844	15/05/2045	2.280	2.284
NTN-B	STN	755	15/05/2045	2.015	2.018
NTN-B	STN	1.059	15/05/2045	3.019	3.024
NTN-B	STN	755	15/05/2045	2.131	2.135
NTN-B	STN	301	15/05/2045	863	864
NTN-B	STN	1.534	15/05/2045	4.094	4.101
NTN-B	STN	755	15/05/2045	1.787	1.790
NTN-B	STN	755	15/05/2045	2.027	2.030
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.308	2.311
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.143	2.147
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.301	2.304
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.345	2.349
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.295	2.299
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.066	2.069
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.345	2.349
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.299	2.302

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.215	2.218
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.530	2.533
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.706	2.709
NTN-B	STN	755	15/08/2050	2.036	2.039
TOTAL NTN-B		44.996		130.479	130.684
NTN-C	STN	124	01/04/2021	434	435
NTN-C	STN	244	01/04/2021	851	853
NTN-C	STN	1.897	01/04/2021	6.485	6.506
NTN-C	STN	1.813	01/04/2021	6.198	6.217
NTN-C	STN	3	01/04/2021	10	10
NTN-C	STN	2	01/04/2021	7	7
NTN-C	STN	2.060	01/04/2021	7.027	7.049
NTN-C	STN	376	01/01/2031	1.750	1.755
NTN-C	STN	680	01/01/2031	3.292	3.302
NTN-C	STN	2.470	01/01/2031	11.900	11.937
TOTAL NTN-C		9.669		37.952	38.072
TOTAL - TÍT. MANTIDOS ATÉ O VENC. NO FDO. BD3 SERRA DA CANASTRA					171.750

d) Títulos Públicos Federais classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” negociados em 2017.

Em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 15/2005, não ocorreu alienação de ativos mantidos até o vencimento neste exercício contábil.

e) Títulos Reclassificados em 2017.

Não houve reclassificação de categorias de títulos, no exercício de 2017.

5.2.2.6 – Fundo de Investimentos Multimercado BD4 Mata Atlântica Crédito Privado

O FIM BD4 Mata Atlântica Crédito Privado foi constituído mediante o aporte de ativos oriundos dos fundos Eros e Tranquilidade, de acordo com a proporcionalidade da quantidade de cotas detida pelos planos Epagri Básico e Epagri Saldado nesses fundos.

A segregação dos ativos integrantes nas carteiras dos fundos Eros e Tranquilidade foi implementada no ano de 2017, visando proporcionar uma melhor visualização dos ativos pertencentes às carteiras dos planos e permitir um aprimoramento da gestão dos investimentos aos diversos perfis de passivos, com uma maior eficiência na macroalocação dos ativos.

Os títulos alocados FIM BD4 Mata Atlântica Crédito Privado são classificados na categoria “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 04/2002.

a) Aquisição de Títulos de Valores Mobiliários.

Não foram adquiridos novos títulos e valores mobiliários no fundo após sua constituição, em 2017. Excluem-se os títulos que representam lastros de operações compromissadas diárias. Em

31/12/2017 havia 9.457 Notas do Tesouro Nacional no valor total de R\$ 29.924 mil, relativas a esse tipo de operação.

b) Títulos de Valores Imobiliários classificados como “Títulos para Negociação”

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, alocados no Fundo BD4 Mata Atlântica Crédito Privado somaram R\$ 233.876 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 32.

Quadro 32. Títulos p/ Negociação Fundo BD4 Mata Atlântica Créd. Privado (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CDB	BRADESCO	1.068	10/08/2019	3.555	3.565
TOTAL CDB		1.068		3.555	3.565
CRI	RB CAPITAL SEC.	463	13/03/2026	448	450
CRI	BRAZILIAN SEC.	2	12/11/2027	546	550
CRI	PLURAL CAPITAL SEC.	1	15/09/2028	326	327
TOTAL CRI		466		1.320	1.327
DEBÊNTURE	COELCE	106	15/10/2018	534	535
DEBÊNTURE	SALUS II	3	16/10/2018	231	231
DEBÊNTURE	CEMIG GT	1.068	15/02/2019	1.582	1.584
DEBÊNTURE	COPASA	1	15/02/2019	504	505
DEBÊNTURE	SABESP	106	15/02/2019	1.615	1.618
DEBÊNTURE	MILLS	106	15/08/2020	1.381	1.375
DEBÊNTURE	CEMIG GT	2.114	15/02/2022	2.927	2.937
DEBÊNTURE	ELEKTRO	34	12/09/2022	457	460
DEBÊNTURE	ROD. DAS COLINAS	160	15/04/2023	2.094	2.103
DEBÊNTURE	CACHOEIRA PAULISTA	1.068	11/11/2023	784	788
DEBÊNTURE	RAPOSO TAVARES	1.068	15/12/2024	1.293	1.305
DEBÊNTURE	CEMIG	2.114	15/02/2025	2.416	2.435
DEBÊNTURE	RODOVIAS DO TIETE	801	15/06/2028	611	617
TOTAL DEBÊNTURE		8.749		16.428	16.494
LF	SAFRA	1	04/02/2019	1.063	1.065
LF	ITAU	1	04/02/2019	2.127	2.131
LF	BRADESCO	2	04/02/2019	1.701	1.705
LF	ITAU	2	01/08/2022	1.893	1.907
LF	BRADESCO	2	05/06/2023	3.304	3.333
TOTAL LF		8		10.088	10.141
OP. COMPROM.	STN	9.457	02/01/2018	29.924	29.924
TOTAL OP. COMP.		9.457		29.924	29.924
NTN-B	STN	534	15/05/2019	1.701	1.705

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	1.585	15/05/2019	5.049	5.061
NTN-B	STN	528	15/05/2019	1.682	1.686
NTN-B	STN	267	15/05/2019	851	853
NTN-B	STN	1.585	15/05/2019	5.049	5.061
NTN-B	STN	374	15/05/2019	1.191	1.194
NTN-B	STN	845	15/05/2019	2.692	2.698
NTN-B	STN	534	15/05/2021	1.711	1.720
NTN-B	STN	1.056	15/05/2021	3.383	3.402
NTN-B	STN	1.056	15/05/2021	3.383	3.402
NTN-B	STN	534	15/05/2021	1.711	1.720
NTN-B	STN	1.056	15/05/2021	3.383	3.402
NTN-B	STN	528	15/05/2021	1.692	1.701
NTN-B	STN	267	15/05/2021	855	860
NTN-B	STN	528	15/05/2021	1.692	1.701
NTN-B	STN	267	15/05/2021	855	860
NTN-B	STN	267	15/05/2021	855	860
NTN-B	STN	528	15/05/2021	1.692	1.701
NTN-B	STN	534	15/05/2021	1.711	1.720
NTN-B	STN	534	15/08/2022	1.734	1.745
NTN-B	STN	267	15/08/2022	867	873
NTN-B	STN	267	15/08/2022	867	873
NTN-B	STN	528	15/08/2022	1.714	1.726
NTN-B	STN	267	15/08/2022	867	873
NTN-B	STN	534	15/08/2022	1.734	1.745
NTN-B	STN	1.056	15/08/2022	3.428	3.451
NTN-B	STN	528	15/08/2022	1.714	1.726
NTN-B	STN	518	15/08/2022	1.682	1.693
NTN-B	STN	1.056	15/08/2022	3.428	3.451
NTN-B	STN	1.056	15/08/2022	3.428	3.451
NTN-B	STN	534	15/05/2023	1.705	1.718
NTN-B	STN	1.056	15/05/2023	3.372	3.398
NTN-B	STN	1.056	15/05/2023	3.372	3.398
NTN-B	STN	2.114	15/05/2023	6.751	6.803
NTN-B	STN	534	15/05/2023	1.705	1.718
NTN-B	STN	1.056	15/05/2023	3.372	3.398
NTN-B	STN	534	15/05/2023	1.705	1.718
NTN-B	STN	1.056	15/05/2023	3.372	3.398
NTN-B	STN	2.114	15/05/2023	6.751	6.803
NTN-B	STN	2.114	15/05/2023	6.751	6.803
NTN-B	STN	528	15/05/2023	1.686	1.699

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	1.056	15/08/2026	3.453	3.480
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	534	15/08/2026	1.746	1.760
NTN-B	STN	1.056	15/08/2026	3.453	3.480
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	534	15/08/2026	1.746	1.760
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.727	1.740
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	267	15/08/2026	873	880
NTN-B	STN	534	15/08/2030	1.757	1.766
NTN-B	STN	512	15/08/2030	1.684	1.693
NTN-B	STN	534	15/05/2035	1.740	1.751
NTN-B	STN	534	15/05/2035	1.740	1.751
NTN-B	STN	534	15/05/2035	1.740	1.751
NTN-B	STN	267	15/05/2035	870	876
NTN-B	STN	507	15/08/2040	1.686	1.699
NTN-B	STN	534	15/08/2040	1.775	1.790
TOTAL NTN-B		49.396		159.497	160.529

FUNDO	INSTITUIÇÃO	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
FIDC SUL INVEST	SUL INVEST	2	02/07/2018	353	208
FI BTG EM. PRIM. II	BTG PACTUAL	371.702	26/01/2019	404	39
FIDC RED FACTOR	RED FACTOR	149	04/04/2021	158	162
FIDC CASAN SAN.	CASAN	1.590	12/06/2024	1.590	1.486
TOTAL FUNDO		373.443		2.504	1.896
TOTAL - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO NO FUNDO BD4 MATA ATLÂNTICA					223.876

c) Títulos de Valores Mobiliários classificados como “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” somaram R\$ 243.916 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 33.

Nesta categoria, a Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os seus respectivos vencimentos.

Quadro 33. Títulos Mantidos até Vencimento Fundo BD4 Mata Atlântica (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CRI	RB CAPITAL SEC.	2	15/03/2021	850	852
CRI	RB CAPITAL SEC.	2	20/06/2027	771	772
TOTAL CRI		4		1.621	1.624
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	143	15/04/2022	172	172
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	143	15/07/2022	169	169
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	143	15/10/2022	165	166
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	143	15/01/2023	194	194
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	53	15/01/2024	809	810
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	105	15/07/2024	1.497	1.500
TOTAL DEBÊNTURE		730		3.005	3.011
NTN-B	STN	1.056	15/08/2020	3.224	3.229
NTN-B	STN	560	15/08/2020	1.718	1.720
NTN-B	STN	1.130	15/08/2020	3.391	3.397
NTN-B	STN	1.056	15/08/2020	3.184	3.190
NTN-B	STN	1.056	15/08/2024	3.121	3.126
NTN-B	STN	1.056	15/08/2024	3.110	3.115
NTN-B	STN	223	15/08/2024	655	656
NTN-B	STN	1.385	15/08/2024	4.039	4.045
NTN-B	STN	2.160	15/08/2024	6.334	6.344
NTN-B	STN	1.056	15/08/2026	3.037	3.042
NTN-B	STN	1.056	15/08/2026	3.019	3.024
NTN-B	STN	528	15/08/2026	1.531	1.533

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	1.056	15/08/2030	3.119	3.124
NTN-B	STN	1.056	15/08/2030	3.197	3.202
NTN-B	STN	560	15/08/2030	1.677	1.680
NTN-B	STN	1.056	15/08/2030	3.292	3.297
NTN-B	STN	1.056	15/08/2030	3.252	3.257
NTN-B	STN	534	15/08/2030	1.610	1.613
NTN-B	STN	1.056	15/05/2035	3.222	3.227
NTN-B	STN	1.056	15/05/2035	3.121	3.126
NTN-B	STN	1.056	15/05/2035	3.131	3.136
NTN-B	STN	1.056	15/05/2035	2.961	2.966
NTN-B	STN	1.056	15/05/2035	2.932	2.936
NTN-B	STN	205	15/05/2035	551	552
NTN-B	STN	2.346	15/05/2035	6.435	6.446
NTN-B	STN	1.056	15/05/2035	2.921	2.926
NTN-B	STN	2.347	15/05/2035	6.491	6.502
NTN-B	STN	1.152	15/05/2035	3.176	3.181
NTN-B	STN	1.056	15/05/2035	2.914	2.919
NTN-B	STN	45	15/05/2035	124	124
NTN-B	STN	1.031	15/08/2040	3.402	3.407
NTN-B	STN	1.055	15/08/2040	3.524	3.529
NTN-B	STN	1.502	15/08/2040	4.406	4.413
NTN-B	STN	1.056	15/08/2040	2.973	2.977
NTN-B	STN	1.056	15/05/2045	2.981	2.986
NTN-B	STN	1.482	15/05/2045	4.225	4.232
NTN-B	STN	1.365	15/05/2045	3.951	3.957
NTN-B	STN	1.056	15/05/2045	2.818	2.823
NTN-B	STN	1.181	15/05/2045	3.191	3.196
NTN-B	STN	1.585	15/05/2045	4.231	4.237
NTN-B	STN	2.146	15/05/2045	5.728	5.737
NTN-B	STN	422	15/05/2045	1.209	1.211
NTN-B	STN	2.114	15/05/2045	5.823	5.832
NTN-B	STN	1.056	15/05/2045	2.839	2.844
NTN-B	STN	1.056	15/05/2045	2.835	2.840
NTN-B	STN	1.056	15/05/2045	2.499	2.504
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	3.784	3.789
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	3.538	3.543
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	3.098	3.102
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	2.998	3.002
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	3.228	3.233
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	3.216	3.220
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	3.281	3.285
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	2.848	2.852

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	2.889	2.894
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	3.210	3.215
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	3.280	3.285
NTN-B	STN	1.056	15/08/2050	3.218	3.223
TOTAL NTN-B		64.018		185.710	186.002
NTN-C	STN	2.882	01/04/2021	9.831	9.861
NTN-C	STN	5	01/04/2021	17	17
NTN-C	STN	5	01/04/2021	17	17
NTN-C	STN	2.535	01/04/2021	8.666	8.693
NTN-C	STN	2.655	01/04/2021	9.077	9.105
NTN-C	STN	343	01/04/2021	1.196	1.200
NTN-C	STN	174	01/04/2021	608	610
NTN-C	STN	3.455	01/01/2031	16.645	16.697
NTN-C	STN	950	01/01/2031	4.599	4.613
NTN-C	STN	528	01/01/2031	2.457	2.465
TOTAL NTN-C		13.532		53.113	53.280
TOTAL - TÍT. MANTIDOS ATÉ O VENC. NO FDO. BD4 MATA ATLÂNTICA					243.916

d) Títulos Públicos Federais classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” negociados em 2017.

Em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 15/2005, não ocorreu alienação de ativos mantidos até o vencimento neste exercício contábil.

e) Títulos Reclassificados em 2017.

Não houve reclassificação de categorias de títulos, no exercício de 2017.

5.2.2.7 – Fundo de Investimentos Multimercado BD5 Flex Planalto Crédito Privado

O FIM BD5 Flex Planalto Crédito Privado foi constituído mediante o aporte de ativos oriundos do fundo Eros, de acordo com a proporcionalidade da quantidade de cotas detida pelos planos Embrapa-FlexCeres, Epagri-FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epamig-FlexCeres, Ceres-FlexCeres, Cidasc-FlexCeres e Emater (DF) FlexCeres nesse fundo. A segregação dos ativos integrantes nas carteiras dos fundos Eros e Tranquilidade foi implementada no ano de 2017, visando proporcionar uma melhor visualização dos ativos pertencentes às carteiras dos planos e permitir um aprimoramento da gestão dos investimentos aos diversos perfis de passivos, com uma maior eficiência na macroalocação dos ativos.

Os títulos alocados nesse Fundo são classificados na categoria “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 04/2002.

a) Aquisição de Títulos de Valores Mobiliários.

Não foram adquiridos novos títulos e valores mobiliários no fundo após sua constituição, em 2017. Em 31/12/2017 havia 4.746 Notas do Tesouro Nacional no valor total de R\$ 15.017 mil, relativas a esse tipo de operação.

b) Títulos de Valores Imobiliários classificados como “Títulos para Negociação”

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, alocados no Fundo BD5 Flex Planalto Crédito Privado somaram R\$ 108.001 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 34.

Quadro 34. Títulos p/ Negociação Fundo BD5 Flex Planalto Crédito Privado (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CDB	BRADESCO	1.395	10/08/2019	4.643	4.657
TOTAL CDB		1.395		4.643	4.657
CRI	RB CAPITAL SEC.	603	13/03/2026	584	586
CRI	PLURAL CAPITAL SEC.	1	15/09/2028	326	327
TOTAL CRI		604		909	914
DEBÊNTURE	COELCE	135	15/10/2018	680	682
DEBÊNTURE	SALUS II	3	16/10/2018	231	231
DEBÊNTURE	SABESP	137	15/02/2019	2.088	2.091
DEBÊNTURE	CEMIG GT	1.395	15/02/2019	2.066	2.069
DEBÊNTURE	MILLS	137	15/08/2020	1.785	1.777
DEBÊNTURE	ROD. DAS COLINAS	205	15/04/2023	2.683	2.695
DEBÊNTURE	CACHOEIRA PAULISTA	1.395	11/11/2023	1.024	1.029
DEBÊNTURE	RAPOSO TAVARES	1.395	15/12/2024	1.689	1.705
DEBÊNTURE	RODOVIAS DO TIETE	1.047	15/06/2028	799	807
TOTAL DEBÊNTURE		5.849		13.045	13.086
LF	BRADESCO	2	04/02/2019	1.701	1.705
TOTAL LF		2		1.701	1.705
OP. COMPROM.	STN	4.746	02/01/2018	15.017	15.017
TOTAL OP. COMP.		4.746		15.017	15.017
NTN-B	STN	485	15/05/2019	1.545	1.549
NTN-B	STN	347	15/05/2019	1.105	1.108
NTN-B	STN	696	15/05/2019	2.217	2.222
NTN-B	STN	696	15/05/2021	2.230	2.242
NTN-B	STN	347	15/05/2021	1.112	1.118
NTN-B	STN	347	15/05/2021	1.112	1.118
NTN-B	STN	347	15/05/2021	1.112	1.118
NTN-B	STN	696	15/05/2021	2.230	2.242
NTN-B	STN	696	15/05/2021	2.230	2.242
NTN-B	STN	696	15/08/2022	2.259	2.275

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	347	15/08/2022	1.126	1.134
NTN-B	STN	347	15/08/2022	1.126	1.134
NTN-B	STN	696	15/08/2022	2.259	2.275
NTN-B	STN	347	15/08/2022	1.126	1.134
NTN-B	STN	673	15/08/2022	2.185	2.199
NTN-B	STN	696	15/05/2023	2.223	2.240
NTN-B	STN	696	15/05/2023	2.223	2.240
NTN-B	STN	696	15/05/2023	2.223	2.240
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	696	15/08/2026	2.276	2.293
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	696	15/08/2026	2.276	2.293
NTN-B	STN	347	15/08/2026	1.135	1.143
NTN-B	STN	696	15/08/2030	2.290	2.302
NTN-B	STN	668	15/08/2030	2.198	2.209
NTN-B	STN	347	15/05/2035	1.131	1.138
NTN-B	STN	696	15/05/2035	2.269	2.282
NTN-B	STN	696	15/05/2035	2.269	2.282
NTN-B	STN	696	15/05/2035	2.269	2.282
NTN-B	STN	696	15/08/2040	2.314	2.333
NTN-B	STN	661	15/08/2040	2.198	2.215
TOTAL NTN-B		21.953		71.287	71.748

FUNDO	INSTITUIÇÃO	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
FIDC SUL INVEST	SUL INVEST	1	02/07/2018	177	104
FI BTG EM. PRIM. II	BTG PACTUAL	486.148	26/01/2019	528	52
FIDC RED FACTOR	RED FACTOR	62	04/04/2021	66	67
FIDC CASAN SAN.	CASAN	696	12/06/2024	696	651
TOTAL FUNDO		486.907		1.466	874

TOTAL - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO NO FUNDO BD5 FLEX PLANALTO	108.001
---	----------------

c) Títulos de Valores Mobiliários classificados como “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” somaram R\$ 14.784 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 35.

Nesta categoria, a Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os seus respectivos vencimentos.

Quadro 35. Títulos Mantidos até Vencimento Fundo BD5 Flex Planalto (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CRI	RB CAPITAL SEC.	3	20/06/2027	1.157	1.159
TOTAL CRI		3		1.157	1.159
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	184	15/04/2022	221	222
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	184	15/07/2022	217	217
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	184	15/10/2022	213	213
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	184	15/01/2023	249	250
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	67	15/01/2024	1.022	1.024
TOTAL DEBÊNTURE		803		1.922	1.925
NTN-B	STN	730	15/08/2020	2.239	2.243
NTN-B	STN	730	15/08/2030	2.186	2.190
NTN-B	STN	696	15/08/2030	2.099	2.102
NTN-B	STN	1.782	15/05/2045	5.157	5.165
TOTAL NTN-B		3.938		11.682	11.699

TOTAL - TÍT. MANTIDOS ATÉ O VENC. NO FUNDO BD5 FLEX PLANALTO	14.784
---	---------------

d) Títulos Públicos Federais classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” negociados em 2017.

Em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 15/2005, não ocorreu alienação de ativos mantidos até o vencimento neste exercício contábil.

e) Títulos Reclassificados em 2017.

Não houve reclassificação de categorias de títulos no exercício de 2017.

5.2.2.8 – Fundo de Investimentos Multimercado CD6 Flex Planalto Central Crédito Privado

O FIM CD6 Flex Planalto Central Crédito Privado foi constituído mediante o aporte de ativos oriundos do fundo Eros, de acordo com a proporcionalidade da quantidade de cotas detida pelos planos Embrapa-FlexCeres, Epagri-FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epamig-FlexCeres, Ceres-FlexCeres, Cidasc-FlexCeres, ABDI-FlexCeres, Emater (DF) FlexCeres e PGA nesse fundo.

A segregação dos ativos integrantes nas carteiras dos fundos Eros e Tranquilidade foi implementada no ano de 2017, visando proporcionar uma melhor visualização dos ativos pertencentes às carteiras dos planos e permitir um aprimoramento da gestão dos investimentos aos diversos perfis de passivos, com uma maior eficiência na macroalocação dos ativos.

Os títulos alocados nesse Fundo são classificados na categoria “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”, em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 04/2002.

a) Aquisição de Títulos de Valores Mobiliários.

Não foram adquiridos novos títulos e valores mobiliários no fundo após sua constituição, em 2017. Excluem-se os títulos que representam lastros de operações compromissadas diárias. Em 31/12/2017 havia 41.091 Notas do Tesouro Nacional no valor total de R\$ 130.028 mil, relativas a esse tipo de operação.

b) Títulos de Valores Imobiliários classificados como “Títulos para Negociação”

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, alocados no Fundo CD6 Flex Planalto Central Crédito Privado somaram R\$ 989.132 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 36.

Quadro 36. Títulos p/ Negociação Fundo CD6 Flex Planalto Central Créd. Priv. (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CDB	BRADESCO	12.107	10/08/2019	40.299	40.417
TOTAL CDB		12.107		40.299	40.417
CRI	RB CAPITAL SEC.	5.247	13/03/2026	5.078	5.103
CRI	PLURAL CAPITAL SEC.	17	15/09/2028	5.541	5.566
TOTAL CRI		5.264		10.618	10.669
DEBÊNTURE	COELCE	1.200	15/10/2018	6.048	6.062
DEBÊNTURE	SALUS II	31	16/10/2018	2.385	2.390
DEBÊNTURE	CEMIG GT	12.107	15/02/2019	17.930	17.961
DEBÊNTURE	COPASA	10	15/02/2019	5.039	5.046
DEBÊNTURE	SABESP	1.207	15/02/2019	18.393	18.425
DEBÊNTURE	MILLS	1.207	15/08/2020	15.728	15.654
DEBÊNTURE	ROD. DAS COLINAS	1.813	15/04/2023	23.726	23.833
DEBÊNTURE	CACH. PAULISTA	12.107	11/11/2023	8.886	8.928
DEBÊNTURE	RAPOSO TAVARES	12.107	15/12/2024	14.662	14.797

ATIVO	EMISSOR	QDE	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	3.024	15/08/2026	9.889	9.964
	STN	6.052	15/08/2026	19.792	19.942
	STN	5.806	15/08/2030	19.102	19.200
	STN	6.052	15/08/2030	19.911	20.014
	STN	6.052	15/05/2035	19.726	19.846
	STN	6.052	15/05/2035	19.726	19.846
	STN	6.052	15/05/2035	19.726	19.846
	STN	3.024	15/05/2035	9.856	9.917
	STN	5.751	15/08/2040	19.121	19.274
	STN	6.052	15/08/2040	20.122	20.282
TOTAL NTN-B		191.072		620.461	624.476
FUNDO	INSTITUIÇÃO	QUANT.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
FIDC SUL INVEST	SUL INVEST	25	02/07/2018	4.413	2.600
FI BTG EM. PRIM. II	BTG PACTUAL	4.211.211	26/01/2019	4.574	447
FIDC RED FACTOR	RED FACTOR	568	04/04/2021	601	618
FIDC CASAN SAN.	CASAN	6.052	12/06/2024	6.052	5.658
TOTAL FUNDO		4.217.856		15.640	9.322
TOTAL - TÍT. PARA NEG. NO FDO. CD6 FLEX PLANALTO CENTRAL					989.132

c) Títulos de Valores Mobiliários classificados como “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Os Títulos de Valores Mobiliários classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” somaram R\$ 130.010 mil em 31/12/2017 e são apresentados por emissor, em termos quantitativos, com as diferentes datas de vencimento e custos de aquisição no Quadro 37.

Nesta categoria, a Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os seus respectivos vencimentos.

Quadro 37. Títulos Mantidos até o Vencimento no Fundo BD5 Flex Planalto (R\$ Mil).

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
CRI	RB CAPITAL SEC.	29	20/06/2027	11.182	11.200
TOTAL CRI		29		11.182	11.200
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	1.620	15/04/2022	1.947	1.951
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	1.620	15/07/2022	1.909	1.913
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	1.620	15/10/2022	1.872	1.875
DEBÊNTURE	ECOPISTAS	1.620	15/01/2023	2.193	2.197
DEBÊNTURE	ROTA DAS BANDEIRAS	602	15/01/2024	9.184	9.202
TOTAL DEBÊNTURE		7.082		17.105	17.138

ATIVO	EMISSOR	QDE.	VENCIM.	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STN	6.350	15/08/2020	19.477	19.507
NTN-B	STN	6.052	15/08/2030	18.249	18.277
NTN-B	STN	6.349	15/08/2030	19.014	19.043
NTN-B	STN	15.471	15/05/2045	44.776	44.845
TOTAL NTN-B		34.222		101.517	101.673
TOTAL - TÍT. MANT. ATÉ VENC. NO FDO. CD6 FLEX PLANALTO CENTRAL				130.010	

d) Títulos Públicos Federais classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” negociados em 2017.

Em observância ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 15/2005, não ocorreu alienação de ativos mantidos até o vencimento neste exercício contábil.

e) Títulos Reclassificados em 2017.

Não houve reclassificação de categorias de títulos no exercício de 2017.

5.2.3 Fundos de Investimentos Empresas Emergentes – FMIEE.

Os valores dos ativos investidos nos Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes em 31/12/2017 somaram R\$ 21.221 mil e estão detalhados no quadro38.

Quadro 38. Fundos de Empresas Emergentes – FMIEE em 31.12.2017 (R\$ Mil).

FUNDO	GESTOR	CNPJ	VALOR ALOCADO	(%)
FMIEE Fipac Participações	DGF Gestão Fundos	08.571.117/0001-37	1.090	5,13%
FMIEE Emp. Brasil	BRZ Investim. Ltda.	08.872.944/0001-60	13.193	62,17%
FMIEE Nordeste II	Vinci Ltda.	08.693.474/0001-78	462	2,18%
FMIEE Mercatto Alimentos	Mercatto Ltda.	09.067.269/0001-60	6.476	30,52%
TOTAL			21.221	

Os fundos FMIEE Empreendedor Brasil, FMIEE Nordeste II e FMIEE Mercatto Alimentos alteraram suas denominações para Fundos de Investimentos em Participações – FIP no decorrer de 2017, conforme aprovado nas respectivas Assembleias Gerais de Cotistas.

5.2.4 Fundos de Investimentos em Participações – FIP.

Os valores dos ativos investidos nos nove Fundos de Investimentos em Participações em 31/12/2017 somaram R\$ 57.660 mil e estão detalhados no quadro 39.

Quadro 39. Fundos de Investimentos em Participações – FIP em 31.12.2017 (R\$ Mil).

FUNDO	GESTOR	CNPJ	VALOR ALOCADO	(%)
FIP Brasil Agronegócio	BRZ Investim. Ltda	11.160.957/0001-11	8.606	14,93%
FIP Angra Infra	Angra Infra Inv. Ltda.	07.715.713/0001-80	12.482	21,65%
FIP Brasil Mezanino	Darby Adm. Inv. Ltda.	09.277.006/0001-85	2.230	3,87%
FIP Caixa Ambiental	Mantiq Inv. Ltda.	08.576.668/0001-93	1.651	2,86%
FIP Inv. Institucionais III	Angra Partners S.A.	09.064.476/0001-60	3.554	6,16%
FIP Caixa Incorporação Imob.	Caixa Econôm. Federal	13.767.159/0001-88	10.637	18,45%
FIP BTG Infra II FIC DE FIP	BTG Pactual Ltda.	14.584.094/0001-06	7.449	12,92%
FIP Inseed FIMA	Inseed Investim. Ltda.	16.524.588/0001-12	3.136	5,44%
FIP DGF FIPAC 2	DGF Gestão Fundos	19.230.524/0001-05	7.915	13,73%
Total			57.660	

5.2.5 Fundos de Investimentos Imobiliários – FII.

Os valores dos ativos investidos nos quatro Fundos de Investimentos Imobiliários em 31/12/2017 que compõem os investimentos estruturados somaram R\$ 91.016 mil e estão detalhados no quadro 40.

Quadro 40. Fundos Imobiliários – FII em 31.12.2017 (R\$ Mil).

FUNDO	GESTOR	CNPJ	VALOR ALOCADO	(%)
FII Agua Branca	Coin – DTVM Ltda.	03.251.720/0001-72	51.375	56,45%
FII Hermes	Rio Bravo DTVM Ltda.	00.868.235/0001-08	16.785	18,44%
FII RB Capital	RB Capital Ltda.	11.945.604/0001-27	5.985	6,58%
FII Claritas Logística	Claritas Ltda.	97.521.194/0001-02	16.871	18,54%
Total			91.016	

5.3 Investimentos Imobiliários.

Os investimentos imobiliários (aplicações em imóveis) estão registrados pelo valor de R\$ 190.077 mil em 31/12/2017. A posição consolidada do segmento está detalhada no Quadro 41.

Quadro 41. Investimentos Imobiliários em 31.12.2017 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO	2017	2016	Var. (%)
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	190.077	197.264	-3,64
USO PRÓPRIO	9.780	9.928	-1,49
SHCN - CL 202 BLOCO "C"	9.780	9.928	-1,49
LOCADAS A TERCEIROS	49.213	52.448	-6,17
EDIFÍCIO JOSÉ GUERRA - SP	19.512	21.557	-9,49
EDIFÍCIO CENESP - BLOCO "C" - SP	15.025	15.857	-5,25
EDIFÍCIO CENESP - BLOCO "J" - SP	1.067	1.107	-3,61
EDIF. CORPORATE SALA 303 - DF	6.612	6.767	-2,29
EDIF. CORPORATE SALA 304 - DF	6.997	7.160	-2,28
RENDAS E PARTICIPAÇÕES	131.084	134.888	-2,8
SHOPPING CONJUNTO NACIONAL	69.393	71.979	-3,6
SHOPPING CENTER RECIFE	61.691	62.909	-1,9

Em virtude de desapropriação de parte da área externa do edifício José Guerra, , exercida pela Prefeitura da cidade de São Paulo, a Ceres recebeu, em 28/02/2017, indenização no valor de R\$ 1.632 mil que reduziu o valor patrimonial do referido imóvel.

No quadro 42, “Outros Imóveis”, é apresentada a participação dos planos de benefícios no segmento de Imóveis, representada pelo Ed. SHCN-CL 202 Bloco C; Ed. José Guerra; Ed. Cenesp C e J; Conjunto Nacional Brasília e Shopping Center Recife. Os percentuais de participação foram apurados com base em rateio proporcional ao ativo dos planos Básicos e Saldados existentes em setembro de 2009.

As salas do Edifício Corporate Center, adquiridas em 16 de julho de 2013, foram alocadas nos planos de benefícios Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD Epagri SD, EMATER (MG) SD e EPAMIG SD. Suas participações (Quadro 42) foram apuradas com base em rateio proporcional ao ativo destes planos de benefícios, na data da compra das salas.

Quadro 42. Participação percentual dos planos no segmento de Imóveis em 31.12.2017.

OUTROS IMÓVEIS		ED. CORPORATE CENTER SALAS 003 e 004	
PLANO	% PART	PLANO	% PART
Embrapa BD	77,52%	Embrapa BD	81,04%
CeresBD	0,40%	Ceres BD	0,45%
Epagri BD	2,12%	Epagri BD	2,14%
Epagri SD	9,87%	Epagri SD	11,01%
EMATER-MG SD	5,43%	EMATER-MG SD	3,83%
EMATER-MG SD	2,82%	EPAMIG BD	1,53%
EPAMIG BD	0,49%		
EPAMIG SD	1,36%		

5.4 Operações com Participantes - empréstimos e financiamentos

As operações com participantes, na forma de empréstimos simples e financiamentos imobiliários (quadros 43 e 44), alcançaram o montante de R\$ 71.406 mil em 2017 e estão registradas pelo valor atualizado dos débitos, oriundos de empréstimos e de financiamentos concedidos pela Fundação.

5.4.1 Operações com Participantes – empréstimos simples

O saldo devedor dos empréstimos em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 79.444 mil e o valor aprovado como perdas foi de R\$ 8.725 mil, com destaque para os planos da Embrapa, responsáveis por R\$ 59.978 mil, equivalente a 75% dos débitos totais, e por R\$ 8.725 mil, equivalente a 98% dos valores provisionados para perdas (Quadro 43).

Quadro 43. Operações com Participantes – empréstimos simples em 31.12.2017 (R\$ Mil).

EMPRÉSTIMOS	SALDO DEVEDOR	PROVISÃO PERDAS	SALDO 2017	SALDO 2016
PLANO Embrapa BD	51.602	7.467	44.136	42.939
PLANO Embrapa CV	8.375	1.050	7.326	7.133
PLANO Ceres BD	899	17	882	957
PLANO Ceres CV	620	0	620	417
PLANO Epagri BD	1.817	60	1.756	1.581
PLANO Epagri SD	3.727	65	3.662	3.612
PLANO Epagri CV	1.227	1	1.226	1.339
PLANO EMATER-MG BD	1.971	21	1.950	1.847
PLANO EMATER-MG SD	5.809	23	5.786	5.814
PLANO EMATER-MG CV	904	14	889	731
PLANO EPAMIG BD	151	0	151	159
PLANO EPAMIG SD	1.746	7	1.739	1.719
PLANO EPAMIG CV	430	0	430	372
PLANO CIDASC CV	166	0	166	96
TOTAL	79.444	8.725	70.719	68.715

5.4.2 Operações com Participantes – financiamentos imobiliários

Nos financiamentos imobiliários, o saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 9.139 mil e o valor aprovisionado para perdas foi de R\$ 8.452 mil, equivalente a 92% deste saldo devedor, com destaque para o plano Embrapa BD, responsável por 55% da carteira de financiamentos imobiliários, conforme o Quadro 44.

Quadro 44. Operações com Participantes – financiam. Imobiliários em 31.12.2017 (R\$ Mil).

FINANCIAMENTOS	SALDO DEVEDOR	PROVISÃO PERDAS	SALDO 2017	SALDO 2016
PLANO Embrapa BD	5.071	4.948	123	161
PLANO Ceres BD	624	110	514	448
PLANO Epagri BD	1.647	1.616	31	46
PLANO Epagri SD	1.275	1.272	3	2
PLANO EMATER-MG BD	397	392	6	8
PLANO EMATER-MG SD	30	20	10	21
PLANO EPAMIG BD	95	93	1	0
TOTAL	9.139	8.451	687	686

5.5 Depósitos Judiciais/Recursais - investimentos

O valor de R\$ 990 mil registrado como depósito judicial de investimentos refere-se aos processos relacionados no Quadro 45.

Quadro 45. Depósitos Judiciais de Investimentos em 31/12/2017 (R\$ mil).

PLANO	DATA	RECLAMANTE	DEMANDA JURÍDICA	VALOR
Embrapa BD	24/04/17	Luiz Gonzaga de Castro	Empréstimos - ação de danos morais	6
Embrapa BD	03/02/15	Vicente Pedro da Silva	Financ. Imobil. - revisão contratual	139
Epagri BD	29/05/17	Osmar de Moraes	Financ. Imobil. - revisão contratual	211
Epagri SD	24/04/17	Janete Alves S. Reinas	Financ. Imobil. - revisão contratual	131
Epagri SD	24/04/17	Maria de Lourdes Mello	Financ. Imobil. - revisão contratual	26
Básicos	05/12/17	União Federal	Honorários Sucub. IOF Investimentos	477
Total				990

Os depósitos judiciais no valor atualizado de R\$ 844 mil relativos ao processo de financiamento imobiliário em nome da participante Liane Matzembker, em consequência do término da ação judicial com resultado favorável à Ceres, foram levantados e devolvidos ao plano de benefícios Embrapa BD em 21 de novembro de 2017.

5.6 Composição dos Recursos dos Planos de Benefícios e do PGA

A composição detalhada dos recursos garantidores de cada plano de benefícios e do PGA e a estruturação dos investimentos foram elaboradas observando-se os segmentos previstos na Resolução CMN nº 3.792/2009.

5.6.1 Investimentos dos Planos de Benefícios Definidos.

O total dos investimentos dos planos de Benefício Definido nos segmentos de aplicação Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Operações com Participantes, no valor total de R\$ 4.292.347 mil, está apresentado com detalhes no Quadro 46.

A maior concentração dos investimentos nos planos de Benefício Definido (planos Básicos) está em Renda Fixa, cujo valor de R\$ 3.607.457 mil representa 84,04% do total investido neste segmento, seguido de renda variável com R\$ 330.567 mil, que representa 7,70% do total dos investimentos.

Quando se analisa a participação de cada plano, considerando-se todos os cinco segmentos de aplicação, observa-se que o plano Embrapa Básico detém R\$ 4.016.385 mil, representando 93,57% do valor total investido. Os planos Ceres BD, Epagri BD, EMATER (MG) BD e EPAMIG BD detêm R\$ 275.962 mil e representam, no agregado dos planos Básicos, apenas 6,43% dos investimentos totais.

Quadro 46. Composição Investimentos Planos de Benefício Definido (básicos), 2017 (R\$ mil).

SEGMENTO	ATIVO	PLANO					TOTAL
		Embrapa Básico	Ceres Básico	Epagri Básico	Emater Básico	Epamig Básico	
RENDA FIXA	NTN-C	305					305
	FIM TRANQUILIDADE	74.395	1.187	5.635	5.483	750	87.450
	FIM EROS	5.158	359				5.517
	FIM BD1 CERRADOS	3.288.848					3.288.848
	FIM BD2 ZONA DA MATA					10.674	10.674
	FIM BD3 S. DA CANASTRA		16.177		110.534		126.711
	FIM BD4 MATA ATLÂNTICA			87.952			87.952
	FIM BD5 FLEX PLANALTO						0
	FIM CD6 FLEX PL. CENTRAL						0
	TOTAL RENDA FIXA	3.368.707	17.723	93.587	116.017	11.423	3.607.457
RENDA VARIÁVEL	FUNDO AGROCIÊNCIA	313.287	1.747				315.034
	FUNDOS DE AÇÕES:	14.202	79	374	812	67	15.533
	FATOR SINERGIA V	7.900	44	209	471	39	8.662
	FIA SUL AMER. EXPERTISE II	6.302	35	165	341	28	6.871
	TOTAL RENDA VARIÁVEL	327.489	1.825	374	812	67	330.567
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	FDOS. EMP. EMERGENTES	845	4	23	59	5	937
	FMIEE FIPAC PART.	845	4	23	59	5	937
	FUNDOS DE PARTIPAÇÕES	57.676	306	1.559	3.729	328	63.598
	FIP ANGRA INFRA	9.675	50	265	678	61	10.728
	FIP NORDESTE II	358	2	10	25	2	397
	FIP EMPREND. BRASIL	10.227	53	280	716	65	11.340
	FIP MERCATO ALIMENTOS	5.019	26	137	352	32	5.566
	FIP INVEST. INSTITUC. III	2.755	14	75	193	17	3.055
	FIP CAIXA AMBIENTAL	1.280	7	35	90	8	1.419
	FIP BRASIL MEZANINO	1.729	9	47	121	11	1.917
	FIP BRASIL AGRONEGÓCIO	6.670	35	182	468	42	7.396
	FIP CAIXA INCORP. IMOBIL.	7.347	41	192	414	34	8.027
	FIP BTG INFRA II FIC FIP	5.110	28	134	279	23	5.574
	DGF FIPAC 2 FIP	5.357	29	146	277	23	5.832
	FIP INSEED FIMA	2.151	12	56	117	10	2.346
	FUNDOS IMOBILIÁRIOS	69.078	363	1.862	4.691	417	76.412
	FDO. IMOB. HERMES	13.012	67	357	911	83	14.429
	FDO. IMOB. ÁGUA BRANCA	39.826	206	1.088	2.788	252	44.161
	FDO. IMOB. RB CAPITAL	4.355	24	109	284	24	4.796
	FII - CLARITAS	11.885	66	309	708	58	13.026
	TOTAL INVEST. ESTRUTURADOS	127.599	673	3.445	8.480	750	140.946
IMÓVEIS	CARTEIRA DE IMÓVEIS	147.828	769	4.029	9.578	865	163.069
	TOTAL IMÓVEIS	147.828	769	4.029	9.578	865	163.069

SEGMENTO	ATIVO	PLANO					TOTAL
		Embrapa Básico	Ceres Básico	Epagri Básico	Emater Básico	Epamig Básico	
OPERAÇÕES COM PARTICI- PANTES	EMPRÉSTIMOS	44.136	882	1.756	1.950	151	48.875
	FIN. IMOBILIÁRIO	123	514	31	6	0	675
	TOTAL OP. PARTICIP.	44.259	1.396	1.788	1.955	152	49.549
DEPÓSITOS JUDICIAIS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	502	2	224	28	2	758
	TOTAL DEP. JUDICIAIS	502	2	224	28	2	758
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		4.016.385	22.388	103.446	136.870	13.259	4.292.347

5.6.2 – Investimentos dos Planos de benefícios definidos saldados (SD).

O total dos investimentos dos planos de Benefício Definido Saldados administrados pela Ceres em 31/12/2017 somou R\$ 772.346 mil, distribuídos entre os planos, Epagri Saldado com R\$ 474.798 mil, representando 61,47% dos recursos totais; plano EMATER (MG) Saldado com R\$ 221.068 mil, equivalente a 28,62% dos recursos; e plano Epamig Saldado com R\$ 76.480 mil, representando 9,90% dos investimentos totais dos planos de benefícios saldados (Quadro 47).

Esse valores estão distribuídos em diferentes segmentos de aplicação com destaque para renda fixa, com alocação de R\$642.504 mil, representando 83,19% do total dos investimentos, seguida das aplicações em renda variável, com R\$ 67.649 mil, equivalente a 8,76% do total.

Quadro 47. Composição Investimentos Planos de Benefício Definido Saldados (SD), 2017 (R\$ mil).

SEGMENTO	ATIVO	PLANO			TOTAL
		Epagri SD	Emater-MG SD	Epamig SD	
RENDAS FIXA	FIM TRANQUILIDADE	9.273	7.254	3.248	19.775
	FIM EROS	1.992	2.541	1.202	5.735
	FIM BD2 ZONA DA MATA			59.046	59.046
	FIM BD3 SERRA DA CANASTRA		178.111		178.111
	FIM BD4 MATA ATLÂNTICA	379.837			379.837
	TOTAL RENDA FIXA	391.102	187.907	63.495	642.504
RENDAS VARIÁVEL	FUNDO AGROCIÊNCIA	42.478	16.241	6.093	64.812
	FUNDOS DE AÇÕES:	1.924	645	267	2.836
	FATOR SINERGIA V	1.066	349	148	1.563
	FIA SUL AMERICA EXPERTISE II	858	296	119	1.273
	TOTAL RENDA VARIÁVEL	44.402	16.886	6.360	67.649
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	FUNDOS EMPRESAS EMERGENTES	108	31	15	153
	FMIEE FIPAC PART.	108	31	15	153
	FUNDOS DE PARTIPAÇÕES	7.514	2.311	1.038	10.862
	FIP ANGRA INFRA	1.232	352	169	1.753

SEGMENTO	ATIVO	PLANO			TOTAL
		Epagri SD	Emater-MG SD	Epamig SD	
	FIP NORDESTE II	46	13	6	65
	FIP EMPREND. BRASIL	1.302	372	179	1.853
	FIP MERCATO ALIMENTOS	640	183	88	910
	FIP INVEST. INSTITUCIONAIS III	351	100	48	499
	FIP CAIXA AMBIENTAL	163	47	22	232
	FIP BRASIL MEZANINO	220	63	30	313
	FIP BRASIL AGRONEGÓCIO	850	243	117	1.210
	FIP CAIXA INCORP. IMOBILIÁRIA	1.004	339	139	1.482
	FIP BTG INFRA II FIC FIP	696	239	97	1.032
	DGF FIPAC 2 FIP	717	259	101	1.078
	FIP INSEED FIMA	293	101	41	434
	FUNDOS IMOBILIÁRIOS	8.887	2.624	1.227	12.739
	FDO. IMOB. HERMES	1.656	473	227	2.356
	FDO. IMOB. ÁGUA BRANCA	5.069	1.449	696	7.214
	FDO. IMOB. RB CAPITAL	561	179	81	821
	FII - CLARITAS	1.601	523	223	2.347
	TOTAL INVEST. ESTRUTURADOS	16.508	4.966	2.280	23.754
IMÓVEIS	CARTEIRA DE IMÓVEIS	18.911	5.497	2.600	27.009
	TOTAL IMÓVEIS	18.911	5.497	2.600	27.009
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	EMPRÉSTIMOS	3.662	5.786	1.739	11.187
	FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO	3	10	0	12
	TOTAL OP. COM PARTICIPANTES	3.665	5.795	1.739	11.199
DEPÓSITOS JUDICIAIS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	210	17	5	232
	TOTAL DEPÓSITOS JUDICIAIS	210	17	5	232
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		474.798	221.068	76.480	772.346

5.6.3 – Investimentos Planos de Contribuição Variável (CV) e de Contribuição Definida (CD).

O total dos investimentos dos sete planos de Contribuição Variável e do plano de Contribuição Definida da patrocinadora ABDI somaram, em 31/12/2017, R\$ 1.379.802 mil.

Os investimentos dos planos de Contribuição Variável dos patrocinadores Embrapa, Ceres, Epagri, EMATER-MG, EPAMIG, CIDASC e EMATER-DF e de Contribuição Definida da ABDI foram realizados com maior concentração no segmento de renda fixa com alocação de R\$ 1.250.176 mil.

No segmento de renda variável o valor investido foi de R\$ 113.771 mil, no segmento investimentos estruturados o valor foi de R\$ 5.197 mil e nas operações com participantes - empréstimos, o valor foi de R\$ 10.658 mil. Esses planos não possuem investimentos no segmento de Imóveis.

Com uma concentração de 91,18% das aplicações em renda fixa e 7,64% em renda variável, destaca-se o plano Embrapa CV com alocação de R\$ 861.011 mil, representando 62,40% do total das aplicações, seguido do plano da Epagri CV com R\$ 250.593 mil, representando 18,16% dos investimentos totais. Os valores discriminados por segmento de aplicação e por classe de ativos estão detalhados no Quadro 48.

Quadro 48. Composição Investimentos dos planos CV e CD em 31/12/2017 (R\$ mil).

SEGMENTO	ATIVO	PLANO								TOTAL
		Embrapa CV	Ceres CV	Epagri CV	Emater- MG CV	Epamig CV	Cidasc CV	ABDI CD	Emater- DF CV	
RENDA FIXA	FIM TRANQUILID.	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	FIM EROS	5.432	1.108	9.572	5.692	3.228	2.523	1.025	2.272	30.852
	FIM BD1 CERRADOS									0
	FIM BD2 ZONA DA MATA									0
	FIM BD3 S. DA CANASTRA									0
	FIM BD4 MATA ATLÂNTICA									0
	FIM BD5 FLEX PLANALTO	12.315	2.071	71.749	31.109	4.216	987		334	122.781
	FIM CD6 FLEX PLANALTO CENTRAL	767.299	5.466	140.869	111.628	28.249	17.306	9.252	16.474	1.096.544
	TOTAL RENDA FIXA	785.046	8.645	222.191	148.429	35.693	20.816	10.277	19.080	1.250.176
RENDA VARIÁVEL	FUNDO AGROCIÊNCIA	64.659	959	25.300	15.254	3.569	1.270	696		111.707
	FUNDOS DE AÇÕES:	1.134	20	528	296	70	15	0	0	2.063
	FATOR SINERGIA V	538	10	271	145	35	6			1.005
	FIA SUL AMER. EXPERTISE II	596	10	257	150	35	9			1.058
	TOTAL R. VARIÁVEL	65.793	979	25.829	15.550	3.639	1.285	696	0	113.771
INVEST. ESTRUT.	FUNDOS DE PARTIPAÇÕES	1.878	32	811	472	111	28	0	0	3.331
	FIP CAIXA INCORP. IMOBILIÁRIA	621	11	288	162	38	8			1.127
	FIP BTG INFRA II FIC FIP	474	8	206	120	28	7			844
	DGF FIPAC 2 FIP	584	9	230	140	33	10			1.005
	FIP INSEED FIMA	199	3	87	50	12	3			355
	FUNDOS IMOBIL.	969	21	536	267	63	9	0	0	1.866

SEGMENTO	ATIVO	PLANO								TOTAL
		Embrapa CV	Ceres CV	Epagri CV	Emater- MG CV	Epamig CV	Cidasc CV	ABDI CD	Emater- DF CV	
	FDO. IMOB. RB CAPITAL	175	5	125	51	12	0			367
	FII - CLARITAS	794	16	411	217	51	8			1.498
	TOTAL INVEST. ESTRUT.	2.847	52	1.347	740	174	37	0	0	5.197
OP. COM PART.	EMPRÉSTIMOS	7.326	620	1.226	889	430	166	0	0	10.658
	TOTAL OP. COM PARTIC.	7.326	620	1.226	889	430	166	0	0	10.658
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		861.011	10.296	250.593	165.608	39.938	22.303	10.972	19.080	1.379.802

5.6.4 – Investimentos no Plano de Gestão Administrativa-PGA.

Os investimentos do PGA, no valor de R\$ 24.811 mil em 31/12/2017, estavam alocados no Fundo Eros, com R\$ 2.218 mil e no FIM CD6 Flex Planalto Central, com R\$ 22.593 mil (Quadro 49).

Quadro 49. Composição Investimentos Gestão Administrativa - PGA em 31/12/2017 (R\$ mil).

SEGMENTO	ATIVO	PGA
RENDA FIXA	FI TRANQUILIDADE MULTIMERCADO	2.218
	FIM CD6 FLEX PLANALTO CENTRAL	22.593
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PGA		24.811

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

No Exigível Operacional estão registrados os valores a pagar em 31 de dezembro de 2017, segregados por Gestão.

6.1 Passivo da Gestão Previdencial

O saldo da conta Passivo Previdencial constituído por: retenções a recolher, reserva de poupança a devolver e empréstimos feitos ao plano EMBRATER BD, somou R\$ 101.840 mil, conforme detalhado no Quadro 50.

Quadro 50. Composição do Passivo da Gestão Previdencial em 31.12.2017 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO	2017	2016
RETELEIÇÕES A RECOLHER (a)	2.601	2.303
CONTRIBUIÇÕES A DEVOLVER (b)	0	142
OUTRAS EXIBILIDADES A PAGAR (c)	129	0
RESERVA DE POUPANÇA A DEVOLVER (d)	21.445	19.183
DECISÃO JUDICIAL PLANO EMBRATER (e)	77.665	67.881
TOTAL	101.840	89.509

- a) A rubrica “Retenções a recolher” corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos de benefícios em dezembro de 2017, a ser recolhido em janeiro de 2018.
- b) A rubrica “Contribuições a Devolver” refere-se a contribuições recolhidas a maior e devolvidas a Participantes e Patrocinadores.
- c) Em “Outras Exigibilidade a Pagar” estão registradas as faturas dos seguros de benefícios de riscos e outros valores a devolver, apropriadas pelo regime de competência e outros valores recebidos a maior.
- d) A rubrica “Reserva de Poupança a Devolver” refere-se aos valores devidos aos participantes que cancelaram suas inscrições nos planos de benefícios e que permanecem vinculados aos quadros das patrocinadoras, bem como de ex-participantes que rescindiram contratos de trabalho com patrocinador, saíram do plano, mas ainda não resgataram as suas reservas de poupança.
- e) Na rubrica “Decisão Judicial Plano Embrater”, estão registrados os valores devidos pelo plano da extinta empresa EMBRATER aos planos Básicos das patrocinadoras: Embrapa, EMATER-MG, Epagri, EPAMIG e Ceres, utilizados para pagamento dos benefícios do plano daquela extinta patrocinadora, conforme decisão judicial constante do Agravo de Instrumento nº 2006.01.00.015269-6/DF, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, datado de 15 de maio de 2006. A partir de 31 de dezembro de 2011, os “Valores a Receber” registrados no realizável dos planos Básicos foram provisionados para perdas impactando o resultado contábil desses planos, conforme Nota nº 3, letra “c”.

6.2 Passivo da Gestão Administrativa

Estão registradas nesta conta as obrigações com encargos sociais, tributos, salários, provisões de férias e valores a pagar a fornecedores e prestadores de serviços (Quadro 51).

Quadro 51. Composição do Passivo da Gestão Administrativa em 31.12.2017 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO	2017	2016
CONTAS A PAGAR: Encargos Sociais e Fornecedores	435	401
RETENÇÕES A RECOLHER	301	293
PROVISÕES DE FÉRIAS	1.330	1.319
OUTRAS EXIGIBILIDADES	8	3
TOTAL	2.074	2.016

6.3 Passivo de Investimentos

São os compromissos assumidos pela Fundação Ceres quando das operações de investimentos que não foram liquidados até a data do balanço (Quadro 52).

Quadro 52. Composição do Passivo de Investimentos em 31.12.2017 (R\$ Mil).

DESCRIÇÃO	2017	2016
VALORES A PAGAR - LOCADAS A TERCEIROS	63	2
CAUÇÃO DE CONTRATOS DE ALUGUÉIS	535	561
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	52	25
OUTRAS EXIGIBILIDADES	102	154
TOTAL	752	742

A saldo da conta “Valores a Pagar – Locadas a Terceiros” refere-se a aluguel do mês de janeiro de 2018, recebido em dezembro de 2017, que será reclassificado no mês seguinte.

A rubrica “Caução de Contratos de Aluguel” é oriunda de depósitos previstos em contratos de aluguel dos imóveis locados a terceiros. Os valores estão atualizados monetariamente.

No item “Operações com Participantes” estão registrados o IOF a recolher, relativo às concessões de empréstimos a participantes.

Na conta “Outras Exigibilidades” estão registrados as taxas de custódia e controladoria a pagar e “Créditos Bancários a Classificar” referentes a depósitos ocorridos na conta corrente no Banco do Brasil sem identificação da origem.

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Refere-se aos valores atribuídos aos processos que tramitam nas esferas administrativas ou judiciais de origem previdencial, administrativa e de investimentos, oriundos de interpretações divergentes ou de condições e situações de solução indefinida, que dependem de eventos ou decisões futuras e envolvem um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência em relação ao tempo e ao valor, podendo gerar ou não desembolso financeiro pela Fundação. De acordo com os parâmetros estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base nas informações da Gerência Jurídica da Ceres, são constituídas as provisões para cobrir as perdas prováveis estimadas das ações em curso (Quadro 53).

As provisões das ações de perda provável montavam R\$ 12.336 mil em 2017, destacando-se o Plano de Gestão Administrativa – PGA com as provisões relativas à ação de PIS e de Cofins, no valor de R\$ 8.930 mil, que equivale a 72,4% do total. Esse valor está classificado pela Gerência Jurídica da Ceres como ação de perda possível, sendo que o registro contábil da provisão foi mantido na Contabilidade em função da natureza do processo, da existência de depósito judicial do mesmo valor e pela prática adotada no início da ação, que ocorreu em agosto de 2007.

Quadro 53. Composição do Exigível Contingencial em 31.12.2017 (R\$ Mil).

PARÂMETROS	PLANO Embrapa BD	PLANO Embrapa Flex	PLANO EMBRA- TER	PLANO Ceres BD	PLANO Ceres Flex	PLANO Epagri BD	PLANO Epagri SD	PLANO EMATER- MG BD	PLANO EMATER- MG SD	PLANO EPAMIG BD	PLANO EPAMIG SD	PGA	TOTAL
PROVÁVEIS													
Gestão Previdencial	655	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	656
Investimentos	1.738	0	0	7	0	662	169	93	50	8	23	0	2.750
G. Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.930	8.930
Total - Prováveis	2.393	0	0	7	0	662	169	93	50	9	23	8.930	12.336
POSSÍVEIS													
Gestão Previdencial	185	250	32.518	0	0	525	0	0	0	0	0	0	33.478
Investimentos	977	0	0	0	0	422	5	1	0	0	1	0	1.406
G. Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.000	2.000
Total - Possíveis	1.162	250	32.518	0	0	947	5	1	0	0	1	2.000	36.884
REMOTAS													
Gestão Previdencial	13.486	0	963	0	0	207	0	4.184	543	92	0	0	19.475
Investimentos	29.639	0	0	46	20	1.162	92	2.246	26	198	13	0	33.442
G. Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.039	3.039
Total - Remotas	43.125	0	963	46	20	1.369	92	6.430	569	290	13	3.039	55.956

As contingências de Investimentos congregam as ações judiciais conforme descrito a seguir:

1. Ações de Financiamentos Imobiliários (R\$ 1.031 mil) – processos relativos a revisão de cláusulas contratuais e aplicações de índices de correção;
2. Como “Outros Investimentos”, foi provisionada a importância de R\$ 452 mil em 2017 relativa a processo de cobrança de honorários de sucumbência em ação que discutia o pagamento de IOF sobre Investimentos;
3. Em “Imóveis Locados a Terceiros” foi contingenciado o valor de R\$ 284 mil referente a ação de danos morais movida contra os cotistas do WTC, empreendimento em que a Ceres era cotista. Conforme a Gerência Jurídica da Ceres, a ação foi movida pelos autores Gustavo Von Ellenreider e Marcelo Greco contra os condôminos do empreendimento WTC, pleiteando danos materiais e morais, alegando que faziam parte do quadro societário da empresa Inprocon Consultoria em Software S/C Ltda., locatária de uma loja do mencionado empreendimento. Entretanto, se desligaram da referida empresa, mas, ainda assim, foram incluídos como réus em ação de cobrança de aluguéis pela administradora do WTC;
4. Ainda como “Imóveis Locados a Terceiros” foi feita provisão no valor de R\$ 983 mil referente a processo movido por ex-funcionários da PROERP, que prestava serviços de vigilância no imóvel Edifício José Guerra, em São Paulo – SP; e a ação movida pelos ex-empregados e empregados da empresa Multdia, em que um dos sócios é o Fundo Nordeste II, no qual a Ceres é cotista.

Os depósitos judiciais recursais, registrados no Ativo “Realizável”, conforme Nota 3.e, estão apresentados no Quadro 54.

Quadro 54. Depósitos Judiciais Recursais em 31.12.2017 (R\$ Mil).

TIPO DE AÇÃO	PLANO Embrapa BD	PLANO Ceres BD	PLANO Epagri BD	PLANO Epagri SD	PLANO EMATER- MG BD	PLANO EMATER- MG SD	PLANO EPAMIG BD	PLANO EPAMIG SD	P G A	CONSO- LIDADO
GESTÃO PREVIDENCIAL										
AÇÕES REAJ. BENEFÍCIOS	0	0	0	0	81	0	0	0	0	81
AÇÕES DE BENEFÍCIOS	582	0	0	0	108	0	0	0	0	690
AÇÃO CSSLL	48.107	74	1.993	0	3.833	0	338	0	0	54.345
TRIBUT. COMPENSADOS	604	3	17	77	42	21	4	11	0	779
Total Gestão Previdencial	49.293	77	2.010	77	4.064	21	342	11	0	55.895
GESTÃO ADMINISTRATIVA										
PIS E COFINS	0	0	0	0	0	0	0	0	8.930	8.930
Total Gestão Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	8.930	8.930
INVESTIMENTOS										
AÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
AÇÕES FINANCIAMENTO	139	0	211	156	0	0	0	0	0	506
OUTROS INVESTIMENTOS	357	2	13	54	28	17	2	5	0	478
Total Investimentos	502	2	224	210	28	17	2	5	0	990
TOTAL DEPÓSITOS	49.796	79	2.234	287	4.093	38	343	15	8.930	65.815

Dentre os depósitos judiciais, destaca-se o valor de R\$ 54.345 mil relativo ao processo da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), conforme detalhado na Nota nº 3 e.

O valor de R\$ 990 mil, registrado como depósito judicial de investimentos, refere-se a processos de financiamentos imobiliários, de empréstimos simples e de cobrança de honorários de sucumbência em ação judicial de pagamento de IOF sobre investimentos.

8. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram estabelecidas com base em cálculos atuariais efetuados pela Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (Vesting) e estão representadas nos Demonstrativos das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT.

Com a base cadastral posicionada em agosto de 2017, os cálculos das provisões levam em consideração alguns fatores, dentre eles as hipóteses atuariais, subdivididas em eventos biométricos como as probabilidades de sobrevivência, morte, invalidez dos participantes; os eventos econômicos, como a taxa de juros e os eventos financeiros como o crescimento real de salários.

A provisão matemática de benefícios concedidos de cada plano é o resultado dos direitos (benefícios) e deveres (contribuições) dos aposentados e pensionistas. Neste caso, o resultado apresenta o benefício líquido, já deduzido da contribuição que os assistidos fazem ao plano. A provisão matemática de benefícios a conceder de cada plano é o resultado dos direitos (benefícios) e deveres (contribuições normais) dos participantes. Por sua vez, a provisão matemática a constituir de cada plano de benefícios é o resultado dos deveres (contribuições extraordinárias) dos participantes, assistidos ou da patrocinadora, conforme o plano.

Quanto às hipóteses atuariais, os testes de aderência demonstraram necessidade de adequação das hipóteses em relação aos eventos financeiros dos planos de benefícios. Esses testes foram realizados de acordo com as determinações dispostas na Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, bem como na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, que regulamentou diversos pontos sobre os estudos de aderência e convergência.

Os resultados dos testes de aderência elaborados de acordo com os novos critérios dispostos na legislação indicaram a alteração na hipótese atuarial referente ao fator de capacidade salarial e de benefícios, como pode ser observado no Quadro 55.

Quadro 55. Alterações de premissas atuariais em 31.12.2017.

Premissa	Plano	2016	2017
Tábua de mortalidade geral	Embrapa Básico Embrapa-FlexCeres Ceres Básico Ceres FlexCeres Epagri-FlexCeres Epagri Saldado Emater-FlexCeres Emater Saldado Epamig-FlexCeres Epamig Saldado Cidasc-FlexCeres ABDI-FlexCeres EmaterDF-FlexCeres	AT-83 Male & Female	AT-83 Male & Female
	Embrater Básico	BR-EMSSb v.2010 Male & Female	BR-EMSSb v.2010 Male & Female

Premissa	Plano	2016	2017
	Epagri Básico Emater Básico Epamig Básico	AT-83 Male	AT-83 Male
Tábua de mortalidade de inválidos	Todos os planos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Todos os planos	TASA 1927	TASA 1927
Fator de determinação do valor real de salários e benefícios ao longo do tempo	Todos os planos	97,82%	98,10%
Crescimento salarial	Embrapa Básico	1,61%	1,65%
Taxa de Juros	Todos os planos	De acordo com o Quadro 43	

A taxa real de juros para cada plano de benefícios foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo com base no estudo técnico de convergência, que considerou a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e a Portaria nº 375, de 17 de abril de 2017, estando demonstrados os valores dessas taxas no Quadro 56, a seguir.

Quadro 56. Taxa Real de Juros, por Plano de Benefícios em 31.12.2017.

PLANO	TAXA REAL DE JUROS	PLANO	TAXA REAL DE JUROS
Embrapa BD	5,70%	EMATER-MG BD	5,59%
Embrapa CV	5,85%	EMATER-MG CV	5,76%
EMBRATER BD	5,11%	EMATER-MG SD	5,70%
Ceres BD	5,63%	EPAMIG BD	5,69%
Ceres CV	5,78%	EPAMIG CV	5,80%
Epagri BD	5,77%	EPAMIG SD	5,70%
Epagri CV	5,76%	CIDASC CV	5,65%
Epagri SD	5,70%	ABDI CD	5,65%
		EMATER-DF CV	5,86%

Com base nessas premissas, foram calculadas as provisões matemáticas para cada plano administrado. No consolidado, as provisões matemáticas cresceram 7,5% evoluindo de R\$ 6.009.838 mil em 2016 para R\$ 6.461.368 mil em 2017, (Quadro 57).

Quadro 57. Provisões Matemáticas dos planos de benefícios em 31.12.2017 (R\$ Mil).

Plano	Benefícios Concedidos		Benefícios a Conceder		P. Mat. a Constituir		Provisões Matemáticas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Embrapa BD	1.741.933	1.758.895	2.646.666	2.471.821	272.680	297.240	4.115.919	3.933.477
Embrapa CV	13.765	12.242	783.230	617.644	0	0	796.995	629.886
EMBRATER BD	32.515	36.672	0	0	0	0	32.515	36.672
Ceres BD	10.753	10.798	12.327	11.784	836	2.285	22.244	20.297
Ceres CV	2.908	2.462	7.291	6.134	69	61	10.129	8.535
Epagri BD	194.090	197.622	0	0	84.251	96.115	109.840	101.506
Epagri CV	69.217	54.343	157.600	136.457	0	0	226.817	190.800
Epagri SD	331.062	305.173	117.797	135.313	0	0	448.860	440.486
EMATER-MG BD	181.169	185.254	329	300	37.268	39.350	144.229	146.204
EMATER-MG CV	27.909	27.112	122.556	99.406	0	0	150.465	126.518

Plano	Benefícios Concedidos		Benefícios a Conceder		P. Mat. a Constituir		Provisões Matemáticas	
EMATER-MG SD	125.746	124.143	121.582	119.046	0	0	247.328	243.189
EPAMIG BD	19.831	20.150	0	0	8.251	8.952	11.580	11.198
EPAMIG CV	5.363	4.476	33.137	27.018	0	0	38.501	31.494
EPAMIG SD	11.184	11.198	43.797	43.245	0	0	54.982	54.443
CIDASC CV	1.003	616	20.478	13.584	0	0	21.481	14.200
ABDI CD	805	757	9.906	7.860	0	0	10.711	8.616
EMATER-DF CV	384	399	18.389	11.917	0	0	18.773	12.316
Total	2.769.637	2.752.312	4.095.085	3.701.529	403.355	444.003	6.461.368	6.009.838

De forma geral, o crescimento de 7,5% na provisão matemática consolidada está abaixo da média das metas atuariais dos planos, que foi de 7,9% em 2017. Esse resultado, por ser no consolidado, considera a evolução financeira dos saldos de contas dos planos FlexCeres (CV e CD). Porém, se forem considerados somente os planos Básicos (BD) e Saldados (SD), a evolução atuarial das provisões matemáticas foi de 4,1%, bem abaixo da média das metas atuariais desse grupo de planos, que foi de 7,8%.

Dentre as parcelas das provisões matemáticas, encontram-se as provisões matemáticas dos benefícios concedidos que, na soma total de todos os planos alcançou o valor de R\$ 2.769.637 mil em 2017, 0,6% superior ao valor das provisões de 2016, que totalizaram R\$ 2.752.312 mil. Esse resultado está bem abaixo da meta atuarial supracitada, em função da amortização anual relativa à redução temporal dos compromissos transcorridos em 2017.

A outra parcela das provisões refere-se às provisões matemáticas dos benefícios a conceder, que na soma total de todos os planos, apresentou o valor de R\$ 4.095.085 mil em 2017, 10,6% superior ao valor das provisões de 2016, que totalizaram R\$ 3.701.529 mil. Esse resultado está acima da meta atuarial, em função da evolução financeira dos saldos de contas dos planos FlexCeres. Porém, quando se analisa a evolução atuarial das provisões matemáticas somente dos planos Básicos e Saldados, o crescimento foi de 5,8%, abaixo da média das metas atuariais supracitadas.

A última parcela das provisões refere-se às provisões matemáticas a constituir que, na soma total de todos os planos, foi de R\$ 403.355 mil em 2017, inferior ao valor das provisões de R\$ 444.003 mil registradas em 2016, principalmente em função da redução das contribuições extraordinárias no plano Embrapa Básico, devido a um determinado grupo de participantes que se tornaram iminentes no ano de 2017, onde, para fins atuariais, estas contribuições não são mais consideradas.

9. GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

Os ganhos e perdas atuariais compreendem, na parcela existente dos compromissos de Benefício Definido, os efeitos das mudanças nas premissas atuariais e os efeitos das diferenças positivas ou negativas entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, que são os ajustes advindos da experiência.

Conforme previsto na Resolução CGPC nº 18/2006 e em observância à Instrução Normativa Previc nº 26, de 10 de março de 2016, bem como ao Parecer Atuarial, os ganhos e perdas atuariais e o equilíbrio técnico ajustado negativo da parte patronal, podem ser incorporados aos contratos de saldamento dos planos de benefícios Ceres BD, Epagri BD, EMATER (MG) BD e EPAMIG BD, que

estão classificados como Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado, por conterem cláusulas atuariais (Nota nº 12).

Os ganhos e perdas atuariais para cada um dos planos de benefícios administrados pela Fundação Ceres que têm compromissos de benefícios definidos estão apresentados nos Quadros 58 a 74.

Quadro 58. Ganhos e Perdas do Plano Embrapa BD em 31.12.2017 (R\$ mil).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Crescim. Salarial	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	111.687	16.431	128.118
Perdas	0	0	(11.936)	(996)	0	0	(12.932)
Total	0	0	(11.936)	(996)	111.687	16.431	115.186

Quadro 59. Ganhos e Perdas do Plano Embrapa CV em 31.12.2017 (R\$ mil).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	724	0	724
Perdas	0	0	(40)	0	0	(574)	(614)
Total	0	0	(40)	0	724	(574)	110

Quadro 60. Ganhos e Perdas do Plano EMBRATER BD em 31.12.2017 (R\$ mil).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	0	2.513	2.513
Perdas	0	0	(94)	0	0	0	(94)
Total	0	0	(94)	0	0	2.513	2.418

Quadro 61. Ganhos e Perdas do Plano Ceres BD em 31.12.2017 (R\$ mil).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	651	336	987
Perdas	0	0	(66)	0	0	0	(66)
Total	0	0	(66)	0	651	336	921

Quadro 62. Ganhos e Perdas do Plano Ceres CV em 31.12.2017 (R\$ mil).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	123	49	172
Perdas	0	0	(8)	0	0	0	(8)
Total	0	0	(8)	0	123	49	164

Quadro 63. Ganhos e Perdas do Plano Epagri BD em 31.12.2017 (R\$ mil).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	2.355	0	2.355
Perdas	0	0	(556)	0	0	(1.134)	(1.690)
Total	0	0	(556)	0	2.355	(1.134)	666

Quadro 64. Ganhos e Perdas do Plano Epagri CV em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	3.711	186	3.897
Perdas	0	0	(202)	0	0	0	(202)
Total	0	0	(202)	0	3.711	186	3.695

Quadro 65. Ganhos e Perdas do Plano Epagri SD em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	14.304	0	14.304
Perda	0	0	(1.285)	0	0	(934)	(2.219)
Total	0	0	(1.285)	0	14.304	(934)	12.085

Quadro 66. Ganhos e Perdas do Plano EMATER-MG BD em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	2.102	0	2.102
Perdas	0	0	(520)	0	0	(1.511)	(2.031)
Total	0	0	(520)	0	2.102	(1.511)	71

Quadro 67. Ganhos e Perdas do Plano EMATER-MG CV em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	1.765	1.973	3.738
Perdas	0	0	(81)	0	0	0	(81)
Total	0	0	(81)	0	1.765	1.973	3.657

Quadro 68. Ganhos e Perdas do Plano EMATER-MG SD em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	6.237	3.887	10.124
Perdas	0	0	(717)	0	0	0	(717)
Total	0	0	(717)	0	6.237	3.887	9.407

Quadro 69. Ganhos e Perdas do Plano EPAMIG BD em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais					Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu	Total
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Família Média	Renta-bilidade		
Ganhos	0	0	0	0	202	0	202
Perdas	0	0	(57)	0	0	(251)	(308)
Total	0	0	(57)	0	202	(251)	(107)

Quadro 70. Ganhos e Perdas do Plano EPAMIG CV em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais					Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu	Total
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Família Média	Renta-bilidade		
Ganhos	0	0	0	0	249	0	249
Perdas	0	(16)	0	0	0	(259)	(275)
Total	0	(16)	0	0	249	(259)	(25)

Quadro 71. Ganhos e Perdas do Plano EPAMIG SD em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais					Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu	Total
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Família Média	Renta-bilidade		
Ganhos	0	0	0	0	2.159	2.789	4.948
Perdas	0	(157)	0	0	0	0	(157)
Total	0	(157)	0	0	2.159	2.789	4.791

Quadro 72. Ganhos e Perdas do Plano CIDASC CV em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais					Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu	
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Família Média	Renta-bilidade		
Ganhos	0	0	0	0	45	0	45
Perdas	0	0	(3)	0	0	(260)	(263)
Total	0	0	(3)	0	45	(260)	(217)

Quadro 73. Ganhos e Perdas do Plano ABDI CD em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	0	0	0
Perdas	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 74. Ganhos e Perdas do Plano EMATER-DF CV em 31.12.2017 (R\$).

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Família Média	Renta-bilidade	Fatores Biométricos	
Ganhos	0	0	0	0	19	19	38
Perdas	(1)	0	(1)	0	0	0	(2)
Total	(1)	0	(1)	0	19	19	36

10. FUNDOS CONSTITUÍDOS

Em 2017, com base em parecer atuarial, parte dos fundos de cobertura de benefícios de riscos dos planos Embrapa-FlexCeres, Epamig-FlexCeres e Cidasc-FlexCeres foi revertida, no montante de R\$ 2.411 mil, conforme quadro 75.

Quadro 75. Reversões de Fundos Previdenciais em 2017 (R\$ mil).

FUNDO	Embrapa FlexCeres	EPAMIG FlexCeres	CIDASC FlexCeres	Totais
Fundo de Cobertura Risco - Auxílios e Pecúlios - FAP	0	0	577	577
Fundo de Cobertura Risco - Invalidez e Pensão - FIP	147	495	1.192	1.834
Totais	147	495	1.769	2.411

O saldo total dos fundos constituídos em 2017 foi de R\$ 135.645 mil (Quadro 76).

Quadro 76. Composição e valores dos Fundos Constituídos em 31.12.2017 (R\$ mil).

FUNDOS	2017	2016
PREVIDENCIAIS		
FUNDO COLETIVO DE DELIGAMENTO - FCD	6.173	4.645
FUNDO DE RISCOS - AUXÍLIOS E PECÚLIOS - FAP	15.453	13.314
FUNDO DE RISCOS - INVALIDEZ E PENSÕES - FIP	70.700	57.946
TOTAL - FUNDOS PREVIDENCIAS	92.326	75.905
ADMINISTRATIVOS		
FUNDO ADMINISTRATIVO DO PGA	25.521	20.129
TOTAL - FUNDO ADMINISTRATIVO	25.521	20.129
INVESTIMENTOS		
FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMOS	9.746	8.565
FUNDO GARANTIDOR DE FINANCIAMENTOS	8.052	7.204
TOTAL - FUNDOS DE INVESTIMENTOS	17.798	15.769
TOTAL - FUNDOS	135.645	111.803

a) O Fundo Coletivo de Desligamento (FCD), constituído conforme o regulamento, com base no saldo das contribuições patronais relativas aos participantes que exerceram o resgate das reservas, no valor de R\$ 4.645 mil, está detalhado no Quadro 77.

Quadro 77. Composição Total do Fundo Coletivo de Desligamento em 31.12.2017 (R\$ Mil).

EMBRAPA CV	C E R E S CV	EPAGRI CV	EMATER CV	EPAMIG CV	CIDASC CV	ABDI CD	EMATER DF CV	TOTAL
3.917	51	995	274	373	292	211	60	6.173

b) O Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade dos Assistidos (FCORA) é constituído com base regulamentar, pelo excedente de rentabilidade em relação ao índice de referência, proporcionalizado ao saldo de benefícios concedidos. Apurado anualmente, o Fundo não apresenta saldo de constituição em função dos resultados dos investimentos abaixo do índice de referência dos planos FlexCeres (CV e CD).

c) Os Fundos de Cobertura de Benefícios de Riscos, Auxílios e Pecúlios – FAP e Invalidez e Pensões – FIP são constituídos e/ou revertidos de acordo com a relação entre o custo e o custeio relacionados ao Benefícios de Risco (Provisões Matemáticas), conforme previsão regulamentar e parecer atuarial.

Em 2017, os Fundos de Cobertura de Benefícios de Riscos totalizaram R\$ 86.153 mil, sendo R\$ 15.453 mil referentes ao FAP e R\$ 70.700 mil referentes ao FIP (Quadro 78). Parte substancial deste total, no valor de R\$ 64.393 mil, equivalente a 75%, são valores do plano de benefícios Embrapa-FlexCeres (CV).

Quadro 78. Fundos de Cobertura de Benefícios de Riscos em 31.12.2017 (R\$ Mil).

PLANO	COBERTURA AUXÍLIOS E PECÚLIOS (FAP)	COBERTURA INVALIDEZ E PENSÕES (FIP)	TOTAL
Embrapa CV	9.835	54.558	64.393
Ceres CV	0	41	41
Epagri CV	515	10.632	11.147
EMATER-MG CV	3.809	4.338	8.147
EPAMIG CV	1.270	123	1.393
CIDASC CV	0	297	297
ABDI CD	24	241	265
EMATER-DF CV	0	470	470
TOTAIS	15.453	70.700	86.153

d) O Fundo Administrativo, no montante de R\$ 25.521 mil, foi alocado no Plano de Gestão Administrativa – PGA. De acordo com a Instrução Normativa SPC nº 34/2009, ao final de cada mês, deve-se registrar nos planos a participação no “Plano de Gestão Administrativa”, relativa à parcela de participação de cada plano de benefícios no fundo administrativo. Essa marcação é apropriada com base no mesmo critério de rateio aplicado ao custeio administrativo vertido por cada plano de benefícios e os valores estão demonstrados no Quadro 79.

Quadro 79. Composição do Fundo Administrativo por plano em 31.12.2017 (R\$ Mil).

PLANO	VALOR	PLANO	VALOR
EMBRAPA BD	14.436	EMATER SD	1.314
EMBRAPA CV	3.630	EMATER CV	566
CERES BD	81	EPAMIG BD	181
CERES CV	40	EPAMIG SD	497
EPAGRI BD	552	EPAMIG CV	196
EPAGRI SD	1.807	CIDASC CV	200
EPAGRI CV	1.032	ABDI CD	45
EMATER BD	865	EMATER-DF CV	79

f) Os Fundos de Investimentos garantidores de empréstimos e financiamentos somaram R\$ 17.798 mil em 2017 (Quadro 80) e destinam-se a suportar eventuais perdas por óbito de mutuários de empréstimos e/ou financiamentos imobiliários. São constituídos em cada plano de benefícios de acordo com a taxa da Quota de Quitação por Morte (QQM) sobre as concessões de empréstimos e, no caso dos financiamentos imobiliários, sobre o cálculo das prestações mensais.

O fundo garantidor de empréstimos totalizou R\$ 9.746 mil e o fundo garantidor de financiamentos imobiliários foi de R\$ 8.052 mil. Os maiores valores são do plano Embrapa BD que somaram R\$ 10.698 mil, dos quais R\$ 5.165 mil são relativos aos empréstimos e R\$ 5.533 relativos aos financiamentos imobiliários.

Quadro 80. Fundos de Investimentos por plano de benefícios em 31.12.2017 (R\$ Mil).

PLANO	GARANTIDOR EMPRÉSTIMOS	GARANTIDOR FINANCIAMENTOS	TOTAL
EMBRAPA BD	5.165	5.533	10.698
EMBRAPA CV	1.234	0	1.234
CERES BD	65	178	243
CERES CV	35	0	35
EPAGRI BD	48	636	684
EPAGRI SD	1.039	788	1.827
EPAGRI CV	138	0	138
EMATER BD	744	589	1.333
EMATER SD	709	282	991
EMATER CV	97	0	97
EPAMIG BD	88	23	111
EPAMIG SD	326	23	349
EPAMIG CV	54	0	54
CIDASC CV	4	0	4
TOTAIS	9.746	8.052	17.798

11. EQUILÍBRIO TÉCNICO

11.1 Resultados Realizados

Em 2017, 5 (cinco) planos apresentaram resultado contábil negativo no exercício, 3 (três) planos tiveram resultado nulo e 9 (nove) planos encerraram o ano com o resultado contábil positivo, isso ocorre em função da configuração de participantes e assistidos ser diferente entre os planos e das alterações das premissas que incidiram sobre bases distintas. A informações podem ser conferidas no Quadro 81, a seguir.

O equilíbrio técnico negativo acumulado de R\$ 296.807 mil, apurado conforme balancetes contábeis no exercício de 2016, somado ao superávit técnico de R\$ 202.125 mil no exercício de 2017, resultou em um equilíbrio técnico negativo acumulado de R\$ 94.682 mil em 2017. O valor representa 1,5% do patrimônio de cobertura de todos planos e está impactado pelo valor negativo de R\$ 110.197 mil relativo ao déficit acumulado do plano de Benefício Definido da extinta Embrater, conforme descrito na Nota nº 19.

Aplicando-se a regra da legislação vigente, dos planos superavitários, somente 2 (dois) apresentam necessidade de constituição de Reserva Especial. No plano Epamig Saldado, onde do total do superávit foi de R\$ 21.121 mil, o montante de R\$ 11.359 mil será destinado à formação de Reserva de Contingência e R\$ 9.762 mil serão destinados à Reserva Especial para Revisão de Plano. No plano Emater (MG) FlexCeres, cujo total do superávit foi de R\$ 7.342 mil, o montante de R\$ 6.140 mil será destinado à formação de Reserva de Contingência e R\$ 1.202 mil à Reserva Especial para Revisão de Plano. O plano Epamig Saldado está no segundo ano consecutivo de constituição de Reserva Especial (R\$ 3.642 mil em 2016) e o plano Emater (MG) FlexCeres (CV), teve a reserva especial constituída em 2017.

O resultado contábil em 31/12/2017 está detalhamento, por plano, no Quadro 81.

Quadro 81. Resultados Contábeis por plano de benefícios (R\$ Mil).

PLANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA	PROVISÕES MATEMÁTICAS	RESULTADO
Embrapa BD	4.044.084	4.115.918	(71.834)
Embrapa CV	796.995	796.995	0
EMBRATER BD	(77.683)	32.515	(110.197)
Ceres BD	22.157	22.244	(88)
Ceres CV	10.185	10.129	55
Epagri BD	105.198	109.840	(4.642)
Epagri CV	238.193	226.817	11.376
Epagri SD	472.441	448.860	23.581
EMATER-MG BD	139.267	144.229	(4.962)
EMATER-MG CV	157.808	150.465	7.342
EMATER-MG SD	278.847	247.328	31.519
EPAMIG BD	13.435	11.580	1.855
EPAMIG CV	38.500	38.500	0
EPAMIG SD	76.103	54.982	21.121
CIDASC CV	21.581	21.481	100
ABDI CV	10.711	10.711	0
EMATER-DF CV	18.864	18.773	92
TOTAL	6.366.685	6.461.367	(94.682)

11.2 Ajustes de Precificação

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, dispõe sobre os “Ajustes de Precificação”, positivos ou negativos, dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços e classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” na apuração do resultado do exercício para fins de equacionamento de déficit ou distribuição de superávit dos planos de benefícios.

No Quadro 82, estão apresentados os valores apurados para o ajuste de precificação, que foram acrescidos ou deduzidos do Equilíbrio Técnico informado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL, bem como os resultados ajustados dos planos de benefícios.

Aplicando-se a regra da legislação vigente, após o ajuste de precificação, com exceção do plano Embrater BD nenhum dos planos deficitários necessita de plano de equacionamento de déficit conforme pareceres atuariais.

Em relação à situação do Embrater BD, um plano de equacionamento foi apresentado à Previc porém, a Superintendência não aprovou o referido plano e determinou a continuidade do pagamento dos benefícios.

Quadro 82. Ajustes de Precificação nos Resultados Apurados em 31.12.2017 (R\$ Mil).

PLANO	RESULTADO ACUMULADO	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	RESULTADO AJUSTADO
EMBRAPA BD	(71.834)	186.292	114.458
EMBRAPA CV	0	3.657	0
EMBRATER BD	(110.197)	0	(110.197)
CERES BD	(88)	929	841
CERES CV	55	43	55
EPAGRI BD	(4.642)	4.312	(330)
EPAGRI SD	23.581	20.142	23.581
EPAGRI CV	11.376	1.241	11.376
EMATER BD	(4.962)	4.869	(93)
EMATER SD	31.519	10.271	31.519
EMATER CV	7.342	828	7.342
EPAMIG BD	1.855	482	1.855
EPAMIG SD	21.121	3.351	21.121
EPAMIG CV	0	176	0
CIDASC CV	100	124	100
ABDI CD	0	63	0
EMATER/DF CV	92	82	92
TOTAL	(94.682)		101.720

Nota Quadro 69: De acordo com a IN Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Equilíbrio Técnico Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Equilíbrio Técnico.

11.3 Títulos públicos que compõem os ajustes de precificação

Em atendimento ao item 4 do Artigo 5º da Resolução CNPC nº 16/2014, apresentamos a seguir os títulos públicos federais que compõem os montantes dos Ajustes de Precificação efetuados no Equilíbrio Técnico dos planos de benefícios e apresentados nas Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano – DAL.

Os títulos apresentados nos Quadros 84 a 86 são os títulos públicos federais atrelados a índices de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, constantes nas carteiras dos planos, além daqueles constantes nas carteiras dos fundos exclusivos FIM BD1 - Cerrados Crédito Privado, FIM BD2 - Zona da Mata Crédito Privado, FIM BD3 - Serra da Canastra Crédito Privado, FIM BD4 - Mata Atlântica Crédito Privado, FIM BD5FLEX - Planalto Crédito Privado, FIM CD6FLEX - Planalto Central Crédito Privado, Eros FIM Crédito Privado e FIM Tranquilidade Crédito Privado, dos quais os planos de benefícios detêm participação nos percentuais apresentados no Quadro 83.

Quadro 83. Percentual de participação dos planos nos fundos multimercados 31.12.2017.

PLANO	FIM BD1 Cerrados Créd. Privado	FIM BD2 Zona da Mata Créd. Privado	FIM BD3 Serra Canastra Crédito Privado	FIM BD4 Mata Atlântica Crédito Privado	FIM BD5FLEX Planalto Créd. Privado	FIM CD6FLEX Planalto Central Crédito Privado	FIM EROS Créd. Privado	FIM Tranquilidade Créd. Privado
Embrapa Básico	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	11,64%	69,38%
Ceres Básico	0,00%	0,00%	5,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,81%	1,11%
Epagri Básico	0,00%	0,00%	0,00%	18,80%	0,00%	0,00%	0,00%	5,26%
Emater MG Básico	0,00%	0,00%	36,26%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,11%
Epamig Básico	0,00%	15,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,70%
Epagri Saldado	0,00%	0,00%	0,00%	81,20%	0,00%	0,00%	4,49%	8,65%
EmaterMG Saldado	0,00%	0,00%	58,43%	0,00%	0,00%	0,00%	5,73%	6,77%
Epamig Saldado	0,00%	84,69%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,71%	3,03%
Embrapa FlexCeres	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,03%	68,56%	12,26%	0,00%
Ceres FlexCeres	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,69%	0,49%	2,50%	0,00%
Epagri FlexCeres	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	58,44%	12,59%	21,60%	0,00%
EmaterMG-FlexCeres	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25,34%	9,97%	12,84%	0,00%
Epamig FlexCeres	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,43%	2,52%	7,28%	0,00%
Cidasc FlexCeres	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,80%	1,55%	5,69%	0,00%
ABDI FlexCeres	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,83%	2,31%	0,00%
EmaterDF FlexCeres	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,27%	1,47%	5,13%	0,00%
Embrater	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Gestão Administrativa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,02%	5,00%	0,00%

De acordo com a participação de cada plano nos fundos exclusivos, apresentamos, nos Quadros 84 a 86, os títulos que compõem os Ajustes de Precificação dos planos de benefícios.

Quadro 84. Títulos que compõem o Ajuste Precificação - Plano Embrapa Básico (R\$ Mil).

Carteira Própria				Embrapa Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-C	01/04/2021	89	123	305	326	21
01/04/2021 - Total		89	123	305	326	21
TOTAL NTN-B		89	123	305	326	21
TOTAL Carteira Própria		89	123	305	326	21

FIM BD1 - Cerrados Crédito Privado				Embrapa Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	2.512	7.705	7.717	7.849	132
NTN-B	15/08/2020	8.571	25.722	25.766	26.782	1.016
NTN-B	15/08/2020	8.015	24.169	24.209	25.044	836
NTN-B	15/08/2020	8.015	24.469	24.508	25.044	537
15/08/2020 - Total		27.113	82.065	82.198	84.720	2.522
NTN-B	15/08/2024	8.015	23.685	23.723	25.283	1.560
NTN-B	15/08/2024	8.015	23.608	23.646	25.283	1.637
NTN-B	15/08/2024	16.382	48.038	48.117	51.676	3.559
NTN-B	15/08/2024	1.696	4.980	4.988	5.350	362
NTN-B	15/08/2024	10.500	30.618	30.669	33.122	2.453
15/08/2024 - Total		44.608	130.929	131.143	140.713	9.570

FIM BD1 - Cerrados Crédito Privado				Embrapa Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2026	8.015	23.048	23.086	25.371	2.285
NTN-B	15/08/2026	8.015	22.912	22.950	25.371	2.420
NTN-B	15/08/2026	4.007	11.616	11.635	12.684	1.049
15/08/2026 - Total		20.037	57.576	57.672	63.425	5.753
NTN-B	15/08/2030	2.394	7.219	7.230	7.631	401
NTN-B	15/08/2030	8.015	24.263	24.299	25.548	1.248
NTN-B	15/08/2030	2.512	7.523	7.535	8.007	472
NTN-B	15/08/2030	8.015	23.671	23.708	25.548	1.840
NTN-B	15/08/2030	8.015	24.681	24.717	25.548	830
NTN-B	15/08/2030	8.015	24.986	25.022	25.548	525
15/08/2030 - Total		36.966	112.341	112.511	117.828	5.317
NTN-B	15/05/2035	8.015	22.476	22.512	25.345	2.832
NTN-B	15/05/2035	8.015	22.250	22.286	25.345	3.059
NTN-B	15/05/2035	8.015	22.121	22.157	25.345	3.188
NTN-B	15/05/2035	344	947	948	1.088	140
NTN-B	15/05/2035	1.561	4.196	4.203	4.936	733
NTN-B	15/05/2035	17.792	48.806	48.886	56.262	7.376
NTN-B	15/05/2035	8.015	22.170	22.206	25.345	3.139
NTN-B	15/05/2035	17.804	49.243	49.323	56.300	6.977
NTN-B	15/05/2035	8.746	24.109	24.148	27.656	3.509
NTN-B	15/05/2035	8.015	24.455	24.492	25.345	853
NTN-B	15/05/2035	8.015	23.687	23.723	25.345	1.622
NTN-B	15/05/2035	8.015	23.765	23.801	25.345	1.544
15/05/2035 - Total		102.352	288.225	288.684	323.656	34.972
NTN-B	15/08/2040	7.821	25.808	25.844	25.199	- 645
NTN-B	15/08/2040	8.003	26.734	26.770	25.785	- 985
NTN-B	15/08/2040	11.396	33.429	33.481	36.718	3.237
NTN-B	15/08/2040	8.015	22.563	22.599	25.824	3.225
15/08/2040 - Total		35.235	108.533	108.694	113.526	4.832
NTN-B	15/05/2045	6.119	17.710	17.737	19.514	1.777
NTN-B	15/05/2045	16.031	44.158	44.229	51.125	6.896
NTN-B	15/05/2045	8.015	21.552	21.587	25.561	3.974
NTN-B	15/05/2045	8.015	21.518	21.553	25.561	4.008
NTN-B	15/05/2045	8.015	18.970	19.004	25.561	6.556
NTN-B	15/05/2045	8.961	24.212	24.252	28.578	4.326
NTN-B	15/05/2045	8.015	21.390	21.425	25.561	4.136
NTN-B	15/05/2045	12.023	32.091	32.143	38.343	6.199
NTN-B	15/05/2045	16.278	43.445	43.516	51.912	8.396
NTN-B	15/05/2045	3.206	9.187	9.201	10.224	1.023
NTN-B	15/05/2045	8.015	22.627	22.662	25.561	2.898
NTN-B	15/05/2045	11.246	32.062	32.112	35.865	3.753
15/05/2045 - Total		113.939	308.921	309.421	363.363	53.943
NTN-B	15/08/2050	8.015	28.724	28.762	25.989	- 2.772

FIM BD1 - Cerrados Crédito Privado				Embrapa Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2050	8.015	26.855	26.892	25.989	- 902
NTN-B	15/08/2050	8.015	23.511	23.547	25.989	2.443
NTN-B	15/08/2050	8.015	21.613	21.649	25.989	4.341
NTN-B	15/08/2050	8.015	21.930	21.966	25.989	4.024
NTN-B	15/08/2050	8.015	24.367	24.404	25.989	1.586
NTN-B	15/08/2050	8.015	24.897	24.934	25.989	1.056
NTN-B	15/08/2050	8.015	24.425	24.461	25.989	1.528
NTN-B	15/08/2050	8.015	22.752	22.788	25.989	3.201
NTN-B	15/08/2050	8.015	24.499	24.535	25.989	1.454
NTN-B	15/08/2050	8.015	24.407	24.443	25.989	1.546
NTN-B	15/08/2050	8.015	24.899	24.936	25.989	1.053
15/08/2050 - Total		96.180	292.879	293.316	311.874	18.557
TOTAL NTN-B		476.430	1.381.470	1.383.639	1.519.106	135.467
NTN-C	01/04/2021	21.852	74.537	74.772	80.066	5.294
NTN-C	01/04/2021	43	147	147	158	10
NTN-C	01/04/2021	19.222	65.713	65.919	70.430	4.511
NTN-C	01/04/2021	1.330	4.650	4.664	4.873	209
NTN-C	01/04/2021	2.605	9.083	9.110	9.545	435
NTN-C	01/04/2021	20.127	68.807	69.023	73.746	4.722
NTN-C	01/04/2021	40	137	137	147	9
01/04/2021 - Total		65.219	223.075	223.774	238.964	15.190
NTN-C	01/01/2031	26.193	126.188	126.586	151.131	24.546
NTN-C	01/01/2031	7.214	34.922	35.032	41.624	6.592
NTN-C	01/01/2031	4.007	18.647	18.707	23.120	4.413
01/01/2031 - Total		37.414	179.758	180.325	215.875	35.550
TOTAL NTN-C		102.633	402.832	404.099	454.839	50.741
TOTAL Cerrados		579.063	1.784.303	1.787.737	1.973.945	186.207

Eros FIM Crédito Privado				Embrapa Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	4	4	0
15/08/2020 - Total		11	22	4	4	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	4	4	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	3	4	0
15/08/2030 - Total		20	43	7	7	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	4	4	0
15/05/2045 - Total		11	19	4	4	0
TOTAL NTN-B		42	84	15	16	1
TOTAL Eros		42	84	15	16	1

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Embrapa Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	4	7	8	9	0
NTN-B	15/08/2020	5	8	10	11	0
NTN-B	15/08/2020	5	9	11	11	0
15/08/2020 - Total		14	24	29	30	1
NTN-B	15/08/2024	5	8	10	11	1
NTN-B	15/08/2024	5	8	10	11	1
NTN-B	15/08/2024	3	5	6	7	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	8	9	1
NTN-B	15/08/2024	4	7	8	9	1
15/08/2024 - Total		21	34	43	46	3
NTN-B	15/08/2026	5	13	10	11	1
NTN-B	15/08/2026	5	13	10	11	1
NTN-B	15/08/2026	5	13	10	11	1
15/08/2026 - Total		15	39	30	33	3
NTN-B	15/08/2030	5	10	11	11	1
NTN-B	15/08/2030	5	11	10	11	1
NTN-B	15/08/2030	5	12	11	11	0
NTN-B	15/08/2030	5	13	11	11	0
15/08/2030 - Total		20	47	42	44	2
NTN-B	15/05/2035	5	8	10	11	1
NTN-B	15/05/2035	5	8	10	11	1
NTN-B	15/05/2035	5	8	10	11	1
NTN-B	15/05/2035	5	8	10	11	1
NTN-B	15/05/2035	4	6	7	9	1
NTN-B	15/05/2035	5	8	10	11	1
NTN-B	15/05/2035	5	8	10	11	1
NTN-B	15/05/2035	6	10	12	13	2
NTN-B	15/05/2035	4	7	8	9	1
NTN-B	15/05/2035	5	13	11	11	0
NTN-B	15/05/2035	5	12	10	11	1
NTN-B	15/05/2035	5	13	10	11	1
15/05/2035 - Total		59	108	116	129	14
NTN-B	15/08/2040	4	10	9	9	- 0
NTN-B	15/08/2040	4	10	9	9	- 0
NTN-B	15/08/2040	3	7	6	7	1
NTN-B	15/08/2040	5	11	10	11	1
15/08/2040 - Total		16	38	34	36	1
NTN-B	15/05/2045	4	6	8	9	1
NTN-B	15/05/2045	5	8	9	11	2
NTN-B	15/05/2045	5	8	9	11	2
NTN-B	15/05/2045	5	7	8	11	3
NTN-B	15/05/2045	5	8	9	11	2
NTN-B	15/05/2045	5	8	9	11	2

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Embrapa Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2045	5	8	9	11	2
NTN-B	15/05/2045	5	8	9	11	2
NTN-B	15/05/2045	4	7	8	9	1
NTN-B	15/05/2045	5	9	10	11	1
NTN-B	15/05/2045	5	9	10	11	1
15/05/2045 - Total		53	86	99	117	18
NTN-B	15/08/2050	5	14	12	11	- 1
NTN-B	15/08/2050	5	13	12	11	- 0
NTN-B	15/08/2050	5	11	10	11	1
NTN-B	15/08/2050	5	11	9	11	2
NTN-B	15/08/2050	5	11	10	11	2
NTN-B	15/08/2050	5	12	11	11	1
NTN-B	15/08/2050	5	12	11	11	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	11	11	1
NTN-B	15/08/2050	5	11	10	11	1
NTN-B	15/08/2050	5	12	11	11	1
NTN-B	15/08/2050	5	12	11	11	1
NTN-B	15/08/2050	5	13	11	11	0
15/08/2050 - Total		60	144	127	135	8
TOTAL NTN-B		258	519	521	571	50
NTN-C	01/04/2021	5	7	12	13	1
NTN-C	01/04/2021	3	4	7	8	0
NTN-C	01/04/2021	2	3	5	5	0
NTN-C	01/04/2021	4	8	10	10	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	7	8	0
NTN-C	01/04/2021	5	10	12	13	1
NTN-C	01/04/2021	3	6	7	8	0
01/04/2021 - Total		25	44	60	64	4
NTN-C	01/01/2031	4	10	13	16	3
NTN-C	01/01/2031	4	10	13	16	3
NTN-C	01/01/2031	5	12	16	20	4
01/01/2031 - Total		13	32	43	52	9
TOTAL NTN-C		38	76	103	116	13
TOTAL Tranquilidade		296	595	624	687	63

TOTAL PLANO EMBRAPA BÁSICO	1.788.681	1.974.973	186.292
-----------------------------------	------------------	------------------	----------------

Quadro 85. Títulos que compõem Ajuste Precificação Plano Embrapa FlexCeres (CV), R\$ Mil.

FIM BD5FLEX - Planalto Crédito Privado				Embrapa FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	730	2.239	225	228	3
15/08/2020 - Total		730	2.239	225	228	3
NTN-B	15/08/2030	696	2.099	211	220	9
NTN-B	15/08/2030	730	2.186	220	230	11
15/08/2030 - Total		1.426	4.285	430	450	20
NTN-B	15/05/2045	1.782	5.157	518	559	41
15/05/2045 - Total		1.782	5.157	518	559	41
TOTAL NTN-B		3.938	11.682	1.173	1.237	64
TOTAL Planalto		3.938	11.682	1.173	1.237	64

FIM CD6FLEX - Planalto Central Crédito Privado				Embrapa FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	6.350	19.477	-	-	-
15/08/2020 - Total		6.350	19.477	-	-	-
NTN-B	15/08/2030	6.052	18.249	12.531	13.060	529
NTN-B	15/08/2030	6.349	19.014	13.057	13.701	645
15/08/2030 - Total		12.401	37.263	25.588	26.762	1.174
NTN-B	15/05/2045	15.471	44.776	30.747	33.165	2.419
15/05/2045 - Total		15.471	44.776	30.747	33.165	2.419
TOTAL NTN-B		34.222	101.517	56.334	59.927	3.593
TOTAL Planalto Central		34.222	101.517	56.334	59.927	3.593

Eros FIM Crédito Privado				Embrapa FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	4	4	0
15/08/2020 - Total		11	22	4	4	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	4	4	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	4	4	0
15/08/2030 - Total		20	43	7	8	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	4	4	0
15/05/2045 - Total		11	19	4	4	0
TOTAL NTN-B		42	84	15	16	1
TOTAL Eros		42	84	15	16	1

TOTAL EMBRAPA FLEXCERES	57.523	61.180	3.657
--------------------------------	---------------	---------------	--------------

Quadro 86. Títulos que compõem o Ajuste Precificação - Plano Ceres Básico (R\$ Mil).

FIM BD3 - Serra da Canastra Crédito Privado				Ceres Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	259	794	42	43	1
NTN-B	15/08/2020	807	2.422	129	134	5
NTN-B	15/08/2020	755	2.277	121	125	4
NTN-B	15/08/2020	755	2.305	123	125	3
15/08/2020 - Total		2.576	7.798	415	428	13
NTN-B	15/08/2024	755	2.231	119	127	8
NTN-B	15/08/2024	755	2.224	118	127	9
NTN-B	15/08/2024	1.545	4.531	241	260	19
NTN-B	15/08/2024	158	464	25	27	2
NTN-B	15/08/2024	989	2.884	153	166	13
15/08/2024 - Total		4.202	12.333	656	706	50
NTN-B	15/08/2026	755	2.171	115	127	12
NTN-B	15/08/2026	755	2.158	115	127	13
NTN-B	15/08/2026	376	1.090	58	63	6
15/08/2026 - Total		1.886	5.419	288	318	30
NTN-B	15/08/2030	246	742	39	42	2
NTN-B	15/08/2030	755	2.285	121	128	7
NTN-B	15/08/2030	259	776	41	44	3
NTN-B	15/08/2030	755	2.230	119	128	10
NTN-B	15/08/2030	755	2.325	124	128	5
NTN-B	15/08/2030	755	2.354	125	128	3
15/08/2030 - Total		3.525	10.711	569	600	31
NTN-B	15/05/2035	755	2.117	113	128	15
NTN-B	15/05/2035	755	2.096	111	128	16
NTN-B	15/05/2035	755	2.084	111	128	17
NTN-B	15/05/2035	30	83	4	5	1
NTN-B	15/05/2035	146	392	21	25	4
NTN-B	15/05/2035	1.677	4.600	245	284	39
NTN-B	15/05/2035	755	2.088	111	128	17
NTN-B	15/05/2035	1.678	4.641	247	284	37
NTN-B	15/05/2035	824	2.271	121	139	19
NTN-B	15/05/2035	755	2.304	122	128	5
NTN-B	15/05/2035	755	2.231	119	128	9
NTN-B	15/05/2035	755	2.239	119	128	9
15/05/2035 - Total		9.640	27.147	1.443	1.630	187
NTN-B	15/08/2040	736	2.429	129	127	- 2
NTN-B	15/08/2040	753	2.515	134	130	- 4
NTN-B	15/08/2040	1.074	3.150	167	185	18
NTN-B	15/08/2040	755	2.125	113	130	17
15/08/2040 - Total		3.318	10.220	543	572	29
NTN-B	15/05/2045	632	1.829	97	108	11
NTN-B	15/05/2045	1.511	4.162	-	-	-

FIM BD3 - Serra da Canastra Crédito Privado				Ceres Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2045	755	2.030	108	129	21
NTN-B	15/05/2045	755	2.027	108	129	21
NTN-B	15/05/2045	755	1.787	95	129	34
NTN-B	15/05/2045	844	2.280	121	144	23
NTN-B	15/05/2045	755	2.015	107	129	22
NTN-B	15/05/2045	1.133	3.024	161	194	33
NTN-B	15/05/2045	1.534	4.094	218	262	44
NTN-B	15/05/2045	301	863	46	51	6
NTN-B	15/05/2045	755	2.131	113	129	16
NTN-B	15/05/2045	1.059	3.019	160	181	20
15/05/2045 - Total		10.789	29.262	1.334	1.585	251
NTN-B	15/08/2050	755	2.706	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.530	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.215	118	131	13
NTN-B	15/08/2050	755	2.036	108	131	23
NTN-B	15/08/2050	755	2.066	110	131	21
NTN-B	15/08/2050	755	2.295	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.345	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.301	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.143	114	131	17
NTN-B	15/08/2050	755	2.308	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.299	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.345	-	-	-
15/08/2050 - Total		9.060	27.589	450	525	75
TOTAL NTN-B		44.996	130.479	5.698	6.364	666
NTN-C	01/04/2021	2.060	7.027	374	401	27
NTN-C	01/04/2021	3	10	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	1.813	6.198	330	353	23
NTN-C	01/04/2021	124	434	23	24	1
NTN-C	01/04/2021	244	851	45	48	2
NTN-C	01/04/2021	1.897	6.485	345	370	24
NTN-C	01/04/2021	2	7	0	0	0
01/04/2021 - Total		6.143	21.011	1.119	1.197	78
NTN-C	01/01/2031	2.470	11.900	634	760	127
NTN-C	01/01/2031	680	3.292	175	209	34
NTN-C	01/01/2031	376	1.750	93	116	23
01/01/2031 - Total		3.526	16.941	902	1.085	183
TOTAL NTN-C		9.669	37.952	2.021	2.282	262
TOTAL Serra da Canastra		54.665	168.431	7.718	8.646	928

FIM Eros Crédito Privado				Ceres Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	0	0	0
15/08/2020 - Total		11	22	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	0	0	0
15/08/2030 - Total		20	43	0	1	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	0	0	0
15/05/2045 - Total		11	19	0	0	0
TOTAL NTN-B		42	84	1	1	0
TOTAL Eros		42	84	1	1	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Ceres Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	4	7	0	0	0
NTN-B	15/08/2020	5	8	0	0	0
NTN-B	15/08/2020	5	9	0	0	0
15/08/2020 - Total		14	24	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	3	5	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	0	0	0
15/08/2024 - Total		21	34	1	1	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	0	0	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	0	0	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	0	0	0
15/08/2026 - Total		15	39	0	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	10	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	5	11	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	5	12	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	5	13	0	0	0
15/08/2030 - Total		20	47	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	4	6	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	6	10	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	4	7	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	0	0	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Ceres Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2035	5	12	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	0	0	0
15/05/2035 - Total		59	108	2	2	0
NTN-B	15/08/2040	4	10	0	0	- 0
NTN-B	15/08/2040	4	10	0	0	- 0
NTN-B	15/08/2040	3	7	0	0	0
NTN-B	15/08/2040	5	11	0	0	0
15/08/2040 - Total		16	38	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	4	6	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	7	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	4	7	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	0	0	0
15/05/2045 - Total		53	86	1	2	0
NTN-B	15/08/2050	5	14	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	13	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	13	-	-	-
15/08/2050 - Total		60	144	1	1	0
TOTAL NTN-B		258	519	7	8	1
NTN-C	01/04/2021	5	7	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	3	4	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	2	3	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	4	8	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	5	10	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	0	0	0
01/04/2021 - Total		25	44	1	1	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Ceres Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-C	01/01/2031	4	10	0	0	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	0	0	0
NTN-C	01/01/2031	5	12	0	0	0
01/01/2031 - Total		13	32	1	1	0
TOTAL NTN-C		38	76	2	2	0
TOTAL Tranquilidade		296	595	8	9	1
TOTAL CERES BÁSICO				7.728	8.657	929

Quadro 87. Títulos que compõem o Ajuste Precificação do Plano Ceres-FlexCeres (CV), R\$ Mil.

FIM BD5FLEX - Planalto Crédito Privado				Ceres FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	730	2.239	38	38	1
15/08/2020 - Total		730	2.239	38	38	1
NTN-B	15/08/2030	696	2.099	35	37	2
NTN-B	15/08/2030	730	2.186	37	39	2
15/08/2030 - Total		1.426	4.285	72	76	4
NTN-B	15/05/2045	1.782	5.157	87	95	8
15/05/2045 - Total		1.782	5.157	87	95	8
TOTAL NTN-B		3.938	11.682	197	209	12
TOTAL Planalto		3.938	11.682	197	209	12

FIM CD6FLEX - Planalto Central Crédito Privado				Ceres FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	6.350	19.477	95	97	1
15/08/2020 - Total		6.350	19.477	95	97	1
NTN-B	15/08/2030	6.052	18.249	89	94	4
NTN-B	15/08/2030	6.349	19.014	93	98	5
15/08/2030 - Total		12.401	37.263	182	192	9
NTN-B	15/05/2045	15.471	44.776	219	238	19
15/05/2045 - Total		15.471	44.776	219	238	19
TOTAL NTN-B		34.222	101.517	497	527	30
TOTAL Planalto Central		34.222	101.517	497	527	30

Eros FIM Crédito Privado				Ceres FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	1	1	0
15/08/2020 - Total		11	22	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	1	1	0
15/08/2030 - Total		20	43	2	2	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	1	1	0
15/05/2045 - Total		11	19	1	1	0
TOTAL NTN-B		42	84	3	3	0
TOTAL Eros		42	84	3	3	0
TOTAL CERES FLEXCERES				697	740	43

Quadro 88. Títulos que compõem o Ajuste Precificação do Plano Epagri Básico (BD), R\$ Mil.

FIM BD4 - Mata Atlântica Crédito Privado				Epagri Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	560	1.718	323	328	5
NTN-B	15/08/2020	1.130	3.391	639	663	24
NTN-B	15/08/2020	1.056	3.184	600	619	20
NTN-B	15/08/2020	1.056	3.224	607	619	12
15/08/2020 - Total		3.802	11.517	2.169	2.230	61
NTN-B	15/08/2024	1.056	3.121	588	624	36
NTN-B	15/08/2024	1.056	3.110	586	624	38
NTN-B	15/08/2024	2.160	6.334	1.193	1.276	84
NTN-B	15/08/2024	223	655	123	132	8
NTN-B	15/08/2024	1.385	4.039	761	818	58
15/08/2024 - Total		5.880	17.258	3.250	3.475	225
NTN-B	15/08/2026	1.056	3.037	572	626	54
NTN-B	15/08/2026	1.056	3.019	569	626	57
NTN-B	15/08/2026	528	1.531	288	313	25
15/08/2026 - Total		2.640	7.586	1.429	1.564	136
NTN-B	15/08/2030	534	1.610	303	318	15
NTN-B	15/08/2030	1.056	3.197	602	629	27
NTN-B	15/08/2030	560	1.677	316	334	18
NTN-B	15/08/2030	1.056	3.119	587	629	42
NTN-B	15/08/2030	1.056	3.252	612	629	17
NTN-B	15/08/2030	1.056	3.292	620	629	9
15/08/2030 - Total		5.318	16.146	3.040	3.168	128
NTN-B	15/05/2035	1.056	2.961	558	623	66
NTN-B	15/05/2035	1.056	2.932	552	623	71
NTN-B	15/05/2035	1.056	2.914	549	623	74

FIM BD4 - Mata Atlântica Crédito Privado				Epagri Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2035	45	124	23	27	3
NTN-B	15/05/2035	205	551	104	121	17
NTN-B	15/05/2035	2.346	6.435	1.212	1.385	173
NTN-B	15/05/2035	1.056	2.921	550	623	73
NTN-B	15/05/2035	2.347	6.491	1.222	1.385	163
NTN-B	15/05/2035	1.152	3.176	598	680	82
NTN-B	15/05/2035	1.056	3.222	607	623	17
NTN-B	15/05/2035	1.056	3.121	588	623	36
NTN-B	15/05/2035	1.056	3.131	590	623	34
15/05/2035 - Total		13.487	37.980	7.152	7.960	808
NTN-B	15/08/2040	1.031	3.402	641	619	- 21
NTN-B	15/08/2040	1.055	3.524	664	634	- 30
NTN-B	15/08/2040	1.502	4.406	830	902	73
NTN-B	15/08/2040	1.056	2.973	560	634	75
15/08/2040 - Total		4.644	14.305	2.694	2.790	96
NTN-B	15/05/2045	1.365	3.951	744	811	67
NTN-B	15/05/2045	2.114	5.823	1.097	1.256	159
NTN-B	15/05/2045	1.056	2.839	535	627	93
NTN-B	15/05/2045	1.056	2.835	534	627	93
NTN-B	15/05/2045	1.056	2.499	471	627	157
NTN-B	15/05/2045	1.181	3.191	601	702	101
NTN-B	15/05/2045	1.056	2.818	531	627	97
NTN-B	15/05/2045	1.585	4.231	797	942	145
NTN-B	15/05/2045	2.146	5.728	1.079	1.275	196
NTN-B	15/05/2045	422	1.209	228	251	23
NTN-B	15/05/2045	1.056	2.981	561	627	66
NTN-B	15/05/2045	1.482	4.225	796	880	85
15/05/2045 - Total		15.575	42.330	7.972	9.253	1.281
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.784	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.538	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.098	583	638	54
NTN-B	15/08/2050	1.056	2.848	536	638	101
NTN-B	15/08/2050	1.056	2.889	544	638	93
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.210	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.280	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.218	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	1.056	2.998	564	638	73
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.228	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.216	605	638	32
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.281	-	-	-
15/08/2050 - Total		12.672	38.588	2.834	3.188	354
TOTAL NTN-B		64.018	185.710	30.539	33.628	3.089
NTN-C	01/04/2021	2.882	9.831	1.854	1.982	127

FIM BD4 - Mata Atlântica Crédito Privado				Epagri Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-C	01/04/2021	5	17	3	3	0
NTN-C	01/04/2021	2.535	8.666	1.635	1.743	108
NTN-C	01/04/2021	174	608	115	120	5
NTN-C	01/04/2021	343	1.196	226	236	10
NTN-C	01/04/2021	2.655	9.077	1.712	1.825	114
NTN-C	01/04/2021	5	17	3	3	0
01/04/2021 - Total		8.599	29.412	5.547	5.912	365
NTN-C	01/01/2031	3.455	16.645	3.139	3.729	589
NTN-C	01/01/2031	950	4.599	867	1.025	158
NTN-C	01/01/2031	528	2.457	463	570	106
01/01/2031 - Total		4.933	23.701	4.470	5.324	854
TOTAL NTN-C		13.532	53.113	10.017	11.236	1.219
TOTAL Mata Atlântica		77.550	238.823	40.557	44.864	4.307

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Epagri Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	4	7	1	1	0
NTN-B	15/08/2020	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2020	5	9	1	1	0
15/08/2020 - Total		14	24	2	2	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	3	5	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	1	1	0
15/08/2024 - Total		21	34	3	3	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
15/08/2026 - Total		15	39	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	5	10	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	13	1	1	0
15/08/2030 - Total		20	47	3	3	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	4	6	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Epagri Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	6	10	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	4	7	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	12	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	1	1	0
15/05/2035 - Total		59	108	9	10	1
NTN-B	15/08/2040	4	10	1	1	- 0
NTN-B	15/08/2040	4	10	1	1	- 0
NTN-B	15/08/2040	3	7	0	1	0
NTN-B	15/08/2040	5	11	1	1	0
15/08/2040 - Total		16	38	3	3	0
NTN-B	15/05/2045	4	6	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	7	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	4	7	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	1	1	0
15/05/2045 - Total		53	86	8	9	1
NTN-B	15/08/2050	5	14	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	13	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	13	-	-	-
15/08/2050 - Total		60	144	4	4	0
TOTAL NTN-B		258	519	34	37	3
NTN-C	01/04/2021	5	7	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	4	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	2	3	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	4	8	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	1	1	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Epagri Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-C	01/04/2021	5	10	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	1	1	0
01/04/2021 - Total		25	44	5	5	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	1	1	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	1	1	0
NTN-C	01/01/2031	5	12	1	2	0
01/01/2031 - Total		13	32	3	4	1
TOTAL NTN-C		38	76	8	9	1
TOTAL Tranquilidade		296	595	41	46	4
TOTAL EPAGRI BÁSICO				40.598	44.909	4.312

Quadro 89. Títulos que compõem o Ajuste Precificação do Plano Epagri Saldado (SD), R\$ Mil.

FIM BD4 - Mata Atlântica Crédito Privado				Epagri Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	560	1.718	1.397	1.421	24
NTN-B	15/08/2020	1.130	3.391	2.758	2.867	109
NTN-B	15/08/2020	1.056	3.184	2.590	2.679	89
NTN-B	15/08/2020	1.056	3.224	2.622	2.679	57
15/08/2020 - Total		3.802	11.517	9.367	9.646	280
NTN-B	15/08/2024	1.056	3.121	2.538	2.705	167
NTN-B	15/08/2024	1.056	3.110	2.530	2.705	175
NTN-B	15/08/2024	2.160	6.334	5.151	5.533	381
NTN-B	15/08/2024	223	655	533	571	39
NTN-B	15/08/2024	1.385	4.039	3.285	3.547	263
15/08/2024 - Total		5.880	17.258	14.036	15.061	1.024
NTN-B	15/08/2026	1.056	3.037	2.470	2.714	244
NTN-B	15/08/2026	1.056	3.019	2.455	2.714	259
NTN-B	15/08/2026	528	1.531	1.245	1.357	112
15/08/2026 - Total		2.640	7.586	6.170	6.785	616
NTN-B	15/08/2030	534	1.610	1.309	1.382	73
NTN-B	15/08/2030	1.056	3.197	2.600	2.733	134
NTN-B	15/08/2030	560	1.677	1.364	1.449	86
NTN-B	15/08/2030	1.056	3.119	2.536	2.733	197
NTN-B	15/08/2030	1.056	3.252	2.644	2.733	89
NTN-B	15/08/2030	1.056	3.292	2.677	2.733	56
15/08/2030 - Total		5.318	16.146	13.130	13.764	634
NTN-B	15/05/2035	1.056	2.961	2.408	2.711	303
NTN-B	15/05/2035	1.056	2.932	2.384	2.711	327
NTN-B	15/05/2035	1.056	2.914	2.370	2.711	341
NTN-B	15/05/2035	45	124	101	116	15

FIM BD4 - Mata Atlântica Crédito Privado				Epagri Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2035	205	551	448	526	78
NTN-B	15/05/2035	2.346	6.435	5.234	6.024	790
NTN-B	15/05/2035	1.056	2.921	2.376	2.711	336
NTN-B	15/05/2035	2.347	6.491	5.279	6.026	747
NTN-B	15/05/2035	1.152	3.176	2.583	2.958	375
NTN-B	15/05/2035	1.056	3.222	2.620	2.711	91
NTN-B	15/05/2035	1.056	3.121	2.538	2.711	173
NTN-B	15/05/2035	1.056	3.131	2.546	2.711	165
15/05/2035 - Total		13.487	37.980	30.888	34.630	3.742
NTN-B	15/08/2040	1.031	3.402	2.766	2.697	- 69
NTN-B	15/08/2040	1.055	3.524	2.866	2.760	- 105
NTN-B	15/08/2040	1.502	4.406	3.583	3.930	346
NTN-B	15/08/2040	1.056	2.973	2.418	2.763	345
15/08/2040 - Total		4.644	14.305	11.633	12.150	517
NTN-B	15/05/2045	1.365	3.951	3.213	3.535	322
NTN-B	15/05/2045	2.114	5.823	4.736	5.474	738
NTN-B	15/05/2045	1.056	2.839	2.309	2.735	425
NTN-B	15/05/2045	1.056	2.835	2.306	2.735	429
NTN-B	15/05/2045	1.056	2.499	2.033	2.735	701
NTN-B	15/05/2045	1.181	3.191	2.595	3.058	463
NTN-B	15/05/2045	1.056	2.818	2.292	2.735	442
NTN-B	15/05/2045	1.585	4.231	3.441	4.104	664
NTN-B	15/05/2045	2.146	5.728	4.658	5.557	899
NTN-B	15/05/2045	422	1.209	983	1.093	109
NTN-B	15/05/2045	1.056	2.981	2.424	2.735	310
NTN-B	15/05/2045	1.482	4.225	3.436	3.838	402
15/05/2045 - Total		15.575	42.330	34.427	40.331	5.904
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.784	3.077	2.780	- 297
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.538	2.877	2.780	- 97
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.098	2.519	2.780	261
NTN-B	15/08/2050	1.056	2.848	2.316	2.780	464
NTN-B	15/08/2050	1.056	2.889	2.350	2.780	430
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.210	2.611	2.780	170
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.280	2.667	2.780	113
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.218	2.617	2.780	164
NTN-B	15/08/2050	1.056	2.998	2.438	2.780	342
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.228	2.625	2.780	156
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.216	2.615	2.780	165
NTN-B	15/08/2050	1.056	3.281	2.668	2.780	113
15/08/2050 - Total		12.672	38.588	31.379	33.365	1.985
TOTAL NTN-B		64.018	185.710	151.031	165.732	14.702
NTN-C	01/04/2021	2.882	9.831	8.007	8.574	567
NTN-C	01/04/2021	5	17	14	15	1

FIM BD4 - Mata Atlântica Crédito Privado				Epagri Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-C	01/04/2021	2.535	8.666	7.059	7.542	483
NTN-C	01/04/2021	174	608	495	518	22
NTN-C	01/04/2021	343	1.196	974	1.020	46
NTN-C	01/04/2021	2.655	9.077	7.393	7.899	506
NTN-C	01/04/2021	5	17	14	15	1
01/04/2021 - Total		8.599	29.412	23.957	25.583	1.626
NTN-C	01/01/2031	3.455	16.645	13.558	16.187	2.629
NTN-C	01/01/2031	950	4.599	3.746	4.451	705
NTN-C	01/01/2031	528	2.457	2.002	2.474	472
01/01/2031 - Total		4.933	23.701	19.305	23.111	3.806
TOTAL NTN-C		13.532	53.113	43.262	48.695	5.432
TOTAL Mata Atlântica		77.550	238.823	194.293	214.427	20.134

Eros FIM Crédito Privado				Epagri Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	2	2	0
15/08/2020 - Total		11	22	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	1	1	0
15/08/2030 - Total		20	43	3	3	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	1	2	0
15/05/2045 - Total		11	19	1	2	0
TOTAL NTN-B		42	84	6	6	0
TOTAL Eros		42	84	6	6	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Epagri Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	4	7	1	1	0
NTN-B	15/08/2020	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2020	5	9	1	1	0
15/08/2020 - Total		14	24	4	4	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	3	5	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	1	1	0
15/08/2024 - Total		21	34	5	6	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0

15/08/2026 - Total		15	39	4	4	0
FIM Tranquilidade Crédito Privado				Epagri Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2030	5	10	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	13	1	1	0
15/08/2030 - Total		20	47	5	6	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	4	6	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Epagri Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2035	6	10	1	2	0
NTN-B	15/05/2035	4	7	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	12	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	1	1	0
15/05/2035 - Total		59	108	14	16	2
NTN-B	15/08/2040	4	10	1	1	- 0
NTN-B	15/08/2040	4	10	1	1	- 0
NTN-B	15/08/2040	3	7	1	1	0
NTN-B	15/08/2040	5	11	1	1	0
15/08/2040 - Total		16	38	4	4	0
NTN-B	15/05/2045	4	6	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	7	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	4	7	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	1	1	0
15/05/2045 - Total		53	86	12	15	2
NTN-B	15/08/2050	5	14	2	1	- 0
NTN-B	15/08/2050	5	13	1	1	- 0

NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
FIM Tranquilidade Crédito Privado				Epagri Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	13	1	1	0
15/08/2050 - Total		60	144	16	17	1
TOTAL NTN-B		258	519	65	71	6

FIM Tranquilidade Crédito Privado				Epagri Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-C	01/04/2021	5	7	1	2	0
NTN-C	01/04/2021	3	4	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	2	3	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	4	8	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	5	10	1	2	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	1	1	0
01/04/2021 - Total		25	44	7	8	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	2	2	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	2	2	0
NTN-C	01/01/2031	5	12	2	2	0
01/01/2031 - Total		13	32	5	6	1
TOTAL NTN-C		38	76	13	14	2
TOTAL Tranquilidade		296	595	78	86	8

TOTAL EPAGRI SALDADO	194.376	214.518	20.142
-----------------------------	----------------	----------------	---------------

Quadro 90. Títulos que compõem o Ajuste Precificação do Plano Epagri-FlexCeres (CV), R\$ Mil.

FIM BD5FLEX - Planalto Crédito Privado				Epagri FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	730	2.239	1.310	1.331	21
15/08/2020 - Total		730	2.239	1.310	1.331	21
NTN-B	15/08/2030	696	2.099	1.228	1.290	62
NTN-B	15/08/2030	730	2.186	1.280	1.353	73
15/08/2030 - Total		1.426	4.285	2.508	2.643	135
NTN-B	15/05/2045	1.782	5.157	3.019	3.295	276
15/05/2045 - Total		1.782	5.157	3.019	3.295	276
TOTAL NTN-B		3.938	11.682	6.837	7.269	432
TOTAL Planalto		3.938	11.682	6.837	7.269	432

FIM CD6FLEX - Planalto Central Crédito Privado				Epagri FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	6.350	19.477	2.455	2.494	39
15/08/2020 - Total		6.350	19.477	2.455	2.494	39
NTN-B	15/08/2030	6.052	18.249	2.301	2.416	115
NTN-B	15/08/2030	6.349	19.014	2.397	2.535	137
15/08/2030 - Total		12.401	37.263	4.698	4.950	253
NTN-B	15/05/2045	15.471	44.776	5.645	6.161	517
15/05/2045 - Total		15.471	44.776	5.645	6.161	517
TOTAL NTN-B		34.222	101.517	12.798	13.606	808
TOTAL Planalto Central		34.222	101.517	12.798	13.606	808

Eros FIM Crédito Privado				Epagri FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	7	7	0
15/08/2020 - Total		11	22	7	7	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	7	7	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	6	7	0
15/08/2030 - Total		20	43	13	14	1
NTN-B	15/05/2045	11	19	7	8	1
15/05/2045 - Total		11	19	7	8	1
TOTAL NTN-B		42	84	27	29	1
TOTAL Eros		42	84	27	29	1

TOTAL EPAGRI FLEXCERES	19.662	20.903	1.241
-------------------------------	---------------	---------------	--------------

Quadro 91. Títulos que compõem o Ajuste Precificação do Plano EMATER-MG Básico (BD), R\$ Mil.

FIM BD3 - Serra da Canastra Crédito Privado				EMATER MG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	259	794	289	294	6
NTN-B	15/08/2020	807	2.422	880	917	37
NTN-B	15/08/2020	755	2.277	827	858	31
NTN-B	15/08/2020	755	2.305	837	858	20
15/08/2020 - Total		2.576	7.798	2.832	2.926	94
NTN-B	15/08/2024	755	2.231	810	869	58
NTN-B	15/08/2024	755	2.224	808	869	61
NTN-B	15/08/2024	1.545	4.531	1.646	1.777	132
NTN-B	15/08/2024	158	464	169	182	13
NTN-B	15/08/2024	989	2.884	1.047	1.138	90
15/08/2024 - Total		4.202	12.333	4.480	4.834	354
NTN-B	15/08/2026	755	2.171	789	873	84
NTN-B	15/08/2026	755	2.158	784	873	89
NTN-B	15/08/2026	376	1.090	396	435	39
15/08/2026 - Total		1.886	5.419	1.968	2.180	212
NTN-B	15/08/2030	246	742	269	287	18
NTN-B	15/08/2030	755	2.285	830	881	51
NTN-B	15/08/2030	259	776	282	302	20
NTN-B	15/08/2030	755	2.230	810	881	71
NTN-B	15/08/2030	755	2.325	844	881	36
NTN-B	15/08/2030	755	2.354	855	881	26
15/08/2030 - Total		3.525	10.711	3.890	4.112	222
NTN-B	15/05/2035	755	2.117	769	876	107
NTN-B	15/05/2035	755	2.096	761	876	115
NTN-B	15/05/2035	755	2.084	757	876	119
NTN-B	15/05/2035	30	83	30	35	5
NTN-B	15/05/2035	146	392	143	169	27
NTN-B	15/05/2035	1.677	4.600	1.671	1.945	274
NTN-B	15/05/2035	755	2.088	759	876	117
NTN-B	15/05/2035	1.678	4.641	1.686	1.946	261
NTN-B	15/05/2035	824	2.271	825	956	131
NTN-B	15/05/2035	755	2.304	837	876	39
NTN-B	15/05/2035	755	2.231	810	876	65
NTN-B	15/05/2035	755	2.239	813	876	63
15/05/2035 - Total		9.640	27.147	9.859	11.182	1.323
NTN-B	15/08/2040	736	2.429	882	871	- 11
NTN-B	15/08/2040	753	2.515	913	891	- 22
NTN-B	15/08/2040	1.074	3.150	1.144	1.271	127
NTN-B	15/08/2040	755	2.125	772	894	122
15/08/2040 - Total		3.318	10.220	3.711	3.928	217

FIM BD3 - Serra da Canastra Crédito Privado				EMATER MG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2045	632	1.829	664	742	77
NTN-B	15/05/2045	1.511	4.162	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	755	2.030	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	755	2.027	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	755	1.787	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	844	2.280	828	990	162
NTN-B	15/05/2045	755	2.015	732	886	154
NTN-B	15/05/2045	1.133	3.024	1.098	1.330	231
NTN-B	15/05/2045	1.534	4.094	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	301	863	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	755	2.131	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	1.059	3.019	-	-	-
15/05/2045 - Total		10.789	29.262	3.323	3.948	625
NTN-B	15/08/2050	755	2.706	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.530	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.215	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.036	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.066	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.295	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.345	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.301	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.143	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.308	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.299	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	755	2.345	-	-	-
15/08/2050 - Total		9.060	27.589	-	-	-
TOTAL NTN-B		44.996	130.479	30.064	33.110	3.046
NTN-C	01/04/2021	2.060	7.027	2.556	2.745	189
NTN-C	01/04/2021	3	10	4	4	0
NTN-C	01/04/2021	1.813	6.198	2.255	2.416	162
NTN-C	01/04/2021	124	434	158	165	8
NTN-C	01/04/2021	244	851	309	325	16
NTN-C	01/04/2021	1.897	6.485	2.359	2.528	169
NTN-C	01/04/2021	2	7	2	3	0
01/04/2021 - Total		6.143	21.011	7.643	8.187	544
NTN-C	01/01/2031	2.470	11.900	4.329	5.210	882
NTN-C	01/01/2031	680	3.292	1.197	1.434	237
NTN-C	01/01/2031	376	1.750	637	793	157
01/01/2031 - Total		3.526	16.941	6.163	7.438	1.276
TOTAL NTN-C		9.669	37.952	13.805	15.625	1.820
TOTAL Serra da Canastra		54.665	168.431	43.869	48.735	4.866

FIM Tranquilidade Crédito Privado				EMATER MG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	4	7	1	1	0
NTN-B	15/08/2020	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2020	5	9	1	1	0
15/08/2020 - Total		14	24	2	2	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	3	5	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	1	1	0
15/08/2024 - Total		21	34	3	3	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
15/08/2026 - Total		15	39	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	5	10	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	13	1	1	0
15/08/2030 - Total		20	47	3	3	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	4	6	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	6	10	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	4	7	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	12	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	1	1	0
15/05/2035 - Total		59	108	9	10	1
NTN-B	15/08/2040	4	10	1	1	- 0
NTN-B	15/08/2040	4	10	1	1	- 0
NTN-B	15/08/2040	3	7	0	1	0
NTN-B	15/08/2040	5	11	1	1	0
15/08/2040 - Total		16	38	3	3	0
NTN-B	15/05/2045	4	6	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	5	8	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	5	8	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	5	7	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				EMATER MG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	4	7	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	5	9	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	5	9	-	-	-
15/05/2045 - Total		53	86	2	2	0
NTN-B	15/08/2050	5	14	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	13	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	13	-	-	-
15/08/2050 - Total		60	144	-	-	-
TOTAL NTN-B		258	519	24	26	2
NTN-C	01/04/2021	5	7	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	4	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	2	3	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	4	8	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	5	10	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	1	1	0
01/04/2021 - Total		25	44	4	5	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	1	1	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	1	1	0
NTN-C	01/01/2031	5	12	1	1	0
01/01/2031 - Total		13	32	3	4	1
TOTAL NTN-C		38	76	8	9	1
TOTAL Tranquilidade		296	595	31	35	3

TOTAL EMATER BÁSICO	43.901	48.770	4.869
----------------------------	---------------	---------------	--------------

Quadro 92. Títulos que compõem Ajuste Precificação Plano EMATER-MG Saldado (SD), R\$ Mil.

FIM BD3 - Serra da Canastra Crédito Privado				EMATER MG Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	259	794	465	473	8
NTN-B	15/08/2020	807	2.422	1.418	1.473	56
NTN-B	15/08/2020	755	2.277	1.332	1.378	46
NTN-B	15/08/2020	755	2.305	1.349	1.378	30
15/08/2020 - Total		2.576	7.798	4.564	4.703	139
NTN-B	15/08/2024	755	2.231	1.306	1.392	86
NTN-B	15/08/2024	755	2.224	1.302	1.392	90
NTN-B	15/08/2024	1.545	4.531	2.652	2.848	196
NTN-B	15/08/2024	158	464	272	291	20
NTN-B	15/08/2024	989	2.884	1.688	1.823	135
15/08/2024 - Total		4.202	12.333	7.218	7.745	527
NTN-B	15/08/2026	755	2.171	1.271	1.396	126
NTN-B	15/08/2026	755	2.158	1.263	1.396	133
NTN-B	15/08/2026	376	1.090	638	695	57
15/08/2026 - Total		1.886	5.419	3.172	3.488	316
NTN-B	15/08/2030	246	742	434	458	24
NTN-B	15/08/2030	755	2.285	1.337	1.406	69
NTN-B	15/08/2030	259	776	454	482	28
NTN-B	15/08/2030	755	2.230	1.305	1.406	101
NTN-B	15/08/2030	755	2.325	1.360	1.406	46
NTN-B	15/08/2030	755	2.354	1.377	1.406	29
15/08/2030 - Total		3.525	10.711	6.268	6.565	297
NTN-B	15/05/2035	755	2.117	1.239	1.395	156
NTN-B	15/05/2035	755	2.096	1.227	1.395	168
NTN-B	15/05/2035	755	2.084	1.220	1.395	175
NTN-B	15/05/2035	30	83	48	55	7
NTN-B	15/05/2035	146	392	230	270	40
NTN-B	15/05/2035	1.677	4.600	2.692	3.099	406
NTN-B	15/05/2035	755	2.088	1.222	1.395	173
NTN-B	15/05/2035	1.678	4.641	2.716	3.100	384
NTN-B	15/05/2035	824	2.271	1.329	1.523	193
NTN-B	15/05/2035	755	2.304	1.348	1.395	47
NTN-B	15/05/2035	755	2.231	1.306	1.395	89
NTN-B	15/05/2035	755	2.239	1.310	1.395	85
15/05/2035 - Total		9.640	27.147	15.887	17.812	1.925
NTN-B	15/08/2040	736	2.429	1.421	1.386	- 35
NTN-B	15/08/2040	753	2.515	1.472	1.418	- 54
NTN-B	15/08/2040	1.074	3.150	1.844	2.022	178
NTN-B	15/08/2040	755	2.125	1.244	1.421	178
15/08/2040 - Total		3.318	10.220	5.980	6.247	266
NTN-B	15/05/2045	632	1.829	1.070	1.178	107
NTN-B	15/05/2045	1.511	4.162	2.436	2.816	380

FIM BD3 - Serra da Canastra Crédito Privado				EMATER MG Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2045	755	2.030	1.188	1.407	219
NTN-B	15/05/2045	755	2.027	1.186	1.407	221
NTN-B	15/05/2045	755	1.787	1.046	1.407	361
NTN-B	15/05/2045	844	2.280	1.335	1.573	238
NTN-B	15/05/2045	755	2.015	1.179	1.407	228
NTN-B	15/05/2045	1.133	3.024	1.770	2.111	341
NTN-B	15/05/2045	1.534	4.094	2.396	2.859	462
NTN-B	15/05/2045	301	863	505	561	56
NTN-B	15/05/2045	755	2.131	1.247	1.407	160
NTN-B	15/05/2045	1.059	3.019	1.767	1.973	207
15/05/2045 - Total		10.789	29.262	17.126	20.105	2.979
NTN-B	15/08/2050	755	2.706	1.583	1.430	- 153
NTN-B	15/08/2050	755	2.530	1.480	1.430	- 50
NTN-B	15/08/2050	755	2.215	1.296	1.430	134
NTN-B	15/08/2050	755	2.036	1.192	1.430	239
NTN-B	15/08/2050	755	2.066	1.209	1.430	221
NTN-B	15/08/2050	755	2.295	1.343	1.430	87
NTN-B	15/08/2050	755	2.345	1.372	1.430	58
NTN-B	15/08/2050	755	2.301	1.346	1.430	84
NTN-B	15/08/2050	755	2.143	1.254	1.430	176
NTN-B	15/08/2050	755	2.308	1.350	1.430	80
NTN-B	15/08/2050	755	2.299	1.345	1.430	85
NTN-B	15/08/2050	755	2.345	1.373	1.430	58
15/08/2050 - Total		9.060	27.589	16.144	17.166	1.021
TOTAL NTN-B		44.996	130.479	76.360	83.831	7.471
NTN-C	01/04/2021	2.060	7.027	4.119	4.410	292
NTN-C	01/04/2021	3	10	6	6	0
NTN-C	01/04/2021	1.813	6.198	3.633	3.882	249
NTN-C	01/04/2021	124	434	254	265	11
NTN-C	01/04/2021	244	851	499	522	24
NTN-C	01/04/2021	1.897	6.485	3.801	4.061	260
NTN-C	01/04/2021	2	7	4	4	0
01/04/2021 - Total		6.143	21.011	12.316	13.152	836
NTN-C	01/01/2031	2.470	11.900	6.975	8.327	1.352
NTN-C	01/01/2031	680	3.292	1.929	2.293	363
NTN-C	01/01/2031	376	1.750	1.026	1.268	242
01/01/2031 - Total		3.526	16.941	9.930	11.888	1.958
TOTAL NTN-C		9.669	37.952	22.246	25.039	2.794
TOTAL Serra da Canastra		54.665	168.431	98.606	108.870	10.264

Eros FIM Crédito Privado				EMATER MG Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	2	2	0
15/08/2020 - Total		11	22	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	2	2	0
15/08/2030 - Total		20	43	3	4	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	2	2	0
15/05/2045 - Total		11	19	2	2	0
TOTAL NTN-B		42	84	7	8	0
TOTAL Eros		42	84	7	8	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				EMATER MG Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	4	7	1	1	0
NTN-B	15/08/2020	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2020	5	9	1	1	0
15/08/2020 - Total		14	24	3	3	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	3	5	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	1	1	0
15/08/2024 - Total		21	34	4	4	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	1	1	0
15/08/2026 - Total		15	39	3	3	0
NTN-B	15/08/2030	5	10	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	13	1	1	0
15/08/2030 - Total		20	47	4	4	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	4	6	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	6	10	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	4	7	1	1	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				EMATER MG Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2035	5	13	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	12	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	1	1	0
15/05/2035 - Total		59	108	11	13	1
NTN-B	15/08/2040	4	10	1	1	- 0
NTN-B	15/08/2040	4	10	1	1	- 0
NTN-B	15/08/2040	3	7	1	1	0
NTN-B	15/08/2040	5	11	1	1	0
15/08/2040 - Total		16	38	3	3	0
NTN-B	15/05/2045	4	6	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	7	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	4	7	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	1	1	0
15/05/2045 - Total		53	86	10	11	2
NTN-B	15/08/2050	5	14	1	1	- 0
NTN-B	15/08/2050	5	13	1	1	- 0
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	13	1	1	0
15/08/2050 - Total		60	144	12	13	1
TOTAL NTN-B		258	519	51	56	5
NTN-C	01/04/2021	5	7	-	-	-
NTN-C	01/04/2021	3	4	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	2	3	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	4	8	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	5	10	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	1	1	0
01/04/2021 - Total		25	44	5	5	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				EMATER MG Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-C	01/01/2031	4	10	1	2	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	1	2	0
NTN-C	01/01/2031	5	12	2	2	0
01/01/2031 - Total		13	32	4	5	1
TOTAL NTN-C		38	76	9	10	1
TOTAL Tranquilidade		296	595	60	66	6
TOTAL EMATER SALDADO				98.673	108.943	10.271

Quadro 93. Títulos que compõem Ajuste Precificação Plano EMATER (MG) FlexCeres (CV), R\$ Mil.

FIM BD5FLEX - Planalto Crédito Privado				EMATER MG FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	730	2.239	568	577	9
15/08/2020 - Total		730	2.239	568	577	9
NTN-B	15/08/2030	696	2.099	533	559	27
NTN-B	15/08/2030	730	2.186	555	587	32
15/08/2030 - Total		1.426	4.285	1.087	1.146	59
NTN-B	15/05/2045	1.782	5.157	1.309	1.429	120
15/05/2045 - Total		1.782	5.157	1.309	1.429	120
TOTAL NTN-B		3.938	11.682	2.964	3.152	187
TOTAL Planalto		3.938	11.682	2.964	3.152	187

FIM CD6FLEX - Planalto Central Crédito Privado				EMATER MG FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	6.350	19.477	1.946	1.976	31
15/08/2020 - Total		6.350	19.477	1.946	1.976	31
NTN-B	15/08/2030	6.052	18.249	1.823	1.914	91
NTN-B	15/08/2030	6.349	19.014	1.899	2.008	109
15/08/2030 - Total		12.401	37.263	3.723	3.923	200
NTN-B	15/05/2045	15.471	44.776	4.473	4.882	409
15/05/2045 - Total		15.471	44.776	4.473	4.882	409
TOTAL NTN-B		34.222	101.517	10.141	10.782	640
TOTAL Planalto Central		34.222	101.517	10.141	10.782	640

Eros FIM Crédito Privado				EMATER MG FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	4	4	0
15/08/2020 - Total		11	22	4	4	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	4	4	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	4	4	0
15/08/2030 - Total		20	43	8	8	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	4	4	0
15/05/2045 - Total		11	19	4	4	0
TOTAL NTN-B		42	84	16	17	1
TOTAL Eros		42	84	16	17	1

TOTAL EMATER FLEXCERES	13.122	13.950	828
-------------------------------	---------------	---------------	------------

Quadro 94. Títulos que compõem Ajuste Precificação Plano EPAMIG Básico (BD), R\$ Mil.

FIM BD2 - Zona da Mata Crédito Privado				EPAMIG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	71	218	33	34	1
NTN-B	15/08/2020	169	516	79	81	2
NTN-B	15/08/2020	181	543	83	87	3
NTN-B	15/08/2020	169	510	78	81	3
15/08/2020 - Total		590	1.787	274	282	8
NTN-B	15/08/2024	169	499	77	82	5
NTN-B	15/08/2024	169	498	76	82	5
NTN-B	15/08/2024	347	1.018	156	168	12
NTN-B	15/08/2024	35	103	16	17	1
NTN-B	15/08/2024	222	647	99	107	8
15/08/2024 - Total		942	2.765	424	455	31
NTN-B	15/08/2026	169	486	75	82	7
NTN-B	15/08/2026	169	483	74	82	8
NTN-B	15/08/2026	84	244	37	41	3
15/08/2026 - Total		422	1.213	186	205	19
NTN-B	15/08/2030	68	205	31	33	2
NTN-B	15/08/2030	169	512	78	83	4
NTN-B	15/08/2030	71	213	33	35	2
NTN-B	15/08/2030	169	499	77	83	6
NTN-B	15/08/2030	169	520	80	83	3
NTN-B	15/08/2030	169	527	81	83	2
15/08/2030 - Total		815	2.476	380	398	18
NTN-B	15/05/2035	169	474	73	82	9
NTN-B	15/05/2035	169	469	72	82	10

FIM BD2 - Zona da Mata Crédito Privado				EPAMIG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2035	169	466	72	82	10
NTN-B	15/05/2035	6	17	3	3	0
NTN-B	15/05/2035	32	86	13	16	2
NTN-B	15/05/2035	377	1.034	159	183	24
NTN-B	15/05/2035	169	467	72	82	10
NTN-B	15/05/2035	377	1.043	160	183	23
NTN-B	15/05/2035	185	510	78	90	11
NTN-B	15/05/2035	169	516	79	82	3
NTN-B	15/05/2035	169	499	77	82	5
NTN-B	15/05/2035	169	501	77	82	5
15/05/2035 - Total		2.160	6.083	933	1.047	114
NTN-B	15/08/2040	166	548	84	82	- 2
NTN-B	15/08/2040	169	565	87	83	- 3
NTN-B	15/08/2040	242	710	109	120	11
NTN-B	15/08/2040	169	476	73	83	11
15/08/2040 - Total		746	2.298	352	368	16
NTN-B	15/05/2045	175	506	78	86	8
NTN-B	15/05/2045	340	937	144	166	23
NTN-B	15/05/2045	169	454	70	83	13
NTN-B	15/05/2045	169	454	70	83	13
NTN-B	15/05/2045	169	400	61	83	21
NTN-B	15/05/2045	189	511	78	92	14
NTN-B	15/05/2045	169	451	69	83	13
NTN-B	15/05/2045	254	678	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	345	921	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	67	192	29	33	3
NTN-B	15/05/2045	169	477	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	238	679	104	116	12
15/05/2045 - Total		2.453	6.659	703	824	121
NTN-B	15/08/2050	169	606	93	84	- 9
NTN-B	15/08/2050	169	566	87	84	- 3
NTN-B	15/08/2050	169	496	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	169	456	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	169	462	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	169	514	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	169	525	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	169	515	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	169	480	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	169	517	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	169	515	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	169	525	-	-	-
15/08/2050 - Total		2.028	6.175	180	168	- 12
TOTAL NTN-B		10.156	29.455	3.431	3.747	316

FIM BD2 - Zona da Mata Crédito Privado				EPAMIG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-C	01/04/2021	463	1.579	243	260	17
NTN-C	01/04/2021	408	1.395	214	229	15
NTN-C	01/04/2021	28	98	15	16	1
NTN-C	01/04/2021	55	192	29	31	1
NTN-C	01/04/2021	426	1.456	224	239	15
01/04/2021 - Total		1.380	4.720	725	774	49
NTN-C	01/01/2031	555	2.674	411	491	80
NTN-C	01/01/2031	152	736	113	134	21
NTN-C	01/01/2031	84	391	60	74	14
01/01/2031 - Total		791	3.801	584	699	116
TOTAL NTN-C		2.171	8.521	1.309	1.474	165
TOTAL Zona da Mata		12.327	37.975	4.739	5.221	481

FIM Tranquilidade Crédito Privado				EPAMIG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	4	7	0	0	0
NTN-B	15/08/2020	5	8	0	0	0
NTN-B	15/08/2020	5	9	0	0	0
15/08/2020 - Total		14	24	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	3	5	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	0	0	0
15/08/2024 - Total		21	34	0	0	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	0	0	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	0	0	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	0	0	0
15/08/2026 - Total		15	39	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	5	10	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	5	11	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	5	12	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	5	13	0	0	0
15/08/2030 - Total		20	47	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	4	6	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0

FIM BD2 - Zona da Mata Crédito Privado				EPAMIG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2035	6	10	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	4	7	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	12	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	0	0	0
15/05/2035 - Total		59	108	1	1	0
NTN-B	15/08/2040	4	10	0	0	- 0
NTN-B	15/08/2040	4	10	0	0	- 0
NTN-B	15/08/2040	3	7	0	0	0
NTN-B	15/08/2040	5	11	0	0	0
15/08/2040 - Total		16	38	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	4	6	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	7	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
15/05/2045 - Total		53	86	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	14	0	0	- 0
NTN-B	15/08/2050	5	13	0	0	- 0
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	13	-	-	-
15/08/2050 - Total		60	144	0	0	- 0
TOTAL NTN-B		258	519	4	4	0
NTN-C	01/04/2021	5	7	0	0	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				EPAMIG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2045	5	8	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	5	8	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	5	8	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	4	7	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	-	-	-
NTN-B	15/05/2045	5	9	0	0	0
15/05/2045 - Total		53	86	1	1	0
NTN-B	15/08/2050	5	14	0	0	- 0
NTN-B	15/08/2050	5	13	0	0	- 0
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	11	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	12	-	-	-
NTN-B	15/08/2050	5	13	-	-	-
15/08/2050 - Total		60	144	0	0	- 0
TOTAL NTN-B		258	519	4	4	0
NTN-C	01/04/2021	5	7	0	0	0

FIM BD2 - Zona da Mata Crédito Privado				EPAMIG Básico		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-C	01/04/2021	3	4	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	2	3	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	4	8	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	5	10	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	0	0	0
01/04/2021 - Total		25	44	1	1	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	0	0	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	0	0	0
NTN-C	01/01/2031	5	12	0	0	0
01/01/2031 - Total		13	32	0	1	0
TOTAL NTN-C		38	76	1	1	0
TOTAL Tranquilidade		296	595	5	5	0
TOTAL EPAMIG BÁSICO				4.744	5.226	482

Quadro 95. Títulos que compõem Ajuste Precificação Plano EPAMIG Saldado (SD), R\$ Mil.

FIM BD2 - Zona da Mata Crédito Privado				EPAMIG Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	71	218	185	188	3
NTN-B	15/08/2020	169	516	438	447	10
NTN-B	15/08/2020	181	543	461	479	18
NTN-B	15/08/2020	169	510	432	447	15
15/08/2020 - Total		590	1.787	1.515	1.561	46
NTN-B	15/08/2024	169	499	424	451	28
NTN-B	15/08/2024	169	498	422	451	29
NTN-B	15/08/2024	347	1.018	863	927	64
NTN-B	15/08/2024	35	103	87	94	6
NTN-B	15/08/2024	222	647	549	593	44
15/08/2024 - Total		942	2.765	2.345	2.517	171
NTN-B	15/08/2026	169	486	412	453	41
NTN-B	15/08/2026	169	483	410	453	43
NTN-B	15/08/2026	84	244	207	225	19
15/08/2026 - Total		422	1.213	1.029	1.131	103
NTN-B	15/08/2030	68	205	174	184	10
NTN-B	15/08/2030	169	512	434	456	22
NTN-B	15/08/2030	71	213	180	192	11
NTN-B	15/08/2030	169	499	423	456	33
NTN-B	15/08/2030	169	520	441	456	15
NTN-B	15/08/2030	169	527	447	456	9
15/08/2030 - Total		815	2.476	2.100	2.200	100

FIM BD2 - Zona da Mata Crédito Privado				EPAMIG Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2035	169	474	402	453	51
NTN-B	15/05/2035	169	469	398	453	55
NTN-B	15/05/2035	169	466	396	453	57
NTN-B	15/05/2035	6	17	14	16	2
NTN-B	15/05/2035	32	86	73	86	13
NTN-B	15/05/2035	377	1.034	877	1.010	132
NTN-B	15/05/2035	169	467	397	453	56
NTN-B	15/05/2035	377	1.043	885	1.010	125
NTN-B	15/05/2035	185	510	433	495	63
NTN-B	15/05/2035	169	516	437	453	15
NTN-B	15/05/2035	169	499	424	453	29
NTN-B	15/05/2035	169	501	425	453	28
15/05/2035 - Total		2.160	6.083	5.160	5.785	625
NTN-B	15/08/2040	166	548	465	453	- 12
NTN-B	15/08/2040	169	565	479	461	- 18
NTN-B	15/08/2040	242	710	602	660	58
NTN-B	15/08/2040	169	476	404	461	58
15/08/2040 - Total		746	2.298	1.949	2.036	87
NTN-B	15/05/2045	175	506	430	473	43
NTN-B	15/05/2045	340	937	794	918	124
NTN-B	15/05/2045	169	454	385	456	71
NTN-B	15/05/2045	169	454	385	456	72
NTN-B	15/05/2045	169	400	339	456	117
NTN-B	15/05/2045	189	511	433	510	77
NTN-B	15/05/2045	169	451	383	456	74
NTN-B	15/05/2045	254	678	575	686	111
NTN-B	15/05/2045	345	921	781	932	151
NTN-B	15/05/2045	67	192	163	181	18
NTN-B	15/05/2045	169	477	405	456	52
NTN-B	15/05/2045	238	679	576	643	67
15/05/2045 - Total		2.453	6.659	5.649	6.625	976
NTN-B	15/08/2050	169	606	514	464	- 50
NTN-B	15/08/2050	169	566	480	464	- 16
NTN-B	15/08/2050	169	496	420	464	44
NTN-B	15/08/2050	169	456	387	464	78
NTN-B	15/08/2050	169	462	392	464	72
NTN-B	15/08/2050	169	514	436	464	28
NTN-B	15/08/2050	169	525	445	464	19
NTN-B	15/08/2050	169	515	437	464	27
NTN-B	15/08/2050	169	480	407	464	57
NTN-B	15/08/2050	169	517	438	464	26
NTN-B	15/08/2050	169	515	436	464	28
NTN-B	15/08/2050	169	525	445	464	19

FIM BD2 - Zona da Mata Crédito Privado				EPAMIG Saldo		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
15/08/2050 - Total		2.028	6.175	5.238	5.569	331
TOTAL NTN-B		10.156	29.455	24.985	27.424	2.439
NTN-C	01/04/2021	463	1.579	1.342	1.437	95
NTN-C	01/04/2021	408	1.395	1.185	1.266	81
NTN-C	01/04/2021	28	98	83	87	4
NTN-C	01/04/2021	55	192	163	171	8
NTN-C	01/04/2021	426	1.456	1.237	1.322	85
01/04/2021 - Total		1.380	4.720	4.010	4.282	272
NTN-C	01/01/2031	555	2.674	2.272	2.712	440
NTN-C	01/01/2031	152	736	625	743	118
NTN-C	01/01/2031	84	391	332	410	78
01/01/2031 - Total		791	3.801	3.229	3.865	636
TOTAL NTN-C		2.171	8.521	7.239	8.148	909
TOTAL Zona da Mata		12.327	37.975	32.223	35.572	3.348

Eros FIM Crédito Privado				EPAMIG Saldo		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	1	1	0
15/08/2020 - Total		11	22	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	1	1	0
15/08/2030 - Total		20	43	2	2	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	1	1	0
15/05/2045 - Total		11	19	1	1	0
TOTAL NTN-B		42	84	3	4	0
TOTAL Eros		42	84	3	4	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				EPAMIG Saldo		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	4	7	0	0	0
NTN-B	15/08/2020	5	8	0	0	0
NTN-B	15/08/2020	5	9	0	0	0
15/08/2020 - Total		14	24	1	1	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	5	8	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	3	5	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	0	0	0
NTN-B	15/08/2024	4	7	0	0	0
15/08/2024 - Total		21	34	2	2	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				EPAMIG Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2026	5	13	0	0	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	0	0	0
NTN-B	15/08/2026	5	13	0	0	0
15/08/2026 - Total		15	39	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	5	10	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	5	11	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	5	12	0	0	0
NTN-B	15/08/2030	5	13	0	0	0
15/08/2030 - Total		20	47	2	2	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	4	6	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	6	10	1	1	0
NTN-B	15/05/2035	4	7	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	12	0	0	0
NTN-B	15/05/2035	5	13	0	0	0
15/05/2035 - Total		59	108	5	6	1
NTN-B	15/08/2040	4	10	0	0	- 0
NTN-B	15/08/2040	4	10	0	0	- 0
NTN-B	15/08/2040	3	7	0	0	0
NTN-B	15/08/2040	5	11	0	0	0
15/08/2040 - Total		16	38	1	2	0
NTN-B	15/05/2045	4	6	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	7	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	8	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	4	7	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	0	0	0
NTN-B	15/05/2045	5	9	0	0	0
15/05/2045 - Total		53	86	4	5	1
NTN-B	15/08/2050	5	14	1	0	- 0
NTN-B	15/08/2050	5	13	1	0	- 0
NTN-B	15/08/2050	5	11	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	0	0	0

FIM Tranquilidade Crédito Privado				EPAMIG Saldado		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2050	5	11	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	11	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	12	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	5	13	0	0	0
15/08/2050 - Total		60	144	6	6	0
TOTAL NTN-B		258	519	23	25	2
NTN-C	01/04/2021	5	7	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	4	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	2	3	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	4	8	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	0	0	0
NTN-C	01/04/2021	5	10	1	1	0
NTN-C	01/04/2021	3	6	0	0	0
01/04/2021 - Total		25	44	3	3	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	1	1	0
NTN-C	01/01/2031	4	10	1	1	0
NTN-C	01/01/2031	5	12	1	1	0
01/01/2031 - Total		13	32	2	2	0
TOTAL NTN-C		38	76	4	5	1
TOTAL Tranquilidade		296	595	27	30	3
TOTAL EPAMIG SALDADO				32.254	35.605	3.351

Quadro 96. Títulos que compõem Ajuste Precificação Plano EPAMIG FlexCeres (CV), R\$ Mil.

FIM BD5FLEX - Planalto Crédito Privado				EPAMIG FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	730	2.239	77	78	1
15/08/2020 - Total		730	2.239	77	78	1
NTN-B	15/08/2030	696	2.099	72	76	3
NTN-B	15/08/2030	730	2.186	75	79	4
15/08/2030 - Total		1.426	4.285	147	155	7
NTN-B	15/05/2045	1.782	5.157	177	193	15
15/05/2045 - Total		1.782	5.157	177	193	15
TOTAL NTN-B		3.938	11.682	402	426	24
TOTAL Planalto		3.938	11.682	402	426	24

FIM CD6FLEX - Planalto Central Crédito Privado				EPAMIG FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	6.350	19.477	492	500	7
15/08/2020 - Total		6.350	19.477	492	500	7
NTN-B	15/08/2030	6.052	18.249	461	483	22
NTN-B	15/08/2030	6.349	19.014	481	507	26
15/08/2030 - Total		12.401	37.263	942	989	47
NTN-B	15/05/2045	15.471	44.776	1.132	1.229	97
15/05/2045 - Total		15.471	44.776	1.132	1.229	97
TOTAL NTN-B		34.222	101.517	2.566	2.718	152
TOTAL Planalto Central		34.222	101.517	2.566	2.718	152

Eros FIM Crédito Privado				EPAMIG FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	2	2	0
15/08/2020 - Total		11	22	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	2	2	0
15/08/2030 - Total		20	43	4	5	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	2	3	0
15/05/2045 - Total		11	19	2	3	0
TOTAL NTN-B		42	84	9	10	0
TOTAL Eros		42	84	9	10	0

TOTAL EPAMIG FLEXCERES	2.977	3.153	176
-------------------------------	--------------	--------------	------------

Quadro 97. Títulos que compõem Ajuste Precificação Plano CIDASC FlexCeres (CV), R\$ Mil.

FIM BD5FLEX - Planalto Crédito Privado				CIDASC FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	730	2.239	6	6	0
15/08/2020 - Total		730	2.239	6	6	0
NTN-B	15/08/2030	696	2.099	6	6	0
NTN-B	15/08/2030	730	2.186	6	6	0
15/08/2030 - Total		1.426	4.285	12	12	1
NTN-B	15/05/2045	1.782	5.157	14	15	1
15/05/2045 - Total		1.782	5.157	14	15	1
TOTAL NTN-B		3.938	11.682	32	34	2
TOTAL Planalto		3.938	11.682	32	34	2

FIM BD5FLEX - Planalto Crédito Privado				CIDASC FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação

FIM CD6FLEX - Planalto Central Crédito Privado				CIDASC FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	6.350	19.477	287	291	4
15/08/2020 - Total		6.350	19.477	287	291	4
NTN-B	15/08/2030	6.052	18.249	269	280	11
NTN-B	15/08/2030	6.349	19.014	280	294	14
15/08/2030 - Total		12.401	37.263	549	574	25
NTN-B	15/05/2045	15.471	44.776	660	711	51
15/05/2045 - Total		15.471	44.776	660	711	51
TOTAL NTN-B		34.222	101.517	1.497	1.576	80
TOTAL Planalto Central		34.222	101.517	1.497	1.576	80

Eros FIM Crédito Privado				CIDASC FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	2	2	0
15/08/2020 - Total		11	22	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	2	2	0
15/08/2030 - Total		20	43	3	3	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	2	2	0
15/05/2045 - Total		11	19	2	2	0
TOTAL NTN-B		42	84	6	7	0
TOTAL Eros		42	84	6	7	0

TOTAL CIDASC FLEXCERES	1.535	1.616	82
-------------------------------	--------------	--------------	-----------

Quadro 98. Títulos que compõem Ajuste Precificação Plano ABDI FlexCeres (CD), R\$ Mil.

FIM BD5FLEX - Planalto Crédito Privado				ABDI FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	730	2.239	18	18	0
15/08/2020 - Total		730	2.239	18	18	0
NTN-B	15/08/2030	696	2.099	17	18	1
NTN-B	15/08/2030	730	2.186	18	19	1
15/08/2030 - Total		1.426	4.285	34	37	2
NTN-B	15/05/2045	1.782	5.157	42	46	4
15/05/2045 - Total		1.782	5.157	42	46	4

FIM BD5FLEX - Planalto Crédito Privado				ABDI FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
TOTAL NTN-B		3.938	11.682	94	101	7
TOTAL Planalto		3.938	11.682	94	101	7

FIM CD6FLEX - Planalto Central Crédito Privado				ABDI FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	6.350	19.477	302	307	6
15/08/2020 - Total		6.350	19.477	302	307	6
NTN-B	15/08/2030	6.052	18.249	283	300	17
NTN-B	15/08/2030	6.349	19.014	294	314	20
15/08/2030 - Total		12.401	37.263	577	614	37
NTN-B	15/05/2045	15.471	44.776	693	768	75
15/05/2045 - Total		15.471	44.776	693	768	75
TOTAL NTN-B		34.222	101.517	1.572	1.689	117
TOTAL Planalto Central		34.222	101.517	1.572	1.689	117

Eros FIM Crédito Privado				ABDI FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	2	2	0
15/08/2020 - Total		11	22	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	2	2	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	2	2	0
15/08/2030 - Total		20	43	3	4	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	2	2	0
15/05/2045 - Total		11	19	2	2	0
TOTAL NTN-B		42	84	7	8	0
TOTAL Eros		42	84	7	8	0

TOTAL ABDI FLEXCERES	1.673	1.798	124
-----------------------------	--------------	--------------	------------

Quadro 99. Títulos que compõem Ajuste Precificação Plano EMATER-DF FlexCeres (CV), R\$ Mil.

FIM CD6FLEX - Planalto Central Crédito Privado				EMATER DF FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	6.350	19.477	161	164	3
15/08/2020 - Total		6.350	19.477	161	164	3
NTN-B	15/08/2030	6.052	18.249	151	160	9
NTN-B	15/08/2030	6.349	19.014	157	168	11
15/08/2030 - Total		12.401	37.263	309	328	20
NTN-B	15/05/2045	15.471	44.776	371	411	40
15/05/2045 - Total		15.471	44.776	371	411	40
TOTAL NTN-B		34.222	101.517	841	903	62
TOTAL Planalto Central		34.222	101.517	841	903	62

Eros FIM Crédito Privado				EMATER DF FlexCeres		
Natureza	Vencimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2020	11	22	1	1	0
15/08/2020 - Total		11	22	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	10	20	1	1	0
NTN-B	15/08/2030	10	23	1	1	0
15/08/2030 - Total		20	43	1	1	0
NTN-B	15/05/2045	11	19	1	1	0
15/05/2045 - Total		11	19	1	1	0
TOTAL NTN-B		42	84	3	3	0
TOTAL Eros		42	84	3	3	0

TOTAL EMATER DF FLEXCERES	843	906	63
----------------------------------	------------	------------	-----------

12. SALDAMENTOS DE PLANOS

Com a implantação dos planos FlexCeres (CV), a partir de 2005 foram saldados os planos básicos das patrocinadoras Ceres (dezembro/2005), Epagri (julho/2005), EMATER-MG (novembro/2007) e EPAMIG (janeiro/2008), sendo instituídos contratos de saldamento com cláusula de amortização atuarial para os planos: Ceres BD, Epagri BD, Epagri SD, EMATER-MG BD e EPAMIG BD. O plano EMATER-MG SD tem contrato de saldamento com cláusula de amortização financeira e o EPAMIG SD tem o seu saldamento respaldado pelo Regulamento.

De acordo com os contratos firmados com os patrocinadores e os regulamentos dos planos, os saldamento estão classificados como Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado por conterem cláusulas atuariais, como previsto na Resolução CGPC nº 18/2006, que permite a incorporação ao saldamento dos ganhos e perdas atuariais. Os valores atuais dos contratos de saldamento, de responsabilidade dos patrocinadores, estão amortizados pelas contribuições mensais, acrescidos de atualização monetária pelo INPC mais Juros, podendo incorporar os ganhos e perdas atuariais, além do equilíbrio técnico ajustado negativo, demonstrados no item 9 (nove), desta Nota Explicativa.

Nos planos de benefícios Ceres BD, Epagri BD, EMATER-MG BD e EPAMIG BD, foi mantido o modelo de contrato em vigor, prevalecendo as cláusulas atuariais com o ajuste anual dos ganhos e perdas atuariais no saldo do Saldamento, além da possibilidade de incorporação do equilíbrio técnico ajustado negativo da parte patronal.

O plano EPAMIG Saldado apresenta o saldo atual do contrato de saldamento igual a zero. No caso do plano Epagri Saldado, a vigência do contrato de saldamento se encerrou em junho de 2016.

No quadro 100, apresentam-se os saldos dos contratos de saldamento após as atualizações e amortizações do período e a incorporação dos valores relativos aos ganhos e perdas atuariais e também a possibilidade de incorporação do equilíbrio técnico ajustado negativo da parte patronal, de acordo com a IN Previc nº 26/2016 e o parecer atuarial.

Quadro 100. Controle e evolução dos Saldamentos dos planos em 31.12.2017 (R\$ Mil).

PLANO	SALDO 2016	SALDO ATUALIZ. AMORTIZ. EM 2017	EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO PARTE PATRONAL	GANHOS E PERDAS INCORPORADOS AO CONTRATO	EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO PARTE PATRONAL INCORPORADO AO CONTRATO	SALDO 2017
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f = b - d - e)	
Ceres BD	2.285	1.757	950	921	0	836
Epagri BD	96.115	83.839	(411)	0	(411)	84.250
EMATER BD	39.350	37.107	(161)	0	(161)	37.268
EPAMIG BD	8.952	8.251	1.270	0	0	8.251

A revisão anual do saldo devedor, conforme Quadro 100, acima, vinculou-se ao valor de equilíbrio técnico ajustado, positivo ou negativo, da parcela patronal, apurado com base no valor do equilíbrio técnico, anterior à revisão, e acrescido do ajuste de precificação positivo ou negativo,

de forma a atender a especificidade desse processo de incorporação de ganhos e perdas atuariais ao saldo da dívida, conforme artigo 4º da Instrução Previc nº 26/2016.

Além da incorporação de ganhos e perdas atuariais, a revisão anual conta com a possibilidade de incorporação do equilíbrio técnico ajustado negativo da parcela patronal, conforme artigo 4º da Instrução Previc nº 26/2016.

Vale destacar que a revisão anual do saldo devedor é anterior à apuração final do equilíbrio técnico e, consequentemente, anterior à destinação de superávit ou equacionamento de déficit.

13 SALDOS DE CONTAS DENOMINADAS “OUTRAS”

Conforme previsto na Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, deve ser apresentado o detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação "Outros", quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas. A seguir são apresentados os saldos das referidas contas contábeis.

13.1 Contas denominadas “Outras” da Gestão Previdencial

Nas contas “Outras” da Gestão previdencial, estão classificadas as operações não relacionadas e/ou não previstas nas contas anteriores. No quadro 101, apresentam-se os saldos por plano e a descrição do evento.

Quadro 101 – Contas denominadas “Outras” da Gestão Previdencial em 2017 (R\$ Mil).

GRUPO	PLANO	SALDO	DESCRIÇÃO
PASSIVO PREVIDENCIAL (Conta 2.1.1.9)	EMBRAPA BD	18.219	Reserva de Poupança a Devolver
	EMBRAPA CV	1.414	Reserva de Poupança a Devolver
	EMBRATER BD	77.665	Valor a devolver aos planos básicos (decisão judicial)
	CERES BD	50	Reserva de Poupança a Devolver
	EPAGRI BD	469	Reserva de Poupança a Devolver
	EPAGRI SD	6	Reserva de Poupança a Devolver
	EPAGRI CV	547	Reserva de Poupança a Devolver
	EMATER-MG BD	581	Reserva de Poupança a Devolver
	EMATER-MG CV	242	Reserva de Poupança a Devolver
	EPAMIG BD	161	Reserva de Poupança a Devolver
	EPAMIG CV	179	Reserva de Poupança a Devolver
	CIDASC CV	108	Reserva Poupança a Devolver e fatura Seguro Risco
DEDUÇÕES PREVIDENCIAL (Conta 3.2.9.1)	ABDI CD	20	Reserva Poupança a Devolver e fatura Seguro Risco
	EMATER-DF CV	129	Reserva Poupança a Devolver e fatura Seguro Risco
	EMBRATER BD	7.821	Atualização valores pagos pelos planos básicos (judicial)
	CERES CV	164	Pagamentos do seguro dos benefícios de riscos
	CIDASC CV	474	Pagamentos do seguro dos benefícios de riscos
	ABDI CD	174	Pagamentos do seguro dos benefícios de riscos
	EMATER-DF CV	611	Pagamentos do seguro dos benefícios de riscos

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 Cotas dos planos de Contribuição Varável (CV) e de Contribuição Definida (CD)

De acordo com a Instrução Normativa DISEG 020, versão 002, vigente a partir de janeiro de 2014, a cota patrimonial dos participantes dos planos de Contribuição Variável e de Contribuição Definida passou a ser atualizada pelos rendimentos dos investimentos proporcionados ao “Saldo de Contas” acumulado do Participante. Ressaltando-se que essa norma interna está em consonância com os regulamentos dos planos e mantém a mesma lógica da metodologia anterior, que é a de atualização dos recursos dos participantes, acumulados para cobertura dos benefícios a conceder, pelos rendimentos dos investimentos.

15. VARIAÇÕES E RESULTADOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS.

A seguir, são apresentadas as principais variações dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa que ocorreram no exercício de 2017.

15.1 Plano Embrapa BD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 9,65% em relação a 2016, passando de R\$ 3.731.826 mil para R\$ 4.092.116 mil. As obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 4,65%, passando de R\$ 3.954.860 mil para R\$ 4.138.817 mil (Quadro 102). Compõe o patrimônio do plano a participação no fundo administrativo do PGA, no valor de R\$ 14.436 mil.

O plano apresentou, no exercício, um superávit de R\$ 172.389 mil que, somado ao déficit de R\$ 244.223 mil acumulado em 2016, resultou num equilíbrio técnico negativo acumulado de R\$ 71.834 mil em 2017. O equilíbrio técnico negativo do plano, após o ajuste de precificação dos títulos de investimentos marcados até o vencimento conforme previsto pela Resolução CNPC 16/2014, ficou positivo em R\$ 114.458 mil, o que representa 2,78% da Provisões Matemáticas e está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e na Nota Explicativa nº 11.2.

Quadro 102. Balanço Patrimonial do plano Embrapa BD em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	120	134	EXIG. OPERACIONAL	20.506	18.147
RECURSOS A RECEBER	61.175	57.721	EXIG. CONTINGENCIAL	2.393	3.237
INVESTIMENTOS	4.016.385	3.662.444	PROV. MATEMÁTICAS	4.115.918	3.933.476
FUNDO ADMINISTRATIVO	14.436	11.527	FUNDOS	25.133	21.189
			RESULT. REALIZADO	(71.834)	(244.223)
ATIVO TOTAL	4.092.116	3.731.826	PASSIVO TOTAL	4.092.116	3.731.826

15.2 Plano Embrapa CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 26,01% em relação a 2016, passando de R\$ 691.731 mil para R\$ 871.636 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 21,30%, passando de R\$ 631.061 mil para R\$ 765.462 mil (Quadro 103). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 3.631 mil.

No exercício, o plano apresentou um déficit de R\$ 418 mil, referente à sub massa de assistidos que, somado ao superávit acumulado de R\$ 418 mil em 2016, resultou num equilíbrio técnico nulo.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 3.657 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico acumulado, conforme expresso no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e a Nota 11.2.

Quadro 103. Balanço Patrimonial do plano Embrapa CV em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	106	52	EXIG. OPERACIONAL	1.467	1.176
RECURSOS A RECEBER	6.888	6.610	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	861.011	682.346	PROV. MATEMÁTICAS	796.995	629.886
FUNDO ADMINISTRATIVO	3.631	2.723	FUNDOS	73.174	60.251
			RESULT. REALIZADO	0	418
ATIVO TOTAL	871.636	691.731	PASSIVO TOTAL	871.636	691.731

Com relação a Cota Patrimonial, calculada com base na variação dos ativos do plano no período considerado, em 2017 o rendimento foi de 13,0% (treze por cento).

15.3 Plano EMBRATER BD - (Patrocinadora extinta)

O plano apresenta um ativo total no valor de R\$ 5 mil relativo a um saldo de recursos a receber dos Assistidos (devoluções do reajuste de benefícios de 1994) da Gestão Previdencial. As obrigações (contas a pagar, contingências e compromissos atuariais) cresceram 5,37%, passando de R\$ 104.582 mil em 2016 para R\$ 110.202 mil ao final de 2017 e compreendem as provisões matemáticas, os tributos a recolher e valores a devolver aos planos básicos da Embrapa, Ceres, Epagri, EMATER-MG e EPAMIG, de acordo com decisão judicial (Nota nº 6.1-e).

O resultado (déficit) do plano aumentou em 5,37%, passando de R\$ 104.579 mil em 2016 para R\$ 110.197 mil em 2017 (Quadro 104). Esse déficit decorre do não pagamento dos encargos de contribuições devidas pela patrocinadora Embrater, extinta em 13/04/90 (nota nº 19), e pela dívida oriunda do pagamento dos benefícios correntes do plano Embrater pelos planos Básicos citados anteriormente.

Quadro 104. Balanço Patrimonial do plano EMBRATER BD em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	0	0	EXIG. OPERACIONAL	77.687	67.911
RECURSOS A RECEBER	5	4	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	0	0	PROV. MATEMÁTICAS	32.515	36.672
FUNDO ADMINISTRATIVO	0	0	FUNDOS	0	0
			RESULT. REALIZADO	(110.197)	(104.579)
ATIVO TOTAL	5	4	PASSIVO TOTAL	5	4

15.4 Plano Ceres BD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 9,89% passando de R\$ 20.522 mil em 2016 para R\$ 22.551 mil em 2016 e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 9,61%, passando de R\$ 20.359 mil para R\$ 22.315 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 81 mil (Quadro 105).

Após a incorporação dos ganhos e perdas atuariais no contrato de saldamento firmado entre a patrocinadora e a Ceres, o plano apresentou, um superávit de R\$ 24 mil no exercício que, somado ao déficit de R\$ 112 mil acumulado em 2016, resultou num equilíbrio técnico negativo acumulado de R\$ 88 mil em 2017. O equilíbrio técnico negativo do plano após o ajuste de precificação dos títulos de investimentos marcados até o vencimento, previsto pela Resolução CNPC 16/2014, ficou em R\$ 841 mil positivo, o que representa 3,78% da Provisões Matemáticas e está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e na Nota 11.2.

Quadro 105. Balanço Patrimonial do plano Ceres BD em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	5	3	EXIG. OPERACIONAL	64	61
RECURSOS A RECEBER	77	73	EXIG. CONTINGENCIAL	7	1
INVESTIMENTOS	22.388	20.383	PROV. MATEMÁTICAS	22.244	20.297
FUNDO ADMINISTRATIVO	81	63	FUNDOS	324	275
			RESULT. REALIZADO	(88)	(112)
ATIVO TOTAL	22.551	20.522	PASSIVO TOTAL	22.551	20.522

15.5 Plano Ceres CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 21,21% passando de R\$ 8.544 mil em 2016 para R\$ 10.356 mil em 2017 e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 18,69%, passando de R\$ 8.538 mil para R\$ 10.134 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 39 mil.

O plano apresentou, no exercício, um superávit de R\$ 193 mil, referente à sub massa de assistidos que, somado ao déficit acumulado de R\$ 138 mil em 2016, resultou num equilíbrio técnico positivo acumulado de R\$ 55 mil em 2017. Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 43 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Visando dar mais segurança à cobertura dos benefícios não programados (benefícios de risco), esse plano tem contrato de seguro com a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S. A.

Quadro 106. Balanço Patrimonial do plano Ceres CV em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	21	20	EXIG. OPERACIONAL	5	3
RECURSOS A RECEBER	0	2	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	10.296	8.492	PROV. MATEMÁTICAS	10.129	8.535
FUNDO ADMINISTRATIVO	39	30	FUNDOS	167	144
			RESULT. REALIZADO	55	(138)
ATIVO TOTAL	10.356	8.544	PASSIVO TOTAL	10.356	8.544

Com relação à Cota Patrimonial, calculada com base na variação dos ativos do plano no período considerado, em 2017 o rendimento foi de 13% (treze por cento).

15.6 Plano Epagri BD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações), cresceu 8,71%, em relação a 2016, passando de R\$ 99.100 mil para R\$ 107.733 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 7,41% no mesmo período, passando de R\$ 103.467 mil para R\$ 111.139 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 552 mil.

Após a incorporação dos ganhos e perdas atuariais no contrato de saldamento firmado entre a patrocinadora e a Ceres, o plano apresentou, no exercício, um superávit de R\$ 767 que, somado ao déficit R\$ 5.409 mil acumulado em 2016, resultou num equilíbrio técnico negativo de R\$ 4.642 mil acumulado em 2017. O equilíbrio técnico negativo acumulado do plano após o ajuste de precificação dos títulos de investimentos marcados até o vencimento, previsto pela Resolução CNPC 16/2014, ficou em R\$ 330 mil, conforme o Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e a Nota 11.2.

Quadro 107. Balanço Patrimonial do plano Epagri BD em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	9	5	EXIG. OPERACIONAL	638	610
RECURSOS A RECEBER	3.727	3.341	EXIG. CONTINGENCIAL	661	1.351
INVESTIMENTOS	103.446	95.318	PROV. MATEMÁTICAS	109.840	101.506
FUNDO ADMINISTRATIVO	551	436	FUNDOS	1.236	1.042
			RESULT. REALIZADO	(4.642)	(5.409)
ATIVO TOTAL	107.733	99.100	PASSIVO TOTAL	107.733	99.100

5.7 Plano Epagri SD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 5,04% em relação a 2016, passando de R\$ 453.860 mil para R\$ 476.724 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 1,90% no mesmo período, passando de R\$ 441.139 mil para R\$ 449.509 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 1.807 mil.

A vigência do contrato de saldamento do plano se encerrou em junho de 2016, não havendo a incorporação de ganhos e perdas atuariais. O plano apresentou, no exercício, um resultado contábil positivo de R\$ 13.944 que, somado ao superávit acumulado de R\$ 9.637 em 2016, resultou num resultado positivo acumulado de R\$ 23.581 mil em 2017, representando 52,6% das Provisões Matemáticas.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 20.142 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Quadro 108. Balanço Patrimonial do plano Epagri SD em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	42	19	EXIG. OPERACIONAL	480	437
RECURSOS A RECEBER	77	87	EXIG. CONTINGENCIAL	169	216
INVESTIMENTOS	474.798	452.264	PROV. MATEMÁTICAS	448.860	440.486
FUNDO ADMINISTRATIVO	1.807	1.490	FUNDOS	3.634	3.084
			RESULTADO REALIZADO	23.581	9.637
ATIVO TOTAL	476.724	453.860	PASSIVO TOTAL	476.724	453.860

15.8 Plano Epagri CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 19,60% em relação a 2016, passando de R\$ 210.804 mil para R\$ 252.122 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 18,93%, passando de R\$ 191.231 mil para R\$ 257.434 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 1.032 mil.

O plano apresentou, no exercício, um superávit de R\$ 2.117 mil, referente à sub massa de assistidos que, somado ao superávit de R\$ 9.259 mil acumulado em 2016, culminou num resultado positivo acumulado de R\$ 11.376 mil em 2017, representando 16,33% das Provisões Matemáticas (parte BD do plano) conforme apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e na Nota 11.2.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 1.241 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Quadro 109. Balanço Patrimonial do plano Epagri CV em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	14	20	EXIG. OPERACIONAL	617	431
RECURSOS A RECEBER	483	1.920	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	250.593	208.082	PROV. MATEMÁTICAS	226.817	190.800
FUNDO ADMINISTRATIVO	1.032	782	FUNDOS	13.312	10.314
			RESULT. REALIZADO	11.376	9.259
ATIVO TOTAL	252.122	210.804	PASSIVO TOTAL	252.122	210.804

Com relação à Cota Patrimonial, calculada com base na variação dos ativos do plano no período considerado, em 2017, o rendimento foi de 13,7% (treze vírgula sete por cento).

15.9 Plano EMATER-MG BD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) decresceu 1,20% em relação a 2016, passando de R\$ 143.976 mil para R\$ 142.247 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) decresceram 1,36% no mesmo período, passando de R\$ 147.017 mil para R\$ 145.012 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 865 mil.

Após a incorporação dos ganhos e perdas atuariais no contrato de saldamento firmado entre a patrocinadora e a Ceres, o plano apresentou, no exercício, um déficit de R\$ 8 mil que, somado ao resultado negativo acumulado de R\$ 4.954 mil em 2016, resultou num equilíbrio técnico negativo acumulado de R\$ 4.962 mil em 2017. O equilíbrio técnico negativo do plano após o ajuste de precificação dos títulos de investimentos marcados até o vencimento, previsto pela Resolução CNPC 16/2014, ficou negativo em R\$ 93 mil, o que representa 0,6% da Provisões Matemáticas e está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e na Nota 11.2.

Quadro 110. Balanço Patrimonial do plano EMATER-MG BD em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	11	11	EXIG. OPERACIONAL	690	665
RECURSOS A RECEBER	4.501	4.320	EXIG. CONTINGENCIAL	93	149
INVESTIMENTOS	136.870	138.945	PROV. MATEMÁTICAS	144.229	146.204
FUNDO ADMINISTRATIVO	865	700	FUNDOS	2.197	1.912
ATIVO TOTAL	142.247	143.976	RESULT. REALIZADO	(4.962)	(4.954)
			PASSIVO TOTAL	142.247	143.976

15.10 Plano EMATER-MG SD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 5,99% em relação a 2016, passando de R\$ 265.405 mil para R\$ 281.304 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 1,73% no mesmo período, passando de R\$ 243.281 mil para R\$ 247.480 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 1.314 mil.

Em 2014, foi assinado com o patrocinador contrato financeiro de parcelamento da dívida, relativo ao saldamento do plano, sendo o valor transferido das “Provisões Matemáticas” para o “Realizável” da Gestão Previdencial, a título de valores a receber.

O plano apresentou, no exercício, um superávit de R\$ 11.251 mil que, somado ao resultado positivo acumulado de R\$ 20.268 mil em 2016, resultou num equilíbrio técnico positivo acumulado de R\$ 31.519 mil em 2017, representando 12,7% das Provisões Matemáticas que e está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e na Nota 11.2.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 10.271 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Quadro 111. Balanço Patrimonial plano do EMATER-MG SD em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	10	12	EXIG. OPERACIONAL	102	84
RECURSOS A RECEBER	58.912	66.009	EXIG. CONTINGENCIAL	50	8
INVESTIMENTOS	221.068	198.351	PROV. MATEMÁTICAS	247.328	243.189
FUNDO ADMINISTRATIVO	1.314	1.033	FUNDOS	2.305	1.856
			RESULTADO REALIZADO	31.519	20.268
ATIVO TOTAL	281.304	265.405	PASSIVO TOTAL	281.304	265.405

15.11 Plano EMATER-MG CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 20,34% em relação a 2016, passando de R\$ 138.902 mil para R\$ 167.149 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 18,92% no mesmo período, passando de R\$ 126.742 mil para R\$ 150.742 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 566 mil.

O plano apresentou, no exercício, um superávit de R\$ 1.381 mil, referente à sub massa de assistidos, que somado ao superávit acumulado de R\$ 5.961 mil em 2016, resultou num equilíbrio técnico positivo de R\$ 7.342 mil acumulado em 2017, representando 26,31% das Provisões Matemáticas (parte BD do plano) e está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e na Nota 11.2.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 828 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Quadro 112. Balanço Patrimonial do plano EMATER-MG CV em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	9	2	EXIG. OPERACIONAL	257	224
RECURSOS A RECEBER	966	900	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	165.608	137.546	PROV. MATEMÁTICAS	150.466	126.518
FUNDO ADMINISTRATIVO	566	454	FUNDOS	9.084	6.199
			RESULT. REALIZADO	7.342	5.961
ATIVO TOTAL	167.149	138.902	PASSIVO TOTAL	167.149	138.902

Com relação à Cota Patrimonial, calculada com base na variação dos ativos do plano, no período considerado, em 2017, o rendimento foi de 13,6% (treze vírgula seis por cento).

15.12 Plano EPAMIG BD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 3,61% em relação a 2016, passando de R\$ 13.417 mil para R\$ 13.902 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 3,45% no mesmo período, passando de R\$ 11.363 mil para R\$ 11.755 mil. Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 180 mil.

Após a incorporação dos ganhos e perdas atuariais no contrato de saldamento firmado entre a patrocinadora e a Ceres, o plano apresentou, no exercício, um superávit de R\$ 42 mil que,

somado ao saldo positivo acumulado de R\$ 1.813 mil em 2016, resultou num equilíbrio técnico positivo acumulado de R\$ 1.855 mil em 2017, representando 16,02% das Provisões Matemáticas e está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e na Nota 11.2.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 482 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Quadro 113. Balanço Patrimonial do plano EPAMIG BD em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	3	2	EXIG. OPERACIONAL	166	164
RECURSOS A RECEBER	460	439	EXIG. CONTINGENCIAL	9	1
INVESTIMENTOS	13.259	12.833	PROV. MATEMÁTICAS	11.580	11.198
FUNDO ADMINISTRATIVO	180	143	FUNDOS	292	241
			RESULT. REALIZADO	1.855	1.813
ATIVO TOTAL	13.902	13.417	PASSIVO TOTAL	13.902	13.417

15.13 Plano EPAMIG SD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 9,73% em relação a 2016, passando de R\$ 70.165 mil para R\$ 76.993 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 1,03% no mesmo período, passando de R\$ 54.466 mil para R\$ 55.026 mil (Quadro 101). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 497 mil.

Após a incorporação dos ganhos e perdas atuariais no contrato de saldamento firmado entre a patrocinadora e a Ceres, o plano apresentou, no exercício, um superávit de R\$ 6.095 mil, que somado ao saldo positivo acumulado de R\$ 15.026 mil em 2016, resultou num equilíbrio técnico positivo acumulado de R\$ 21.121 mil em 2017, representando 38,4% das Provisões Matemáticas e está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e na Nota 11.2.

Em atendimento ao limite da reserva de contingência previsto na Legislação, foi constituída, em 2016, reserva especial no valor de R\$ 3.642 e em 2017 o valor apurado monta a importância de R\$ 9.762 mil.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 3.351 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Quadro 114. Balanço Patrimonial plano EPAMIG SD em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	5	4	EXIG. OPERACIONAL	20	19
RECURSOS A RECEBER	11	10	EXIG. CONTINGENCIAL	24	4
INVESTIMENTOS	76.480	69.768	PROV. MATEMÁTICAS	54.982	54.443
FUNDO ADMINISTRATIVO	497	383	FUNDOS	846	673
			RESULTADO REALIZADO	21.121	15.026
ATIVO TOTAL	76.993	70.165	PASSIVO TOTAL	76.993	70.165

15.14 Plano EPAMIG CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 21,49% em relação a 2016, passando de R\$ 33.502 mil para R\$ 40.700 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 22,19% no mesmo período, passando de R\$ 31.660 mil para R\$ 38.684 mil (Quadro 115). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 196 mil.

O plano apresentou, no exercício, um déficit de R\$ 136 mil, referente à sub massa de assistidos, que somado ao superávit R\$ 136 mil acumulado em 2016, resultou num equilíbrio técnico nulo.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 176 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Quadro 115. Balanço Patrimonial do plano EPAMIG CV em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	6	8	EXIG. OPERACIONAL	184	166
RECURSOS A RECEBER	560	551	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	39.938	32.789	PROV. MATEMÁTICAS	38.500	31.494
FUNDO ADMINISTRATIVO	196	154	FUNDOS	2.016	1.706
			RESULT. REALIZADO	0	136
ATIVO TOTAL	40.700	33.502	PASSIVO TOTAL	40.700	33.502

Com relação à Cota Patrimonial, calculada com base na variação dos ativos do plano no período considerado, em 2017, o rendimento foi de 13,0% (treze por cento).

15.15 Plano CIDASC CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 36,28% em relação a 2016, passando de R\$ 16.515 mil para R\$ 22.506 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 51,05% passando de R\$ 14.339 mil para R\$ 21.659 mil (Quadro 116). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 200 mil.

O plano apresentou, no exercício, um superávit de R\$ 70 mil, referente à sub massa de assistidos que, somado ao superávit acumulado de R\$ 30 mil em 2016, resultou num equilíbrio técnico positivo acumulado de R\$ 100 mil em 2017, representando 9,97% das Provisões Matemáticas (parte BD do plano) e está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e na Nota 11.2.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 124 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Visando dar mais segurança à cobertura dos benefícios não programados (benefícios de risco), esse plano tem contrato de seguro com a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S. A.

Quadro 116. Balanço Patrimonial do plano CIDASC CV em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	3	4	EXIG. OPERACIONAL	108	139
RECURSOS A RECEBER	0	255	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	22.303	16.123	PROV. MATEMÁTICAS	21.551	14.200
FUNDO ADMINISTRATIVO	200	133	FUNDOS	747	2.146
			RESULT. REALIZADO	100	30
ATIVO TOTAL	22.506	16.515	PASSIVO TOTAL	22.506	16.515

Com relação à Cota Patrimonial, calculada com base na variação dos ativos do plano no período considerado, em 2017, o rendimento foi de 12,8% (doze vírgula oito por cento).

15.16 Plano ABDI CD

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 24,71% em relação a 2016, passando de R\$ 9.023 mil para R\$ 11.253 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 24,26% passando de R\$ 8.636 mil para R\$ 10.732 mil (Quadro 117). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 46 mil.

O plano apresenta o equilíbrio técnico nulo em virtude da constituição do plano na modalidade de Contribuição Definida.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 63 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Visando dar mais segurança à cobertura dos benefícios não programados (benefícios de risco), esse plano tem contrato de seguro com a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S. A.

Quadro 117. Balanço Patrimonial do plano ABDI CD em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	2	2	EXIG. OPERACIONAL	21	20
RECURSOS A RECEBER	233	225	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	10.972	8.767	PROV. MATEMÁTICAS	10.711	8.617
FUNDO ADMINISTRATIVO	46	29	FUNDOS	521	386
			RESULT. REALIZADO	0	0
ATIVO TOTAL	11.253	9.023	PASSIVO TOTAL	11.253	9.023

15.17 Plano EMATER-DF CV

O ativo total (disponível, contas a receber e aplicações) cresceu 52,41% em relação a 2016, passando de R\$ 12.61 mil para R\$ 19.602 mil e as obrigações (exigível operacional, contingencial e compromissos atuariais) cresceram 52,21% passando de R\$ 12.418 mil para R\$ 18.902 mil (Quadro 118). Compõe o patrimônio do plano a marcação da participação no fundo administrativo do PGA no valor de R\$ 48 mil.

O plano apresentou no exercício um superávit de R\$ 33 mil, referente à sub massa de assistidos que, somado ao resultado positivo acumulado R\$ 59 mil em 2016, resultou num equilíbrio técnico positivo acumulado de R\$ 92 mil em 2017, representando 23,06% das Provisões Matemáticas (parte BD do plano) e está apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL e na Nota 11.2.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015 e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo, de R\$ 82 mil, não poderá ser somado ao equilíbrio técnico positivo acumulado.

Visando dar mais segurança à cobertura dos benefícios não programados (benefícios de risco), esse plano tem contrato de seguro com a AXA Seguros S. A.

Quadro 118. Balanço Patrimonial do plano EMATER-DF CV em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	443	2	EXIG. OPERACIONAL	129	102
RECURSOS A RECEBER	0	0	EXIG. CONTINGENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS	19.080	12.811	PROV. MATEMÁTICAS	18.773	12.316
FUNDO ADMINISTRATIVO	79	48	FUNDOS	608	384
			RESULT. REALIZADO	92	59
ATIVO TOTAL	19.602	12.861	PASSIVO TOTAL	19.602	12.861

Com relação à Cota Patrimonial, calculada com base na variação dos ativos do plano no período considerado, em 2017, o rendimento foi de 12,3% (doze vírgula três).

15.18 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

O ativo total (disponível, contas a receber, aplicações e bens de uso próprio) cresceu 19,75% em relação a 2016, passando de R\$ 30.507 mil para R\$ 36.531 mil, as obrigações (fornecedores, tributos, contingências e provisões trabalhistas) cresceram 6,09% no mesmo período, passando de R\$ 10.378 mil para R\$ 11.010 mil (Quadro 106). O Fundo Administrativo cresceu 26,79%, passando de R\$ 20.129 mil para R\$ 25.521 mil.

Quadro 119. Balanço Patrimonial Plano de Gestão Administrativa em 31.12.2017 (R\$ Mil).

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	12	11	EXIG. OPERACIONAL	2.080	2.021
RECURSOS A RECEBER	11.058	10.454	EXIG. CONTINGENCIAL	8.930	8.357
INVESTIMENTOS	24.811	19.307	FUNDOS	25.521	20.129
PERMANENTE	650	735			
ATIVO TOTAL	36.531	30.507	PASSIVO TOTAL	36.531	30.507

16. TRIBUTOS COMPENSADOS (PIS, COFINS, IRRF E IOF)

Em função da anistia concedida pela Medida Provisória nº 2.222/01, a Ceres recolheu a maior o valor de R\$ 4,7 milhões, a título de imposto de renda, no período de 1998 a 2001. A Fundação efetuou, então, em exercícios seguintes, a compensação deste crédito (pagamento a maior) com outros tributos devidos (PIS, COFINS, e IOF), mas a Receita Federal indeferiu esta compensação. Baseada nesta decisão, a Ceres ajuizou uma ação anulatória visando obter o cancelamento da decisão administrativa da Receita Federal, que havia negado o pedido de compensação. Nesta ação, o juiz deferiu a antecipação dos efeitos da tutela para suspender a exigibilidade do recolhimento dos tributos compensados pela Ceres. O processo encontra-se em primeira instância, aguardando julgamento de mérito. A Fundação, caso venha a ser condenada em definitivo para o recolhimento dos tributos compensados, possui patrimônio suficiente para cobertura do pagamento. Em 28/12/2011, foi feito um depósito judicial no valor de R\$ 479 mil e a ação judicial não foi considerada como “de perda provável”, conforme avaliação da Gerência jurídica da Ceres. O valor do depósito foi atualizado para 2016 com base no extrato bancário da conta judicial emitido pela Caixa Econômica Federal e monta a importância de R\$ 729 mil. Esse valor não está contingenciado.

17. CONSOLIDAÇÕES DO BALANÇO

Em atendimento ao disposto nos itens 28 e 29 da Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano e consolidadas. Essa consolidação é registrada em balancete auxiliar, denominado balancete de operações comuns, eliminando registros de valores a pagar e a receber entre os planos, superávit e déficit técnico dentre outros. Para efeito de consolidação do balanço de 2017, foram anuladas as seguintes operações:

Quadro 120. Operações Anuladas em 31.12.2017 (R\$ Mil).

CONTA CONTÁBIL	SINAL	VALOR	HISTÓRICO
1221050103	C	575	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
1221050104	C	4	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
2119010105	D	575	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
2137010105	D	4	Conciliações de fluxos entre os Planos e PGA
1223010101	C	502	Participações no Plano de Gestão Administrativa
2322020101	D	502	Participação dos Planos no Fundo Administrativo
2312010201	C	3.432	Ajuste do Resultado (superávit / déficit)
2312010102	D	1.820	Ajuste do Resultado (superávit / déficit)
2312010101	D	1.612	Ajuste do Resultado (superávit / déficit)

18. FATOS RELEVANTES

18.1 Ativos Contingentes – Expurgos inflacionários sobre a Obrigaçāo do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

Em novembro de 2010, foi emitida a certidão de trânsito em julgado da ação que a Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP moveu contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, referente à correção paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC para BTN. A Ceres faz parte dessa ação e, em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.180/2009 e ao Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, não efetuou contabilização desse possível acréscimo nos investimentos em função de ainda não se conhecer adequadamente os valores que cada entidade tem direito.

18.2 Incorporação de ganhos e perdas atuariais nos contratos de saldamentos

Em observância à Instrução Normativa PREVIC nº 26, de 10 de março de 2016, que altera a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, a Fundação Ceres realizou a incorporação dos ganhos e perdas atuariais nos instrumentos contratuais firmados com o patrocinador (contratos de saldamento de planos), considerando o valor do equilíbrio técnico ajustado (equilíbrio técnico do plano após o ajuste de precificação), conforme Notas nº 9 e 12.

18.3 Ajuste de Precificação

Conforme a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, foram realizados os “Ajustes de Precificação”, positivos ou negativos, dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços e classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”, na apuração do equilíbrio técnico ajustado dos planos de benefícios. No Quadro 82 estão apresentados os valores apurados para o ajuste de precificação, que serão acrescidos ou deduzidos do Equilíbrio Técnico acumulado que está disposto no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano – DAL.

Em observância à Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e de acordo com o entendimento expresso na Cartilha de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, o Ajuste de Precificação positivo não foi somado ao Equilíbrio Técnico positivo acumulado apresentado no DAL.

18.4 Nova estrutura de gestão dos investimentos

Para um ajustamento mais adequado dos fluxos dos ativos aos fluxos dos passivos dos planos de benefícios, foi implementada, a partir do dia 22 de dezembro de 2017, nova estrutura de gestão dos investimentos, conforme Nota nº 5.

19. DÍVIDA DA EXTINTA PATROCINADORA EMBRATER

A Lei nº 8.029, de 12/04/90, extinguiu a Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e uma das patrocinadoras instituidoras da Fundação Ceres.

A partir de abril de 1990 foram tomadas providências administrativas junto ao Liquidante da patrocinadora para salvaguardar os direitos dos participantes que optaram pela sua manutenção no plano.

Em julho de 1991, foram iniciadas as providências para ajuizamento da ação de cobrança, por meio de interpelações judiciais ao Liquidante da Embrater e ao Secretário de Administração Federal, buscando posicionamento quanto ao cumprimento das obrigações estatutárias assumidas pelo patrocinador, especialmente na guarda dos recolhimentos, definidos no art. 12 do Estatuto.

Em 25/10/91, sem a manifestação dos interpelados, foi interposta ação de procedimento ordinário contra a União, visando obter o recolhimento dos citados fundos. O valor da dívida, atualizado pelo IGP-DI mais 1% a.m. representava, em 31/12/2001, R\$ 361.035 mil. Tal atitude foi necessária, uma vez que a falta desse recolhimento acarretaria a insuficiência do patrimônio do plano da Embrater, constituído para suportar os benefícios aos ex-participantes daquela patrocinadora que optaram em manter a inscrição no plano de seguridade.

De acordo com ofício nº 492/GAB/SPC/CGOF/95, de 08/08/95, da Secretaria de Previdência Complementar-SPC, o processo referente à dívida citada, foi analisado pela Comissão Especial de Apoio à Retirada de Patrocinadores, merecendo parecer favorável, nos termos da Resolução MPAS/SPC nº 06, de 07/04/88, o que propiciou entendimentos administrativos com suspensão da ação de cobrança para possível acordo. Entretanto, este acordo, por não ter sido realizado, ensejou a retomada do processo judicial. Conforme a relação original entre a Ceres e a Embrater, a União, sua sucessora legal, de acordo com a Lei nº 8.029, de 12/04/90, deverá satisfazer o débito perante a Ceres.

A ação judicial movida contra a União foi julgada improcedente pela juíza da 4ª Vara Federal em 17/11/94. A Ceres recorreu da sentença por meio de apelação junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª região. Em 14/05/98 foi publicado acórdão de improcedência da apelação da Fundação. A Ceres opôs Embargos Infringentes, cujo julgamento, ocorrido em 22/09/99, não proveu mencionado recurso. Publicado o acórdão em 14/02/00, foram opostos embargos de declaração, sendo negado provimento. Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial, que foram indeferidos pelo Vice-Presidente do TRF da 1ª Região. Contra essa decisão foram interpostos, no dia 07/11/03, dois agravos de instrumentos: um para o Supremo Tribunal Federal e outro para o Superior Tribunal de Justiça.

A Fundação aguardava apreciação de agravo regimental em agravo de instrumento perante o Supremo Tribunal Federal, uma vez que o agravo inicial foi improvido. O recurso interposto perante o Superior Tribunal de Justiça foi improvido, não havendo outros recursos a serem aviados perante este Tribunal.

Em 31/12/2001, foi efetuada provisão para equilibrar o valor do fundo previdencial (passivo) ao valor da dívida da Embrater registrada no realizável (ativo) da Gestão Previdencial. Tanto a dívida (ativo) quanto o fundo (passivo) foram atualizados monetariamente no exercício de 2002, gerando receitas e despesas previdenciais no mesmo valor. Esse procedimento, apesar de não interferir no resultado, aumentava o patrimônio total (ativo) e as obrigações (passivo), causando uma falsa ilusão de volume do patrimônio. Para melhor adequar os critérios contábeis, foi efetuada reclassificação desse valor no montante de R\$ 143.458 mil, como redutora do montante da dívida na conta “Outros Realizáveis” do ativo.

De acordo com avaliação da Assessoria Jurídica da Ceres, por meio dos memorandos nº 91/2015 e nº 133/2015, o valor da dívida a ser cobrado judicialmente, da União, corresponde aos pagamentos dos benefícios, do plano Embrater, realizados pelos demais planos básicos e sua atualização monetária, bem como o saldo das provisões matemáticas necessárias para quitação dos benefícios do plano. Esse valor está evidenciado no Ativo do plano Embrater e provisionado para perda em função da possibilidade remota de recebimento.

O valor pago pelos demais planos básicos, administrados pela Fundação Ceres, ao Plano Embrater Básico totaliza, conforme registrado no balancete contábil de dezembro de 2017, o montante de R\$ 77,6 milhões. Além disso, o valor presente dos benefícios a pagar, com base na sobrevida dos 64 aposentados e pensionistas, é de R\$ 32,5 milhões. Portanto, o saldo devedor total do Plano Embrater Básico, em 2017, é de R\$ 110,1 milhões.

Ao longo desses anos, a Fundação Ceres tomou inúmeras medidas administrativas e judiciais para conseguir esses valores junto à União, mas até o presente momento não obteve sucesso.

Considerando esta situação e a baixa probabilidade de obter a alocação dos recursos por parte da União, a Diretoria Executiva da Fundação Ceres decidiu dar início ao processo de equacionamento de déficit, conforme determinado na Resolução CGPC Nº 26/2008, instituindo uma taxa de contribuição extraordinária em percentual que possa trazer reflexo significativo para redução do valor a ser emprestado pelos demais planos de benefícios.

Em setembro de 2015, o assunto foi submetido ao Conselho Deliberativo, que em reunião realizada em dezembro de 2015, analisou e aprovou o equacionamento parcial do déficit na forma proposta pela Diretoria da Ceres, condicionando a implementação à consulta à PREVIC sobre esta decisão.

A consulta foi então formulada à PREVIC, em janeiro de 2016, que por sua vez, se posicionou, por meio do Ofício nº 995/CGTR/DITEC/PREVIC, pela inviabilidade da instituição e aplicação da contribuição extraordinária sobre os benefícios dos assistidos do plano.

Em atenção ao Ofício 3514/CFDF/CGFD/DIFIS/PREVIC, de 13 de agosto de 2013, semestralmente a Ceres presta informações à PREVIC acerca dos andamentos de ações judiciais relativas à cobrança de recursos para a cobertura dos compromissos do Plano EMBRATER BD.

No exercício de 31/12/2017, a entidade promoveu as seguintes ações com vistas a restaurar o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios:

Em abril 2017, foi realizada reunião de trabalho na sede da Previc, que contou com a presença, Diretor Superintendente da Previc, Fábio Coelho, e Diretor de Fiscalização e Monitoramento da previc, Sérgio Djundi Taniguchi, do Diretor Superintendente da Ceres, José Roberto Rodrigues Peres, do Diretor de Seguridade da Ceres, José João Reis, do Secretário Executivo da Ceres, Jobson Dantas de Barros, e dos Gerentes de Atuária, Rodrigo Dias Ramos, e Jurídico, Fernando Nunes Simões, entre outros assuntos discutidos, foi apresentado resumidamente os últimos andamentos acerca do processo judicial ajuizado pelos assistidos do plano de benefícios da extinta Embrater contra a Ceres e a União Federal, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sob o número 2004.34.00.025542-2.

Como resultado do encontro, a Previc demonstrou disposição em atuar como terceiro interessado nos autos do sobreditto processo judicial, visando a reforma da sentença no que se refere à manutenção da liminar.

Em face do processo judicial movido pela Ceres contra a União Federal visando o recebimento dos recursos garantidores, ter transitado em julgado, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com decisão desfavorável, a Diretoria da Ceres vislumbrou a possibilidade de rediscutir o assunto administrativamente junto à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Tesouro Nacional, por meio de orientação e colaboração da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e de assessoramento técnico especializado.

Assim, em julho de 2017, a Ceres contratou a empresa de Consultoria Rodarte Nogueira e Ferreira para prestar os trabalhos de assessoramento técnico.

Considerando o desfecho favorável em situação análoga envolvendo outra Entidade, o Instituto GEIPREV, na qual foi celebrado acordo com à União Federal para recebimento da dívida desta como sucessora legal das obrigações junto ao plano de benefícios então patrocinado pela extinta Empresa Brasileira de Trens Urbanos - EBTU, a Ceres formulou, em dezembro de 2017, pedido de mediação e conciliação junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc – CMCA. Destaca-se que a EBTU foi extinta pela mesma Lei que extinguiu a Embrater.

A partir dessa nova estratégia de ação, a Diretoria da Ceres espera superar o caso em tela por meio da CMCA.

20. EVENTO SUBSEQUENTES

Para o exercício de 2017, não houve eventos subsequentes relevantes após as demonstrações de 31 de dezembro de 2017 que gerem ajustes nas Demonstrações Contábeis.



JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PÉRES
Diretor Superintendente
CPF 376 694 967 15

JOSE JOÃO REIS
Diretor de Segurança
CPF 179 074 541 15

DANTE DANIEL GIACOMELLI SCOLARI
Diretor de Investimentos
CPF 161 825 610-68

DINARTE MELO GOUVEIA
Contador CRC-DF nº 14680
CPF 474.326.754-49

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: + 55 61 3322 5270
www.bdobrazil.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da
CERES - Fundação de Seguridade Social
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CERES - Fundação de Seguridade Social ("CERES", "Fundação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela CERES, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios dos patrocinadores Embrapa, Epagri, Emater Minas Gerais - Emater MG, Epamig, Cidasc, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, Emater Distrito Federal - Emater DF e Ceres, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES - Fundação de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2017, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 101.840 mil, dos quais R\$ 77.665 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES decorrente do pagamento dos benefícios dos assistidos daquele plano com recursos dos demais planos básicos efetuados em atendimento à decisão judicial do Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001 que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar determina que os planos devem ter independência patrimonial. Consequentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar as demonstrações contábeis em decorrência do desfecho deste tema.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade do plano Embrater BD

As demonstrações contábeis do plano Embrater BD, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da operação. Entretanto, conforme mencionado na nota explicativa nº 19, em 13 de abril de 1990 houve extinção da patrocinadora a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater e a cessação dos repasses de contribuições para que o plano continuasse a honrar o compromisso com seus assistidos. Também, conforme mencionado, nas notas explicativas nº 19 e 6, considerando a não existência de recursos por parte do plano Embrater, a Ceres, em cumprimento de decisão judicial do Tribunal Regional Federal, vem efetuando o pagamento dos benefícios do extinto plano com a utilização dos recursos dos demais planos básicos administrados pela Entidade, o que a sua administração entende como medida alternativa para a continuidade do cumprimento das obrigações do plano. A continuidade operacional deste plano depende da continuidade do cumprimento da decisão judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 20 de março de 2018.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

XII. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, do Anexo "C" da Resolução CNPC nº 08, de 31/10/2011, e ao item "i" do Inciso I, do artigo 4º da Instrução Normativa SPC nº 34 de 24/09/2009, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais, no Parecer dos Auditores Independentes, bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal, apresenta a seguir, o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2017.

Ante o exposto no presente Relatório, chegamos as seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial, Demonstração de Mutação do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação.
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2017, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto no item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34/2009, conforme evidenciado no relatório de auditoria independente BDO auditores Independentes de 20 de março de 2018.
- c) Em relação ao Relatório dos Auditores Independentes, o documento apresentou ressalva em:
 - i. À continuidade operacional do plano Embrater BD, visto que tal continuidade está atrelada ao cumprimento da decisão judicial do Tribunal Regional Federal.

Destacaram que no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 101.840 mil, dos quais R\$ 77.665 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES decorrente do pagamento dos benefícios dos assistidos daquele plano com recursos dos demais planos básicos efetuados em atendimento à decisão judicial do Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001 que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar determina que os planos devem ter independência patrimonial. Consequentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos.

Contudo, consideramos que o Parecer sobre os demais assuntos é pertinente e que as Demonstrações Contábeis auditadas, pela Auditoria Independente, estão aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil.

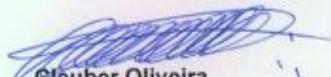
- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitido pela Assessoria Atuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência

Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

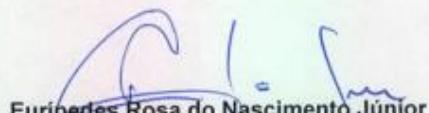
O Conselho Fiscal da Ceres – Fundação de Seguridade Social, diante das considerações sobre as Demonstrações Contábeis, os Pareceres Atuariais, o Parecer dos Auditores Independentes e atinentes às Notas explicativas, assim como, sobre as análises feitas nas reuniões mensais, RESOLVE aprovar as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2017, levando em consideração as análises e conclusões destacadas anteriormente.

Este é o nosso Parecer.

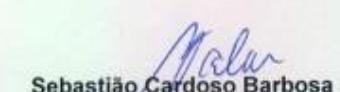
Brasília/DF, 20 de Março de 2018.



Cleuber Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e Assistidos da
EMBRAPA



Eurípedes Rosa do Nascimento Júnior
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EMBRAPA



Sebastião Cardoso Barbosa
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e Assistidos da
EMATER - MG



Arádia Luiza dos Santos Costa
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EPAGRI

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



PARECERES ATUARIAIS

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

Os Pareceres de cada plano estão disponíveis a seguir.

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EMBRAPA

PLANO EMBRAPA BÁSICO

POSIÇÃO EM 31/12/2017

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do plano de benefícios denominado plano Embrapa Básico, mantido pela Embrapa e administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial, da taxa de crescimento real dos salários e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros, crescimento real dos salários e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016, a alteração do crescimento real de salários de 1,61% para 1,65% e a mudança dos fatores de capacidade, conforme comentado abaixo.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise é estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento. Desde a implantação do Plano Embrapa-FlexCeres, em maio de 2007, o plano Embrapa Básico se encontra em extinção, estando fechado a novas inscrições.

O plano de benefícios apresenta apenas um grupo de custeio.

O custo total do plano em 2017, composto pelo custo normal e extraordinário, situou-se em 35,010% sobre o total dos salários-de-participação dos seus participantes, tendo apresentado pequena variação em relação ao custo registrado na avaliação de 2016, cujo percentual foi de 34,772%, fruto de modificações na taxa média de contribuição e no custo normal do plano. Contribuíram como causas de variação do custo as mudanças cadastrais ocorridas no período e a alteração nas hipóteses atuariais. A estabilidade dos custos do plano é fruto da conjugação dos impactos opostos, destacando-se como fatores desse aumento a elevação do custo com a administração do plano (2016 = 2,389% e 2017 = 2,603%).

TABELA Nº 01 – CUSTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS –PLANO EMBRAPA BÁSICO

Tipo de Custo	Total
Normal	18,836%
Dotação Inicial	2,320%
Extraordinário ¹	13,854%
Total	35,010%

Notas: (1) Neste custo está incluída a taxa de contribuição extraordinária dos assistidos de 0,280% sobre o valor do benefício, correspondente a 0,330% sobre a folha de salário-de-participação. O montante dessa contribuição extraordinária paga pelos assistidos atuais e futuros é de R\$ 13.872.998, sendo R\$ 5.301.535 referente aos atuais assistidos e R\$ 8.571.463 relativos aos futuros assistidos.

Plano de custeio para 2018

O plano de custeio para 2018 será mantido nos mesmos percentuais praticados no exercício de 2017, uma vez que as alíquotas de contribuição da patrocinadora e dos participantes e assistidos produzem um custeio na dimensão do custo total do plano.

Vale ressaltar que o prazo de financiamento da contribuição extraordinária necessário para integralizar a reserva a amortizar corresponde a uma média de 8,43 anos. Esse prazo é a média do tempo remanescente da elegibilidade à aposentadoria dos participantes não iminentes.

A contribuição total prevista para a patrocinadora será de 21,266% do total dos salários-de-participação, enquanto que para os participantes ativos se estima uma contribuição média de 13,414% e para os participantes assistidos de 0,330%, conforme apresentado na tabela nº 02. Os assistidos com data de início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria, pagam contribuição de 8,28% sobre os benefícios, os demais assistidos pagam 0,28% sobre os benefícios.

**TABELA Nº 02 – CUSTEIO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PARA 2018 – PLANO
 EMBRAPA BÁSICO**

Patrocinadora	Participante		Total	
	Ativo	Assistido		
	21,266%	13,414%	0,330%	35,010%

Notas: (1) Contribuição extraordinária dos assistidos de 0,280% sobre o valor do benefício, correspondente a 0,330% sobre a folha de salário-de-participação. Além dessa contribuição, os assistidos pagam 8% incidentes sobre os benefícios.

**TABELA Nº 03 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2018 –CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL DOS PARTICIPANTES
 ATIVOS – PLANO EMBRAPA BÁSICO**

% Sobre o Salário de Participação ¹	Sobre o excedente do SP em relação		Contribuição Média
	À metade do Valor de Referência	Ao Valor de Referência	
2,180% a 4,378%	2,906%	15,816%	13,414%

NOTAS: (1) Calculada em função da idade do participante na data da inscrição.

(2) Em % dos salários de participação na data desta avaliação.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Embrapa Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados aos fatores biométricos e ao risco de mercado, principalmente ao que se refere à longevidade e à taxa de juros. Estes riscos podem surgir pela inadequação das hipóteses atuariais trazendo volatilidade ao plano de benefícios. O monitoramento sistemático desses riscos é realizado através: das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e premissas atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2017, um déficit atuarial de R\$ 71.834.027,03, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, que alterou o art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, abaixo transcrito.

Art. 28. Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Caberá ao Conselho Deliberativo da entidade fechada aprovar o plano de equacionamento de déficit, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, três planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

§ 5º As provisões matemáticas de que tratam este artigo referem-se às parcelas dos planos estruturadas sob a forma de benefício definido, independentemente da modalidade que o plano de benefícios esteja estruturado, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 6º Os planos de equacionamento deverão prever amortização que contemple fluxo linear ou decrescente de contribuições e os respectivos ativos deverão ser compatíveis com as necessidades de liquidez dos planos de benefícios.

§ 7º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar ao órgão de fiscalização e supervisão contrato de dívida reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 8º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na efetiva cobertura total do débito contratado.

§ 9º O órgão de fiscalização e supervisão, dentro de suas competências e atribuições legais, poderá exigir a adoção de planos de equacionamento em situações que evidenciem riscos à solvência dos planos de benefícios.

§ 10. O plano de equacionamento deverá se iniciar em, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, complementada pelas disposições da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo

da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 71.834.027,03 e que apurou-se um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 186.291.912,13, obteve-se como Equilíbrio Técnico Ajustado um superávit de R\$ 114.457.885,10, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Quanto à situação atuarial, calculou-se uma provisão matemática total de R\$ 4.115.918.084,00, composta por R\$ 1.741.932.852,76 relativos aos benefícios concedidos, de R\$ 2.646.665.625,00, referente aos benefícios a conceder, e de provisões matemáticas a constituir de R\$ 272.680.393,76, as quais possuem um efeito redutor no cálculo das provisões matemáticas totais.

Conforme se observa na tabela nº 04, apresentada a seguir, o plano registrou um déficit em 31/12/2017 de R\$ 71.834.027,03, o qual mostrou melhorias em relação a 31/12/2016, cujo montante era de R\$ 244.223.453,35, sendo a redução no déficit ocasionada, principalmente, pelo alcance de rentabilidades patrimoniais acima da meta atuarial. As variações no resultado do plano, decorrentes de outros fatores atuariais estão apresentadas adiante, na tabela que retrata as perdas e ganhos atuariais.

TABELA Nº 04 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EMBRAPA BÁSICO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano – PCP	3.689.253.052,65	4.044.084.056,97	9,62%
Provisões Matemáticas – PM	3.933.476.506,00	4.115.918.084,00	4,64%
Resultados realizados	(244.223.453,35)	(71.834.027,03)	-70,59%
Resultado sobre as PM	-6,21%	-1,75%	-
Resultado sobre o PCP	-6,62%	-1,78%	-
Ajuste de Precificação	193.119.283,05	186.291.912,13	-3,54%
Resultado Ajustado	(51.104.170,30)	114.457.885,10	-323,97%

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2017 foi de 11,43% em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,88%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,70% a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 3,29% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 05 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2017 – VALORES EM R\$

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Crescimento Salarial	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	111.686.957	16.431.069	128.118.026
Perda	0	0	-11.936.162	-995.841	0	0	-12.932.003
Total	0	0	-11.936.162	-995.841	111.686.957	16.431.069	115.186.023

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios se encontra em situação de desequilíbrio atuarial, conforme a tabela abaixo, possuindo um déficit atuarial de R\$ 71.834.027,03, cuja natureza é, em nossa opinião, conjuntural, tendo em vista a redução ocorrida em relação ao exercício anterior, a qual foi produzida em função de ganhos provenientes da rentabilidade patrimonial acima da meta atuarial, a qual, se mantida nos anos posteriores, continuará a contribuir para a redução do déficit do plano de benefícios.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros e superávit técnico.

TABELA Nº 06– BALANÇO ATUARIAL – 31/12/2017

Ativo	Passivo
Patrimônio de Cobertura do Plano	4.044.084.057
Contribuições Futuras	433.781.196
Contribuição Normal	161.100.802
Contribuição Extraordinária	272.680.394
Total	4.477.865.253
Fundos previdenciais	
Benefícios Futuros	4.549.699.280
Benefícios Concedidos	1.741.932.853
Benefícios a Conceder	2.807.766.427
Resultados realizados	(71.834.027)
Total	4.477.865.253

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial, como também no exercício anterior, não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EMBRAPA

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EMBRAPA-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano de benefícios Embrapa-FlexCeres, patrocinado pela Embrapa e administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

O plano Embrapa-FlexCeres foi implantado a partir de maio de 2007 e possui apenas um grupo de custeio.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2017

Tipo de Custo	Taxas Médias
<i>Benefícios de risco</i>	1,174%
Patrocinadora	0,587%
Participante	0,587%
<i>Administrativo</i>	0,618%
Patrocinadora	0,309%
Participante	0,309%
<i>Custo Total</i>	1,792%
Patrocinadora	0,896%
Participante	0,896%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Embrapa-FlexCeres representavam na data desta avaliação atuarial 1,792% dos salários-de-participação, observando-se uma elevação no custo em relação ao percentual registrado na avaliação de 31/12/2016, que foi de 1,706%. O aumento dos custos dos benefícios é decorrente das modificações no perfil da população de participantes, decorrente, inclusive, das novas adesões, bem como do aumento da despesa com benefícios de risco.

Plano de custeio para 2018

Na tabela nº 02 está apresentado o plano de custeio para 2018, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2017 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano. O custeio dos benefícios de risco para 2018 será de 0,960%, correspondendo à proposição da manutenção do custeio praticado em 2017, apesar do custo dos benefícios de risco apurado em 31/12/2017 ter sido de 1,174%, haja vista a existência do total dos fundos de benefícios de risco no valor de R\$ 64.539.789 ser suficiente para o seu objetivo principal de mitigar o risco principalmente de invalidez e morte e ainda poder financiar o custeio abaixo do custo. Já o custeio administrativo para 2018 será igual ao custo administrativo apurado em 31/12/2017.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2017

Tipo de Custeio	Taxas Médias
<i>Benefícios programados</i>	13,188%
Patrocinadora	6,117%
Participante	7,071%
<i>Benefícios de risco</i>	0,960%
Patrocinadora	0,480%
Participante	0,480%
<i>Custeio administrativo</i>	0,618%
Patrocinadora	0,309%
Participante	0,309%
<i>Custeio Total</i>	14,766%
Patrocinadora	6,906%
Participante	7,860%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,618%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Embrapa-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2017 equilíbrio atuarial, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015 que alterou o art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, abaixo transcrito.

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, complementada pelas disposições da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 18,09 anos, cuja aplicação na formula de solvência estabelecida no art. 7º, acima comentado, resulta em um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 3.441.162,50.

Não existe reserva de contingência a ser constituída, considerando-se que o plano apresentou resultado nulo.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Embrapa-FlexCeres eram, em 31/12/2017:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	630.304.587	796.994.693	26,45%
Provisões Matemáticas	629.886.118	796.994.693	26,53%
Benefícios Concedidos	12.241.915	13.764.650	12,44%
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	0	-
Benefícios Futuros	41.320.464	43.506.096	5,29%
Contribuições Futuras	-41.320.464	-43.506.096	5,29%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	617.644.203	783.230.043	26,81%
Resultados Realizados	418.469	0	-
Ajuste de Precificação	3.667.517	3.656.926	-0,29%
Resultado Ajustado	NA	NA	

As provisões matemáticas dos benefícios de risco foram reavaliadas com base nas metas estabelecidas para os benefícios programados em 31/12/2017.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Embrapa-FlexCeres, no exercício de 2017 foi de 13,23%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 8,04%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,85%. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida situou-se acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 4,80% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, notadamente pela entrada de novos participantes no plano, pelas variações salariais ocorridas, alteração nas hipóteses atuariais e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 –PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	724.121	0	724.121
Perda	0	0	-39.917	0	0	-573.895	-613.813
Total	0	0	-39.917	0	724.121	-573.895	110.309

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial acumulado nulo , conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é igual ao patrimônio de cobertura do plano, sendo sua natureza conjuntural, tendo em vista que a causa principal do resultado atuarial está relacionada com a conjugação da boa rentabilidade patrimonial do exercício e do aumento do custo dos benefícios de risco.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL –31/12/2017

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	796.994.693	Benefícios Futuros	840.500.789
Contribuições Futuras	43.506.096	Benefícios Concedidos	13.764.650
Risco	43.506.096	Benefícios a Conceder	826.736.139
		Programados	783.230.043
		Risco	43.506.096
		Resultados Realizados	0
Total	840.500.789	Total	840.500.789

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2017, o montante de R\$ 68.309.660,19 em saldos de fundos previdenciais, distribuídos conforme o quadro abaixo:

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS –31/12/2017

Discriminação	2016	2017	Variação
Fundos Previdenciais	56.518.485,11	68.309.660,19	20,86%
Fundo Coletivo de Desligamento	3.110.630,65	3.916.950,91	25,92%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	8.683.415,28	9.834.886,35	13,26%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	44.724.439,18	54.557.822,93	21,99%

Em 31/12/2017 ocorreu a reversão do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 147.079,74, para equilibrar o resultado atuarial do exercício, tendo a finalidade precípua desse fundo de contribuir para a solvência financeira e atuarial do plano de benefícios.

A constituição e finalidade do Fundo Coletivo de Desligamento estão previstas no regulamento do plano de benefícios, e a constituição dos Fundos de Riscos foi feita com base em contribuições regulamentares excedentes com a finalidade de cobertura de oscilações dos benefícios de risco.

Comentários finais

Reiteramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA CERES**

PLANO EMBRATER BÁSICO

POSIÇÃO EM 31/12/2017

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do plano de benefícios da EMBRATER administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano de benefício não possui mais participantes ativos e, por esse motivo, não há necessidade de se calcular custos de benefícios, uma vez que o plano já ultrapassou a fase de acumulação de reservas matemáticas.

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio.

Plano de custeio para 2018

O plano de custeio previsto para 2018 é composto, no mínimo, de contribuições de 8% incidentes sobre os benefícios dos assistidos.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 01 de abril de cada exercício.

Em virtude da situação deficitária do plano de benefícios somente vir se agravando nos últimos anos, tendo sempre sido objeto de comentários em nossos pareceres atuariais, foi apresentado à Entidade, no exercício de 2015, parecer sobre as alternativas de plano de custeio para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 110.197.396, e que o Limite de Déficit Técnico Ajustado é R\$ 926.672, conclui-se pela manutenção da necessidade da elaboração de plano de equacionamento.

O parecer, datado de 24 de julho de 2015, versou sobre os problemas financeiros e atuariais inerentes ao plano de benefícios e apresentou as seguintes alternativas: a) para o completo equacionamento do déficit atuarial do plano: cessação imediata dos pagamentos de benefícios e cobrança da dívida financeira contraída junto aos demais planos de benefícios da entidade; e b) para equacionamento parcial do plano de benefícios: criação de contribuição extraordinária, equivalente a 64% do valor dos benefícios pagos aos assistidos do plano.

Evidentemente, a segunda alternativa não permite a completa regularização do problema, mas proporciona uma redução significativa no comprometimento dos recursos dos demais planos de benefícios que estão financiando os pagamentos à título de empréstimo dos benefícios do plano Embrater Básico.

Infelizmente, o plano de equacionamento do déficit atuarial não foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e, portanto, a situação atuarial e financeira do plano de benefícios continua a se agravar, sem expectativas de solução no curto prazo.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Embrater Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos assistidos do plano de benefícios.

Atualmente, o plano de benefícios conta apenas com aposentados e pensionistas e não há mais patrimônio para cobertura das reservas matemáticas, sendo que os benefícios estão sendo pagos com recursos emprestados de outros planos de benefícios da entidade, por força de decisão judicial. Nos pareceres dos anos anteriores alertamos que a não adoção de uma solução que previsse o aporte imediato de recursos para o plano implicaria na completa exaustão do seu patrimônio e na consequente

paralisação dos pagamentos de benefícios aos aposentados e pensionistas, o que só não vem acontecendo em virtude do fluxo de recursos que vem sendo aportado no plano sob comento originado dos demais planos e que vem configurando uma dívida financeira deste plano para com os demais.

Em 2017, não se registrou a solução definitiva para o equacionamento dos déficits atuarial e financeiro do referido plano, tendo ocorrido a continuidade dos pagamentos dos benefícios aos aposentados e pensionistas com base em decisão liminar da Justiça Federal - TRF, fato que obrigou a Direção da Ceres a utilizar recursos financeiros dos demais planos de benefícios, de forma proporcional aos respectivos patrimônios, para o cumprimento da decisão judicial.

Vale ressaltar que os recursos utilizados para pagar os benefícios, originários dos demais planos estão sendo provisionados no plano Embrater Básico como empréstimo, os quais devem ser devidamente restituídos aos planos de origem quando da regularização da situação sob comento. Os mencionados empréstimos estão sendo remunerados pela variação do INPC acrescida da taxa real de juros anual. Como consequência desse provisionamento, o plano de benefícios apresentou a insuficiência patrimonial destacada na tabela nº. 01.

No exercício findo em 31/12/2017, a entidade promoveu as seguintes ações com vistas a restaurar o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios:

Em abril 2017, foi realizada reunião de trabalho na sede da Previc, que contou com a presença, pela Previc, do Diretor Superintendente, Fábio Coelho, e Diretor de Fiscalização e Monitoramento, Sérgio Djundi Taniguchi, e pela Ceres, do Diretor Superintendente, José Roberto Rodrigues Peres, do Diretor de Seguridade, José João Reis, do Secretário Executivo, Jobson Dantas de Barros, e dos Gerentes de Atuária, Rodrigo Dias Ramos, e Jurídico, Fernando Nunes Simões, entre outros assuntos discutidos, foi apresentado resumidamente os últimos andamentos acerca do processo judicial ajuizado pelos assistidos do plano de benefícios da extinta Embrater contra a Ceres e a União Federal, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sob o número 2004.34.00.025542-2.

Como resultado do encontro, a Previc demonstrou disposição em atuar como terceiro interessado nos autos do sobreditos processos judiciais, visando a reforma da sentença no que se refere à manutenção da liminar.

Em face do processo judicial movido pela Ceres contra a União Federal visando o recebimento dos recursos garantidores, ter transitado em julgado, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com decisão desfavorável, a Diretoria vislumbrou a possibilidade de rediscutir o assunto administrativamente junto à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Sest, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Tesouro Nacional, por meio de orientação e colaboração da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e de assessoramento técnico especializado.

Assim, em julho de 2017, a Ceres contratou a empresa de Consultoria Rodarte Nogueira e Ferreira para prestar os trabalhos de assessoramento técnico.

Considerando o desfecho favorável em situação análoga envolvendo outra Entidade, o Instituto GEIPREV, na qual foi celebrado acordo com à União Federal para recebimento da dívida desta como sucessora legal das obrigações junto ao plano de benefícios então patrocinado pela extinta Empresa Brasileira de Trens Urbanos - EBTU, a Ceres formulou, em dezembro de 2017, pedido de mediação e conciliação junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc – CMCA.

Destaca-se que a EBTU foi extinta pela mesma Lei que extinguiu a Embrater.

A partir dessa nova estratégia de ação, a Diretoria da Ceres espera superar o caso em tela por meio da CMCA.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Dadas as peculiaridades desse plano de benefícios, o qual não possui mais participantes ativos em seu quadro, não há como analisar a suficiência do plano de custeio, uma vez que não são calculados os custos dos benefícios, já que o plano ultrapassou a fase de acumulação de reservas matemáticas.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus assistidos e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

Atualmente, o plano de benefícios tem uma massa de segurados composta exclusivamente por assistidos. Conforme se observa na tabela nº 01, apresentada a seguir, o plano registrou um déficit atuarial em 31/12/2017, fato este que vem se repetindo nas avaliações atuariais recentes.

**TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DO PLANO EMBRATER BÁSICO –
 VALORES EM R\$**

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Insuficiência Patrimonial	67.906.111	77.682.594	14,40%
Provisões Matemáticas Totais	36.672.478	32.514.802	-11,34%
Insuficiência total (Déficit Atuarial + insuficiência patrimonial)	104.578.589	110.197.396	5,37%
Insuficiência total sobre as Provisões Matemáticas	285,17%	338,91%	18,85%

A rentabilidade do patrimônio previdencial do plano Embrater Básico, no exercício 2017, não foi calculada em função da insuficiência patrimonial observada.

As variações observadas nas provisões matemáticas decorrem, principalmente, das variações cadastrais ocorridas, dos reajustes nos valores dos benefícios e da adequação das hipóteses atuariais à realidade do plano de benefícios.

Quanto à insuficiência patrimonial, a elevação decorre das necessidades de recursos ao longo de 2017 para pagamento dos benefícios em fruição, bem como dos encargos inerentes à operação de empréstimo entre o plano Embrater Básico e os demais.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2017, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 –PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	0	2.512.747	2.512.747
Perda	0	0	-94.293	0	0	0	-94.293
Total	0	0	-94.293	0	0	2.512.747	2.418.454

Resultado atuarial de 31/12/2017, sua natureza e recomendação para equacionamento

O resultado atuarial do plano Embrater Básico foi uma insuficiência atuarial e financeira no montante de R\$ 110.197.396,48, que vem sendo continuamente observada ao longo dos últimos anos, dada a situação peculiar em que o plano se encontra, o que nos leva a classificar esse déficit como de natureza estrutural.

A legislação em vigor prevê o equacionamento do déficit atuarial mediante um esforço conjunto de patrocinadora e participantes, incluindo-se os assistidos, na proporção de suas contribuições para o plano de benefícios. Todavia, o plano sob análise não conta mais com o patrocínio da Embrater, o que certamente dificulta a implementação de uma solução baseada unicamente nas normas vigentes, dado que imputar apenas aos assistidos o ônus do equacionamento do déficit exigiria deles um esforço financeiro praticamente impossível de ser cumprido.

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

A situação do plano de benefícios sob análise tem se agravado substancialmente ao longo dos últimos anos, sem que se vislumbre uma solução definitiva para o problema, porém, com o pedido de mediação e conciliação junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc – CMCA, realizada em dez/2017, surge uma possibilidade de solução com esta nova estratégia de ação.

A Ceres, por força de decisão judicial, tem mantido os benefícios pagos aos assistidos do plano, transferindo recursos dos planos de benefícios na modalidade de benefício definido por ela administrados, inscrevendo na contabilidade desses planos, direitos a receber do plano Embrater Básico, sem que, efetivamente, haja qualquer fato ou evidência de que, no curto e médio prazos, essa situação de insolvência do plano de benefícios será solucionada e resarcidos os recursos tomados por empréstimo junto aos demais planos.

Do ponto de vista atuarial e à luz da legislação em vigor, considerando-se, ainda, a situação de extrema insolvência financeira e atuarial do plano de benefícios, resta apenas como solução definitiva, a cessação dos pagamentos aos assistidos e a cobrança da dívida relativa aos recursos repassados pelos demais planos de benefícios ao longo dos anos em que o plano Embrater Básico teve seus recursos próprios exauridos.

Relembreamos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo

das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade dos diversos grupos de assistidos e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

CERES

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO CERES BÁSICO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Ceres Básico de benefícios do quadro próprio da Ceres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Ceres Básico é um plano salgado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2018 será no mínimo de R\$ 28.623,25, sendo uma contribuição extraordinária de R\$ R\$ 25.242,49 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ R\$ 3.380,76 para custear o custo administrativo.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2017 foi apurado um ganho atuarial de R\$ 921.212,27, que foi incorporado integralmente ao Contrato, pois o valor da parcela de equilíbrio técnico ajustado referente à patrocinadora foi positivo em R\$ 949.836,81, não interferindo na referida incorporação, em observância ao caput do artigo 4º da Instrução PREVIC Nº 26, de 10 de março de 2016. O equilíbrio técnico ajustado total foi positivo em R\$ 1.762.220,42, e a parcela referente à patrocinadora observou o previsto no §2º do artigo 4º da supracitada Instrução.

Manteve-se o entendimento, consolidado em conjunto com a entidade, em relação à interpretação da Instrução PREVIC nº 26/2016, de que a referida Instrução não altera a cláusula de incorporação de ganhos e perdas atuariais do contrato de saldamento, a qual é regida pela Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, as perdas e ganhos continuarão a ser incorporadas ao contrato de saldamento, porém serão vinculadas ao equilíbrio técnico ajustado, adotando-se esse valor como referência do montante a ser incorporado ao saldo contratual.

Plano de custeio para 2018

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto uma contribuição mensal a partir de 1º de abril de 2018 no valor linear mínimo de R\$ 28.623,25 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 836.085,69 em 31/12/2017.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento é de 36 (trinta e seis) meses. O fluxo dos valores do saldamento se encontra em poder da entidade.

Além das contribuições patronais, estão previstas contribuições normais dos assistidos que representam 8% dos benefícios.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2018, o custeio administrativo médio mensal do plano Ceres Básico será de R\$ 3.475,73, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 41.708,75.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo 13 parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 87,67 referente à contribuição desse grupo, e 12 parcelas do custeio administrativo mensal patronal de R\$ 3.380,76.

A forma de cobrança do custeio administrativo do plano será tratada em documento à parte, onde englobará o custeio administrativo de todos os planos, segregado por patrocinador, participantes e assistidos.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de

27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Ceres Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2017, um déficit atuarial de R\$ 87.802,40 ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, que alterou o art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, abaixo transcrita.

Art. 28. Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Caberá ao Conselho Deliberativo da entidade fechada aprovar o plano de equacionamento de déficit, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, três planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

§ 5º As provisões matemáticas de que tratam este artigo referem-se às parcelas dos planos estruturadas sob a forma de benefício definido, independentemente da modalidade que o plano de benefícios esteja estruturado, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 6º Os planos de equacionamento deverão prever amortização que contemple fluxo linear ou decrescente de contribuições e os respectivos ativos deverão ser compatíveis com as necessidades de liquidez dos planos de benefícios.

§ 7º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar ao órgão de fiscalização e supervisão contrato de dívida reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 8º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na efetiva cobertura total do débito contratado.

§ 9º O órgão de fiscalização e supervisão, dentro de suas competências e atribuições legais, poderá exigir a adoção de planos de equacionamento em situações que evidenciem riscos à solvência dos planos de benefícios.

§ 10. O plano de equacionamento deverá se iniciar em, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 87.802,40 e que apurou-se um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 928.810,54, obteve-se como Equilíbrio Técnico Ajustado um superávit de R\$ 841.008,14, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS CERES BÁSICO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	20.185.151	22.156.575	9,77%
Provisões Matemáticas	20.297.118	22.244.377	9,59%
Benefícios Concedidos	10.797.540	10.753.504	-0,41%
Benefícios a Conceder	11.784.586	12.326.959	4,60%
Provisão Matemática a Constituir	-2.285.008	-836.086	-63,41%
Resultados Realizados	-111.967	-87.802	-21,58%
Ajuste de Precificação	935.700	928.811	-0,74%
Resultado Ajustado	823.733	841.008	2,10%

A rentabilidade dos investimentos do Plano Ceres Básico, no exercício de 2017 foi de 12,11%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,81%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,63% a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 3,99% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na Tabela nº 02.

TABELA Nº 02 –PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	650.861	336.440	987.301
Perda	0	0	-66.089	0	0	0	-66.089
Total	0	0	-66.089	0	650.861	336.440	921.212

A provisão matemática a constituir de 31/12/2016 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2017 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais e não atuariais, previstos na Tabela nº 02, foram adicionadas ao saldo de 31/12/2017, conforme previsto no Contrato e respaldado pela Resolução CGPC nº 18/2006.

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial acumulado deficitário, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Porém, dentro do exercício o resultado foi superavitário, com redução do déficit acumulado, e no nosso entendimento as principais causas do seu surgimento estão relacionadas com a conjugação da incorporação dos ganhos atuariais ao saldo do contrato de saldamento e à rentabilidade líquida positiva, o que nos leva a concluir que o mesmo é de natureza conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO CERES BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	22.156.575	Benefícios Futuros	23.080.463
Contribuições Futuras do Saldamento	836.086	Benefícios Concedidos	10.753.504
		Benefícios a Conceder	12.326.959
		Resultados realizados	-87.802
Total	22.992.661	Total	22.992.661

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

CERES

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO CERES-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Ceres-FlexCeres de benefícios do quadro próprio da Ceres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2017.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pelo INPC.

No plano Ceres-FlexCeres estão os participantes do antigo plano de benefício definido e os empregados que não faziam parte desse antigo plano.

Os benefícios dos participantes migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Ceres Básico e, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2017

Tipo de Custo	Taxas Médias
<i>Benefícios de risco</i>	2,552%
Patrocinadora	1,276%
Participante	1,276%
<i>Administrativo</i>	0,476%
Patrocinadora	0,238%
Participante	0,238%
<i>Custo Total</i>	3,028%
Patrocinadora	1,514%
Participante	1,514%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Ceres-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 3,028% dos salários-de-participação, observando-se uma elevação em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2016, cujo percentual foi igual a 1,986%, decorrente do aumento do custo do seguro contratado pela Ceres junto ao mercado segurador, de um pequeno aumento no custo administrativo e do aumento do custo do auxílio-doença, onde os impactos de um risco ocorrido são maiores devido ao reduzido contingente de participantes.

Plano de custeio para 2018

O custeio do plano é dividido entre a patrocinadora e os participantes ativos, sendo as contribuições calculadas inicialmente em função do benefício suplementar necessário para o participante atingir uma meta que, somada ao benefício do Plano Saldado, gerasse um valor igual àquele ao qual o participante faria jus no plano de benefício definido na data em que reunisse as condições de elegibilidade.

O plano de custeio para 2018 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados que constam da citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2017 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Tipo de Custeio	Taxas Médias
<i>Benefícios programados</i>	10,396%
Patrocinadora	4,954%
Participante	5,442%
<i>Benefícios de risco</i>	2,652%
Patrocinadora	1,326%
Participante	1,326%
<i>Custeio administrativo</i>	0,476%
Patrocinadora	0,238%
Participante	0,238%
<i>Custeio Total</i>	13,524%
Patrocinadora	6,518%
Participante	7,006%

Ressaltamos que, no valor do custeio dos benefícios de risco há o acréscimo de um carregamento de segurança de 0,100%, em relação ao custo de 2,552%, devido à diferença entre a base do custo do Seguro e a base de custeio dos participantes e patrocinadora, sendo o excedente gerado por esse carregamento destinado ao Fundo de Risco, minimizando eventuais distorções financeiras anuais.

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,476%.

Além das contribuições acima, o plano de custeio é composto por contribuições adicionais, implantadas no ano de 2015 e mantidas para o ano 2018, para continuidade de amortização do déficit atuarial de 2014, conforme abaixo, o qual permanecerá vigente pelo prazo de 20,5 anos:

- a) Patrocinadora: 0,05% incidentes sobre os salários de participação;
- b) Participantes ativos: 0,06% incidentes sobre os salários de participação; e
- c) Assistidos: 0,08% incidentes sobre os benefícios.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Ceres-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Em 2014, foi contratado seguro de vida e invalidez, junto à sociedade seguradora autorizada a operar no país, com o objetivo de prover recursos financeiros externos, via o recebimento de capitais segurados, que reforçarão os saldos de conta dos participantes em casos de ocorrência de morte ou invalidez, reduzindo os riscos do plano de benefícios inerentes a esses eventos.

Em 2015, foi aprovado novo Regulamento pela PREVIC, onde teve como principal modificação a alteração na regra de cálculo dos benefícios de risco, o que proporcionou redução no custo desses benefícios, conforme destacado anteriormente nesse parecer.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Ceres-FlexCeres eram, em 31/12/2017:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO CERES- FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	8.397.677,55	10.184.844,22	21,28%
Provisões Matemáticas	8.535.252,17	10.129.457,80	18,68%
Benefícios Concedidos	2.462.074,00	2.907.780,00	18,10%
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0,00	0,00	-
Benefícios Futuros	295.900,00	379.700,00	28,32%
Contribuições Futuras	-295.900,00	-379.700,00	28,32%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	6.133.940,17	7.290.660,80	18,86%
Provisão Matemática a Constituir	-60.762,00	-68.983,00	13,53%
Resultados Realizados	-137.574,62	55.386,42	-140,26%
Ajuste de Precificação	48.354,66	42.586,14	-11,93%
Resultado Ajustado	-89.219,96	NA	-

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Ceres-FlexCeres, no exercício de 2017 foi de 13,21%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,97%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,78% a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 4,86% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, alteração nas hipóteses atuariais e pela acumulação das contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	123.286	48.727	172.013
Perda	0	0	-8.433	0	0	0	-8.433
Total	0	0	-8.433	0	123.286	48.727	163.580

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Tal resultado decorre, principalmente, da rentabilidade patrimonial acima da meta e, dessa forma, nosso entendimento é que o resultado atuarial tem natureza conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO CERES-FLEXCERES

Ativo	Passivo
Patrimônio de Cobertura do Plano	10.184.844
Contribuições Futuras	448.683
Risco	379.700
Extraordinária	68.983
	Benefícios Futuros
	Benefícios Concedidos
	Benefícios a Conceder
	Programados
	Risco
	Resultados Realizados
	55.386
Total	10.633.527
	Total
	10.633.527

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão Matemática}.$$

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 13,74 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 690.306,97, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será integralmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, não havendo constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Fundos previdenciais

Em 31/12/2017, o plano de benefícios apresentava os seguintes saldos de fundos previdenciais.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO CERES-FLEXCERES

Discriminação	2016	2017	Variação
Fundos Previdenciais	88.547,20	91.840,93	3,72%
Fundo Coletivo de Desligamento	45.182,08	50.925,18	12,71%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	3.837,66	-	-100,00%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	39.527,46	40.915,75	3,51%

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento desse plano. O Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios teve reversão plena em função da ocorrência de auxílio-doença no exercício de participante iminente.

Comentários finais

O plano de benefícios apresentou alteração na situação atuarial em relação a 2016, passando de um déficit para superávit. Tal mudança decorre, principalmente, da rentabilidade patrimonial acima da meta atuarial.

Entretanto, com o ajuste de precificação determinado pela legislação em vigor e aplicando-se as novas regras de solvência emanadas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, não se faz necessária a elaboração de plano de equacionamento, tendo em vista que a magnitude do déficit atuarial está aquém do limite máximo permitido pela legislação em vigor.

Reiteramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EPAGRI BÁSICO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri Básico de benefícios da Epagri, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epagri Básico é um plano salgado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano. O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio, sendo composto, para 2018, pelas mesmas alíquotas de contribuições praticadas em 2017 no caso dos assistidos.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2018 será no mínimo de R\$ 1.784.299,00 sendo uma contribuição extraordinária R\$ 1.769.527,15 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal mensal de R\$ 14.771,85 para custear o custo administrativo.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2017 foi apurado um ganho atuarial de R\$ 665.877,87 que não foi incorporado ao Contrato de Saldamento, pois o valor da parcela de equilíbrio técnico ajustado referente à patrocinadora foi negativo em R\$ 411.124,28, , em observância ao caput do artigo 4º da Instrução PREVIC Nº 26, de 10 de março de 2016. Cabe ressaltar que, o rateio do equilíbrio técnico ajustado negativo da parcela referente à patrocinadora observou o previsto no §2º do artigo 4º da supracitada Instrução.

Quanto à possibilidade da incorporação do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo, permitida no §1º do referido art. 4º, ocorreu a incorporação plena deste valor, de R\$ 411.124,28, que representa a parcela deste Equilíbrio de responsabilidade da patrocinadora, uma vez que mesmo com a plena incorporação deste valor, o Equilíbrio Técnico ajustado final ainda se mantém negativo.

Manteve-se o entendimento, consolidado em conjunto com a entidade, em relação à interpretação da Instrução PREVIC nº 26/2016, de que a referida Instrução não altera a cláusula de incorporação de ganhos e perdas atuariais do contrato de saldamento, a qual é regida pela Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, as perdas e ganhos continuarão a ser incorporadas ao contrato de saldamento, porém serão vinculadas ao equilíbrio técnico ajustado, adotando-se esse valor como referência do montante a ser incorporado ao saldo contratual.

Plano de custeio para 2018

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CPGC.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento é de 54 (cinquenta e quatro) meses. O fluxo dos valores do saldamento se encontra em poder da entidade.

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal, para o período a partir de 1º de abril de 2018 no valor linear mínimo de R\$ 1.784.299,00 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 84.250.475,77 em 31/12/2017.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,42% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,42% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,42% da suplementação.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2018, o custeio administrativo médio mensal do plano Epagri Básico será de R\$ 29.543,70, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 354.524,40.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que, por determinação da Previc para este plano, a divisão da parcela do custeio administrativo deve ser paritária, portanto o custeio administrativo mensal referente a esse grupo será de 13 prestações de R\$ 13.635,55, pois o financiamento é sobre 13 parcelas do benefício, e o custeio administrativo mensal patronal será de 12 parcelas R\$ 14.771,85, pois é um financiamento financeiro, porém ambos são equivalentes no período anual.

A forma de cobrança do custeio administrativo do plano será tratada em documento à parte, onde englobará o custeio administrativo de todos os planos, segregado por patrocinador, participantes e assistidos.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados aos fatores biométricos e ao risco de mercado, principalmente ao que se refere à longevidade e à taxa de juros. Estes riscos podem surgir pela inadequação das premissas atuariais trazendo volatilidade ao plano de benefícios. O monitoramento sistemático desses riscos é realizado através: das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC nº. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2017, um déficit atuarial de R\$ 4.642.300,32, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015 que alterou o art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, abaixo transcrito.

Art. 28. Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Límite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Caberá ao Conselho Deliberativo da entidade fechada aprovar o plano de equacionamento de déficit, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, três planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

§ 5º As provisões matemáticas de que tratam este artigo referem-se às parcelas dos planos estruturadas sob a forma de benefício definido, independentemente da modalidade que o plano de benefícios esteja estruturado, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 6º Os planos de equacionamento deverão prever amortização que contemple fluxo linear ou decrescente de contribuições e os respectivos ativos deverão ser compatíveis com as necessidades de liquidez dos planos de benefícios.

§ 7º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar ao órgão de fiscalização e supervisão contrato de dívida reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 8º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na efetiva cobertura total do débito contratado.

§ 9º O órgão de fiscalização e supervisão, dentro de suas competências e atribuições legais, poderá exigir a adoção de planos de equacionamento em situações que evidenciem riscos à solvência dos planos de benefícios.

§ 10. O plano de equacionamento deverá se iniciar em, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, complementada pelas disposições da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiriram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração igual a 12,28 anos, cuja aplicação na formula de solvência estabelecida no art. 28, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Ajustado de R\$ 9.094.736,12.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 4.642.300,32 e que apurou-se um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 4.311.590,84, obteve-se Resultado Técnico Ajustado negativo em R\$ 330.709,48, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus assistidos e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

O Plano Epagri Básico é composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas apenas nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2017, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 109.839.808,00 distribuídas conforme a Tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EPAGRI BÁSICO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	96.097.240	105.197.508	9,47%
Provisões Matemáticas	101.506.365	109.839.808	8,21%
Benefícios Concedidos	197.621.639	194.090.284	-1,79%
Provisão Matemática a Constituir	-96.115.274	-84.250.476	-12,34%
Resultados Realizados	-5.409.125	-4.642.300	-14,18%
Ajuste de Precificação	5.409.125	4.311.591	-20,29%
Resultado Ajustado	0	-330.709	-

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri Básico, no exercício de 2017 foi de 10,31%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,96%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,77% a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 2,18% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 –PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	2.355.462	0	2.355.462
Perda	0	0	-555.762	0	0	-1.133.822	-1.689.584
Total	0	0	-555.762	0	2.355.462	-1.133.822	665.878

A provisão matemática a constituir de 31/12/2016 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2017 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais, apresentados na Tabela nº 02, e o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo foram considerados na análise de incorporação ao saldo de 31/12/2017, conforme previsto no Contrato e respaldado pela Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução PREVIC nº 26/2016.

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

Pelo exposto, concluímos que o plano de benefícios registra contabilmente uma insuficiência atuarial acumulada, a qual, feitos os ajustes determinados pela legislação em vigor, não requer equacionamento no momento desta reavaliação atuarial.

Apesar da insuficiência atuarial acumulada em 31/12/2017, o resultado do exercício de 2017 foi superavitário, reduzindo o déficit atuarial, e tendo em vista que a rentabilidade financeira dos investimentos do plano foi a principal causa do bom desempenho do plano de benefícios em 2017, somos de opinião que a natureza do resultado é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL DO PLANO EPAGRI BÁSICO

Ativo	Passivo		
Patrimônio de cobertura do Plano	105.197.508	Benefícios Futuros	194.090.284
Contribuições Futuras do Saldamento	84.250.476	Benefícios Concedidos	194.090.284
		Resultados realizados	-4.642.300
Total	189.447.984	Total	189.447.984

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EPAGRI SALDADO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epagri Saldado é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, não há a obrigação de pagamento de um fluxo de saldamento.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2017 foi apurada um ganho atuarial de R\$ 12.084.632,00, que não foi incorporada ao Contrato de Saldamento em função do término do prazo contratual.

Plano de custeio para 2018

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2018, o custeio administrativo médio mensal do plano Epagri Saldado será de R\$ 70.765,85, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 849.190,00.

Para o custeio previdencial e administrativo, conforme previsto no Regulamento do plano, os assistidos contribuem no total com 8,00% dos respectivos benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 4.722,40 referente à contribuição desse grupo

O custeio administrativo mensal patronal são 13 parcelas de de R\$ 36.202,60, e o custeio administrativo mensal dos participantes são 13 parcelas de R\$ 24.397,33.

A forma de cobrança do custeio administrativo do plano será tratada em documento à parte, onde englobará o custeio administrativo de todos os planos, segregado por patrocinador, participantes e assistidos.

É oportuno destacar, que os prazos para a amortização do referido contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

O Plano Epagri Saldado é composto dos ativos que migraram do Plano Epagri Básico e dos assistidos cujos benefícios já foram concedidos no plano saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01, a seguir.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO EPAGRI SALDADO – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	450.122.676	472.440.824	4,96%
Provisões Matemáticas	440.486.107	448.859.985	1,90%
Benefícios Concedidos	305.172.949	331.062.491	8,48%
Benefícios a Conceder	135.313.158	117.797.494	-12,94%
Provisão Matemática a Constituir	0	0	-
Resultados Realizados	9.636.569	23.580.839	144,70%
Ajuste de Precificação	21.110.424	20.142.110	-4,59%
Resultado Ajustado	NA	NA	NA

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri Saldado, no exercício de 2017 foi de 11,58%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,88%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,70% a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 3,43% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS em 31/12/2017 – VALORES EM R\$

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	14.303.697	0	14.303.697
Perda	0	0	-1.285.275	0	0	-933.790	-2.219.065
Total	0	0	-1.285.275	0	14.303.697	-933.790	12.084.632

A provisão matemática a constituir de 31/12/2016 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2017 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais e não atuariais, previstos na Tabela nº 02.

Conforme destacado anteriormente, os valores apurados dos ganhos atuariais não foram adicionados ao contrato de saldamento, tendo em vista o término do prazo contratual.

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, conforme se observa na tabela nº 01, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Nossa entendimento é que as principais causas do seu surgimento estão relacionadas com a rentabilidade patrimonial no exercício, o que nos leva a concluir que o mesmo é de natureza conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EPAGRI SALDADO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	472.440.824	Benefícios Futuros	448.859.985
Contribuições Futuras do Saldamento	0	Benefícios Concedidos	331.062.491
		Benefícios a Conceder	117.797.494
		Resultados realizados	23.580.839
Total	472.440.824	Total	472.440.824

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Límite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo)] x Provisão Matemática.

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 10,53 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Límite da Reserva de Contingência igual a R\$ 92.150.954,92, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será integralmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, não havendo constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

O plano de benefícios apresentou uma elevação do superávit atuarial de 2016 para 2017 e, conforme as novas regras de solvência, o montante total do superávit deverá ser destinado à constituição de Reserva de Contingência.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAGRI

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epagri-FlexCeres de benefícios da Epagri, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação da cota patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

No plano Epagri-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Epagri Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos participantes migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Epagri Saldado, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2017

Tipo de Custo	Taxas Médias
<i>Benefícios de risco</i>	0,558%
Patrocinadora	0,279%
Participante	0,279%
<i>Custo administrativo</i>	0,650%
Patrocinadora	0,325%
Participante	0,325%
<i>Custo Total</i>	1,208%
Patrocinadora	0,604%
Participante	0,604%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Epagri-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,208% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2016, cujo percentual foi igual a 2,282%, motivada, principalmente, pela alteração no cálculo da meta dos benefícios de risco. O custo destes benefícios, que em 31/12/2016 foi de 1,644%, reduziu para 0,478%, quando da alteração do Regulamento, e teve uma pequena oscilação para 0,558% na data da Avaliação em 31/12/2017.

Plano de custeio para 2018

O custeio do plano é dividido entre a patrocinadora e os participantes ativos, sendo as contribuições calculadas inicialmente em função do benefício suplementar necessário para o participante atingir uma meta que, somada ao benefício do Plano Saldado, gerasse um valor igual àquele ao qual o participante faria jus no plano de benefício definido na data em que reunisse as condições de elegibilidade.

O plano de custeio para 2018 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2017 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano. O custeio dos benefícios de risco para 2018 será no mesmo patamar praticado em 2017, quando da alteração regulamentar, sendo a diferença lastreada pelos fundos previdenciais destinados à cobertura desses benefícios.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	10,926%
Patrocinadora	4,884%
Participante	6,042%
Benefícios de risco	0,478%
Patrocinadora	0,239%
Participante	0,239%
Custeio administrativo	0,650%
Patrocinadora	0,325%
Participante	0,325%
Custeio Total	12,0544%
Patrocinadora	5,448%
Participante	6,606%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,650%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epagri-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Epagri-FlexCeres eram, em 31/12/2017:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAGRI –FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	200.058.632	238.193.085	19,06%
Provisões Matemáticas	190.799.829	226.817.461	18,88%
Benefícios Concedidos	54.343.264	69.217.265	27,37%
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	436.496	#DIV/0!
Benefícios Futuros	16.145.944	4.724.774	-70,74%
Contribuições Futuras	-16.145.944	-4.288.278	-73,44%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	136.456.565	157.163.700	15,17%
Resultados Realizados	9.258.803	11.375.625	-
Ajuste de Precificação	1.274.377	1.241.380	-2,59%
Resultado Ajustado	NA	NA	NA

NA: Não aplicável

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epagri-FlexCeres, no exercício de 2017 foi de 13,38%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,95%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,76%. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 5,03% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, pelas variações salariais ocorridas, alteração nas hipóteses atuariais, rentabilidade patrimonial e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e redução na provisão matemática de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco se deve às mudanças cadastrais ocorridas no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	3.711.220	185.642	3.896.862
Perda	0	0	-201.996	0	0	0	-201.996
Total	0	0	-201.996	0	3.711.220	185.642	3.694.866

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um resultado superavitário de R\$ 11.375.624,94, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano, sendo, em nossa opinião, de natureza conjuntural, em função das causas que contribuíram para o superávit serem sobretudo provenientes da rentabilidade patrimonial no período.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL

Ativo		Passivo
Patrimônio de Cobertura do Plano	238.193.085	Benefícios Futuros
Contribuições Futuras	4.288.278	Benefícios Concedidos
Risco	4.288.278	Benefícios a Conceder
		Programados
		Risco
		11.375.625
Total	242.481.363	Total

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão Matemática}.$$

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiriram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 12,11 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 15.400.446,56, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será integralmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, não havendo constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Fundos previdenciais

A tabela a seguir apresenta os saldos a variação dos Fundos Previdenciais do plano de benefícios.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS –PLANO EPAGRI-FLEXCERES

Discriminação	2016	2017	Variação
Fundos Previdenciais	9.419.053	12.141.727	28,91%
Fundo Coletivo de Desligamento	688.301	994.461	44,48%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	392.327	514.839	31,23%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	8.338.425	10.632.428	27,51%
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento do plano.

Comentários finais

O plano de benefícios apresentou situação superavitária em 31/12/2017 e, de acordo com as novas normas de solvência da Resolução CNPC nº 22/2015, esse resultado será integralmente alocado para a constituição de Reserva de Contingência.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EMATER-MG

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EMATER BÁSICO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Emater Básico, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Emater Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2018 será no mínimo de R\$ 479.125,74 sendo uma contribuição extraordinária R\$ 443.794,70 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ 35.331,04 para custear o custo administrativo.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2017 foi apurado um ganho atuarial de R\$ 71.021,48, que não foi incorporado ao Contrato de Saldamento, pois o valor da parcela de equilíbrio técnico ajustado referente à patrocinadora foi negativo em R\$ 160.832,07, em observância ao caput do artigo 4º da Instrução PREVIC Nº 26, de 10 de março de 2016. Cabe ressaltar que, o rateio do equilíbrio técnico ajustado negativo da parcela referente à patrocinadora observou o previsto no §2º do artigo 4º da supracitada Instrução.

Quanto à possibilidade da incorporação do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo, permitida no §1º do referido art. 4º, ocorreu a incorporação plena deste valor, de R\$ 160.832,07, que representa a parcela deste Equilíbrio de responsabilidade da patrocinadora, uma vez que mesmo com a plena incorporação deste valor, o Equilíbrio Técnico ajustado final ainda se mantém negativo.

Manteve-se o entendimento, consolidado em conjunto com a entidade, em relação à interpretação da Instrução PREVIC nº 26/2016, de que a referida Instrução não altera a cláusula de incorporação de ganhos e perdas atuariais do contrato de saldamento, a qual é regida pela Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, as perdas e ganhos continuarão a ser incorporadas ao contrato de saldamento, porém serão vinculadas ao equilíbrio técnico ajustado, adotando-se esse valor como referência do montante a ser incorporado ao saldo contratual.

Plano de custeio para 2018

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CPGC.

Na data desta reavaliação o prazo residual do contrato de saldamento é de 106 (cento e seis) meses. O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando prevista uma contribuição mensal a partir de 1º de abril de 2018 no valor linear mínimo de R\$ 479.125,74 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 37.268.234,61 em 31/12/2017.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,35% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,35% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,35% da suplementação.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2018, o custeio administrativo médio mensal do plano Emater Básico será de R\$ 38.789,14, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 465.469,68.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 3.192,09 referente à contribuição desse grupo, e são 12 parcelas do custeio administrativo mensal patronal de R\$ 35.331,04.

A forma de cobrança do custeio administrativo do plano será tratada em documento à parte, onde englobará o custeio administrativo de todos os planos, segregado por patrocinador, participantes e assistidos.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Emater Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2017, um déficit atuarial de R\$ 4.961.764,53, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015 que alterou o art. 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, abaixo transcrito.

Art. 28. Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

§ 1º Caberá ao Conselho Deliberativo da entidade fechada aprovar o plano de equacionamento de déficit, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

§ 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.

§ 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, três planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.

§ 4º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

§ 5º As provisões matemáticas de que tratam este artigo referem-se às parcelas dos planos estruturadas sob a forma de benefício definido, independentemente da modalidade que o plano de benefícios esteja estruturado, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

§ 6º Os planos de equacionamento deverão prever amortização que contemple fluxo linear ou decrescente de contribuições e os respectivos ativos deverão ser compatíveis com as necessidades de liquidez dos planos de benefícios.

§ 7º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar ao órgão de fiscalização e supervisão contrato de dívida reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.

§ 8º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na efetiva cobertura total do débito contratado.

§ 9º O órgão de fiscalização e supervisão, dentro de suas competências e atribuições legais, poderá exigir a adoção de planos de equacionamento em situações que evidenciem riscos à solvência dos planos de benefícios.

§ 10. O plano de equacionamento deverá se iniciar em, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 28-A, inserido pela Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de dezembro de 2008, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, complementada pelas disposições da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiriram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 8,26 anos, cuja aplicação na formula de solvência estabelecida no art. 28, acima comentado, resulta em um Limite do Déficit Técnico Ajustado de R\$ 6.144.161,93.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 4.961.764,53 e que apurou-se um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 4.869.397,48, obteve-se como Resultado Técnico Ajustado um déficit de R\$ 92.367,05, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

Em novembro de 2007 foram implantados o Plano de Contribuição Variável e o Plano Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico somente os assistidos. Em função desta mudança, parte do patrimônio foi transferida para o Plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Emater Básico passou a ser composto, basicamente, dos atuais aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas apenas nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2017, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 144.229.153,00, distribuídas conforme a tabela no. 01.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EMATER BÁSICO – VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	141.250.459	139.267.389	-1,40%
Provisões Matemáticas	146.204.092	144.229.153	-1,35%
Benefícios Concedidos	185.254.093	181.168.652	-2,21%
Benefícios a Conceder	300.341	328.736	9,45%
Provisão Matemática a Constituir	-39.350.342	-37.268.235	-5,29%
Resultados Realizados	-4.953.633	-4.961.765	0,16%
Ajuste de Precificação	6.922.436	4.869.397	-29,66%
Resultado Ajustado	1.968.803	-92.367	-104,69%

A rentabilidade dos investimentos do Plano Emater Básico, no exercício de 2017 foi de 10,09%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,77%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,59% a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 2,15% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2017 - VALORES EM R\$

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	2.101.781	0	2.101.781
Perda	0	0	-519.703	0	0	-1.511.056	-2.030.759
Total	0	0	-519.703	0	2.101.781	-1.511.056	71.021

A provisão matemática a constituir de 31/12/2016 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2017 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais, apresentados na Tabela nº 02, e o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo foram considerados na análise de incorporação ao saldo de 31/12/2017, conforme previsto no Contrato e respaldado pela Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução PREVIC nº 26/2016.

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um déficit acumulado de R\$ 4.961.764,53, em 31/12/2017, tendo um pequeno aumento deste déficit de 0,16% no exercício de 2017, o que representa praticamente um resultado estável, e na nossa opinião a natureza do resultado é conjuntural, tendo em vista que a rentabilidade financeira dos investimentos do plano foi a principal causa do desempenho do plano de benefícios em 2017.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EMATER BÁSICO

Ativo	Passivo
Patrimônio de Cobertura do Plano	139.267.389
Contribuições Futuras do Saldamento	37.268.235
	Benefícios Futuros
	Benefícios Concedidos
	Benefícios a Conceder
	Resultados realizados
Total	176.535.623
	Total
	176.535.623

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EMATER-MG

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EMATER SALDADO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Emater Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Emater Saldado é um plano salgado, cuja fase de acumulação de provisões matemáticas já foi ultrapassada e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um contrato de dívida registrado contabilmente no Ativo e também da contribuição normal de R\$ 94.722,65 referente ao custo administrativo.

Plano de custeio para 2018

O custeio administrativo médio mensal do plano existente em 31/12/2017 no valor de R\$ 103.993,82 vigora a partir de 1º de abril de 2018, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 1.247.926,00.

Os assistidos contribuirão com uma alíquota de 8,00% incidente sobre os respectivos benefícios. Não estão previstas contribuições para os participantes ativos.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 8.558,01 referente à contribuição desse grupo, e são 12 parcelas do custeio administrativo mensal patronal de R\$ 94.722,65.

A forma de cobrança do custeio administrativo do plano será tratada em documento à parte, onde englobará o custeio administrativo de todos os planos, segregado por patrocinador, participantes e assistidos.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Emater Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

Em novembro de 2007 foram implantados o Plano Emater-FlexCeres e o Plano Emater Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico basicamente os assistidos. Em função dessa mudança, parte do patrimônio foi transferida para o plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Emater Básico passou a ser composto basicamente pelos atuais aposentados e pensionistas, enquanto os ativos passaram a compor o Plano Emater Saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01, juntamente com as provisões dos benefícios já concedidos no plano salgado.

**TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS –PLANO
 EMATER SALDADO – VALOR EM R\$**

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	263.457.275	278.846.536	5,84%
Provisões Matemáticas	243.189.393	247.327.919	1,70%
Benefícios Concedidos	124.143.282	125.745.570	1,29%
Benefícios a Conceder	119.046.111	121.582.349	2,13%
Provisão Matemática a Constituir	0	0	-
Resultados Realizados	20.267.882	31.518.617	55,51%
Ajuste de Precificação	9.467.915	10.270.866	8,48%
Resultado Ajustado	NA	NA	NA

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Emater Saldado, no exercício de 2017 foi de 11,49%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,88%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,70%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 3,34% no período.

O resultado atuarial se deve, principalmente, às alterações cadastrais ocorridas no período, rentabilidade patrimonial e alteração nas hipóteses atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	6.237.004	3.887.338	10.124.341
Perda	0	0	-717.251	0	0	0	-717.251
Total	0	0	-717.251	0	6.237.007	3.887.338	9.407.090

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, conforme se observa na tabela nº 01, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Nossa entendimento é que as principais causas do seu surgimento estão relacionadas com a rentabilidade patrimonial do plano no exercício, o que nos leva a concluir que o mesmo é de natureza conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO EMATER SALDADO

Ativo	Passivo		
Patrimônio de Cobertura do Plano	278.846.536	Benefícios Futuros	247.327.919
Contribuições Futuras do Saldamento	0	Benefícios Concedidos	125.745.570
		Benefícios a Conceder	121.582.349
		Resultados realizados	31.518.617
Total	278.846.536	Total	278.846.536

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão Matemática}.$$

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 10,83 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 51.518.405,53, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será integralmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, não havendo constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

O plano de benefícios apresentou uma elevação do superávit atuarial de 2016 para 2017. Entretanto, conforme as novas regras de solvência, o montante total do superávit deverá ser destinado à constituição de Reserva de Contingência.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EMATER-MG

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EMATER-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Emater-FlexCeres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Relatório 2016 sobre o Estudo Técnico de Adequação Referente à Aderência das Hipóteses Atuariais, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a alteração das taxas de juros em relação as utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016, de 5,78% para 5,76%.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação da cota patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

No plano Emater-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Emater Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Emater Saldado e, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2017

Tipo de Custo	Taxas Médias
<i>Benefícios de risco</i>	1,408%
Patrocinadora	0,704%
Participante	0,704%
<i>Administrativo</i>	0,292%
Patrocinadora	0,146%
Participante	0,146%
<i>Custo Total</i>	1,700%
Patrocinadora	0,850%
Participante	0,850%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Emater-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,700% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2016, cujo percentual foi igual a 1,970%, em função das alterações no perfil dos participantes do plano e da acumulação dos saldos de conta, tendo em vista que o capital segurado é complementar aos mesmos.

Plano de custeio para 2018

O plano de custeio para 2018 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2017 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	8,679%
Patrocinadora	4,981%
Participante	5,398%
Benefícios de risco	1,408%
Patrocinadora	0,704%
Participante	0,704%
Custeio administrativo	0,292%
Patrocinadora	0,146%
Participante	0,146%
Custeio Total	10,379%
Patrocinadora	4,981%
Participante	5,398%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,292%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC/nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Emater-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano de benefícios não apresentou insuficiência de cobertura.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

A tabela a seguir demonstra a variação das provisões matemáticas do plano Emater-FlexCeres de 31/12/2015 para 31/12/2016:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EMATER – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	132.479.141	157.807.589	19,12%
Provisões Matemáticas	126.518.047	150.465.408	18,93%
Benefícios Concedidos	27.112.452	27.909.222	2,94%
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	7.169	0	-100,00%
Benefícios Futuros	6.729.425	5.925.828	-11,94%
Contribuições Futuras	-6.722.256	-5.925.828	-11,85%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	99.398.426	122.556.186	23,30%
Resultados Realizados	5.961.094	7.342.181	23,17%
Ajuste de Precificação	825.837	828.449	0,32%
Resultado Ajustado	NA	NA	NA

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Emater-FlexCeres, no exercício de 2017 foi de 13,27%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,97%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,78%. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 4,91% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, pelas variações salariais ocorridas, alteração nas hipóteses atuariais, rentabilidade patrimonial e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e a expressiva redução na provisão matemática de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco se deve às mudanças cadastrais ocorridas no período e à alteração nas hipóteses atuariais, em especial da alteração regulamentar.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 –PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	1.765.206	1.972.607	3.737.813
Perda	0	0	-80.937	0	0	0	-80.937
Total	0	0	-80.937	0	1.765.206	1.972.607	3.656.876

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um resultado superavitário de R\$ 7.342.181,23, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano, sendo, em nossa opinião, de natureza conjuntural, tendo em vista que uma das causas que mais contribuiu para o superávit foi a rentabilidade patrimonial no exercício e a alteração regulamentar.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL - PLANO EMATER-FLEXCERES

Ativo	Passivo
Patrimônio de Cobertura do Plano	157.807.589
Contribuições Futuras	5.925.828
Risco	5.925.828
	Benefícios Futuros
	27.909.222
	Benefícios Concedidos
	128.482.014
	Programados
	122.556.186
	Risco
	5.925.828
	Resultados Realizados
	7.342.181
Total	163.733.417
	Total
	163.733.417

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão Matemática}$$

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente

estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 12,00 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 6.140.028,84, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será parcialmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, restando o montante de R\$ 1.202.152,39 para constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2017, o montante de R\$ 8.421.886,15 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – 31/12/2017

Discriminação	2016	2017	Variação
Fundos Previdenciais	5.667.719	8.421.886	48,59%
Fundo Coletivo de Desligamento	198.959	274.434	37,93%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	2.763.981	3.809.491	37,83%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	2.704.780	4.337.962	-
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento desse plano.

Comentários finais

O plano de benefícios apresentou situação superavitária em 31/12/2017 e, de acordo com as novas normas de solvência da Resolução CNPC nº 22/2015, esse resultado será parcialmente alocado para a constituição de Reserva de Contingência, sendo o excedente destinado à constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Relembreamos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EPAMIG BÁSICO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig Básico, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epamig Básico é um plano salgado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2018 será no mínimo de R\$ 132.138,53, sendo uma contribuição extraordinária R\$ 118.743,90 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ 13.394,63 para custear o custo administrativo.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2017 foi apurada uma perda atuarial de R\$ 106.513,00, que não foi incorporada ao Contrato, pois o plano de benefícios apresentou um equilíbrio técnico ajustado referente à patrocinadora em R\$ 1.270.124,78.

Manteve-se o entendimento, consolidado em conjunto com a entidade, em relação à interpretação da Instrução PREVIC nº 26/2016, de que a referida Instrução não altera a cláusula de incorporação de ganhos e perdas atuariais do contrato de saldamento, a qual é regida pela Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, as perdas e ganhos continuarão a ser incorporadas ao contrato de saldamento, porém serão vinculadas ao equilíbrio técnico ajustado, adotando-se esse valor como referência do montante a ser incorporado ao saldo contratual.

Plano de custeio para 2018

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

Na data desta reavaliação o prazo do contrato de saldamento era de 84 (oitenta e quatro) meses.

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal a partir de 1º de abril de 2018 no valor linear mínimo de R\$ 118.743,90 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 8.250.538,15 em 31/12/2017.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,39% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,39% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento do plano, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,39% da suplementação.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2018, o custeio administrativo médio mensal do plano Epamig Básico será de R\$ 13.972,43, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 167.669,19.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 533,36 referente à contribuição desse grupo, e são 12 as parcelas do custeio administrativo mensal patronal de R\$ 13.394,63.

A forma de cobrança do custeio administrativo do plano será tratada em documento à parte, onde englobará o custeio administrativo de todos os planos, segregado por patrocinador, participantes e assistidos.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

Em janeiro de 2008 foram implantados o Plano de Contribuição Variável e o Plano Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico somente os assistidos. Em função desta mudança, parte do patrimônio foi transferida para o Plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Epamig Básico passou a ser composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas apenas nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2017, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 11.580.214,85, distribuídas conforme a tabela no. 01.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAMIG BÁSICO

– VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	13.011.043	13.435.492	3,26%
Provisões Matemáticas	11.198.395	11.580.215	3,41%
Benefícios Concedidos	20.150.444	19.830.753	-1,59%
Provisão Matemática a Constituir	-8.952.049	-8.250.538	-7,84%
Resultados Realizados	1.812.648	1.855.277	2,35%
Ajuste de Precificação	611.554	481.659	-21,24%
Resultado Ajustado	NA	NA	-

NA: Não aplicável

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epamig Básico, no exercício de 2017 foi de 10,05%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,87%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,69%a.a. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 2,02% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 –PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Atuariais						Total	
	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu			
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos		
Ganho	0	0	0	0	201.704	0	201.704	
Perda	0	0	-56.784	0	0	-251.434	-308.217	
Total	0	0	-56.784	0	201.704	-251.434	-106.513	

A provisão matemática a constituir de 31/12/2016 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2017 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais e não atuariais, previstos na Tabela nº 02, foram adicionadas ao saldo de 31/12/2017, conforme previsto no Contrato e respaldado pela Resolução CGPC nº 18/2006.

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, conforme se observa na tabela nº 01, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Nosso entendimento é que as principais causas do seu surgimento estão relacionadas com a rentabilidade patrimonial líquida positiva no exercício, apesar da perda atuarial, o que nos leva a concluir que o mesmo é de natureza conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EPAMIG BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de cobertura do Plano	13.435.492	Benefícios Futuros	19.830.753
Contribuições Futuras do Saldamento	8.250.538	Benefícios Concedidos	19.830.753
		Resultados realizados	1.855.277
Total	21.686.030	Total	21.686.030

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão Matemática}$$

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiriram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 10,66 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 2.392.472,39, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será integralmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, não havendo constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EPAMIG SALDADO

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epamig Saldado é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio do regulamento, cuja contribuição mensal para 2018 será no mínimo de R\$ 37.251,72 referente ao custo administrativo.

Conforme registrado na Tabela nº 02, a seguir, no exercício de 2017 foi apurado um ganho atuarial de R\$ 4.791.281,00, que não foi incorporado ao Contrato, devido o saldo devedor em 31/12/2017 ser igual a zero, não necessitando, nesse exercício, observar o artigo 4º da Instrução PREVIC Nº 26, de 10 de março de 2016.

Manteve-se o entendimento, consolidado em conjunto com a entidade, em relação à interpretação da Instrução PREVIC nº 26/2016, de que a referida Instrução não altera a cláusula de incorporação de ganhos e perdas atuariais do contrato de saldamento, a qual é regida pela Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, as perdas e ganhos continuarão a ser incorporadas ao contrato de saldamento, porém serão vinculadas ao equilíbrio técnico ajustado, adotando-se esse valor como referência do montante a ser incorporado ao saldo contratual.

Plano de custeio para 2018

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, sendo que o saldo dessa provisão em 31/12/2017 é nulo.

Em 31/12/2017, o prazo restante de vigência da contribuição extraordinária de responsabilidade da patrocinadora era de 60 meses (sessenta meses).

Os assistidos contribuirão com uma alíquota de 8,00% incidente sobre os respectivos benefícios e não estão previstas contribuições para os participantes ativos.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

A partir de 1º de abril de 2018, o custeio administrativo médio mensal do plano Epamig Saldado será de R\$ 38.858,65, a fim de financiar a despesa administrativa previdencial anual do plano de R\$ 466.304,00.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 1.483,32 referente à contribuição desse grupo, e são 12 as parcelas do custeio administrativo mensal patronal de R\$ 37.251,72.

A forma de cobrança do custeio administrativo do plano será tratada em documento à parte, onde englobará o custeio administrativo de todos os planos, segregado por patrocinador, participantes e assistidos.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em

bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

Em janeiro de 2008 foram implantados o Plano Epamig-FlexCeres e o Plano Epamig Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico somente os assistidos. Em função desta mudança, parte do patrimônio foi transferida para o Plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Epamig Básico passou a ser composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, enquanto os atuais ativos passaram a compor o Plano Epamig Saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01.

TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO EPAMIG SALDADO – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	69.469.179	76.102.785	9,55%
Provisões Matemáticas	54.442.892	54.981.565	0,99%
Benefícios Concedidos	11.197.844	11.184.195	-0,12%
Benefícios a Conceder	43.245.048	43.797.370	1,28%
Provisão Matemática a Constituir	0	0	-
Resultados Realizados	15.026.287	21.121.220	40,56%
Ajuste de Precificação	3.392.082	3.351.070	-1,21%
Resultado Ajustado	NA	NA	NA

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epamig Saldado, no exercício de 2017 foi de 11,43%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,88%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,70%. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 3,28% no período.

O resultado atuarial se deve às perdas e ganhos atuariais e não atuariais ocorridos no ano de 2017, principalmente, pelas alterações das premissas atuariais e pelos desvios dos eventos observados em relação às premissas atuariais.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 – PERDAS e GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	2.159.251	2.789.466	4.948.717
Perda	0	0	-157.435	0	0	0	-157.435
Total	0	0	-157.435	0	2.159.251	2.789.466	4.791.281

A provisão matemática a constituir de 31/12/2016 foi primeiramente atualizada pela meta atuarial para 31/12/2017 e amortizada pelas contribuições extraordinárias patronais e em seguida as perdas e ganhos atuariais e não atuariais, previstos na Tabela nº 02, foram adicionadas ao saldo de 31/12/2017, conforme previsto no Contrato e respaldado pela Resolução CGPC nº 18/2006.

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, conforme se observa na tabela nº 01, onde o total das provisões matemáticas é inferior ao patrimônio de cobertura do plano. Nossa entendimento é que as principais causas do seu surgimento estão relacionadas com a alteração das hipóteses atuariais e, em especial, com a rentabilidade patrimonial alcançada no exercício, o que nos leva a concluir que a natureza do resultado é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO EPAMIG SALDADO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	76.102.785	Benefícios Futuros	54.981.565
Contribuições Futuras do Saldamento	0	Benefícios Concedidos	11.184.195
		Benefícios a Conceder	43.797.370
		Resultados realizados	21.121.220
Total	76.102.785	Total	76.102.785

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo)] x Provisão Matemática

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 10,66 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 11.359.191,33, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será parcialmente destinado à formação de reserva de contingência, no montante de R\$ 11.359.191,33, e de reserva especial para revisão de plano, cujo montante será de R\$ 9.762.028,83.

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

O plano de benefícios apresentou uma elevação do superávit atuarial de 2016 para 2017. Conforme as novas regras de solvência, o montante parcial do superávit deverá ser destinado à constituição de Reserva de Contingência, sendo o excedente utilizado para a constituição de reserva especial para revisão do plano de benefícios.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig-FlexCeres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pelo INPC.

No plano Epamig-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Epamig Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Epamig Saldado e, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2017

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	1,486%
Patrocinadora	0,743%
Participante	0,743%
Administrativo	0,452%
Patrocinadora	0,226%
Participante	0,226%
Custo Total	1,938%
Patrocinadora	0,969%
Participante	0,969%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Epamig-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,938% dos salários-de-participação, observando-se uma elevação em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2016, cujo percentual foi igual a 1,832%, em função de aumentos nos custos dos benefícios de risco e administrativo.

Plano de custeio para 2018

O plano de custeio para 2018 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2017 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano. O custeio dos benefícios de risco para 2018 será no mesmo patamar praticado em 2017, sendo a diferença lastreada pelos fundos previdenciais destinados à cobertura desses benefícios.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	8,121%
Patrocinadora	3,810%
Participante	4,311%
Benefícios de risco	1,404%
Patrocinadora	0,702%
Participante	0,702%
Custeio administrativo	0,452%
Patrocinadora	0,226%
Participante	0,226%
Custeio Total	9,977%
Patrocinadora	4,739%
Participante	5,239%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,452%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não houve insuficiência de cobertura no grupo de custeio.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

A tabela a seguir demonstra os valores e a variação das provisões matemáticas do plano Epamig-FlexCeres de 31/12/2016 e 31/12/2017:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAMIG – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	31.630.175	38.500.450	21,72%
Provisões Matemáticas	31.493.783	38.500.450	22,25%
Benefícios Concedidos	4.476.211	5.363.221	19,82%
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	0	#DIV/0!
Benefícios Futuros	1.292.356	1.234.438	-4,48%
Contribuições Futuras	-1.292.356	-1.234.438	-4,48%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	27.017.572	33.137.229	22,65%
Resultados Realizados	136.392	0	-100,00%
Ajuste de Precificação	189.510	175.991	-7,13%
Resultado Ajustado	NA	NA	NA

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Epamig-FlexCeres, no exercício de 2017 foi de 13,24%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,99%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,80%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 4,86% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, em especial pelas variações salariais ocorridas, redução da taxa de juros e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e a ocorrência de provisão matemática de benefícios a conceder nula é decorrente da alteração regulamentar na forma de cálculo dos benefícios de risco, que passaram a ter os seus valores limitados à meta do benefício programado, reduzindo o valor presente dos benefícios futuros e a necessidade de contribuições futuras para o financiamento desses benefícios.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2017, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alterações nas premissas atuariais e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais contribuem para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e também outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 –PERDAS E GANHOS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	249.456	0	249.456
Perda	0	0	-15.553	0	0	-259.126	-274.679
Total	0	0	-15.553	0	249.456	-259.126	-25.223

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial nulo, conforme se observa na tabela nº 03, e, considerando-se que o resultado foi influenciado de forma significativa pela conjugação da boa rentabilidade patrimonial no exercício e do aumento do custo dos benefícios de risco, nosso entendimento é que o resultado atuarial tem natureza conjuntural.

TABELA Nº 05– BALANÇO ATUARIAL - PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	38.500.450	Benefícios Futuros	39.734.888
Contribuições Futuras	1.234.438	Benefícios Concedidos	5.363.221
Risco	1.234.438	Benefícios a Conceder	34.371.667
		Programados	33.137.229
		Risco	1.234.438
		Resultados Realizados	0
Total	39.734.888	Total	39.734.888

Fundos previdenciais

Em 31/12/2017, o plano de benefícios apresentava os seguintes saldos de fundos previdenciais.

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS - PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Discriminação	2016	2017	Variação
Fundos Previdenciais	1.507.961	1.766.494	17,14%
Fundo Coletivo de Desligamento	219.705	373.440	69,97%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	941.494	1.270.005	34,89%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	346.762	123.049	-
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

Em 31/12/2017 ocorreu a reversão do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 494.664,41 para equilibrar o resultado atuarial do exercício, tendo a finalidade precípua desse fundo de contribuir para a solvência financeira e atuarial do plano de benefícios.

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstos no regulamento desse plano.

Comentários finais

Conforme comentado no presente parecer, o plano de benefícios apresentou situação atuarial nula em 31/12/2017, tendo sido, entretanto, necessária a reversão de uma parte do fundo de invalidez e pensão que lastreia os riscos de morte e invalidez do plano e que foi constituído com a finalidade de auxiliar no seu equilíbrio atuarial.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

CIDASC

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO CIDASC-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Cidasc-FlexCeres de benefícios da Cidasc, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

O plano Cidasc-FlexCeres foi implantado a partir de janeiro de 2010.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2017

Tipo de Custo	Taxas Médias
<i>Benefícios de risco</i>	1,478%
Patrocinadora	0,739%
Participante	0,739%
<i>Custo administrativo</i>	0,772%
Patrocinadora	0,386%
Participante	0,386%
<i>Custo Total</i>	2,250%
Patrocinadora	1,125%
Participante	1,125%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Cidasc-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 2,250% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2016, cujo percentual foi igual a 2,376%, tendo como causa principal a variação no custo do Seguro dos benefícios de risco.

Plano de custeio para 2018

O plano de custeio para 2018 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2017 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

Com a aprovação do novo Regulamento, ao final do ano de 2016, o descasamento que existia com a Apólice de Seguro encerrou-se e, portanto, não é mais necessário que se pratique o excedente do custeio em relação ao custo dos benefícios de risco. Por isso, a proposta é que o custeio para os benefícios de risco para 2018 seja igual ao custo destes mesmos benefícios, em 1,478%,

conforme tabela nº 01, acrescido de um carregamento de segurança de 0,100%, para lastrear o risco decorrente da diferença entre a base do custo do Seguro e a base de custeio dos participantes e patrocinadora, sendo o excedente do carregamento de segurança direcionado para o Fundo de Risco, minimizando eventuais distorções financeiras anuais.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Tipo de Custeio	Taxas Médias
<i>Benefícios programados</i>	10,089%
Patrocinadora	4,888%
Participante	5,201%
<i>Benefícios de risco</i>	1,578%
Patrocinadora	0,789%
Participante	0,789%
<i>Custeio administrativo</i>	0,772%
Patrocinadora	0,386%
Participante	0,386%
<i>Custeio Total</i>	12,439%
Patrocinadora	6,063%
Participante	6,376%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,772%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Cidasc-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio, sendo as alíquotas de custeio definidas para 2018 suficientes para financiar os custos dos benefícios do plano, devido à atual estrutura de cobertura dos benefícios de risco ser por meio de seguro.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Cidasc-FlexCeres eram, em 31/12/2017:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS CIDASC –FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	14.229.442	21.580.784	51,66%
Provisões Matemáticas	14.199.593	21.480.537	51,28%
Benefícios Concedidos	615.819	1.002.599	-
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	0	-
Benefícios Futuros	2.054.788	3.103.356	51,03%
Contribuições Futuras	-2.054.788	-3.103.356	51,03%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	13.583.774	20.477.938	50,75%
Resultados Realizados	29.850	100.247	-
Ajuste de Precificação	121.502,16	124.252,85	2,26%
Resultado Ajustado	NA	NA	

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Cidasc-FlexCeres, no exercício de 2017 foi de 12,95%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,83%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,65%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 4,74% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, notadamente pela entrada de novos participantes no plano, variações salariais ocorridas, adequação das hipóteses atuariais e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2017

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	45.454	0	45.454
Perda	0	0	-2.908	0	0	-260.036	-262.943
Total	0	0	-2.908	0	45.454	-260.036	-217.490

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial de R\$ 100.247, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é um pouco menor que o patrimônio de cobertura do plano. O resultado é consequência, principalmente, da rentabilidade patrimonial obtida no exercício e, por esse motivo, somos de opinião que sua natureza é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO CIDASC-FLEXCERES

Ativo		Passivo
Patrimônio de Cobertura do Plano	21.580.784	Benefícios Futuros 24.583.893
Contribuições Futuras	3.103.356	Benefícios Concedidos 1.002.599
Risco	3.103.356	Benefícios a Conceder 23.581.294
		Programados 20.477.938
		Risco 3.103.356
		Resultados Realizados 100.247
Total	24.684.140	Total 24.684.140

Os riscos inerentes ao plano de benefícios, representados pelas provisões matemáticas de benefícios a conceder referentes aos benefícios originados de invalidez e morte estão lastreados integralmente por seguro contratado no mercado segurador brasileiro, que tem por estipulante a entidade, estando previsto contratualmente que no caso de ocorrência de evento gerador do benefício, a seguradora efetua o pagamento do capital segurado, cujo valor tem como base a provisão matemática necessária para, em conjunto com o saldo de conta do participante, financiar todos os benefícios vitalícios devidos a ele ou aos seus dependentes.

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Límite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo)] x Provisão Matemática

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 20,77 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Límite da Reserva de Contingência igual a R\$ 250.649,75, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será integralmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, não havendo constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2017, o montante de R\$ 588.806,00 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS –PLANO CIDASC-FLEXCERES

Discriminação	2016	2017	Variação
Fundos Previdenciais	2.010.308	588.806	-70,71%
Fundo Coletivo de Desligamento	167.631	291.873	74,12%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	523.405	0	-100,00%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	1.319.272	296.933	-77,49%
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

A redução dos fundos previdenciais é consequência da alteração regulamentar efetuada em 2016 e que foram objeto de comentário no parecer da avaliação daquele exercício, os quais reproduzimos a seguir.

“A majoração dos fundos de risco se deu pelo excedente cobrado do custeio, em relação ao custo destes benefícios de risco, no período de 2011 a 2016, fazendo com que parte da contribuição, patronal e dos participantes, destinada aos saldos das contas patronal e de participantes para o custeio da aposentadoria programada, fosse direcionada para os fundos de risco.

Desta forma, propõe-se a reversão plena do Fundo de Risco – Auxílios e Pecúlios, por não existir mais tais benefícios no plano, e a reversão parcial do Fundo de Risco – Invalidez e Pensões, restando como saldo remanescente deste fundo o valor de 8,86% do valor atual dos benefícios futuros dos benefícios de risco, que é compatível com a proporção da época da constituição deste fundo em 2010.

Recomenda-se, ainda, que o resultado da reversão dos dois fundos de risco seja redistribuído entre os saldos de contas, patronal e participantes, na proporção dos seus saldos atuais, haja vista que a fonte de recurso do financiamento da majoração destes fundos de risco é originária da contribuição, patronal e dos participantes destinadas às aposentadorias programadas.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 22 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

ABDI

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO ABDI-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano ABDI-FlexCeres de benefícios da ABDI, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano ABDI-FlexCeres foi estruturado na modalidade de Contribuição Definida, sendo todos os benefícios calculados em função do saldo da conta individual de benefício concedido, constituída durante a fase de acumulação e acrescida, quando for o caso, de capital decorrente de operação de seguro de morte e invalidez contratado com seguradora autorizada a operar no país. No momento da concessão do benefício o referido saldo será convertido numa renda por prazo indeterminado, reversível em pensão, que será recalculada anualmente com base no saldo remanescente da conta individual de benefício concedido e na expectativa de vida do beneficiário.

Os benefícios decorrentes de morte ou invalidez serão calculados em função do saldo da conta individual acrescido do valor do capital relativo ao seguro contratado para cobertura desses riscos, sendo que o valor do capital segurado é definido a partir da estimativa do benefício calculada com base na meta do benefício programado, no valor de referência (VR) e no salário-real-de-benefício (SRB), conforme o caso, segundo as regras estabelecidas no regulamento do plano de benefícios. Os valores dos benefícios são recalculados anualmente considerando-se o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido e a expectativa de vida dos beneficiários.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2017

Tipo de Custo	Taxas Médias
<i>Benefícios de risco</i>	1,316%
Patrocinadora	0,658%
Participante	0,658%
<i>Custo administrativo</i>	0,510%
Patrocinadora	0,255%
Participante	0,255%
<i>Custo Total</i>	1,826%
Patrocinadora	0,913%
Participante	0,913%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano ABDI-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,826% dos salários-de-participação, tendo apresentado redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2016, cujo percentual foi igual a 1,878%, em função de alteração no custo do Seguro dos benefícios de risco.

Plano de custeio para 2018

O plano de custeio para 2018 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela

correspondem às médias observadas em 31/12/2017 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Tipo de Custeio	Taxas Médias
<i>Benefícios programados</i>	10,691%
Patrocinadora	4,969%
Participante	5,722%
<i>Benefícios de risco</i>	1,416%
Patrocinadora	0,708%
Participante	0,708%
<i>Custeio administrativo</i>	0,510%
Patrocinadora	0,255%
Participante	0,255%
<i>Custeio Total</i>	12,617%
Patrocinadora	5,932%
Participante	6,685%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,510%.

Ressaltamos que, no valor do custeio dos benefícios de risco há o acréscimo de um carregamento de segurança de 0,100%, em relação ao custo de 1,316%, devido à diferença entre a base do custo do Seguro e a base de custeio dos participantes e patrocinadora, sendo o excedente gerado por esse carregamento destinado ao Fundo de Risco, minimizando eventuais distorções financeiras anuais.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano ABDI-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição definida, não está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. Apesar disso, o monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio, sendo as alíquotas de custeio definidas para 2017 suficientes para financiar os custos dos benefícios do plano, devido à atual estrutura de cobertura dos benefícios de risco ser por meio de seguro.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano ABDI-FlexCeres eram, em 31/12/2016:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS ABDI –FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	8.616.406	10.711.137	24,31%
Provisões Matemáticas	8.616.406	10.711.137	24,31%
Benefícios Concedidos	756.573	805.593	-
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	0	-
Benefícios Futuros	1.023.268	1.141.044	11,51%
Contribuições Futuras	-1.023.268	-1.141.044	11,51%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	7.859.834	9.905.544	26,03%
Resultados Realizados	0	0	-
Ajuste de Precificação	66.657	62.632	-6,04%
Resultado Ajustado	NA	NA	NA

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano ABDI-FlexCeres, no exercício de 2017 foi de 12,96%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,83%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,65%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 4,76% no período.

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial nulo, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é igual ao patrimônio de cobertura do plano. Esse resultado é inerente à própria estrutura técnica do plano e, dessa forma, nosso entendimento é que o resultado atuarial tem natureza estrutural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 04 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO ABDI-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	10.711.137	Benefícios Futuros	11.852.181
Contribuições Futuras	1.141.044	Benefícios Concedidos	805.593
Risco	1.141.044	Benefícios a Conceder	11.046.588
		Programados	9.905.544
		Risco	1.141.044
		Resultados Realizados	0
Total	11.852.181	Total	11.852.181

As provisões matemáticas de benefícios a conceder referentes aos benefícios originados de invalidez e morte estão lastreadas integralmente por seguro contratado no mercado segurador brasileiro, que tem por estipulante a entidade, estando previsto contratualmente que no caso de ocorrência de evento gerador do benefício, a seguradora efetua o pagamento do capital segurado, cujo valor tem como base a provisão matemática necessária para, em conjunto com o saldo de conta do participante, financiar todos os benefícios vitalícios devidos a ele ou aos seus dependentes.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 05 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2017

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2017, o montante de R\$ 475.090,00 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO ABDI-FLEXCERES

Discriminação	2016	2017	Variação
Fundos Previdenciais	357.168	475.090	33,02%
Fundo Coletivo de Desligamento	173.621	210.926	21,49%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	5.427	23.529	333,55%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	178.119	240.635	35,10%

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento desse plano.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 22 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162



Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

EMATER-DF

POSIÇÃO EM 31/12/2017

PLANO EMATERDF-FLEXCERES

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano EmaterDF-FlexCeres de benefícios da EMATER-DF, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a alteração das taxas de juros em relação as utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016, de 5,88% para 5,86%.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano EmaterDF-FlexCeres foi estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo todos os benefícios calculados em função do saldo da conta individual de benefício concedido, constituída durante a fase de acumulação e acrescida, quando for o caso, de capital decorrente de operação de seguro de morte e invalidez contratado com seguradora autorizada a operar no país. No momento da concessão do benefício o referido saldo será convertido numa renda por prazo indeterminado, reversível em pensão, que será recalculada anualmente com base no saldo remanescente da conta individual de benefício concedido e na expectativa de vida do beneficiário.

Os benefícios decorrentes de morte ou invalidez serão calculados em função do saldo da conta individual acrescido do valor do capital relativo ao seguro contratado para cobertura desses riscos, sendo que o valor do capital segurado é definido a partir da estimativa do benefício calculada com base na meta do benefício programado, no valor de referência de benefício (VRB) e no salário-real-de-benefício (SRB), conforme o caso, segundo as regras estabelecidas no regulamento do plano de benefícios. Os valores dos benefícios são recalculados anualmente considerando-se o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido e a expectativa de vida dos beneficiários.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2017

Tipo de Custo	Taxas Médias
<i>Benefícios de risco</i>	1,798%
Patrocinadora	0,899%
Participante	0,899%
<i>Custo administrativo</i>	0,438%
Patrocinadora	0,219%
Participante	0,219%
<i>Custo Total</i>	2,236%
Patrocinadora	1,118%
Participante	1,118%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano EmaterDF-FlexCeres representavam na data desta avaliação atuarial 2,236% dos salários-de-participação, observando-se uma redução no custo em relação ao percentual registrado na avaliação de 31/12/2016, que foi de 2,338, tendo como causa principal o custo do Seguro.%.

Plano de custeio para 2018

O plano de custeio para 2018 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2017 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Tipo de Custeio	Taxas Médias
<i>Benefícios programados</i>	12,817%
Patrocinadora	6,318%
Participante	6,499%
<i>Benefícios de risco</i>	1,898%
Patrocinadora	0,949%
Participante	0,949%
<i>Custeio administrativo</i>	0,438%
Patrocinadora	0,219%
Participante	0,219%
<i>Custeio Total</i>	15,153%
Patrocinadora	7,486%
Participante	7,667%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,438%.

Ressaltamos que, no valor do custeio dos benefícios de risco há o acréscimo de um carregamento de segurança de 0,100%, em relação ao custo de 1,798%, devido à diferença entre a base do custo do Seguro e a base de custeio dos participantes e patrocinadora, sendo o excedente gerado por esse carregamento destinado ao Fundo de Risco, minimizando eventuais distorções financeiras anuais.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano EmaterDF-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes

financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Resolução CGPC no. 18/2006 e normatizado pela Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio, sendo as alíquotas de custeio definidas para 2018 suficientes para financiar os custos dos benefícios do plano, devido à atual estrutura de cobertura dos benefícios de risco ser por meio de seguro.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano EmaterDF-FlexCeres eram, em 31/12/2017:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EmaterDF –FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	12.374.715	18.864.176	52,44%
Provisões Matemáticas	12.315.837	18.772.505	52,43%
Benefícios Concedidos	399.161	384.063	-
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	0	-
Benefícios Futuros	4.186.538	4.484.536	7,12%
Contribuições Futuras	-4.186.538	-4.484.536	7,12%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	11.916.676	18.388.442	54,31%
Resultados Realizados	58.877	91.670	-
Ajuste de Precificação	71.731	81.566	13,71%
Resultado Ajustado	NA	NA	-

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano EmaterDF-FlexCeres, no exercício de 2017 foi de 12,33%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07% então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 8,07% composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,88% a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 3,94% no período.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – PERDAS E GANHOS – 31/12/2017Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	19.323	18.636	37.959
Perda	-889	0	-1.114	0	0	0	-2.003
Total	-889	0	-1.114	0	19.323	18.636	35.956

Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um resultado superavitário conforme se observa na tabela nº 03. Tendo em vista que o superávit foi ocasionado, em grande parte, pela rentabilidade patrimonial obtida no exercício, somos de opinião que a natureza desse resultado é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO EMATERDF-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	18.864.176	Benefícios Futuros	23.257.041
Contribuições Futuras	4.484.536	Benefícios Concedidos	384.063
Risco	4.484.536	Benefícios a Conceder	22.872.978
		Programados	18.388.442
		Risco	4.484.536
		Resultados Realizados	91.670
Total	23.348.712	Total	23.348.712

As provisões matemáticas de benefícios a conceder referentes aos benefícios originados de invalidez e morte estão lastreadas integralmente por seguro contratado no mercado segurador brasileiro, que tem por estipulante a entidade, estando previsto contratualmente que no caso de ocorrência de evento gerador do benefício, a seguradora efetua o pagamento do capital segurado, cujo valor tem como base a provisão matemática necessária para, em conjunto com o saldo de conta do participante, financiar todos os benefícios vitalícios devidos a ele ou aos seus dependentes.

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão Matemática}$$

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente

estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 19,08 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 96.015,75, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será integralmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, não havendo constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

Fundos Previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2017, o montante de R\$ 530.152,00 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO EMATERDF-FLEXCERES

Discriminação	2016	2017	Variação
Fundos Previdenciais	336.003	530.152	57,78%
Fundo Coletivo de Desligamento	40.926	59.975	-
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	0	0	-
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	295.078	470.177	59,34%
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

A constituição e finalidade dos referidos fundos estão previstas no regulamento desse plano.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 22 de fevereiro de 2018.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162